

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo

Juliano Del Gobo
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Juliano Del Gobo
(Organizador)

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia frente ao contexto contemporâneo [recurso eletrônico] /
Organizador Juliano Del Gobo. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018. – (A Psicologia Frente ao Contexto
Contemporâneo; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-016-2

DOI 10.22533/at.ed.162181912

1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos
sociais. I. Gobo, Juliano Del. II. Série.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O termo psicologia deriva da união das palavras gregas “psiché” e “logos”, traduzidas como o estudo da alma, mas apesar de suas origens terem raízes tão antigas como as primeiras hipóteses e teorias sobre o funcionamento psicológico. Ao longo de sua história, a psicologia esteve situada no campo da metafísica, em torno de interesses relacionados à essência do ser humano, a partir de questões como O que é a alma e onde ela está? O que possuímos ao nascer? Como conhecemos? Qual é a natureza humana?

Sua identidade atual é muito mais recente e nasceu em meio a ebulição científica na Europa do século XIX, tendo sido preciso se reinventar para atender aos critérios de cientificidade daquele tempo histórico e se constituir como ciência independente. A ciência nascida na Europa do século XIX ao desembarcar nos EUA do século XX foi demandada a torna-se um campo aplicado, onde passa a assumir um lugar social a partir de práticas psicológicas.

A partir do momento em que um conjunto de teorias e práticas vão sendo reconhecidas pelo corpo ampliado dos sujeitos que convivem em determinado tempo e cultivam de mesmos costumes, elas passam a influenciar as formas de reprodução da vida, pois tornam-se parte da cultura. Discutir a Psicologia como produto e matéria-prima da Cultura humana é reconhecê-la a partir de duas importantes características: a diversidade de suas produções e sua origem e continuidade histórica, refletindo a relação dialética entre as demandas e necessidades do conjunto ampliado da sociedade em dado tempo histórico.

Nesta obra, a consciência histórica da Psicologia é cobrada na qualidade ou condição de ser contemporânea, isto é no desafio de se reconhecer como parte da construção de seu próprio tempo histórico, a partir de reflexões e produções teóricas e práticas que abordam questões históricas, mas que se tornam emergentes na medida que nosso tempo histórico ousa enfrentá-las. Uma obra como essa é sempre muito importante porque traz ao centro do debate sobre a vida coletiva em sociedade e a concretude das condições de vida dos sujeitos, as quais são objeto de abordagem e análise. Em resumo, trata-se de introduzir uma discussão histórica, sociológica e filosófica a respeito do mundo que vivemos, das formas dominantes de existir no mundo e de como as PsicoLOGIAS contemporâneas são modos de tomar partido em relação às situações da vida cotidiana (FIGUEIREDO, 2015, p.30).

Dentro deste livro, estão contidas produções necessárias ao contexto contemporâneo, produções com posicionamento ético e também político diante de uma grande diversidade de temas e abordagens realizadas pelos autores. Assim, a diversidade de temas que o leitor encontrará nessa obra se une na medida que os debates estão sempre permeados pela posição ética e pela consciência de que a Psicologia tem responsabilidade com seu tempo histórico e com a vida coletiva.

Como a história segue seu próprio curso e qualquer tentativa de controle e previsão

sobre ela se mostram limitados, é necessário antes de tudo assimilar a contribuição importante do campo teórico e político da psicologia social, a qual revela que não há neutralidade na ciência e na prática da psicologia, uma vez que ela ou fornece elementos para a manutenção da estrutura social vigente ou para a transformação no modo de vida e da maneira de conceber os diferentes sujeitos na sociedade.

Desejemos aos leitores que desfrutem dessa obra e se deixem inundar com a profundidade dos artigos que seguem.

Juliano Del Gobo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO PRELIMINAR DO JÁ-DITO ESTEREOTIPADO	
<i>Rosângela Rocio Jarros Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819121	
CAPÍTULO 2	15
PSICOLOGIA, PODER E SEXUALIDADE: A FIGURA CONTEMPORÂNEA DO INTERSEX E AS NOVAS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO	
<i>Jônatas Mota Leitão</i>	
<i>Luiza Maria Silva de Freitas</i>	
<i>Paulo Germano Barrozo de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819122	
CAPÍTULO 3	30
POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO DA TERRA	
<i>André Valécio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819123	
CAPÍTULO 4	42
IDENTIDADE MASCULINA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS SÍNTESES DIALÉTICAS	
<i>João Pedro Vilar Nowak de Lima</i>	
<i>Jeferson Renato Montreozol</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819124	
CAPÍTULO 5	54
O SABER PSICOLÓGICO E A ADOLESCÊNCIA: A NECESSIDADE EM CONSIDERAR INTERSECCIONALIDADES	
<i>Isadora Oliveira Rocha</i>	
<i>Gláucia Ribeiro Starling Diniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819125	
CAPÍTULO 6	68
DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO À INSPIRAÇÃO DE UMA PRÁTICA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN	
<i>Barbara Maria Turci</i>	
<i>Eliane Regina Pereira</i>	
<i>Emerson Fernando Rasera</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819126	
CAPÍTULO 7	80
ENTRE TELAS E CENAS DA RUA: A MEDIAÇÃO AUDIOVISUAL NO ENCONTRO COM VIDAS OUTRAS NAS CIDADES	
<i>Allan Henrique Gomes</i>	
<i>Orlando Afonso Camutue Gunlanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819127	
CAPÍTULO 8	95
O QUE PODE O CORPO EM CENA NA CIDADE?	
<i>Antônio Vladimir Félix-Silva</i>	
<i>Cássio Marques Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819128	

CAPÍTULO 9 109

ENTRE O PROTAGONISMO JUVENIL E A TUTELA DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Lara Brum de Calais

Juliana Perucchi

DOI 10.22533/at.ed.1621819129

CAPÍTULO 10 125

MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMINISTA NO ENFRENTAMENTO DA HUMILHAÇÃO SOCIAL

Mariana Luciano Afonso

DOI 10.22533/at.ed.16218191210

CAPÍTULO 11 130

ENFRENTAMENTOS, RESISTÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS NOS RAPS DO GRUPO REALIDADE NEGRA DO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Renata Câmara Spinelli

DOI 10.22533/at.ed.16218191211

CAPÍTULO 12 147

RODAS DE CONVERSA DIALÓGICAS: O ESPAÇO DA LIBERDADE PARA DIZER A PALAVRA

Erlândia Silva Pereira

Maristela de Souza Pereira

Rogério de Melo Costa Pinto

Helena Borges Martins da Silva Paro

DOI 10.22533/at.ed.16218191212

CAPÍTULO 13 162

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DE CRIANÇAS

Erik Cunha de Oliveira

Saulo Santos Menezes de Almeida

Juliana Souza Vaz Ribeiro

Alexsandro de São Pedro Santiago

DOI 10.22533/at.ed.16218191213

CAPÍTULO 14 171

DA PATOLOGIZAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Roberta Cristina Gobbi Baccarim

Grazielle Tagliamento

DOI 10.22533/at.ed.16218191214

CAPÍTULO 15 186

CAPTURA E REGULAÇÃO: INVESTIMENTOS BIOPOLÍTICOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Anita Guazzelli Bernardes

DOI 10.22533/at.ed.16218191215

CAPÍTULO 16 196

A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL E A SUA PRESENÇA NA LITERATURA INFANTIL

Hudson Henrique de Oliveira Masferrer

Emerson Fernando Rasera

DOI 10.22533/at.ed.16218191216

SOBRE O ORGANIZADOR 210

MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO PRELIMINAR DO JÁ-DITO ESTEREOTIPADO

Rosângela Rocio Jarros Rodrigues

Universidade Estadual de Londrina, Depto de
Psicologia Social e Institucional
Londrina-PR

RESUMO: A construção social identitária da mulher privilegiou os valores hegemônicos e de supremacia do homem. Ao enunciar sobre a mulher e o trabalho são veiculados pressupostos ideológicos que reiteram o já-dito. É sobre o já-dito que o estereótipo se constrói e promove a retomada constante para sua perpetuação, respondendo a um enunciado anterior demonstrando seu caráter dialógico conforme pressupõe a perspectiva bakhtiniana. A sociedade utiliza dos processos de socialização para repassar e afirmar a naturalização da diferença. O método da pesquisa é qualitativo e documental. Neste estudo é analisado um excerto da revista Melhores Empresas para Trabalhar que constitui o *corpus* da pesquisa. A análise de dados reporta aos pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa a fim de identificarmos os já-ditos nos enunciados. Os resultados iniciais reiteram os já-ditos sobre a sensibilidade, o instinto maternal e a diferença de atributos entre o feminino e o masculino. Conclui-se que é preciso confrontar os já-ditos sobre a mulher visando transformar valores ideológicos dominantes que a diminuem ou a

menosprezam, desse modo, é preciso buscar o fortalecimento do valor próprio e de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Mulher; Trabalho; Análise de Discurso; Sociedade.

ABSTRACT: The social construction of identity woman has opted for the hegemonic values and supremacy of the man. To speak about the woman and the work are served assumptions that ideological reiterate earlier said. It's about the already-said that the stereotype if builds and promotes the resumption to your constant perpetuation, responding to a previous statement showing your Dialogic character as assumes the bakhtiniana perspective. The society use the processes of socialization to go over and say the naturalization of the difference. The method is qualitative and documentary research. In this study is analyzed an excerpt of the magazine best companies to work for is the *corpus* of research. Data analysis reports the assumptions of the French line speech analysis in order to identify those already-listed us sayings. The initial results reiterate the already-said about the sensibility, the maternal instinct and the difference of attributes between the feminine and the masculine. It is concluded that it is necessary to confront the ever-said about the woman in order to turn ideological dominant values that diminish or downplay, thereby, it is necessary to seek the strengthening of

eigenvalue and genre.

KEYWORDS: Psychology; Woman; Work; Discourse Analysis; Society.

1 | INTRODUÇÃO

“Ser um homem feminino não fere o meu lado masculino”, assim é a letra da música de Baby Consuelo e Pepeu Gomes nos anos 80. Os compositores buscavam confrontar o enunciatário acerca da ausência de atributos de masculinidade e feminilidade no mesmo gênero biológico.

Provocam o pensar sobre como os atributos são divididos dicotomicamente. Visão que resulta da construção social e são reproduzidos pelos processos de socialização para meninas e meninos que se apropriam ao nascer e ao longo da vida. Vestimentas, aparência, beleza, comportamentos, linguajar, habilidades e lugares discursivos impostos e incorporados como sendo naturais.

Entretanto, o que isso acarreta no mundo do trabalho remunerado? A mulher tão “feminina” tem lugar garantido e igualitário ao homem no trabalho nas organizações? Quais estereótipos o “feminino” mobiliza no mundo do trabalho em nossa sociedade?

Tomamos o estereótipo como um chavão, um clichê, uma ideia ou imagem preconcebida. Seria o pré-construído acerca de algo ou de alguém, um grupo, nesse caso, sobre a mulher na sociedade.

É pela palavra que os estereótipos são repassados e fazem sentido. Berger e Luckmann (2013, p.38) revelam que “A linguagem usada na vida cotidiana me fornece continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha sentido para mim”. O sentido decorre dos processos de socialização existentes nos grupos sociais nos quais as pessoas tomam parte desde o seu nascimento. Esses processos são instituídos na família, na escola, no trabalho entre outros.

A socialização é o “processo de internalização (apropriação) do mundo social, com suas normas, valores, modos de representar os objetos e situações que compõem a realidade objetiva; é o processo de constituição de uma realidade subjetiva (...)”, conforme Bock, Furtado e Teixeira (2009, p.208). O que é aprendido por meio desse processo caracteriza a peculiaridade do grupo no qual nascemos e desenvolvemos, sendo determinado pela cultura. É por meio da linguagem que o processo se realiza, sendo a apropriação do idioma o primeiro requisito para a criança ser socializada. Os já-ditos são repassados aos novos, como por exemplo, o já-dito sobre a mulher ser feminina evocando atributos de doçura, meiguice, capricho, ser recatada, discreta, magra e etc.

Logo, o estereótipo se constrói sobre o já-dito e promove a retomada constante para sua perpetuação, ele responde a um enunciado anterior demonstrando seu caráter dialógico, conforme Bakhtin (2004). Não existe um enunciado adâmico, original

e único. Sempre enunciamos dialogando com algo já-dito.

“O locutor não pode se comunicar com os seus alocutários e agir sobre eles, sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas familiares e crenças partilhadas”, consoante Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 216). Quando o estereótipo é analisado em sua superfície discursiva parece um facilitador das interações sociais; quando o olhar se volta para a estrutura interna conjectura-se a possibilidade de ele estar silenciando novos diálogos e possibilidades de modulação e transformação dos pré-construídos.

O componente ideológico presente em determinada interação social pode ser identificado no uso da fórmula estereotipada de comunicação. O pré-construído vem carregado de valores ideológicos que perduram historicamente, sendo transmitidos por diferentes gerações e, dessa forma, determinam o comportamento linguageiro da comunidade discursiva específica. O trabalho, a profissão, a instituição que atuamos constitui uma comunidade discursiva.

Ainda se diz que: “a mulher não precisa trabalhar porque tem o marido que a sustenta; ou “o ambiente de trabalho é muito competitivo e a mulher é muito feminina, não aguenta a atividade”. São já-ditos que circulam em comunidades discursivas do mundo do trabalho. Portanto, “Um sentimento de evidência se associa ao pré-construído, porque ele foi “já-dito” e porque esquecemos quem foi seu enunciador”, ressaltam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 401). A repetição e reiteração do “já-dito” podem constituir uma estratégia discursiva de credibilidade e caracterizar o fenômeno linguístico da locução estereotipada na linguagem.

O estereótipo, no conjunto do comportamento linguageiro previsto num contrato de comunicação, compõe parte da identidade discursiva que determinada comunidade utiliza e reconhece entre seus membros. A estereotipia designa “o conjunto das expressões cristalizadas, simples ou compostas, características de uma língua ou de um tipo de discurso”, afirmam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 245). Serve para mediar à relação do indivíduo com a realidade; o enunciador mobiliza imagens prontas, crenças preconcebidas a partir de representações coletivas cristalizadas.

Na perspectiva bakhtiniana, os estereótipos existem quando há formas de vida em comum que são relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. O fenômeno linguístico da estereotipia é facilmente identificado na troca comunicacional em diferentes momentos de interação social. Desse modo, ainda de acordo com Bakhtin (2004)

A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo. As fórmulas da vida corrente fazem parte do meio social, são elementos da festa, dos lazeres, das relações que se travam no hotel, nas fábricas, etc. (BAKHTIN, 2004, p.126)

O emprego de estereótipos no cotidiano promove um processo de construção

de credibilidade indexada à identidade discursiva do enunciador, porém, com o uso reiterado das locuções, poderá haver um desgaste ou um não-pensar sobre o valor de sentido que constitui cada uma delas e, dessa maneira, a sua aplicação pode servir para silenciar outros sentidos diferentes, que concorrem para emergir em determinado campo discursivo.

Como afirma Orlandi (1995, p. 105) sobre a imposição do silêncio, esse não serve apenas para calar o interlocutor, mas, impedi-lo de sustentar outro discurso: “Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”.

O estereótipo por definição é a ideia cristalizada, fixa e dominante de uma comunidade discursiva; enquanto outras são silenciadas pela própria imposição do repetir o já-dito. O dito presente no estereótipo apaga o seu avesso, segundo Maingueneau (2005), esconde o jogo da contradição dos sentidos, enquanto fortalece o *ethos* de enunciador crível, membro legítimo da comunidade discursiva.

Considerando o conteúdo exposto, o objetivo deste estudo é apresentar alguns elementos identificados na análise discursiva de um excerto extraído da revista melhores empresas para trabalhar publicada em 2009 acerca da mulher e o trabalho nas organizações.

2 | METODOLOGIA

Este estudo é um recorte da pesquisa em andamento desenvolvida na Universidade Estadual de Londrina, na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho intitulada “a mulher e o trabalho em organizações: os já-ditos e os silêncios”. A referida pesquisa segue o método qualitativo e documental.

A pesquisa qualitativa é um terreno ou uma arena para a crítica social. Surge no início dos anos de 1970 no meio acadêmico em oposição ao modelo hegemônico fundamentado na matriz do pensamento positivista que privilegia a busca pela estabilidade dos fenômenos estudados, acredita que há uma estrutura fixa na ordem das relações sociais que, portanto, é previsível e observável e, assim, a pesquisadora consegue apreendê-la de modo imparcial, neutro.

A pesquisa qualitativa pressupõe a existência da interdependência entre sujeito ser humano e o objeto como vemos a seguir:

parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro;

O que está em foco na pesquisa qualitativa é a análise dos significados que os seres humanos atribuem a suas ações, relações e compreensão dos sentidos produzidos por estas tendo em vista o contexto sócio-histórico-cultural. Considerando sempre que “os interesses e visões de mundo, historicamente construídos, são intrínseca e extrinsecamente ideológicos”, segundo Minayo (2011).

Essa pesquisa qualitativa se inscreve na teoria social crítica. Existem muitas teorias críticas e adotamos aquela voltada para compreender como as questões relacionadas ao poder, à justiça, à economia, a raça, a classe e o gênero, as ideologias, os discursos, a educação, a religião e as demais instituições sociais, a partir de dinâmicas culturais específicas interagem construindo o sistema social. Trata-se aqui da teoria crítica “reconceituada” denominada desse modo por Kincheloe e McLaren (2008). Ela reúne, entre outros pressupostos, dois que estão, particularmente, entrelaçadas ao nosso objeto de estudo: a consciência hegemônica ligada à produção ideológica e a linguagem como prática social.

Para as estudiosas da linguagem como discurso, o objeto não é “o que está aí” visível na tessitura textual, todavia o que está na opacidade, no interdiscurso das várias formações discursivas que tramam os fios das concepções de mundo, de realidade, de ser humano e de linguagem. Essas concepções são construções resultantes do processo social, da história, dos interesses dos grupos dominantes.

Esta pesquisa é documental e os documentos são compreendidos como objetivações materiais da inscrição da subjetividade de seus produtores em determinadas práticas discursivas. A língua escrita possibilita o registro e a transmissão dessas objetivações de maneira permanente por meio do tempo. Além disso, permite o acesso para análise das práticas discursivas empregadas pelos atores sociais.

Os documentos permanecem ao longo do tempo, considerando-se que sua origem se dá em um determinado contexto histórico, social, cultural e econômico. São fontes não-reativas que guardam e fornecem informações retratando as transformações do contexto de produção.

Também é uma pesquisa documental (GIL, 2008) porque utilizará documentos de domínio público veiculado por uma revista em todo território brasileiro. Os documentos constitutivos do *corpus* são exemplares da revista as Melhores Empresas para Trabalhar, publicada pela Editora Abril e abrange o período de 2000 a 2018. Nesse momento estamos na fase inicial de levantamento bibliográfico sobre a trajetória da educação da mulher no Brasil e as implicações para a inserção no mercado de trabalho remunerado. No entanto, apresentamos a análise discursiva de um excerto extraído da revista de 2009.

A análise de dados é realizada a partir dos pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa a fim de identificarmos os já-ditos e os silêncios enunciados.

3 | ALGUNS JÁ-DITOS ESTEREOTIPADOS: ANÁLISE PRELIMINAR

Ao longo da nossa história foi construída a distinção entre mulheres e homens, sendo o lugar da primeira estar em casa, cuidar da família e submeter-se ao marido (PENA, 1981). Essa divisão gerou o lugar para mulher e o lugar para o homem em nossa sociedade estabelecendo a naturalização da diferença (SILVEIRA, 1996; SCOTT, 1991; SAFFIOTTI, 2004; ALVES, GUIMARÃES, 2009).

Gilberto Freyre (2006) em *Casa-Grande e Senzala*, já escreve um ensaio de sociologia e de história social sobre a formação patriarcal da família brasileira. Em muitos trechos fala a respeito do modo de tratar a mulher no período do Brasil que precedeu o urbano-industrial. Em particular destacamos o processo de socialização ao qual as meninas eram submetidas:

À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina responde ou saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. [...]

As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos. (FREYRE, 2006, p.510)

Logo, é desvelado o modelo de sociedade hegemônica onde o homem detinha o poder econômico, político e a certeza da sua superioridade sobre as mulheres, afirma Oliveira (1993).

Nesse período o ingresso das meninas à escola era restrito, os níveis educacionais eram os elementares, bem como ficava distante a possibilidade de uma profissão, um trabalho remunerado.

A inserção da mulher no trabalho remunerado inicia com o ingresso em profissões voltadas para o cuidado com o outro, ou seja, a professora do ensino primário e a enfermeira (BATISTA; CODO, 1999). Essa trajetória tem sua origem na própria cultura, fruto da construção social humana, onde as mulheres são consideradas “naturalmente” maternais, cuidadoras da casa, da família e do lar. Detentoras de predicados como fragilidade, docilidade, pacienciosas e submissas. A competitividade, a objetividade, a resistência a pressões, a racionalidade são atributos ligados ao estereótipo masculino.

Em tempos atuais, a participação das mulheres ocupadas no Brasil, segundo IBGE (2010) nos sete grupamentos de atividade é a seguinte: indústria (36,4%), construção civil (5,1%), comércio (41,2%), serviços prestados a empresas (39,9%), outros serviços (40,8%), administração pública (63,2%) e nos serviços domésticos (94,5%). Nos cinco primeiros grupamentos a mulher é minoria e nos dois últimos é a maioria. Na administração pública porque esta garante processos igualitários de acesso e ascensão na carreira profissional e, nos serviços domésticos porque é da sua “natureza” o cuidar da casa e similares.

Atentando para o rendimento salarial temos que as mulheres recebem o “estimado em R\$1.097, 93, ao dos homens (R\$1.518, 31). (...) em média, as mulheres ganham

em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Considerando um grupo homogêneo, com a mesma escolaridade e do mesmo grupamento de atividade, a diferença entre os rendimentos persiste”, IBGE (2010, p.12). Aliás, a escolaridade de “61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo. (...) a parcela de mulheres ocupadas com curso de nível superior completo era de 19,6%”, IBGE (2010, p.5). Embora a mulher trabalhadora apresente o índice de escolaridade satisfatório continua desigual o salário pago ao do trabalhador homem. Apesar de nos encontrarmos em 2018 com inúmeras conquistas das mulheres ainda vivemos a desigualdade de oportunidades e de remuneração.

Os discursos presentes no mundo do trabalho são mantidos e reproduzidos pela cultura organizacional (MORGAN, 1996) e abarcam diversos posicionamentos discursivos. Ao enunciar sobre a mulher e o trabalho, o enunciador veicula pressupostos ideológicos, conforme Althusser (2007), que reiteram o já-dito e silencia outros valores.

Para este estudo elegemos analisar o exemplar de 2009 do *corpus*. Escolhemos a seção das dez melhores empresas para trabalhar no Brasil. Iniciamos por elaborar um quadro que apresenta o número percentual de mulheres e homens empregados nas dez melhores empresas, assim temos o quadro 1.

Colocação	Empresa	Mulheres %	Homens %
1	Caterpillar	6	94
2	Masa da Amazônia Ltda	28	72
3	Volvo	14	86
4	Sabin Laboratório Clínico	72	28
5	Eurofarma Brasil	31	69
6	BV Financeira	54	46
7	Chemtech – Siemens Company	29	71
8	CPFL Energia	18	82
9	Plascar	19	81
10	Landis+Gyr	26	74

Quadro 1 - Número percentual de mulheres e homens empregados nas dez melhores empresas para trabalhar no ano de 2009

Fonte: Exame (2009)

Entre as dez empresas melhores para se trabalhar no Brasil segundo Exame (2009), apenas duas apresentam percentuais maiores de mulheres empregadas sendo a empresa de número “6” com escore baixo e a empresa “4” com valores percentuais significativos: mulheres 72% e homens 28%. Constatamos a partir deste quadro 1 que as mulheres ainda “constituem um dos primeiros grupos que mereceram atenção na luta por oportunidades iguais de trabalho e ações afirmativas”, conforme Griffin e Moorhead (2006, p.50). Então, selecionamos os enunciados da empresa “4” para empregar a análise discursiva e apresentá-la neste estudo.

Transcrevemos a seguir, o excerto extraído da revista *Melhores Empresas para Trabalhar* (EXAME, 2009).

RAZÃO E SENSIBILIDADE

Gestão com toque de feminilidade garante satisfação dos funcionários

Dizem as pesquisas científicas que as mulheres tendem a sair melhor nas atividades que exigem habilidades verbais, sociais e emocionais. Sexismos à parte, é provável que aí esteja um importante ingrediente do sucesso do Laboratório Sabin na gestão de seus funcionários. Fundada por Sandra Costa e Janete Vaz, a empresa deixa escapar por seus corredores uma atmosfera de feminilidade. A começar pela própria quantidade de colaboradoras, quase três vezes superior ao número de homens, passando pelo toque de sensibilidade impresso às práticas do dia a dia, o Sabin, não à toa, é definido pelo time como uma mãe. O instinto maternal pôde ser testado em diversas ocasiões, como na descoberta recente da gravidez de uma funcionária ainda em fase de contratação. A situação normalmente ainda delicada para muitas mulheres virou motivo de celebração dentro do Sabin. “A candidata comentou durante a entrevista que estava enfrentando dificuldades para engravidar e eu disse que no Sabin ela conseguiria realizar seu desejo. Só não contava que fosse tão rápido”, diverte-se Sandra, que tem orgulho, aliás, de dizer que a empresa acompanha a vida do funcionário em seus momentos mais marcantes. Todos os colaboradores, por exemplo, recebem auxílio financeiro para casar, fazer o enxoval da criança e pagar a babá. Em 2008, passaram a contar com um benefício ainda mais importante – um plano de previdência privada, que obteve a adesão de cerca de 80% do quadro. Não são, porém, apenas os mimos e agrados que trouxeram o Sabin mais uma vez para o seletivo time das dez melhores empresas para trabalhar no país. Lá, a gestão é profissional e muito participativa. Empregados, não líderes, atuam no processo de construção da estratégia da empresa e são estimulados a opinar nas análises de risco. Desde 2003, todos participam da construção dos valores, missão e visão da empresa. O estímulo à integração com o laboratório passa também pelos esforços de desenvolvimento de seus profissionais. A empresa mantém uma avaliação de desempenho de 360 graus, que auxilia os empregados, após a reunião de feedback, a planejar ações que lhes permitam trabalhar suas competências. Eles também são incentivados, por meio de gratificações ou prêmios, a contribuir com ideias e projetos. “As equipes são treinadas para, na ausência do superior, dar conta do recado”, diz um funcionário. A liderança tem um papel importante, nesse aspecto, e recebe atenção especial da diretoria. Um plano de desenvolvimento individual avalia as competências dos líderes semestralmente. Eles são incumbidos, ainda, de identificar em suas equipes potenciais sucessores e, por meio de uma estratégia de responsabilidade compartilhada e assistida, desenvolvê-los ao longo do ano. “O trabalho precisa fazer sentido. Não é só estabilidade”, afirma Sandra, em referência direta à concorrência com o setor público, grande chamariz de empregos em Brasília, onde o laboratório está instalado. [...]. (EXAME, 2009, p.77-78)

Trata-se de um laboratório situado na cidade de Brasília no Distrito Federal. Fundado e administrado por duas mulheres. Quem escreve o texto publicado também é uma mulher. Denominaremos enunciador “A” aquela que assina o texto e de enunciador “B” aquela que é uma das fundadoras da empresa.

O título é “RAZÃO E SENSIBILIDADE” mobilizando duas dimensões distintas, porém interligadas pela conjunção “e”. O “e” é empregado como conjunção aditiva porque “expressam ideias similares ou equivalentes e estabelecem uma relação de soma aos dois termos”, segundo Mesquita (2007, p.367). O enunciador A rompe com o já-dito que uma empresa pode ser administrada apenas pela razão, dessa

maneira emprega a conjunção aditiva e traz para o mesmo patamar de importância a sensibilidade. O que poderia ser o já-dito retomado da dicotomia entre as duas dimensões é apresentada pela união dessas. Porquanto, a união vem no sentido de superação do estereótipo da competitividade, da objetividade, da resistência a pressões, da racionalidade como atributos pertencentes tão somente ao homem, segundo Puppim (1994).

O subtítulo traz a seguinte frase “Gestão com toque de feminilidade garante satisfação dos funcionários” (EXAME, 2009, p.77). Adentrando o campo organizacional as palavras: gestão, satisfação e funcionários; são utilizados muito corriqueiramente pela área de administração de recursos humanos. Contudo, novamente o enunciador A introduz duas palavras na frase que destoam do campo discursivo organizacional, a saber, o “toque de feminilidade”. O enunciador A enuncia elementos que remetem o enunciatário para o estereótipo feminino, o já-dito que marca a presença da mulher nessa empresa.

Em outro momento, o enunciador A evoca o discurso científico para servir como “fiador”, ou seja, é ele Outro que fala não eu. O enunciado propriamente dito é: “Dizem as pesquisas científicas que as mulheres tendem a sair melhor nas atividades que exigem habilidades verbais, sociais e emocionais” (EXAME, 2009, p.77). “Dizem” no tempo verbal presente, portanto, atual de que as mulheres são assim.

A partir daí o enunciador A identifica quem é o sujeito habilitado para afirmar e ser o fiador do seu dizer, o discurso científico, antes de dizer por si, o enunciador A se apoia nesse Outro. Já existe um já-dito anterior autorizado que é a ciência que permite enunciar que a mulher tende a sair melhor em determinadas atividades porque possui habilidades verbais, sociais e emocionais silenciando que o outro, o homem, possa apresentar as mesmas habilidades nas próprias atividades de trabalho. Não basta ser mulher é preciso se “sair melhor”. De acordo com Puppim (1994) e Bock, Furtado e Teixeira (2009) a produção social das diferenças são repassadas no processo de socialização levando a uma conformação do lugar e do papel dos gêneros, incluindo as habilidades de cada um.

No momento da enunciação, o enunciador A está atravessado pelo campo discursivo do trabalho remunerado nas organizações predominantemente empregados por homens, conforme vimos no IBGE (2010), no quadro 1 e no campo discursivo científico que apoia o enunciador A sobre supremacia das habilidades da mulher em certas atividades laborais. É nesse interstício que o enunciador A posicionará discursivamente em defesa do trabalho e da gestão da empresa pela mulher.

Mais adiante, o enunciador A cita que existe preconceito e discriminação em relação à mulher, mas coloca-se à distância quando diz: “Sexismos à parte, é provável que aí esteja um importante ingrediente do sucesso do Laboratório Sabin na gestão de seus funcionários”. Deixa de lado o sexismo porque o já-dito reverbera a discriminação em relação à mulher no trabalho, em suas oportunidades de vagas no trabalho, a remuneração desigual. Todavia, essa empresa “4” tem em seu quadro de

trabalhadores 72% de mulheres. Logo, não é oportuno trazer esse já-dito que envolve a temática sexista, talvez porque, neste caso, seria o sexismo às avessas, nota-se então, um silêncio proposital, perdoável diante da escassez de exemplos como da empresa “4”, conforme dados do IBGE (2010) e o quadro 1.

Além destacamos o enunciador A enunciando que “O instinto maternal pôde ser testado em diversas ocasiões, como na descoberta recente da gravidez de uma funcionária ainda em fase de contratação. A situação normalmente ainda delicada para muitas mulheres virou motivo de celebração dentro do Sabin”. Novamente o já-dito que é muito cultivado na educação da mulher sobre a existência natural do instinto maternal. Quase uma sentença onde toda mulher deseja sim ser mãe. O instinto são predisposições inatas, padronizadas, predefinidas para além do desejo. Ademais, vivemos numa sociedade que parece exercitar a culpabilização daquela que não deseja ter filho ou utiliza de meios de contracepção.

Entretanto, no campo discursivo do trabalho remunerado nas organizações ter potencial para engravidar não é um requisito comumente esperado pelos contratantes de mão de obra feminina. “O instinto maternal pôde ser testado”, então, indagamos por quem? Tomamos o instinto maternal como fato dado ou um já-dito estereotipado para todas as mulheres e nesse campo discursivo de homens pode ser testado e mantido como postulado para as trabalhadoras?

O instinto maternal tão discutido nos tempos atuais é evocado pelo enunciador A como uma adesão ao modo único da mulher ser e empresta um valor a mais a empresa que tem esse elemento na gestão administrativa. Mas, o que é o instinto maternal, um estereótipo, uma vantagem, a condição para a empresa apresentar-se mais humanizada, mais saudável para os seus trabalhadores? Seriam as empresas administradas por homens não “maternais”?

O enunciador A continua na formação imaginária do papel materno ao enunciar que tem “orgulho, aliás, de dizer que a empresa acompanha a vida do funcionário em seus momentos mais marcantes”. Como a mãe acompanha atentamente o progresso da filha ou do filho nos processos de socialização que iniciam desde o nascimento. O enunciador A projeta a figura da empresa maternal cuidadora de cada um dos seus trabalhadores, filhas e filhos, acompanhando e atendendo suas necessidades mais básicas de sobrevivência física, segurança, social, estima e auto realização. Perguntamos, seria esse um papel da empresa privada?

Cyrino (2011) alerta em sua pesquisa sobre os resultados que indicam que as próprias mulheres executivas reforçavam características de trabalhadoras ligadas ao papel tradicional de mãe enfatizando qualidades como saber ouvir, ser mais sensível, intuitiva, ser mais humana e procurar entender o outro. Isso ocorre em oposição a projeção dos atributos que reconhecem em homens como racionalidade, autoridade, agressividade, competitividade entre outras. Igualmente, essas características ou adjetivações robustecem o discurso da naturalização da diferença ao criar a divisão entre gêneros que remetem uns ao mundo doméstico e do lar e, o outro, ao mundo

organizacional e do trabalho.

Abramo (2002) já denominava essa separação como privado e público, o mundo familiar e o mundo produtivo e, conseqüentemente, os territórios de mulheres e os territórios de homens. O enunciador A aproxima desse já-dito ao enfatizar que “(...) o Sabin, não à toa, é definido pelo time como uma mãe”. Ao avigorar a figura da mãe parece que nos afastamos dos atributos ligados a razão e demais adjetivações esperadas pelo campo discursivo do trabalho remunerado nas organizações.

Também lemos nos enunciados a expressão “toque de feminilidade” no subtítulo e “atmosfera de feminilidade” (“empresa deixa escapar por seus corredores uma atmosfera de feminilidade”), ainda “toque de sensibilidade”. A escolha lexical dos substantivos remete aos atributos compreendidos socialmente como da mulher, pois, como argumenta Goffman (2013) as mulheres foram socializadas para serem dóceis, frágeis, tímidas, reservadas e mal adaptadas ao trabalho que exija força muscular, assim, mais sensíveis e femininas. Parece que o enunciador A mobiliza o já-dito sobre mulher por meio da escolha lexical adotada.

Rodrigues (1992) indica um efeito da naturalização da diferença a predisposição às funções no mercado de trabalho que lhe são especificamente “femininas”. Características de atividades de trabalho que requeiram capricho, paciência, leveza, ser cuidadosa, organização irão inseri-las em cargos que não requeiram o controle, a tomada de decisão, o comprometimento total com o trabalho.

Outro enunciado que nos chama a atenção é sobre a escolha dos benefícios sociais, sendo eles auxílio financeiro para casar, fazer o enxoval da criança e pagar a babá. Benefícios sociais ligados às necessidades de satisfação predominantemente da família e da prole. O destaque vem para o que é “mais importante – um plano de previdência privada”, assegurar o futuro, como toda mãe assim o deseja e que a empresa pública atende com o fator “estabilidade”. Por isso até a dificuldade do laboratório em atrair e manter seus recursos humanos na cidade de Brasília. “O trabalho precisa fazer sentido. Não é só estabilidade”, afirma o enunciador B, em referência direta à concorrência com o setor público, grande chamariz de empregos em Brasília, onde o laboratório está instalado”. Como identificamos nos dados demonstrados pelo IBGE (2010), as mulheres são em maior número no grupamento da administração pública.

Chiavenato (2015) define os benefícios sociais citados como espontâneos ofertados pela empresa, pois são não exigidos por lei. Estes tem o objetivo assistencial.

Benefícios assistenciais: são os benefícios que visam promover o funcionário e sua família de certas condições de segurança e previdência em casos imprevistos ou emergenciais, muitas vezes fora de seu controle ou de sua vontade. Incluem: assistência médico-hospitalar, assistência odontológica; assistência financeira através de empréstimos, serviço social, complementação da aposentadoria ou planos de previdência social, complementação do salário em afastamentos prolongados por doença, seguro de vida em grupo ou de acidentes pessoais, creche para filhos de funcionários, etc. (CHIAVENATO, 2015, p.273)

Uma crítica recorrente desde o início da implementação dos benefícios sociais pelas empresas era de ser essa uma ação paternalista e assistencialista, pois concedia vantagens a fim de angariar confiança e permanência do trabalhador na empresa mesmo sob condições adversas de trabalho. Considerado também como “carinho” ou “agrado” para manter o trabalhador sem reclamar.

Coincidentemente temos o enunciador A nomeando os benefícios sociais ofertados pela empresa “4” por “mimos e agrados” (“Não são, porém, apenas os mimos e agrados que trouxeram o Sabin mais uma vez para o seleto time das dez melhores empresas para trabalhar no país”). Novamente o enunciador A emprega escolhas lexicais que evocam os atributos femininos para o campo discursivo do trabalho remunerado que é eminentemente masculino. Por meio da formação discursiva da feminilidade, o já-dito do atributo feminino visa marcar os benefícios sociais como práticas de cuidado e amor, reforçando a “sensibilidade” em detrimento da “racionalidade”. Apresentando os dois atributos em oposição e não em união como proposto no título do texto.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos atentar para as relações de poder existentes em qualquer sociedade e nos mais variados graus e meios de manifestação da opressão. A ideologia da naturalização das diferenças sociais ganha mais força na sociedade capitalista na qual as relações sociais são baseadas na produção e no consumo. O resultado é perceptível pela aceitação de que certos grupos tenham mais privilégios do que outro.

A propósito da mulher ter inserção restringida no mercado de trabalho remunerado e demonstrar qualificação técnica e educacional, permanece a desigualdade no pagamento dos rendimentos, os grupamentos de atividades de trabalho fazem predominar as vagas para homens levando a crer na manutenção de atributos ligados ao estereótipo de fragilidade feminina em submissão ao modelo hegemônico de supremacia masculina.

Compreender os processos sociais da construção da imagem da mulher na sociedade de modo que a insira em condições desiguais no mercado de trabalho remunerado possibilita a aproximação do reconhecimento da força e da ação dos aparelhos ideológicos mobilizados na socialização do ser humano.

A construção social identitária do ser mulher privilegiou características da feminilidade ligadas à fragilidade pressupondo incapacidade “natural” a certos trabalhos remunerados. Demorou, impediram e retardaram a vivência pela mulher do seu direito pleno e igualitário a educação, ao trabalho e ao exercício de sua cidadania. Existem valores ideológicos dominantes veiculados pela linguagem que diminuem ou menosprezam o papel da mulher na sociedade, todavia, é preciso buscar o fortalecimento de gênero para além dos estereótipos construídos socialmente, uma série de já-ditos que precisam ser confrontados como o instinto maternal, a feminilidade

por fragilidade e a naturalização da diferença.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera (Orgs.). **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. SP: Boitempo, 2002. p.111-134

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

ALVES, B.F.; GUIMARÃES, M.O. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. **Revista Augustus**. Rio de Janeiro, v.14, n.28, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BATISTA, Anália Soria; CODO, Wanderley. Crise de identidade e sofrimento. CODO, Wanderley (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.60-85

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOCK, Ana Maria Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CYRINO, Rafaela. Estereótipos de gênero, identidade sexual e divisão sexual do trabalho: o caso das mulheres executivas. In: NUNES, Jordão Horta;

FREITAS, Revalino Antonio de (Orgs.). **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia: PUC, 2011. p.131-149

EXAME. Revista Você S.A. **As melhores empresas para se trabalhar**. São Paulo: Abril, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação social do eu na vida cotidiana**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. O desafio da diversidade. In: _____. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Ática, 2006. p. 34-67

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O estudo mulher no mercado de trabalho**.

Disponível ww2.ibge.gov.br março/2010. Acesso em 19/07/2018.

KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 281-313

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-87.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da língua portuguesa**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. 3. ed. SP: Brasiliense, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. RJ: Paz e Terra, 1981.

PUPPIM, Andréa Brandão. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. SP: Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 13-36

RODRIGUES, Arakcy Martins. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. SP: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.266-288

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres**. O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991. v.4, p.442-475

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Maria Lucia da. Pistas para a compreensão dos significados do trabalho das mulheres. **Revista Mediações**, v.1, n.2, p.46-55, jul./dez. 1996.

PSICOLOGIA, PODER E SEXUALIDADE: A FIGURA CONTEMPORÂNEA DO INTERSEX E AS NOVAS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO

Jônatas Mota Leitão

Graduado em Psicologia (Universidade de Fortaleza – UNIFOR)
Fortaleza – CE

Luiza Maria Silva de Freitas

Doutoranda em Educação (Universidade Federal do Ceará – UFC)
Fortaleza – CE

Paulo Germano Barrozo de Albuquerque

Professor e coordenador do curso de Psicologia (UNI7 – Centro Universitário 7 de Setembro) e Professor do Mestrado em Direito Privado e relações sociais (UNI7 – Centro Universitário 7 de Setembro)

RESUMO: Este artigo analisa a construção da figura do intersex como um dos efeitos das práticas atuais de administração das condutas típicas das sociedades, permeadas por práticas biopolíticas e que se organizaram, nos últimos três séculos, em torno da gestão e do controle da vida. A figura do intersex encontra-se no cruzamento de saberes e de práticas jurídicas e psicológicas. Ela é herdeira da figura do monstro humano, ao mesmo tempo em que se distancia deste por apresentar características derivadas de tecnologias de autocontrole próprias às sociedades biopolíticas do século XXI. A psicologia é analisada como importante expertise no dispositivo contemporâneo de produção

de subjetividades, mais especificamente na produção da figura identitária do intersex.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Biopolítica; Intersex.

ABSTRACT: This article analyzes the construction of the intersex figure as one of the current practices effects related to the administration of society typical behaviors, permeated by biopolitical practices and that have been organized, in the last three centuries, around the management and control of life. The figure of the intersex is found in the intersection of knowledge and legal and psychological practices. It is heir of the human monster figure, while takes distance itself from it by presenting characteristics derived from technologies of self-control proper to biopolitical societies of the 21st century. Psychology is analyzed as important expertise in the contemporary device of producing subjectivities, more specifically in the production of the intersex identity figure.

KEYWORDS: Psychology; Biopolitics; Intersex.

1 | INTRODUÇÃO

Uma modelo belga chamada Hanne Gaby Odiele revela, no ano de 2017, que é intersexual. Trata-se, segundo uma matéria no

The Guardian de 24 de janeiro de 2017, de uma tentativa de redução do estigma, afirma a modelo, tendo em vista que sua condição é nomeada de síndrome de insensibilidade andrógena, uma noção médica que define uma pessoa que é geneticamente masculina, mas contém órgãos sexuais externos com aparência feminina ou com elementos dos dois sexos.

Fala-se, ainda na matéria do *The Guardian*, em uma luta que assegura os direitos humanos fundamentais para essa identidade reivindicada como “ser intersexual”. Junto a isso, discute-se a questão da cirurgia de adequação do sexo e sua adequação a padrões médicos – ao mesmo tempo que inclui medidas de exigências jurídicas – como também, os resultados de exames que procuram constatar sinais que indicam o sexo original (KHOMAMI NADIA, 2017).

Os movimentos sociais contemporâneos, como, por exemplo, os feministas e LGBT (tendo, na letra T, uma gama de subjetividades, práticas sociais com experiências de trânsito e movimentos que incluem transexuais, travestis, transgêneros e intersex) chamam bastante atenção pelo avanço de conquistas pelo que reivindicam, buscando travar uma luta para que haja reconhecimento tanto pelo saber médico, como pela ordem jurídica. Esse reconhecimento envolve não mais um conceito de minoria social, mas se pauta na ideia de diversidade de gênero e sexual (CÉSAR, 2016).

Ainda com César (2016), podemos constatar que as políticas de identidade são práticas discursivas que almejam a elaboração de estratégias, a partir de um recorte de inúmeras identidades, que empreguem ações de conquistas de direitos individuais no âmbito jurídico, incluindo uma luta por reconhecimento de diferentes identidades, como, por exemplo, Gays, Lésbicas e Intersex. Com isso, podemos observar a proliferação de vários grupos sociais representativos que reivindicam seus direitos específicos, consolidando uma articulação que convoca, no campo das práticas sociais, as práticas jurídicas e as práticas médicas.

Todavia, não pretendemos, com o presente artigo, levantar questões acerca da constituição dos movimentos políticos, ou acerca do ativismo político, se há ou não uma efetividade progressista desses movimentos, mas trazer problemas à tona que sirvam de alavanca para mostrar outros elementos que parecem estar em jogo, elementos de conformação e colonização tanto nos estratos de saberes, como, também, no campo das práticas. Expondo isso, buscamos pensar como as interações de saber-poder dos campos da psicologia e do direito se envolvem na produção de subjetividade, mais especificamente na construção da “identidade” do intersex.

Ao percebermos essa atuação médico-jurídica no presente, funcionando como um *continuum* das práticas médicas e das práticas jurídicas, buscamos uma aproximação com uma ótica histórico-filosófica para analisar um curso de Michel Foucault intitulado *Os anormais*, nos atentando para o processo complexo da passagem da figura do monstro humano para a figura do hermafrodita. Em tal passagem, percebemos que ela só se concretiza com uma junção particular entre o saber médico e o saber jurídico, ambos atuando como um *continuum*, junto ao processo de medicalização/

normalização do monstro humano, e de aparecimento multifacetado das noções de lei, norma e exame.

Metodologicamente, a ótica histórico-filosófica possui características e deslocamentos importantes na condução do problema dessa produção. A metodologia histórico-filosófica, segundo Lamas (2010), contém um modo de olhar para a história inspirada nas pesquisas de Michel Foucault. Destaca-se que tal maneira de olhar tem uma singularidade inspirada em Nietzsche, tendo em vista uma compreensão da história como processo descontínuo, e não progressista, sendo fundamental levantar questões acerca dos acontecimentos que a atravessam, assim como, da proveniência destes.

A proveniência desses acontecimentos carrega descontinuidades, rupturas, fragmentações, que pretendemos apontar, advindas do próprio acontecimento histórico, sendo possível, a partir disso, desfrutar da possibilidade da construção de diversos diagnósticos, diversas interpretações, não importando uma resposta que apenas consolide a perspectiva progressista da história.

Diante disso, partindo para a tentativa de apresentar a produção da figura do intersex, buscamos compreender como isso diz respeito a produção também de identidades, fazendo-nos interrogar como foi possível e a que serve a atuação da Psicologia, assim como seu envolvimento nos mecanismos de normalização em jogo, uma vez que ela é convocada e intervém com a fundamentação de pareceres, construindo laudos e, sobretudo, fabricando identidades.

Dessa maneira, a possibilidade de nós pensarmos as condições para a produção da figura do hermafrodita nos faz considerar que podemos lançar questões para as condições de possibilidade para a produção da figura do intersex e do seu amplo espectro. Para isso, vamos explicitar como a produção de uma figura diz respeito a uma forma de organização e funcionamento de poder, em uma compreensão do poder como positivo, como uma relação de forças que produz uma verdade.

Michel Foucault (1988) nos mostra como o exercício de poder passa por um deslocamento importante nas sociedades ocidentais. A análise da sociedade disciplinar e normalizadora que ele trabalha em seu livro *Vigiar e punir* soma-se a uma reflexão acerca do desenvolvimento de uma tecnologia de poder centrada na vida. O poder soberano é deslocado, a partir do século XVIII, para um poder sobre a vida com dois eixos: por um lado, o das disciplinas e, de outro, o dos mecanismos que regulam a vida, centrando-se no corpo como espécie, conhecido também como uma “biopolítica da população”.

Acrescentaremos às reflexões foucaultianas, as contribuições de Rose (2013) acerca das transformações biopolíticas do século XXI, nos fazendo pensar sobre em que cenário biopolítico se encontra a produção de identidades, inclusive onde se encontra a figura contemporânea do intersex, tendo em vista a atualização dos dispositivos biopolíticos de controle e regulação nas atuais formas de governo das populações e dos diferentes grupos sociais nas democracias liberais.

Algo que será de grande importância para lançarmos questões é aquilo que Foucault chama de “dispositivo de sexualidade”, que faz parte desse agenciamento político da vida, integrando, desse modo, a biopolítica. Compreender a atuação desse dispositivo e os deslocamentos no próprio funcionamento da biopolítica, nos permitirá construir uma problemática em torno da produção da figura contemporânea do intersex e do que há de diferente em relação ao cenário de produção da figura do hermafrodita, apontando novas demandas para a Psicologia.

2 I OS ANORMAIS E O CONTINUUM MÉDICO-JURÍDICO

No curso que Michel Foucault organiza no ano de 1976, intitulado *Os anormais*, há uma preocupação em se construir uma genealogia, história descontinuista, acerca do aparecimento de três figuras históricas do ocidente: o monstro humano, o onanista e o incorrigível. Buscaremos, com isso, trabalhar em cima das três primeiras aulas, nas quais Foucault nos apresenta elementos para uma discussão acerca da indiscernibilidade médico-jurídica que se constituirá de forma particular em torno dessas figuras e, mais especificamente, acerca da passagem da figura do monstro humano para a figura do hermafrodita.

Foucault (2010) expõe no decorrer do curso uma série de documentos jurídicos e laudos psiquiátricos, buscando mostrar quais discursos circulavam por essas matérias. O primeiro fragmento exposto data do ano de 1955, no qual o conteúdo é visto por ele como ubuesco, tanto por serem grotescos, mas também pelo fato de serem discursos proferidos por pessoas que cumprem uma função qualificada como científica e que interferem em decisões da justiça.

O estranhamento de Foucault está justamente em perceber que os discursos desses documentos legais não estariam nos conformes disponibilizados pela matéria jurídica, pelas regras do direito, pelo o que a lei estaria enunciando. Seu conteúdo parecia estar distante inclusive de um discurso propriamente científico da ciência médica. Haveria uma descontinuidade nos laudos que possibilitam atuações tanto da ciência jurídica, como também da ciência médica, que se organizam estrategicamente de modo a produzir efeitos de verdade que determinam maneiras específicas de funcionamento das instituições de poder (FOUCAULT, 2010).

Foucault percebe com o fragmento, com o que se produz nos relatórios policiais e nos laudos médico-legais, que há uma relação de verdade-justiça que precisa ser rigorosamente investigado, tendo em vista que são temas muito importantes para a pensamento ocidental. Como se chegou a uma pertinência fundamental entre o enunciado da verdade e uma prática jurídica? Quando se organizou uma relação estranha entre enunciados com estatuto de discursos verdadeiros com efeitos jurídicos e que, ao mesmo tempo, detém elementos que são extremamente alheios a todas as regras que constituem o discurso científico?

Chega-se, com essas questões, ao problema da falta de homogeneidade entre as regras do direito e as verdades científicas médicas. Por não possuírem objeto de intervenção óbvio, voltar-se-ão, por exemplo, de acordo com laudos médico-legais às condutas anormais, às condutas que podem ser focos de instâncias de controle do anormal, que inclui também um controle do crime e o tratamento de doenças.

Aos poucos, com esses problemas lançados por Foucault, estaríamos nos defrontando com um modo novo de organização do exercício de poder que se utiliza de discursos que produzem efeitos de poder amplos e que apresentam um conteúdo desqualificado, que podem inclusive nos fazer rir. Com isso, o que está aparecendo é uma tecnologia de poder com facetas próprias, fazendo funcionar de um modo complexo as instituições de poder.

A convergência entre o saber médico e jurídico acontecerá na medida que os objetos a demandarem. Chama-se de tecnologia de poder justamente pela sua capacidade de se articular tendo em vista a frequência em que parece demandada, a frequência em que vai investindo uma organização que mistura suas regularidades, que misturam seus estatutos, sendo capaz de fabricar uma discursividade que apresente os dois estatutos funcionando ao mesmo tempo.

Quando falamos sobre a fabricação de uma discursividade, estamos analisando as relações de poder em jogo na emergência dos discursos. Foucault também chama de práticas discursivas, pois a fabricação de discursos faz com que estes circulem no manejo de técnicas, nas instituições, nos esquemas de comportamento e nas formas pedagógicas que os proliferam (FOUCAULT, 2008).

Vemos, com isso, como o saber médico e o saber jurídico se articulam de um modo a se desfazerem de seus objetos específicos, concernentes as suas respectivas normatividades de conhecimento e produzem um novo objeto, construindo uma instância de controle e de penetrações ilimitadas sobre esse objeto. Não se trata de cada saber operar de modo independente, com um substituindo o outro em momentos diferentes, mas tratar-se de uma série de conformações de saber-poder com distribuições indefinidas de efeitos (FOUCAULT, 2010).

Foucault lança a questão sobre do que realmente se tratava, no século XIX, quando alguém era enviado para o hospital psiquiátrico depois de uma sentença penal. Eis aí a relevância para que haja uma investigação de um suposto continuum médico-jurídico, isto é, uma continuidade particular e fundamental entre dois saberes que faz funcionar duas normatividades capazes de criarem uma falha que pode ser corrigida, de dizerem dos segredos inerentes ao anormal, ao mesmo tempo que podem investir em aparelhos de correção para tais.

A partir de como esse *continuum* vai se desdobrando de modo variado, passa a aparecer uma certa complementação de ambos os agentes de cada saber. Por um lado, o juiz é investido de uma postura médica para também exercer funções e tomar decisões, isto é, no sentido da medicalização. O saber jurídico passará a operar também com noções médicas. Por outro lado, o médico, também será investido com a

instituição jurídica, na medida que este também tomará decisões e exercerá funções colonizadas por essa instituição jurídica, ao mesmo tempo que autorizada por ela (FOUCAULT, 2010).

Com isso, passa-se a aparecer nos fins do século XIX e no início do século XX uma série de elementos que constituem esse *continuum* médico-jurídico. Primeiramente, quando um indivíduo comete um crime, ele antes é examinado por peritos psiquiatras, tendo em vista que agora o indivíduo chega com o crime e com o relatório psiquiátrico; há também o aparecimento de tribunais especiais, para menores, com repasse de informações psicológicas e médicas ao juiz, com detalhes acerca da vida do indivíduo; penitenciárias administrando a pena do indivíduo a partir do nível de perversidade e nível de perigo; a criação de instituições de vigilância médico-legal com o fito de enquadrar a infância e a juventude (FOUCAULT, 2010).

O fundamental a ser apontado é como esse *continuum* médico-jurídico ativará e inaugurará uma nova forma de operação do poder que não diz respeito nem, de forma estrita, ao poder médico, nem ao poder jurídico, mas um novo exercício de poder, o poder de normalização. Tal classificação é utilizada por Foucault para tentar descrever uma situação complexa de operações de saber-poder.

3 I A PASSAGEM DA FIGURA DO MONSTRO HUMANO PARA A FIGURA DO HERMAFRODITA

Compreendendo a constituição desse *continuum* médico-jurídico, podemos explicitar como se dá a passagem da figura do monstro humano para a figura do hermafrodita, interpretado também como uma produção do poder, como uma fabricação específica do poder, uma vez que a leitura sobre o que é tal monstro não torna contínuo perceber o hermafrodita como um. Nessa passagem, um elemento importante que achamos fundamental de explicitar é a tecnologia de poder do exame como produção de verdade.

O exame, nessa passagem, é exatamente aquilo que constitui a medicina e o campo jurídico ao mesmo tempo sob a forma de um exame médico-legal. Sua forma ritualizada conjuga a cerimônia do poder e o estabelecimento de uma verdade, tornando possível o conhecimento em suas técnicas, procedimentos e práticas (CASTRO, 2016).

Esse mecanismo de saber-poder abre passagem para que os sujeitos se tornem objetos por parte de um poder que funciona apenas com o olhar, fazendo com que as individualidades entrem em um campo documental com técnicas de anotação, registros, arquivos. Com isso, constitui-se como um lugar de fixação das várias individualidades com suas diferenças, ao mesmo tempo que modula essas diferenças para que cada uma tenha sua singularidade (CASTRO, 2016).

O monstro humano é especificado nos tratados científicos anteriores ao final do século XVIII e início do século XIX. Encontra-se como uma noção jurídica, na qual a

figura do monstro provoca uma inflexão na lei, perturba a lei que o vê como um erro a partir de um estranhamento de sua existência. Por isso que o monstro humano é pensado a partir da noção de transgressão (FOUCAULT, 2010).

O monstro “é o misto de dois sexos: quem é ao mesmo tempo homem e mulher é um monstro” (FOUCAULT, 2010, p. 54). Fala-se também de uma mistura do reino humano e do reino animal, é uma figura mista, com inúmeras formas, que marca a transgressão de todos os limites, de todas as classificações, que esgota a lei ao seu limite. A monstrosidade, desse modo, só é monstrosidade a partir de uma transgressão da lei natural, provocando uma espécie de desordem, de excesso, ou até mesmo de bagunça. Por isso, a transgressão se enuncia a partir da existência de uma ordem natural, civil e religiosa (FOUCAULT, 2010).

Dessa forma, quando se é um enfermo, há a possibilidade de identificação por parte do campo jurídico, que prevê as pessoas adquirindo uma doença. Todavia, no caso da monstrosidade, o campo jurídico se vê esgotado, sem possibilidade de resguardar, pois se trata de uma irregularidade natural que obriga que as regras jurídicas se recriem, ou que estabeleçam novas regulações.

Foucault (2010) não está interessado em estabelecer uma concepção rígida de lei, um conceito paralisado para que seja aplicado a qualquer possibilidade histórica. Portanto, como sugere Fonseca (2012), é possível perceber que a lei, da qual ele realiza suas investigações, é a positivada pelo Estado, de modo geral e abstrato, contendo estruturas de legalidade que são conectadas a esse Estado, as leis federais, estaduais, municipais, os decretos, resoluções, os regulamentos, os órgãos e os aparelhos.

Fonseca (2012) organiza dois sentidos para pensar a lei e a norma nas investigações de Michel Foucault: um sentido teórico e um sentido prático. No sentido teórico, podemos pensar a lei “independente” das atuações da norma, mas no sentido prático, ambas se constituem e atuam de forma dependente. Para a compreensão dessas operações na passagem da figura do monstro humano para a figura do hermafrodita, é de extrema importância mostrar o caráter “normativo” da lei, esta não sendo mais independente dos processos de normalização, tirando a lei de uma compreensão apenas teórica e metafísica sem intervir na realidade dos indivíduos e a colocando em um plano que intervém e que normaliza o plano de ação dos indivíduos.

A lei como capacidade de normalização abre espaços para que a lei com os sentidos de proibição, de interdição, de repressão, que organiza o que é permitido e o que não permitido, ganhe uma complexidade, pois não atuará sem estar acompanhada dos mecanismos de normalização, que são mecanismos de produção. Aproximando-se mais do plano das práticas, a forma da lei e os processos de normalização não se contradizem, mas se implicam. Com isso, não há uma lei separada da monstrosidade, nem dos mecanismos de normalização, mas uma dimensão normativa da lei que está diretamente implicada com os mecanismos de normalização.

Para tratarmos dessa interpenetração da “normatividade” da lei com a

normalização e, sobretudo, para mostrarmos a produção da figura do hermafrodita, recorreremos a dois casos de hermafroditas que Foucault analisa na aula de 22 de janeiro de 1975, ressaltando algumas mudanças em relação aos dois casos. Ao mesmo tempo, falaremos do que se trata quando estamos falando da produção da figura do hermafrodita, que não é mais a figura do monstro humano.

Primeiro, o hermafrodita de Rouen, datado de 1601, um indivíduo que foi batizado como menina e depois, com o tempo, foi assumindo a identidade masculina. Chegando a se casar, foi denunciado e condenado à morte após seu julgamento. Todavia, sua condenação foi amenizada e foi obrigado a vestir-se como “mulher”, sendo impedido de viver ou se relacionar com qualquer pessoa, qualquer que fosse do sexo desta, isto é, uma mulher (FOUCAULT, 2010).

Algo que será de extrema importância para compreender como os mecanismos de normalização vão se alastrando diz respeito ao exame que o médico chamado Duval, assim como os livros sobre monstruosidade de Riolan, empreende para falar do “ser” do corpo, em um processo de individualização, tendo em vista esse caso particular, como nota Foucault (2010, p. 59): “Temos aqui, creio eu, o primeiro dos textos médicos em que a organização sexual do corpo humano é dada, não em sua forma geral, mas em seu detalhe clínico, a propósito de um caso particular”.

É com os exames dos especialistas que se chega a construção da transgressão a partir do hermafroditismo. O hermafroditismo sendo cada vez mais especificado como uma categoria monstruosa, que perturba a ordem da natureza, que confunde os gêneros humanos. A positivação de uma figura do hermafrodita pode ser pensada a partir da objetivação do corpo pelas discursividades médicas, pois a noção de monstro que, a priori, era estritamente jurídica, ganha um estatuto médico, passando a nomear o monstro, especifica-lo, transformando-o em um caso particular, passando a ser denominado “hermafroditismo”.

Tem-se uma descrição detalhada acerca daquele corpo em particular, daquele corpo que é nomeado, que é especificado. A forma como o corpo é especificado a partir do discurso médico já mostra as primeiras enunciações sobre uma clínica da sexualidade, sobre uma descrição dos órgãos sexuais, do funcionamento da sexualidade. Cabe pensar que já não se trata de uma censura em falar sobre a sexualidade, mas de produzi-la, de teoriza-la, de esmiuçar a anatomia da sexualidade e, sobretudo, criar um discurso científico que fundamenta a sexualidade e seu funcionamento (FOUCAULT, 2010).

A lei em atuação com os mecanismos de normalização faria funcionar uma percepção do indivíduo que é hermafrodita. Aos poucos, vemos a constituição da norma no plano do “ser”. Tem-se no caso do hermafroditismo, não só um olhar que demarca as virtualidades e características que dizem respeito ao hermafroditismo, mas um corpo hermafrodita, um corpo que é hermafrodita sob uma série de indicadores.

A ilustração do aparecimento das “irregularidades” é explicitada quando Foucault (2010) expõe o caso de Anne Grandjean, que data de 1765. A história se trata de um

indivíduo que é batizado como menina e que, em um momento de sua vida, chega a casar com outra mulher. Ao ser denunciada, foi levada a julgamento e terminou por ser culpada com o cartaz “profanador do sacramento do matrimônio” (p. 61). Ao ser libertada, ela foi obrigada a ser mulher, a vestir-se de mulher e viver como uma mulher, mas foi proibida de se relacionar com qualquer outra mulher.

Assinala-se aí uma mudança curiosa que diz respeito não mais a um problema da mistura dos sexos, da monstruosidade, da transgressão de ter consigo uma monstruosidade, mas um conjunto de deslizamentos, desvios, estranhezas que serão transformadas em antecedentes para possíveis condutas criminosas; tais condutas criminosas constituirão uma nova noção de monstruosidade, que não é mais da natureza do hermafrodita, mas da conduta, dos comportamentos, dos atos (FOUCAULT, 2010).

A aberração da natureza se tornará apenas uma malformação, uma irregularidade que pode tornar possível o aparecimento de outras monstruosidades, monstruosidades indicadas pelo comportamento, pelos atos. Aquilo que tinha um caráter jurídico-natural será deslocado para um caráter jurídico-moral, na qual a monstruosidade não dirá respeito a um erro implicado no “hermafroditismo”, mas ao comportamento. A articulação jurídico-moral com a compreensão médica da figura do hermafrodita de uma maneira que não se passa apenas pelo “ser” hermafrodita, mas também através dos riscos que esse ser pode vir a causar para as ordens em funcionamento, como as ordens natural, civil e religiosa.

4 | A FIGURA DO INTERSEX E QUESTÕES PARA A PSICOLOGIA

A reflexão de Foucault (1988) em torno da biopolítica e do dispositivo de sexualidade, por mais emergente que seja ao estar se tratando do século XVIII e meados do século XIX para chegar mais próximo de como se dava a administração da vida no século XX, pode ser pensada com novas imagens da biopolítica do século XXI. Para isso, Nikolas Rose (2013) nos familiariza com uma política de vida que parece bastante diferente da biopolítica contada por Foucault.

Ainda visualizamos uma política que objetiva a vida da biopolítica de Foucault operante, com o corpo atravessado e codificado sob processos biológicos, com as taxas de nascimentos, de mortes, de doenças, epidemias, com preocupações com a saúde da população, com a vitalidade das cidades e metrópoles, integrando um poder disciplinar e um biopoder atuando em conjunto investindo sobre a vida e seus fenômenos.

Para Rose (2013), a política de vida no nosso século parece passar por transformações, nas quais os polos saúde e doença passam a ter menos relevância, junto a uma mudança do foco, mas não uma extinção total, de eliminar patologias devido a perigos para proteger o destino da nação. Desse modo, essa política de vida estaria mais atenta em estimular um crescimento das capacidades de controlar, administrar,

recodificar e modular as próprias capacidades vitais dos humanos enquanto seres viventes, que Rose chama de política “da vida em si mesma”.

Não buscaremos nos ater necessariamente a como se construiu ou funciona essa política “da vida em si mesma”. Todavia, a novidade que ela nos traz, nos conta Rose, está em construir uma percepção que faz pensar sermos capazes de experimentar mudanças nas formas de manipular e alterar nossa vitalidade, nosso metabolismo, nosso funcionamento, nossos órgãos, nossos cérebros.

Nisso, vemos surgir novas instâncias de saberes e expertises capazes de intervir no nível molecular, manipulando-o. Junto a isso, há as capacidades da genética de dizer que tipos de pessoas nós somos, que tipos de pessoas podemos, ou até queremos ser. A produção de cálculos com intervenções que modelam a vida, tendo em vista o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento com implicações éticas diversas.

Essas implicações éticas, que são apresentadas por Rose (2013) como uma virada na biopolítica do século XXI, estão relacionadas à possibilidade de um mundo marcado pela proliferação de pessoas mecânicas moduladas a atender demandas e qualidades específicas. Nesse mundo, haveria uma geração de manejo de psicofármacos que nos ofereceria possibilidades de intervir nos nossos temperamentos e nos nossos desejos.

Esses avanços tecnológicos da biomedicina produziram técnicas e novos procedimentos como os testes genéticos, tecnologias de reprodução, transplante de órgãos, modificações genéticas de organismos e uma nova geração de medicamentos psiquiátricos. Logo, é em torno desses avanços que os dilemas éticos parecem surgir: de um lado uma percepção com perspectivas de novas curas eficazes, por outro lado uma percepção que chama atenção acerca dos perigos de tratar a vida humana como infinitamente modulável, manipulável, muito próximo das questões de suscetibilidade e melhoramento presente em um projeto eugênico (ROSE, 2013).

Atravessando essas reflexões acerca dessa biopolítica sob outras imagens, com novidades, inevitável não interrogar acerca de uma possível atualização no modo de funcionar do dispositivo de sexualidade. A sexualidade como um “dispositivo”, diz respeito a possibilidade de, em torno dela e a partir dela, se tornar possível um certo número de discursos, técnicas, práticas, saberes e intervenções (FONSECA, 2012).

Em torno do cenário contemporâneo, não se pode entender a sexualidade a que Foucault está se referindo como algo específico, mas sim a um grande espectro de possibilidades de estimulação do corpo, dos prazeres, da incitação ao discurso, da formação de conhecimentos, com o estabelecimento de instância de controle e de resistências, somado a uma rede complexa de saber-poder (FOUCAULT, 1988).

A produção de identidades sexuais tem percurso histórico desde meados do século XIX, e Foucault (1988) explica como isso tem uma grande relação a formação desse dispositivo de sexualidade. A questão está em como esse dispositivo parece atuar no sentido de construir, de forma eficaz e cada vez mais variada, interpenetrações nos corpos que produzem verdades, sobretudo, fazendo aparecer “novos” sujeitos,

“novas” subjetividades que fogem de normas hegemônicas, mas que são passíveis de serem normatizadas.

Em torno disso, buscamos trazer reflexões acerca dessa figura contemporânea do intersex, tendo em vista que a Psicologia estaria inclusa nesse cenário mais do que nunca. Assim como foi uma questão para Foucault pensar quando foi possível uma articulação do saber médico com o saber jurídico, é questão hoje: quando foi possível uma participação ativa da Psicologia nesse *continuum* médico-jurídico, compondo decisões, fundamentando pareceres?

Quando abordamos, com Foucault, a convergência médico-jurídica que vai se construindo ao longo do desenvolvimento de sociedades biopolíticas, estamos objetivando pensar como a Psicologia e outras áreas do conhecimento, no presente, vão participar desse continuum com o ofício de examinar e, por meio disso, produzir identidades cada vez mais variadas e naturalizadas.

Desse modo, demonstrar o que há de novo com a produção da figura do intersex em relação a passagem da figura do monstro humano para a figura do hermafrodita é nosso ponto central. Quando optamos por pensar como “figura”, optamos por não pensar o intersex com o crivo das identidades naturalizadas, mas como produção histórica de certas configurações, certos arranjos dos dispositivos de poder, assim como foi possível para Foucault, pensar as condições de possibilidade para produção da figura do hermafrodita.

A figura do intersex já é pensada como uma noção médica de maneira variada e ampliada. Segundo Cabral & Benzur (2005), pode-se pensar a intersexualidade como uma grande possibilidade de subcategorias, isto é, contendo uma série de especificações a partir da variedade de condições anatômicas e sexuais. Fausto-Sterling (2005) afirma que os tipos comuns de intersexualidade são: Hiperplastia Congênita Adrenal, Síndrome de insensibilidade do andrógino, Disgenia Gonadal, Hipoplastia, Síndrome de Turner e a Síndrome de Klinefelter. Cada um com uma descrição médica, anatômica, orgânica e genética diferente.

Com a passagem da figura do monstro humano individualizado para a figura do hermafrodita, vemos aparecer, como nos aponta Machado (2005), no final do século XX e início do século XXI, os indivíduos com “genitália incompletamente formada”, que dá condições para dilemas identitários, para a construção de instâncias de retificação de uma suposta “inadequação genital” que é identificado para ser remanejado por uma equipe multiprofissional, que incita os mais diversos discursos para darem conta dessa questão.

Nessa incitação discursiva, Machado (2005) nos fala ainda que o dilema está em decidir sobre a classificação de gênero, sobre a melhor definição anatômica, sobre qual maneira parece menos deficiente, menos patológica. Além de passar por protocolos e medidas médicas, há uma negociação multifacetada, com tensões, entre a percepção médica, a percepção da própria pessoa intersex e a percepção da família. Em suma, o manejo médico parece estar sujeito a imprevisibilidades, não seguindo

um procedimento padrão, claro, buscando convergir a noção de “natural”, o “ideal” do corpo e as normas sociais.

Entretanto, quando estamos falando de imprevisibilidades, não olhamos como acidentes na história da produção do poder, como falhas na história, como erros morais, e sim como uma maximização dos efeitos de poder, funcionando como engrenagens inerentes dos mecanismos do poder, como parte da trama que as relações de força no cenário contemporâneo organizam.

Podemos interrogar, considerando essas engrenagens, sobre o que mudou nesse cenário, com outros efeitos de poder, onde emerge essa figura do intersex em relação a produção da figura do hermafrodita. Para isso, pensamos que a produção da identidade não segue a atuação do poder disciplinar que Foucault (2014) analisou, onde há uma combinação de uma vigilância com uma sanção normalizadora que certificará de estabelecer quem é aquele indivíduo em sua diferença individual. Agora, parece que estamos em um momento em que a manutenção da vida passa pela autonomização do indivíduo ser capaz de dizer quem ele é, de enunciar sua verdade.

A ciência médica naturalizante com um aparato tecnológico diverso, com uma extensão de ferramentas da biomedicina, da genética, de tecnologias do corpo, parece capaz de dar conta de qualquer acidente anatômico, da natureza, fazendo da dinâmica da resistência, que constitui as relações de poder, uma dinâmica facilmente identificável, passível de ser codificada. A modelo belga Hanne Gaby Odiele afirma ser intersex, tendo ciência de que não se trata apenas de ela ser intersex sob sua enunciação, mas também de ter uma síndrome de insensibilidade andrógena como suplemente, uma nomenclatura médica, que contém uma série de especificidades desde o código genético às características anatômicas e sexuais.

É justamente em torno desse deslocamento que buscamos chamar atenção, tendo em vista não mais uma atuação estrita do poder disciplinar de sancionar um diagnóstico e uma conduta moral, mas um certo autodiagnóstico do próprio indivíduo, acompanhado de um processo de autonomização desse indivíduo de conhecer a si mesmo, de falar de si com as peças que o jogo das políticas de identidade (saber jurídico) em convergência com as produções da ciência médica naturalizante dispõem.

Os debates em torno da intersexualidade estão centrados na questão da identidade, de qual “ser intersexual” tal indivíduo é, envolvendo as cirurgias precoces de correção em torno de genitálias “ambíguas”, tendo em vista uma tentativa de submeter as características das genitálias e sexuais nos conformes dos códigos de cada tipo de intersexualidade que a ciência médica produz.

Cabe ressaltar que essa discussão está voltada para países onde a legislação concebe essas regras em torno da figura do intersex. A luta empreendida pelo Ministério de Saúde do Chile, por exemplo, buscou, em 2016, paralisar a realização de cirurgias de “normalização” em crianças intersexuais, tendo em vista que há, desde um relatório de 2013 da ONU, um parecer acerca da “cirurgia genital involuntária” que afirma que tal cirurgia provoca “infertilidade permanente e irreversível” e “sofrimento

mental severo” (LAVERS, 2016).

Em torno disso, buscamos interrogar: até onde a *expertise* da Psicologia será uma peça fundamental nas decisões, junto à cirurgiões e endocrinologistas, em torno dessas cirurgias corretivas, sobretudo, em torno dos pareceres acerca do desejo dos indivíduos submetidos à cirurgia? Pois, nessas decisões, constatamos que na medida que a Psicologia se torna fundamental nesses processo de produção de identidade, mesmo que bem-intencionada com a diversidade, sua atuação passa a se abster cada vez mais de autocrítica e de construir interrogações estratégicas em torno do que está em jogo nessas decisões onde se desenha algumas dicotomias: coerente/ambíguo; masculino/feminino; sexo/gênero; indivíduo/poder; normalidade/anormalidade.

A manutenção nas estratégias políticas e teóricas catalisam processos de subjetivação com intenções de cidadania e direitos cada vez mais centradas na condição de trancar identidades em si mesmas, encerrando os corpos, práticas, experiências, prazeres, modos de vida (César *apud* Rubin, 1993). Nesses processos, a Psicologia perde a possibilidade de construir um espaço de problematização acerca da sua prática, que se torna uma *expertise* decisiva.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crivo das representações identitárias, que se desenvolveu nas sociedades biopolíticas, dá força para transformar a identidade em um aspecto inquestionavelmente fundamental, de tal maneira que parece que já não podemos pensar a política que não seja partindo de categorias identitárias essencializadas como determinantes da vida humana. A partir disso, quando se trata da figura contemporâneo do intersex, a Psicologia é convocada a participar de decisões, sobretudo, de discussões em torno dos dilemas que são produções do poder, isto é, dicotomias e binarismos a partir os corpos, dos desejos e das práticas.

Em face disso, ao mostrarmos como o poder de normalização atuou na produção da figura do hermafrodita, nossas interrogações, no presente, estão voltadas para abordar a Psicologia e sua atuação nos processos de normalização das políticas de vida do contemporâneo. Os processos de produção de identidade acontecem com a disponibilidade diferenciada do variado espectro da Psicologia, desde uma Psicologia mais próxima das neurociências, das teorias comportamentais e da genética, a uma Psicologia que opera pela linguagem.

A linguagem como campo privilegiado da formação se significados naturalizados, tornados essências, uma vez que ela só funciona transformando o significado das palavras em coisas idênticas a si mesmas, fazendo funcionar o mecanismo de sempre ressuscitar a si mesma. Faz aparecer a verdade de algo enquanto desvelamento, sustentando a trama de tornar tudo verdadeiro, tornando-se ela mesma um todo exprimível da Verdade.

Por isso, quando explicitamos a construção do continuum médico-jurídico e o situamos no cenário contemporâneo com a discussão da figura do intersex, buscamos não só desnaturalizar a questão da identidade com as produções do poder, demonstrando a face dos mecanismos de saber-poder na produção de subjetividade. Mas, também, explanar as transformações em torno dos processos de produção de identidade que parecem estar bastante interligados a luta de garantia de direitos, tendo em vista que os grupos sociais parecem constituir-se como grupos estabelecidos em razão do compartilhamento da ideia de identidade como essência, destino biológico ou gestão do desejo (César, 2016).

Processos de produção de identidade que convocam cada vez mais a Psicologia a trabalhar teoricamente e politicamente nesses processos tornam cruciais interrogações sobre se a Psicologia seguirá as engrenagens da ciência médica naturalizante, ao mesmo tempo que estará em articulação com o campo jurídico na atuação com os direitos humanos.

Como Foucault analisou bem o surgimento de novas práticas com uma característica de indiscernibilidade médico-jurídica na individualização do monstro humano com a figura do hermafrodita, nos chama atenção a como a ampliação do *continuum* médico-jurídico tem tido a oferta da *techne* da Psicologia, dando luz a uma convergência cada vez mais complexa de novas práticas de subjetivação que articulam os campos da Psicologia e do Direito, com as formas de organização de poder no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

CABRAL, M., & BENZUR, G. **Quando digo intersex**: un diálogo introductorio a la intersexualidad. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 283-304, 2005.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CÉSAR, M. R. D. A. A crítica da noção de identidade e atualizações contemporâneas da estética da existência: feminismo(s), movimentos LGBT e política *queer*. In: RESENDE, H. **Michel Foucault: política – pensamento e ação**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 137-146.

FAUSTO-STERLING, A. **Sexing the body**: gender politics and the construction of sexuality. Basic Books, 2000.

FONSECA, M. A. D. **Michel Foucault e o direito**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II**: a arqueologia das ciências humanas e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 42^a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LAMAS, F. G. Foucault, o método histórico-filosófico de pesquisa e sua contribuição para a metodologia científica das Ciências Humanas. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 110-122, 2010.

LAVERS, M. K. Chilean officials oppose intersex children 'normalization' surgery. **Washington Blade America's LGBT News Source**, 2016. Disponível em: <http://www.washingtonblade.com/2016/01/11/chilean-officials-oppose-normalization-surgery-for-intersex-children/>. Acesso em: 12 Maio 2017.

MACHADO. P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 249-281, 2005.

NADIA, K. Model Hanne Gaby Odiele reveals she is intersex. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2017/jan/24/model-hanne-gaby-odiele-reveals-she-is-intersex>. Acesso em: 17 Maio 2017.

ROSE, N. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. 1^a. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

RUBIN, G. Thinking Sex. Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. 1^a. ed. New York: Routledge, 1993, p. 3-44.

POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO DA TERRA

André Valécio

Universidade de São Paulo – FFCLRP

Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales –
LAS

RESUMO: Por meio da etnopsicologia, realizou-se uma reflexão crítica sobre o lugar dos povos indígenas e os possíveis impactos psicológicos acarretados pela dialógica da inclusão para exclusão realizada pelo Estado de direito, cujo discurso é respaldado pela suposta necessidade de “desenvolvimento” do país. O estudo passou por uma dimensão multidisciplinar, utilizando da antropologia, psicologia social e também da disciplina do direito para refletir sobre as diferentes perspectivas nas quais essas pessoas se encontram. O que se tem observado é que a crise da política indígena no Brasil se encontram num processo cíclico, dividida claramente em três momentos, mas com a mesma estrutura e falhas. E, na atualidade, em que os povos indígenas esperam uma transformação significativamente em consequência de uma “mudança” de posição filosófica do governo, aparentemente tem se tornado uma das maiores violências e crises de tempos na política indigenista. Aliás, foi o governo no qual menos se demarcaram terras indígenas durante toda a história. A violência gerada nos dias de hoje demonstra a incapacidade de fiscalização

e de medidas voltadas às políticas indigenistas, gerando sofrimento e impacto profundo na vida desses povos diferenciados.

PALAVRAS-CHAVE: Etnopsicologia; política ameríndia; antropologia política; direito indígena.

ABSTRACT: Through ethnopsychology, a critical reflection was carried out, on the place of these persons, and brought it shears the possible psychological impacts dialogic of the inclusion for exclusion carried out by the State of right, this speech, polished by the supposed necessity of “development” of the country. The study passed by a multidisciplinary dimension, based on anthropology, social psychology and also on discipline of law, in order that these persons thought about the different perspectives about which if they find. What has been observed is that the crisis of the native politics in Brazil finds in a cyclical process, divided clearly in three moments, but with the same structure and faults so that they can be brought back. And in the present, where were the native people waiting for a transformation significantly as a consequence of a “change” of philosophical position of the government, apparently it has when if one of the biggest violence and crises of times were made into the indigenist politics. It was even the government which less it demarcated native lands during

any history. The violence produced in the present demonstrates the incompetence of inspection and of opposite measures the indigenist policies, producing a suffering and deep impact in the life of these differentiated people.

KEYWORDS: ethnopsychology; politics ; political anthropology; native right.

INTRODUÇÃO

Quando analisamos os aspectos sociopolíticos nos quais os povos indígenas estão inseridos, vislumbramos que a crise política voltada aos conflitos de terra no Brasil faz parte de uma profunda marca na vida dessas pessoas, acompanhando-as historicamente desde o período da invasão portuguesa.

Em 1500, exercendo sua autoridade de descobridores e novos donos dessas terras, os portugueses batizaram todo o território então conhecido, com o intuito de santificar essas novas terras.

Para o desenvolvimento ritualístico do batismo, utilizaram-se os nomes de seus santos católicos, como Monte Pascoal, São Sebastião, Todos os Santos, São Salvador e, em seguida, ignorando uma pré-existência de habitantes locais, também batizaram os seus moradores (TODOROV, 1983).

Esse batismo, ou esse “encontro” entre brancos e indígenas, inaugura o começo do conflito territorial entre os povos ameríndios e os povos ocidentais, sendo, inclusive, responsável por uma dizimação e um decréscimo populacional incalculável na América, conhecido como um dos maiores cataclismos biológicos e sociais da história.

A presença populacional dos povos originários no período da invasão europeia em território americano é imprecisa, variam entre 54 milhões e 122 milhões os números de habitantes do continente antes da invasão europeia (HENIGE, 2007).

Mas um dado consensual entre os geógrafos e historiadores especialistas na referida temática é a porcentagem de mortes dos indígenas na América.

De acordo com Jennings (2007), 80% da população foi assassinada pelos europeus nos conflitos com o intuito de dominação do território, ou morta por questões de doenças trazidas nas esquadras, ou pelas questões das escravidões, além de outros fatores que ocorreram no percurso do encontro e que são desconhecidos.

No caso do Brasil, antes da chegada dos portugueses, estimavam-se cerca de 5 milhões de habitantes distribuídos entre mil etnias distintas (HENIGE, 2007).

Após o período da invasão, a população indígena chegou ao número de 200 mil pessoas até o século XIX, e, na atualidade, com o surgimento de políticas de proteção ao território, houve crescimento populacional, para 896.917 indígenas (IBGE, 2010), correspondendo 0,47% de toda a população brasileira.

As políticas de exploração e desenvolvimento marcadas historicamente no Brasil procedem em primeiro lugar da Coroa portuguesa, em seguida da Nova República.

Ambas estiveram a operar de forma excludente, não levando em consideração

os aspectos distintos em que estão inseridos os povos originários, pois apenas vislumbraram as potencialidades nas quais essas pessoas poderiam se tornar ao serem incluídas nas estruturas de consumo presentes no Estado-nação.

O século XVI foi marcado por uma tentativa da Igreja de transição dessas pessoas para uma educação católica, refletindo sobre a imposição de inserção dos povos indígenas numa sociedade europeia implementada no Brasil.

Há nações, pelo contrário, estas são as do Brasil que recebem tudo o que lhes ensinam com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram. É necessário que assista sempre a estas estátuas o mestre delas: uma vez que lhes corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não veem; outra vez, que lhes cerceie o que vicejam as orelhas, para que não deem ouvidos às fábulas de seus antepassados; outra vez, que lhes decepe o que vicejam os pés, para que se abstenham das ações e costumes bárbaros da gentildade. E só desta maneira, trabalhando sempre contra a natureza do tronco e humor das raízes, se pode conservar nestas plantas rudes a forma não natural, e compostura dos ramos. Sermão do Espírito Santo. (1957, p. 216).

Esse movimento realizado pela Igreja católica estava de acordo com a proposta de Portugal de assimilar os povos indígenas dentro da nova estrutura de país que estava sendo proposta para o Brasil.

Pela falta de mão de obra, essas pessoas seriam incluídas para o trabalho, e seus territórios passariam a pertencer à Coroa portuguesa ou seriam distribuídos para os brancos como forma de trazê-los ao Brasil com o intuito de exploração e desenvolvimento de uma sociedade brasileira composta também por portugueses.

Apesar dessa tentativa de educação, de acordo com Viveiros de Castro (2011), os indígenas, conhecidos como gentios, eram de difícil transformação dos seus hábitos, crenças e modo de vida, pois estavam sempre abertos às mudanças, mas, logo em seguida, com pouco tempo, voltavam aos seus comportamentos originários, esquecendo uma grande parte do que foi imposto ou ensinado pelos jesuítas.

A técnica estabelecida pelos jesuítas para realizar a educação consistia em desenvolver a religião como sistema básico e organizacional da cultura para essas pessoas, através da concepção do cristianismo, e inserir de forma extrínseca os novos modelos culturais a serem seguidos (GEERTZ, 1966).

Apesar das imposições e conflitos territoriais realizados pelos governos português e brasileiro para com os indígenas, em muitos dos momentos históricos, e inclusive atuais, o Estado criou mecanismos jurídicos para que esses impactos fossem extintos e que novas pessoas que possuíssem o poder e controle, não pudessem interferir nas terras desses grupos étnicos.

A primeira lei a ser realizada foi sancionada no século XVII, em 1680, sendo o primeiro reconhecimento de autonomia dado aos povos indígenas através do Alvará Régio.

A proposta era que o Estado reconhecesse o total usufruto sobre as terras, direito esse concedido pelo Marques de Pombal, no período do Brasil colônia (BARBOSA, 2007).

A famosa carta Régia foi redigida no dia 30 de julho de 1609, e a de 10 de setembro de 1611 foi promulgada por Felipe III (SANTOS, 2014), relatando que:

E para que os ditos Gentios, que assim decerem, e os mais, que há de presente, melhor se conservem nas Aldeias: hey por bem que senhores de suas fazendas, como o são no Sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhe fazer moléstia. E o Governador com parecer dos ditos Religiosos assinará aos que descerem do Sertão, lugares convenientes para neles lavrarem, e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade, nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, que ainda estejam dados em Sesmarias e pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e muito mais se entende, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo, e direito os Índios, primários e naturais senhores delas (BENATE, 2006, p. 59).

A partir da política pombalina, diversas reflexões emergiram a respeito da política indigenista, inclusive reflexões sobre as possibilidades de assegurar e implementar o direito à proteção para essas pessoas.

Em 1798, o decreto estabelecido pela lei régia foi derrubado e, com isso, iniciou-se um conjunto de conflitos entre os que apoiavam as políticas indigenistas e os que defendiam a dizimação dos povos indígenas.

Esse período *a posteriori* modela um cenário de tentativas de inclusão dos indígenas, muitas vezes de forma ingênua, outras vezes partindo de uma concepção de mão de obra para o trabalho, mas com o objetivo de diminuir os impactos devastadores que estavam sendo realizados pelos colonos.

Até que, em 1823, José Bonifácio propõe na Assembleia Constituinte medidas permanentes para os povos indígenas do Brasil, através de um projeto de lei que foi elaborado com o intuito de ser inserido no texto das leis republicanas.

Inicialmente foi bem recebido, sendo indicadas mudanças significativas para o texto, contudo, como não foram realizadas, os representantes ignoraram e não inseriram no texto.

Bonifácio, em seus apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil, relata que os indígenas presentes no país são os senhores legítimos das terras que ainda restam, pois esse direito foi dado pelo próprio Deus.

Em 1850, João Mendes Jr. (1912) afirma que os títulos das terras indígenas são originários, não sendo necessária a legitimação do Estado; ao contrário de todas as outras terras, os territórios dos índios são devolutos, assim respaldados pela Lei das terras em 1850.

Nesse processo, em 1890 estabelece-se o projeto geral de constituição positiva, em que se reflete e se repensa a posição dos indígenas dentro desse cenário nacional, inclusive sobre as questões centrais dos povos indígenas, a saber, suas terras.

Esse projeto de retirada das terras indígenas foi elaborado pelos brancos como tentativa de obtê-las, possuindo ao mesmo tempo a mão de obra para o desenvolvimento agrário com os próprios territórios.

Percebendo tal tentativa, alguns dos adeptos dos direitos indígenas propuseram novas diretrizes que poderiam ser capazes de assegurar o mínimo de segurança e integridade para os povos indígenas.

Art. 1 A república dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto império do Brasil. Compõe-se de duas sortes de estados confederados, cujas autonomias são igualmente respeitadas, segundo as formas convenientes a cada caso, a saber:

I. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, e que provêm da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.

II. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas hordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do governo federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (LEMOS; MENDES, 1890, p. 1).

Assim torna-se evidente o interesse de algumas pessoas na proteção e salvaguarda dos territórios indígenas, mas também se torna evidente a não aplicabilidade dos mecanismos de proteção elaborados nesse período.

Um dos argumentos utilizados pelos brancos para a invasão e desapropriação dos territórios indígenas seria o de que eles não teriam noção de território e não se apegavam às suas terras, não valorizando o seu patrimônio.

Mas, contrariamente ao que maliciosamente se apregoa, os índios errantes ou não, conservam a memória e o apego a seus territórios tradicionais: em 1878, no Paraná, os índios de Guarapuava, para espanto do governo central, recusam-se a aceitar as terras que se lhes quer dar e pretendem recuperar as suas, ocupadas por duas fazendas (17/5/1878). (CARNEIRO DA CUNHA, 2002, p. 73).

Mas o que foi verificado é que essa lei estabelecida pela Coroa portuguesa e em seguida adicionada pelo governo independente do Brasil não foi executada nem fiscalizada pelas autoridades do período.

A primeira grande violação às terras indígenas ocorreu em meados do século XX, em 1907, com a crise dos direitos concedidos a esses grupos, que foram sobrepostos pelas políticas de desenvolvimento socioeconômico, associada à exploração das terras presentes no norte do país.

A crise instaurou-se de fato a partir da fala do então diretor do Museu Paulista, Von Ihering, na qual defendeu de forma pública o extermínio e retirada por completo dos povos indígenas do seu território, por estarem interferindo direta e indiretamente no avanço e desenvolvimento da civilização brasileira.

Nesse momento, quando o desejo de retirar os indígenas para usufruto de seu

território se torna o epicentro das questões indígenas, tanto para os colonos quanto para o Estado, a sociedade brasileira retomou o debate a respeito da humanidade dos povos indígenas.

Assim, realizou-se uma tentativa de política para desumanização dos povos indígenas, sendo muitos dos discursos respaldados por ditos “trabalhos científicos”.

São levados crânios do povo naknenuks, com o intuito de avaliar as estruturas fisiológicas dessas pessoas (CARNEIRO DA CUNHA, 2009), de modo que obtiveram como resultado que essa etnia se assemelhava fisiologicamente com os orangotangos.

A pesquisa foi replicada nos Estados Unidos da América, na universidade de Havard, que obtiveram como conclusão que toda estrutura fisiológica era de origem humana, refutando a tese supracitada (CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

Inclusive, o Brasil foi acusado publicamente de ter realizado um brutal massacre aos indígenas no XVI Congresso dos Americanistas, que ocorreu na cidade de Viena, na Áustria (CARNEIRO DA CUNHA, 1987).

A partir do evento supracitado e dos ataques que foram intensificados para com os povos indígenas, foi criado em 20 de junho de 1910 o SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) no decreto de nº 8.072.

Na base de sua concepção consta que os povos indígenas eram grupos em estados transitórios, que em breve estariam compondo o Estado-nação, para que, assim, se tornassem parte do proletariado urbano ou trabalho rural, corroborando para o desenvolvimento do país através de sua mão de obra barata.

Em 1918, o SPILTN foi separado dos movimentos dos trabalhadores rurais, mas a concepção da instituição de transição para comunhão nacional se perpetuou, gerando ainda muitos conflitos entre o Estado e os povos indígenas.

Aliás, em 1928, através do código civil de 1916, lei nº 5.484, foi concedida ao SPILTN a tutela e proteção aos povos indígenas, que terminou por acarretar no que ficou conhecido como paradoxo tutelar (OLIVEIRA, 1987).

Por um lado, o SPILTN era responsável pela preservação e manutenção das terras indígenas, por outro, expulsava os indígenas e concebia as suas terras para o desenvolvimento do processo de dominação e crescimento do país.

Mediante os conflitos e questões vinculados à atuação do SPILTN, grandes intelectuais e indigenistas do período, como Heloísa Alberto Torres, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Eduardo Galvão, entre outros, a partir do decreto nº 1.794 de 1939, através do Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI), iniciaram um combate contra as diversas tentativas inclusivas dos povos indígenas na comunhão nacional, realizadas pelo SPILTN.

Assim, o SPILTN foi extinto em 1967, por causa de diversos envolvimento em escândalos e corrupção, além de tentativas e invasões a terras indígenas, corroborando com grandes latifundiários para utilização da mão de obra indígena nas fazendas, como trabalho escravo.

Esse momento é considerado a segunda grande crise da democracia voltada aos

povos indígenas. Mais uma tentativa do Estado para inserção dos povos indígenas na comunhão nacional, através da não fiscalização do judiciário, foi posta em prática e culminou novamente no genocídio e na retirada dos povos indígenas de suas terras, como tentativa de crescimento do sistema agropecuário presentes no Brasil, que possui como filosofia a concepção de que, para ter crescimento, é necessário ocupar todas as terras que sejam produtivas, não importando o pertencimento legal desses territórios.

Com a extinção da SPILTN, foi necessário criar outro órgão que fosse capaz de salvaguardar, proteger e dar suporte aos povos indígenas diante desse cenário de opressão e violência que ocorria no país.

Portanto, em 5 de dezembro de 1967, mesmo ano da extinção do SPILTN, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), já com outra concepção, não mais com o intuito de integrar essas pessoas à comunhão nacional, mas em salvaguardar essas comunidades tradicionais (BRASIL, 2002).

Com a ditadura militar, houve interferências muito fortes na atuação da FUNAI, ocorrendo intervenções similares às realizadas pelo SPILTN, de cunho assimilacionista, tentando inserir os povos indígenas no mercado de trabalho, como mão de obra barata (ISA, 2016).

O movimento de luta e resistência esteve sempre presente nos povos indígenas e nas pessoas que estão a defender historicamente esses grupos étnicos; assim, direitos regrediram, mas também novos direitos foram assegurados.

Em 1988, com a criação da Constituição Federal do Brasil, o direito dos povos indígenas e seu desenvolvimento sociocultural foram garantidos como aspecto legal, jurídico, descritos como tarefa do Estado de proteger e assegurar os povos, inclusive preservar suas terras, bem esse de maior interesse do Estado como requisito para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Apesar de toda uma estrutura jurídica, legal, que se encontra presente na Constituição Federal, da então República Federativa Brasileira, na atualidade vivemos a terceira grande crise da democracia política indigenista, na qual são encontradas brechas para que medidas contra os povos indígenas sejam tomadas.

Essas leis asseguram os direitos à terra dessas comunidades tradicionais, levando em conta os aspectos socioculturais em que estão inseridas, dando-lhes autoridade total sobre as riquezas presentes em seu território, estando totalmente vedada qualquer forma de interferência ou ocupação de sua terra, inclusive pelo próprio Estado.

Mas o Estado criou um mecanismo a partir dos parágrafos 5º e 6º, que terminam por contradizer os parágrafos supracitados, bem como o próprio artigo, quando dizem :

§5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, **ou no interesse da soberania do País**, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo

que cesse o risco. (CFB, 1988). (grifo nosso).

§ 6º [...] ressalvo relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé. (CFB, 1988).

O que vem acontecendo são ações de representantes do Estado que aproveitam essas lacunas presentes na Constituição para implantar seus projetos de desenvolvimento socioeconômico modernos como construções de hidrelétricas, como Tapajós, Belo Monte, Itaparica, e transposições dos rios, como é o caso do rio São Francisco, gerando um sofrimento e impacto na vida dessas pessoas de forma covarde e perversa.

Isso está ocorrendo mediante o crescimento da crise econômica no Brasil nos últimos anos, concomitantemente com o enfraquecimento do governo e sua governabilidade; criaram-se lacunas para muitos dos adeptos da bancada ruralista e apoiadores reivindicarem para si a demarcação das terras indígenas e também das áreas de preservações ambientais (que muitas vezes são os mesmos territórios) através da PEC 215, como saída para o desenvolvimento econômico do país por meio do agronegócio e grandes empreendimentos, gerando impacto no *modus vivendi* do indígena.

E mais: o governo no ano de 2015 no recurso destinado para delimitação, demarcação e regularização dos territórios dos povos indígenas liquidou R\$ 2 milhões e 600 mil dos R\$ 18 milhões previstos.

No quesito indenização para os possuidores de títulos referentes às áreas que foram demarcadas como território indígena, nenhum pagamento foi realizado dos R\$ 5 milhões, nem dos R\$ 30 milhões referentes a indenizações para solucionar os conflitos envolvendo terras indígenas.

As consequências acarretadas por esse comportamento do Estado têm impactado profundamente os povos indígenas. De acordo com o ministério da Saúde, o número de suicídios entre os *Guarani Kaiowa* encontra-se entre os maiores do mundo e está 6 vezes acima da média nacional.

Esse povo vem sofrendo com o maior índice de conflitos por terra no mundo, a região do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para os guarani, a terra é a *Tekoa*, que significa que sem terra não há cultura.

Portanto, a crise política envolvendo esses grupos étnicos vem retirando não apenas as terras, mas a cultura desses povos, impactando diretamente na saúde mental dessas pessoas, como é visto pelo alto índice de suicídios. “Retirar a terra é retirar a vida dos índios, é matar essas pessoas pela essência” (Sandro Tuxá, relato pessoal).

Para compreender o funcionamento e a organização social ameríndia, é necessário compreender a partir de um aspecto subjetivo e sociocultural o lugar da

terra para esses grupos sociais, como eles se relacionam e como estão inseridos numa concepção tradicional para com seus territórios.

Diferentemente de uma concepção filosófica ocidental da dominação do homem em relação à natureza, a cosmologia ameríndia tem como princípio fundante a inter-relação do ser indígena junto aos ecossistemas.

Sua organização social e cultural se funda a partir de um constructo dialógico, no qual indígena e natureza se tornam um único elemento para essas etnias diferenciadas, tornando-os comunidades tradicionais.

Por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnico e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; (b) pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos as derradeiras amostras e remanescentes globais de ecossistemas críticos e frágeis; e (c) por situarem-se relativamente à margem da economia de mercado formador de preços, organizados em sistema de produção baseado na organização familiar e orientados para a subsistência e num modelo de uso de recursos naturais intensivo em trabalho e, supostamente, de baixo impacto. (BARRETO FILHO, 2001, p. 18-19).

A dimensão ecologia/terra, por assim dizer, está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento social desses sujeitos. Espírito e natureza complementam-se nos sistemas ecológicos desses grupos culturalmente diferenciados.

Intervenções governamentais efetivamente inclusivas para essas populações requerem uma compreensão em profundidade do seu contexto sociocultural-territorial-subjetivo e, muito especialmente, do posicionamento geográfico de cada povo, que os diferencia no todo, pois o aspecto geofísico é de fundamental importância para o entendimento dessa perspectiva macrosocial (VALÉCIO DE JESUS, 2016).

Devereux (1972) relatou que a construção da estrutura psíquica do sujeito se dá a partir da relação com a sociedade, subjetividade e cultura em que está inserido. É uma dimensão triangular em que as três perspectivas se relacionam de forma dialética. Eliminar uma delas provoca impactos na subjetividade do sujeito.

De acordo com Glowczewski (2016), os povos indígenas se encontram numa situação de conflito territorial semelhante às pessoas que se encontram refugiadas ao redor do mundo: eles são refugiados dentro do seu próprio país, é o que ela chama de refugiado do interior.

Para a sociedade se tornar próspera, gerando bem-estar, é necessário que o processo de individuação e diferenciação esteja constantemente em diálogo e respeitando as diferenças com o outro. Esse é o passo fundamental para a promoção de uma real inclusão das pessoas (DEVEREUX, 1967).

Devereux (1951) comentou a partir de seus estudos entre os índios norte-americanos que o desenvolvimento da saúde mental entre indígenas e ocidentais se diferencia em consequência de estarem inseridos em culturas distintas. Os conjuntos de crenças e a construção da subjetividade se estabelecem por caminhos diferentes entre os povos indígenas e a sociedade ocidental, relacionando-se com a terra de

forma diferenciada.

A Terra é conteúdo substancial no processo educativo do povo Truká. Ela é o lugar de moradia onde se garante a sobrevivência simbiótica com a Mãe Natureza [...] O rio é uma veia que deságua na nossa vida. A Água e a Terra são fontes de vida para nós Truká. (Antônia Truká, 2010c).

O que se tem observado é justamente a perda do significativo, a mortificação do campo simbólico dessas pessoas. A sua terra, casas, árvores, rio, são retirados de forma abrupta, não havendo a possibilidade de ressignificação. Realizando uma analogia, seria como se o chão fosse retirado e tivéssemos de viver a flutuar.

O que se tem observado é que a crise da política indígena no Brasil encontra-se num processo cíclico, dividida claramente em três momentos, se adaptando as relações econômicas e socioculturais de cada contexto.

E, na atualidade, o que os povos indígenas esperavam ser uma transformação significativamente em consequência de uma “mudança” de posição filosófica do governo aparentemente tem se tornado uma das maiores violências e crises de tempos na política indigenista.

Ademais, foi o governo que menos demarcou terras indígenas durante toda a história. A violência gerada na atualidade demonstra a incapacidade de fiscalização e de medidas voltadas às políticas indigenistas, causando sofrimento e impacto profundo na vida desses povos diferenciados.

Assim, uma hipótese que está sendo levantada e discutida, no desenvolvimento do estudo, é a de que os tipos de acontecimentos de negação da identidade indígena geraram uma espécie de trauma colonial nos indígenas, derivado de uma tentativa continuísta do pensamento do bom selvagem que pode ser associado e encontrado na obra de José de Alencar, em *Iracema*, na qual índio bom é aquele que se permite ser protegido e se adaptar às regras da cultura ocidental.

Muitas das consequências desses traumas, acarretadas pelas perdas territoriais, estão presentes na vida dessas pessoas desde o período da invasão portuguesa. O que tem acontecido durante todo o processo histórico da política indigenista é que as políticas e intervenções voltadas aos direitos às terras indígenas sempre estiveram presentes numa dimensão teórica, mas a sua aplicabilidade é falha.

Assim, não encontram motivos para prosseguir com a sua vida, pois o seu senso de realidade está diretamente relacionado com sua cultura e ancestralidade presente em seu território já perdido.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. A. Os povos indígenas e as organizações internacionais: Instituto do indigenato no direito brasileiro e autodeterminação dos povos indígenas. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, vol. 1, n. 2 – UFGD – Dourados, jul./dez., 2007.

BENATTI, José Heder. **Posse agroecológica e manejo florestal: À luz da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC**. Curitiba: Juruá, 2006.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio**, disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#.2000>>. Acesso em: 28/08/2017

_____. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. **Fundação Nacional de Saúde**, 2002. Brasil, PEC215/2000.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os direitos dos índios**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp/Comissão pró-Índio 1992.

_____. **Cultura com Aspas**. São Paulo: CosacNaify, 2009.

DEVEREUX, G. **Reality and dream: The psychotherapy of a plains**. Indian: New York. 1951.

_____. **Gethnopsychanalyse complementariste**. Trad. Tina Jolas e Henri Gobard, Paris: Flammarion.1972.

_____. Le renoncement à l'identité comme défense contre l'anéantissement. **Revue Française de Psychanalyse**, n. 31, v. 1, p. 101-142, 1967.

HENIGE. La catastrophe démographique. **L'Histoire**, n°322, julho-agosto, 2007.

DEVEREUX, G. **Reality and dream: The psychotherapy of a plains**. Indian: New York. 1951.

_____. **Gethnopsychanalyse complementariste**. Trad. Tina Jolas e Henri Gobard, Paris: Flammarion.1972.

_____. Le renoncement à l'identité comme défense contre l'anéantissement. **Revue Française de Psychanalyse**, n. 31, v. 1, p. 101-142, 1967.

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política. In **Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. Parati, RJ. (mimeo), 2001.

GLOWCZEWSKI, B. **Devires Totêmicos, cosmopolítica do sonho**. São Paulo: Future Art Base 2015.

IBGE. **Indígenas: gráficos e tabelas**. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em 30 set. 2010.

ISA, A. **Fundação Nacional do Índio. 2016**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/funai.>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

JENNINGS, F. La catastrophe démographique. **L'Histoire**, n. 322, julho-agosto de 2007, p. 17.

LEMOS, Miguel & Mendes. **Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a república brasileira**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil. 1890.

MENDES JR., João. **Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos**. São Paulo: Hennes Irmãos. Ed. Fac-similar: São Paulo: comissão (PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO) 1912.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, J. P. de. Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. **Boletim do Museu Nacional**, n. 44, p. 1-28, Rio de Janeiro, 1983.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIVEIROS DE CASTRO, O intempestivo, ainda. In: CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p. 325.

IDENTIDADE MASCULINA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS SÍNTESES DIALÉTICAS

João Pedro Vilar Nowak de Lima

Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade Unigran Capital, voluntario de Iniciação Científica CNPq – PIBIC 2016/17. E-mail: pedro_nowak@hotmail.com

Jeferson Renato Montreozol

Psicólogo (UFMS), Mestre em Educação (UFMS) e Doutorando em Psicologia Clínica (PUC-SP)
Docente na Faculdade Unigran Capital (Campo Grande-MS). E-mail: psicojeferson@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho objetiva discorrer sobre a identidade sexual masculina na contemporaneidade e seus movimentos dialéticos. Para tanto, usamos de maneira aplicada os conceitos de dialética, materialismo histórico e fetiche, propostos inicialmente por Karl Marx e trabalhados posteriormente por Ciampa no desenvolvimento de questões relativas à identidade, e também por Montreozol e Kahhale no entendimento da identidade sexual, a fim de trazê-los para o campo da psicologia. Tais teorias são tomadas como ferramentas para compreender a (nova) masculinidade na contemporaneidade, surgida a partir do contato com os movimentos feministas das décadas de 1960 e 1980, dos quais inferem em uma nova demanda social do ser masculino, fazendo com que surjam novas maneiras de expressá-lo, novas sínteses subjetivas no processo social.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Sócio Histórica, Identidade, Masculinidade, Hegemonia e Dialética

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva discorrer sobre a identidade sexual masculina na contemporaneidade e seus movimentos dialéticos. Para tanto, utilizamos a abordagem sócio-histórica em psicologia, a qual carrega em seu pressuposto o materialismo histórico e tem como método a dialético, o que a torna crítica em sua própria base epistemológica. Dentro desta perspectiva, o indivíduo é produto e produtor de sua história, uma vez que o conhecimento produzido ao longo da história lhe fornece recursos que funcionam como mediadores de suas ações humanas.

Assim, discussões semióticas são feitas no decorrer deste artigo, uma vez que utilizamos o conceito de consciência em Vigotski (1896-1934) entendendo-a como um “(...) processo e produto, passível de análises semióticas concretas (...) não é sistema estático, mecanicista: relaciona-se ao desenvolvimento da conduta voluntária” (TOASSA, 2006, p. 72). Logo, entendemos o indivíduo inserido em um alicerce social que o constrói, e este ainda

detém criticidade sobre sua base; a objetividade e subjetividade são consideradas em um dialeticismo.

Portanto, a linguagem e o discurso masculino, que estão imbricados na questão da identidade sexual, implicam em comportamentos e traços que configuram o indivíduo a nível psicológico, o que torna necessária a análise das bases que regem a cultura masculina, afim de compreender o sujeito em sua totalidade.

Logo, versarmos sobre as relações sociais que o personagem está inserido e discorreremos sobre sexo, gênero e sexualidade, pois estes funcionam como base para o funcionamento psíquico do sujeito. Entretanto, tais assuntos implicam em outra trama dialética que engloba a produção subjetiva: o masculino e o feminino. Dentro deste artigo, consideramos o feminino e o masculino de maneira correlacionada, uma vez que os instrumentos e mecanismo utilizados na constituição humana é inerente aos dois conceitos.

Nosso objeto de estudo é a masculinidade, portanto, focamo-nos em seu arranjo de dinâmicas apresentadas na objetividade enquanto constituintes da sexualidade humana, assim como dentro do próprio gênero masculino e nas formas que este será apropriado pelo sujeito. Trata-se de uma análise em que polos aparentemente opostos são apresentados e relacionados afim de obter-se uma síntese dialética, considerando assim o constante devir humano. Isto é, a masculinidade, enquanto representação subjetiva, resguarda também a esfera social objetiva enquanto polo dialético de contradição.

Apresenta-se, deste modo, a conjuntura de produção da masculinidade e discursos teóricos sobre os modos de ser masculino, o que nos remete que a:

Tomada consciência de uma operação significa transportá-la do plano de operação ao plano da linguagem, recriá-la na imaginação para que seja possível exprimi-la em palavras. Na tomada de consciência, o processo de atividade é destacado da atividade geral da consciência, tornando-se, ele mesmo, um objeto de consciência, ou seja, apreendem-se os próprios processos psíquicos por meio da generalização e sistematização dos conhecimentos já existentes (TOASSA, 2006, p. 74).

Logo, atentamo-nos ao processo de tomada de consciência contemporânea do sujeito masculino, observando perspectivas que podem se seguir a partir da relação dialética para com os movimentos feministas, assim como o (novo) posicionamento que lhe é colocado pela estrutura social. A partir deste dinamismo surgem novas formas de manifestar a masculinidade e, por vezes, apresentam-se contradições dentro dos papéis que devem ser desempenhados, o que infere em uma não coincidência do sujeito consigo mesmo. Entretanto, discorreremos também sobre (novos) ajustamentos saudáveis que surgem sucintamente nos discursos masculinos.

O presente artigo faz parte do projeto de iniciação científica e foi desenvolvido no curso de psicologia da Unigran Capital. O escrito não tem a finalidade de limitar ou patologizar a alteridade do ser masculino, pelo contrário: buscamos compreender que o constante devir humano funciona como fonte de análise e desenvolvimento de

processos psíquicos que são cunhados na estrutura social e dependem do contexto geográfico, histórico, político e também educacional. A produção deste artigo não tem a função de abarcar todo o assunto e findá-lo, sua incumbência tange em uma maneira de compreender um processo (novo) de identificação, de novas sínteses, dialéticas.

2 | SOBRE O SEXO E O GÊNERO COMO APORTE DA SEXUALIDADE

Segundo Meyer (2013), o termo gênero tem sua origem na segunda onda dos movimentos feministas ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, em oposição à ditadura militar e junto ao processo de redemocratização dos anos de 1980. Esta mobilização fez levantamentos sobre a prática de discriminação baseada nos critérios sexuais e sua relação com a opressão das relações de trabalho e das práticas educacionais. Assim, em oposição aos estudos feministas, surgem teorias para justificar esses posicionamentos e a principal forma de tentar evidenciar isto é a partir da fisiologia: propunha-se que as diferenças anatômicas advindas do sexo, assim como seus determinismos biológicos diferentes, fundamentariam posições desiguais nos processos sociais.

Logo, a dinâmica de estudos antagônica aos movimentos feministas implicaria em um conhecimento focado para uma certa naturalização do ser humano, desconsiderando o constante devir histórico e cultural do qual o indivíduo está vinculado. Deste modo, cinde-se o sujeito da realidade e considera-se apenas como portador de determinadas potências, das quais são naturalmente desenvolvidas a partir da condição humana, isto é, um sujeito meramente ideal, do qual depende apenas de suas forças e vontades para o seu desenvolvimento (MONTREOZOL, 2017).

Dentro desta perspectiva biologistista, via de regra, o ser humano desenvolve o sexo a partir de etapas evolutivas, sendo, conforme expõe Canella (2006), em um primeiro momento uma espécie bissexual. Ademais,

Ser bissexual seria uma opção de comportamento. Mas a bissexualidade é inerente ao gênero humano, espécie de reprodução sexuada, e necessariamente constituído por indivíduos de dois sexos. A construção biológica destes seres, o feminino e o masculino, o macho e a fêmea, inicia-se por um embrião indiferenciado, bipotencial, porém determinado geneticamente para formar um ser anatômica e fisiologicamente de um ou outro sexo (CANELLA, 2006, p. 82).

O autor salienta, então, que as relações psicossociais se estruturam em um dos dois sexos, com o início em uma opção bissexual. Esta forma de estruturação ocorre com base na cultura da qual estabelece que os indivíduos devam se comportar e se apresentar de acordo com um dos sexos para, deste modo, associarem-se e suas atividades possam permitir a procriação.

A partir da análise de Canella (2006) temos que, a princípio, o sexo é elemento basal para o indivíduo e o meio social engendra características psíquicas, enquanto os hormônios acentuam a diferenciação corpórea na puberdade. Ou seja: a ação sexualizante ocorre em conjunto com o meio social, sendo assim uma ideia não anula

a outra.

Também a partir das produções de grandes teóricos das ciências sociais na área da sexualidade (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 2015; FOUCAULT, 2014), depreendemos que a sexualidade é uma produção humana da qual considera os aspectos materiais históricos, ou seja, o homem é ser ativo da produção do suprimento de determinadas necessidades dele próprio, aspecto este que também traz implicadas suas necessidades sexuais. (MONTREOZOL, 2017).

Neste prisma, a sexualidade passa a ser entendida como “(...) um processo simbólico e histórico, que expressa a constituição da identidade do sujeito, como ele vive a questão da intimidade (público *versus* privado); da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo no qual se insere)” (KAHHALE, 2002, p. 176). A autora ainda esclarece:

A constituição da sexualidade pelo indivíduo, no caso por um indivíduo específico, antecede seu próprio nascimento, por expressarem as condições sócio-históricas mais globais, bem como as específicas e as circunstâncias nas quais o casal, que gera uma criança, está inserido (KAHHALE, 2002, p. 176).

O sexo biológico, como já visto anteriormente, tem sua contribuição na ação sexualizante, o que nos permite compreender que seu determinismo funciona como base da dinâmica dos processos de identificação que o indivíduo, dotado do corpo sexuado, desempenha.

Sobre o sexo, Cannela (2006) orienta:

O sexo deve ser considerado sob vários prismas: o genético, que separa os indivíduos em XX ou XY; o gonádico, determinado pela existência de ovários ou testículos; o somático, que se define pelos genitais externos e internos e depois pelos caracteres sexuais secundários; o sexo legal, quando se recebe um nome feminino ou masculino; o sexo de criação (drive sex), pelo qual os meninos viram homens e as meninas viram mulheres e, finalmente, o sexo psico-social, através do qual a pessoa reconhece ter-se feito mulher ou homem CANELLA, (2006, p. 85).

Partindo desta perspectiva, as feministas demonstraram que não são as diferenças anatômicas que justificam o papel do ser feminino ou masculino na sociedade, e sim sua representação construída social e historicamente. Logo, para complementar o que até então chamava-se apenas de sexo, surge o conceito de gênero surge: comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscreve sobre o corpo sexuado (MEYER, 2013).

Considerando os prismas dos quais o sexo é desenvolvido, um indivíduo é considerado masculino quando, dentro de determinados aspectos, atende às seguintes demandas: a) genética: quando a fusão do espermatozoide 22 + Y com um óvulo 22 + X resulta em um ovo 44+ XY, via de regra o que condiciona o testículo é o cromossomo Y; b) gonádico: ocorre com o desenvolvimento medular, precisamente quando as gônadas formam-se em testículos e os gonócitos em espermatogônias; e c) somático: acontece por meio do desenvolvimento dos ductos de Wolff e a regressão

das estruturas müllerianas, as evoluções ocorrem por meio da presença de testículos. Além disto, há também o desenvolvimento externo: quando a testosterona produzida pelo testículo se transforma em di-hidrotestosterona (DHT) (CANELLA, 2006).

Através deste alicerce, os grupos sociais criam as crianças para cumprir com o requerimento social: meninos têm de ter comportamentos de homens e meninas de mulheres. Este cerceamento dado pelos grupos ocorre desde o início da vida dos sujeitos, na produção de suas relações interpessoais e, posteriormente, intrapessoais, que findam no desenvolvimento do processo identitários na realidade objetiva: o mundo me identifica como macho/masculino e, conseqüentemente, eu me identifico como masculino.

3 | IDENTIDADE MASCULINA E SUA INSCRIÇÃO CULTURAL

Para compreender o ser humano e sua natureza psíquica, deve-se relacionar a afetividade, a linguagem e a cognição com as práticas sociais, uma vez que tudo aquilo que o constrói pertence à ordem social, ao mundo da cultura e ao universo simbólico historicamente construídos. Isso nos leva a compreender que a consciência é cunhada na vida social, uma vez que as formas culturais de organização da vida e dos sujeitos humanos fornecem aos indivíduos tanto os meios (conhecimentos, técnicas e instrumentos) quanto os motivos para as suas ações (SIQUEIRA, 1997).

Logo, perceber o homem na contemporaneidade implica em considerar sua inserção cultural, sob a qual precisa moldar-se, aderindo ou rejeitando, obedecendo ou resistindo às regras impostas pela cultura e definidas como normas, conformando características, comportamentos e papéis (FIGUEIREDO, 1998 *apud* SILVA, 2006).

Acerca da cultura, tem-se por referência que:

A cultura emerge como aquilo que torna o homem propriamente humano [...] vista como um sistema, como um conjunto de regras/redes de significação, é a cultura que dá sentido, simultaneamente, ao mundo social e natural. Comportamentos, instituições e valores de um grupo social só ganham significado no interior do sistema cultural como um todo (FRANCHETTO, CAVALCANTI E HEILBORN, 1980 p. 18).

Isto implica em compreender que nos diversos períodos da história encontram-se diversas teorias, ideias e concepções sobre o desenvolvimento de um processo identitário a partir da realidade. Esta gama de ideias advém das diversas condições de vida material da sociedade, uma vez que a sexualidade, assim como quaisquer outras características eminentemente humanas, é uma produção humana que considera os aspectos materiais (natureza social) (MARX, 2008 *apud* MONTREOZOL, 2017).

Dessa forma, abarcar os movimentos identitários acarreta em uma trama dialética da realidade social e sujeito individual, da qual a mediação semiótica exerce um papel fundamental: a linguagem e os fenômenos de natureza representacional, incluindo as

significações atribuídas pelo sujeito, funcionam como determinantes no processo de constituição do mundo interno a partir das interações do sujeito (SIQUEIRA, 1997).

Ciampa (1984) expõe que as identidades refletem a estrutura social ao mesmo tempo que regem sobre ela, o que nos possibilita pensar que a constituição da identidade ocorre por meio de um contínuo processo de identificação. Para o autor, é do contexto histórico e social que originam-se suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de formá-la. Portanto, a identidade não é estática e implica em um constante desenvolvimento uma vez que o homem é um ser histórico. Logo, não se deve assimilar o sujeito de maneira unidirecional, lançando mão de conceitos abstratos que o traduzem só como subjetividade ou reduzi-lo à condição de coisa, através da objetividade.

Neste ínterim, o caráter móvel e contingente da masculinidade surge ao analisar etnografias que prestem atenção ao diálogo e ao conflito, seja com o feminino ou através de masculinidades hegemônicas, subordinadas, cúmplices ou marginalizadas –conceitos que vão ser abordados com maior profundidade-, o resultado vem com a variabilidade individual das identidades masculinas, por exemplo, com as alterações do indivíduo em diferentes situações de interação (ALMEIDA, 1996).

Isto implica em considerar que para o processo de identificação ocorrer, presume-se um cerceamento da estrutura social que está permeado pelos papéis sócio sexuais e configurações de gênero, criadas e mantidas como diretrizes do que é ser homem ou mulher em determinada sociedade, ou seja, construções de identidades ideais baseadas principalmente em diferenças biológicas (KAHHALE, 2002 *apud* MONTREOZOL, 2017).

A identidade masculina não é uma evidência imediata na vida, pois o desenvolvimento deste identitário resguarda dependência de toda a construção da identidade pessoal e de suas relações com os papéis sociais que têm orientado a socialização sexual. Logo, a masculinidade humana é abarcada por fatores ideológicos e sociais que nos submetem a raiz biológica também ambígua, constatando que homem e mulher (enquanto gênero) constituem duas faces do ser humano (LEÃO, 2009; BARÓ, 2005 *apud* MONTREOZOL, 2017).

Almeida (1996) nos traz a noção de que masculinidade e feminilidade não são conceitos que dizem respeito a homens e mulheres respectivamente: são metáforas de poder, capacidades de ação e traços de personalidades que são acessíveis a homens e mulheres. Tal afirmação traz à tona a trama dialética em que o sujeito masculino está inserido, ora dispondo de características ditas pela norma social como femininas, ora tendo de manter-se como um ser desprovido de vaidade e sentimentos, disposto a se abster das emoções para manter o papel que a estrutura social lhe impõe. Neste sentido, é importante salientar que os sentimentos e as atitudes indicativas de masculinidade não são inatos aos representantes do sexo masculino, mas sim construções sociais dadas em uma determinada cultura.

Em relação à atual conjuntura do ser masculino, depreende-se que os movimentos

feministas do século passado propuseram reflexões acerca do posicionamento feminino e masculino na esfera política, familiar, empregatícia e educacional. O pensamento advindo do cenário trouxe novas compreensões a respeito do ser masculino e feminino, assim como a percepção de suas limitações sociais (MEYER, 2013). Discussões anteriores ao advento feminista não traziam à tona questões sobre a identidade masculina ou relações de gênero.

Para Connell (2005 *apud* FELIPE, 2006), estes movimentos foram de suma importância para a construção do conceito de masculinidade, uma vez que este não é definido como um objeto isolado, mas algo ampliado, que é estendido ao mundo e combinado na organização das relações sociais. Para o autor, o conceito de masculinidade só pode ser entendido quando colocado em dialética com o conceito de feminilidade, já que estes são inerentemente relacionais. Ademais, “masculinidade [...] é simultaneamente um lugar nas relações de gênero, a prática da qual homens e mulheres comprometem-se com este lugar no gênero e os efeitos destas práticas nas experiências corporificadas, na personalidade e na cultura” (CONNELL, 2005, p.71).

Connell (2005 *apud* FELIPE, 2006) apresenta uma moldura – mesmo que provisória - para analisar as masculinidades. O autor propõe quatro pontos a serem considerados na cultura ocidental: o conceito central é o da hegemonia, enquanto os demais são inerentes a este devir, sendo subordinação, cumplicidade e marginalização

O conceito de hegemonia refere-se à legitimidade da qual a estrutura social masculina acredita estar dotada e, através desta, determina-se um ideal cultural que atua, em determinados momentos, exaltando algumas formas de masculinidade em detrimento de outras, fazendo com que surja uma forma de poder institucional. Bourdieu (1999 *apud* Ericeira, 2008 n.13, pp. 0-0) acentua que historicamente os homens ficaram destinados aos espaços públicos e à dominação da sociedade.

Coube aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas do curso ordinário da vida. As mulheres pelo contrário, estando situadas do lado úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhe atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos ou até menos invisíveis e vergonhosos (BOURDIEU 1999, p.41).

Almeida (1996) aponta que por meio do modelo masculino cultural ideal, é exercido sobre homens e mulheres um poder controlador, que ocorre através de discursos representacionais. Ainda revela que masculinidade e feminilidade são discursados assimetricamente e, além do mais, dentro da própria masculinidade há discursos assimétricos e hierarquias (de mais ou menos masculino). Dentro dessas hierarquias surge o conceito de subordinação, que Connell (2005 *apud* FELIPE, 2006) aponta como a maior expressão na dominação heterossexual e a subordinação homossexual. O autor ressalta que para a ideologia patriarcal, a homossexualidade é o repositório de tudo que é simbolicamente excluído da masculinidade hegemônica, ou seja, aquilo

que é facilmente relacionado com a feminilidade.

A marginalização refere-se à ausência de autorização do grupo dominante para o desenvolvimento do projeto hegemônico, pode ser identificada entre masculinidades subordinadas.

A cumplicidade pode ser entendida a partir do vínculo masculino com o projeto hegemônico: o uso coercitivo da linguagem e outras manifestações de poder, ocorridas no grupo social, em prol do inatingível ideal cultural. Logo, a definição, aquisição e manutenção da masculinidade constitui um processo social frágil, vigiado, autovigiado e disputado (ALMEIDA, 1996).

4 | A HEGEMONIA DOS FETICHES IDENTITÁRIOS E A SÍNTESE DIALÉTICA: NOVAS MASCULINIDADES

A teoria esboçada por Connell (2005) é uma forma de entender dinâmicas subjetivas no seio de um processo social, e seu conceito central – masculinidade hegemônica- expressa um modelo de sujeito ideal, fantasioso e, de certa forma, esfacelado, no sentido de que pode ser construído a uma maneira não correspondente a nenhum homem real, ou seja, um sujeito fetichizado.

Ademais, a hegemonia implica em um processo de construção do indivíduo baseado no que Ciampa (2008 *apud* MONTREOZOL, 2017) chama de processo de mesmice, ou seja, quando a identidade é pressuposta como dada permanente e não como reposição de uma identidade que já foi posta. Portanto, a hegemonia implicaria em uma inércia do sujeito advinda de uma violência travestida nos discursos que são apoiados em hierarquias dentro do gênero masculino.

Vale ressaltar que na trama dialética, o sujeito é visto por meio da sua própria negação, uma vez que sua determinidade se articula com sua indeterminação na produção identitária:

(...) a identidade é pensada como resultado de uma contínua contradição superada, ou seja, se configura na dialética posição-reposição, que pode ser tanto positiva quanto negativa, uma vez que é resultante da articulação que o indivíduo faz com que fizeram/fazem dele em todos os momentos (...) se por um lado existe a necessidade de normatização de determinadas personagens, por outro corre-se o perigo de que essa personagem (que é percebida como identidade pressuposta) seja transformada em pura determinidade ou infinita reposição, dando a aparência de não metamorfose (LIMA; CIAMPA, 2012 *apud* MONTREOZOL, 2017).

Assim, pensamos que Connell (2005) expressa um modelo central de análise do qual deslegitima a alteridade do indivíduo, cerceando-o a partir da dinâmica objetiva, fazendo com que permaneça apenas em um polo da dialética. Logo, autores como Nolasco (1995, p. 12 *apud* BORDINHÃO, 2012, s/p.) apontam que “o desmoronamento do modelo machista – entendido como padrão hegemônico - é mais uma possibilidade do que uma perda”, já que este possibilita outras formas de expressar masculinidade.

Portanto, “a representação masculina associada a comportamentos de virilidade, posse, poder e atitudes agressivas se ‘relativiza’, abrindo frente a outras possibilidades de representação do homem” (NOLASCO, 1995, p. 19 *apud* BORDINHÃO, 2012, s/p.).

Neste prisma, compreendemos que as possibilidades ou impossibilidades dos modos e alternativas de masculinidade surgem do contexto histórico e social (MONTREOZOL, 2017). Ainda tem-se que padrões hegemônicos de masculinidade são contestados à medida que o grupo social demanda sujeitos contrários a este modelo.

Estes movimentos relativos à identidade sexual geram uma contradição, do qual a masculinidade contemporânea desfruta, de modo que o sujeito não se reconhece mais por meio dos modelos tradicionais, nem mesmo por representações reconhecidas pelo imaginário social, surgindo então “uma não coincidência do sujeito consigo mesmo e com as representações com as quais sua identidade foi construída” (ROSA, 2008, p. 438 *apud* BORDINHÃO, 2012, s/p.).

Cabe reiterar que na trama dialética vivenciada pelo sujeito, ora este resguarda atributos, traços e trejeitos ditos como masculinos pela estrutura social, ora relaciona-se com os elementos antitéticos contrários. Nessa perspectiva, Montreozol (2017) aponta que o indivíduo é produtor e produto das próprias interações sociais e que suas mudanças são vistas como condições de desenvolvimento individual-social, permitindo combinações de fatores e características numa identidade como totalidade. Para tanto, lança mão do materialismo histórico, que, na inter-relação dos determinantes, apresenta uma unidade portadora de contrários.

No que tange à masculinidade, tem-se que esta unidade - composta de contrários advindos dos tipos de masculinidade (hegemônicas, marginalizadas, e etc), assim como comportamentos ditos femininos - está em constante movimento e os sujeitos que a detém passam a representá-la através da prática cotidiana. Ciampa (2007 *apud* MONTREOZOL, 2017) indica que nesta práxis a realidade objetiva é incorporada à realidade psíquica, uma vez que através desta uma identidade pressuposta é reposta. Logo, ser masculino acarreta em uma rede emaranhada de representações, mas que conglomerada todas as determinações deste ser que está em constante metamorfose.

À frente do processo de organização e reorganização do masculino na contemporaneidade, é possível visualizar, mesmo que de forma inicial, uma mudança no padrão hegemônico e novos fetiches identitários enquanto ideais masculinos. Bordinhão (2012) traz uma análise destes ideais contemporâneos principalmente através de três perspectivas: 1) na estética, uma vez que um homem de boa aparência remete à virilidade e à saúde reprodutiva, o que finda em conceber que o bem vestir e a preocupação com a aparência – trazidos, num primeiro momento, como características femininas - passam a funcionar como auxílio à conquista; 2) na paternidade, quando o homem contemporâneo passa a interagir e se fazer mais presente no ambiente familiar, ajudando a educar seus filhos, não se prendendo ao papel apenas de provedor financeiro, o que nos leva à discussão do mundo do trabalho, 3) onde o homem perde

cada vez mais espaço e enfrenta relações de poder acirradas ante as mulheres, mesmo que o reconhecimento profissional tão almejado pelos homens os induzam à preocupação com o próprio cuidado, além do constante aprimoramento profissional, tornando-os mais competitivos no mercado de trabalho. Toda essa reformulação é ainda oriunda e desempenhada pela mídia, a qual traz novos fetiches identitários afim de que os sujeitos os consumam e embarquem neste (novo) dinamismo.

Esta possível superação do personagem fetichizado é o que Lima e Ciampa (2012 *apud* MONTREZOL, 2017, p. 29) denominam de mesmidade, ou seja, um processo que carrega em seu âmago o materialismo histórico do qual engendra nos sujeitos a “expressão de um outro *outro* que também sou eu, possibilitando a formulação de projetos de identidade cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos”. Deste modo, o seguimento de mesmidade é produzido também na dinâmica social da qual carrega contradições do próprio sistema, possibilitando que o sujeito tenha acesso a conteúdos que permitam a aprendizagem de novos valores e normas, proporcionando novas formas de pensar e agir, considerando assim o constante devir humano também na produção da masculinidade (MONTREZOL, 2017).

Neste ínterim, cabe reforçar que a identidade masculina não deve ser entendida apenas em apenas um polo, o que reificaria o sujeito, tornando-o um instrumento de opressão no devir humano. Deve-se entender o homem como uma unidade constituinte de vários polos, unidade da qual carrega em si as contradições da dinâmica social, ou seja: uma superação dialética da contradição que opõe um e outro – identidades -, fazendo devir um outro que é o um que contém ambos (CIAMPA, 2007 *apud* MONTREZOL, 2017).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre o identitário masculino acarreta em uma discussão para além do sujeito, da qual deve-se compreender a estrutura social e suas demandas. Em cada momento histórico emergiu um ideal de homem, determinando certo cariz de masculinidade. Nolasco (2001) nos traz isto ao analisar personagens como Ulisses, Dom Quixote de La Mancha e Robson Crusóé. Sendo: Ulisses, personagem mítico grego, movido pela paixão, abandona a cidade de Ítaca em direção à Tróia, travando batalhas, para resgatar seu grande amor; enquanto Dom Quixote, fruto da transição do teocentrismo para o antropocentrismo, traz a ideia de oposição, pois é um herói esquelético e manco, que conversa com moinhos como se fossem dragões; já Crusóé é um sujeito fruto do discurso científico que passa 28 anos em uma ilha tropical e, apesar das adversidades, sobrevive, por apropriar-se da natureza

Infere-se que Ulisses, herói medieval, traduzia a noção de um homem guerreiro e forte, disposto a lutar mundo afora por um grande amor, ao passo que, Dom Quixote olhava somente para si, em franca oposição ao mundo medieval, já Crusóé é um herói

do mundo moderno e simboliza a noção de que a natureza deve ser domada pelo homem.

Ao examinarmos os ideais masculinos citados, vislumbramo-nos com elementos dialéticos, sendo: Ulisses: tese; Dom quixote: antítese; e Rosbon Crusóé: síntese. Logo, certifica-se que estudar subjetividades masculinas implica em pensar em ideais objetivos, pois a estrutura social reflete o indivíduo, assim como ele o faz.

Através das teorias esboçadas até então sobre a masculinidade, procurou-se enxergar os elementos dialéticos da contemporaneidade, a fim de trazê-los para análise dos polos. Ponderamos dinâmicas dentro da masculinidade, assim como entre masculinidades e feminilidades.

Observou-se, através dos modelos hegemônicos e normativos, um homem cindido em um polo da dialética, pois estabeleceu-se, através do modelo hegemônico, uma dinâmica que pune e marginaliza os que fogem à norma estabelecida anteriormente, da qual prescreve indivíduos que devem se apresentar despidos de sentimentos e emoções, desprovidos de vaidade e dotados de uma honra ao conservadorismo, portanto, apresenta-se um sujeito coagido pelo modelo hegemônico masculino, o que lhe impede de prosseguir com o movimento de elaborar o ciclo vital composto de tese, síntese e antítese.

No que concerne à dinâmica da masculinidade com a feminilidade, tem-se um homem que “perde” espaço para a mulher, algo que ocorre desde os movimentos sufragistas. Atualmente, o feminismo tem ganhado maior notoriedade, dando abertura à superação da hegemonia e possibilitando novas vivências das quais emancipa o sujeito da condição de coagido.

O encontro entre os gêneros masculino e feminino é exemplificado no contexto da primeira e segunda guerras mundiais: o relacionamento entre homens, nesta época, era intolerável e, foi não só permitido, mas obrigatório, na guerrilha. Neste ínterim, os homens viviam completamente juntos, submetendo-se ao discurso mais amoroso da fraternidade, tendo de se permitirem a ter direito ao corpo de outro homem, assim como as mulheres o faziam naquela época, zelando uma pela outra. O sacrifício e a coragem de estar nas trincheiras, suportar as batalhas, implicavam em um tecido afetivo intenso (FADERMAN, 1981 *apud* FOUCAULT, 1981).

O domínio do homem na guerra só é possível quando o personagem se rebela com a estrutura que lhe é imposta, lançando mão da afetividade, amando uns aos outros, assim como mulheres se permitem. Enxergamos no dinamismo de relações entre os gêneros, uma forma de sobrevivência às implicações que o corpo social provoca no humano.

Surge então, mesmo que de maneira sucinta, um (novo) ideal masculino, disposto a sentir e se emocionar mais, seu papel não se restringe somente a prover e ao trabalho. Representa a paternidade, assimila-se com a estética e o diálogo. Advém dos movimentos dialéticos para com a objetividade, feminilidade e a própria masculinidade. Temos então um novo dinamismo, do qual emerge: o modelo hegemônico: síntese; os

movimentos feministas: antítese; e o homem contemporâneo: síntese.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *In: Anuário Antropológico*. 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 161-190.

BORDINHÃO, Filipe. **Identidade de Gênero: Anotações Sobre a Masculinidade Contemporânea na Publicidade**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. Cadernos de Comunicação. Vol. 16. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANELLA, Paulo. Sexo, Sexualidade e Gênero. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA. Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Vol. 17. Campinas/SP: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2006.

CIAMPA, Antonio. Identidade. *In: LANE, Silvia T. M. e FURTADO, Odair (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CONNELL, Raewyn. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Nversos, 2015.

ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos. **O homem na pós-modernidade: reflexões sobre as identidades masculinas**. São Luís-MA. *Psicol. Am. Lat.* [online]. Vol. 13. 2008.

FELIPE, Cláudia. **Masculinidade(s) em foco**: *In: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=37043*. Acesso em 17/04/2017.

FOUCAULT, Michel. **De l'amitié comme mode de vie**. a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal *Gai Pied*, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de wanderson flor do nascimento.

FRANCHETO, B.; CAVALCANTI, M.; HEILBORN, M. **Apresentação da Coleção**. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Subsídios para a reflexão sobre sexualidade na adolescência. *In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTREOZOL, Jeferson Renato; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Identidade Sexual: metamorfose-emancipação a partir do materialismo histórico-dialético. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. Anpepp*. Maceió: ANPEPP, 2017. (no prelo).

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**. Editora Rocco, 2001.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *In: Psicol. cienc. prof.* [online]. 2006, vol.26, n.1, pp. 118-131. ISSN 1414-9893.

SIQUEIRA, Maria. A Constituição da Identidade Masculina. *In: Psicologia USP*. Vol. 8. 1997.

TOASSA, Gisele. Conceito de Consciência em Vigotski. *In: Psicologia USP*. Vol. 17(2). 2006.

O SABER PSICOLÓGICO E A ADOLESCÊNCIA: A NECESSIDADE EM CONSIDERAR INTERSECCIONALIDADES

Isadora Oliveira Rocha

Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal

Gláucia Ribeiro Starling Diniz

Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal

RESUMO: O processo da adolescência é plural, ou seja, é equivocado considerar o adolecer como um padrão. Desconsiderar as diversas influências que afetam o modo de cada um/a vivenciar este período é um risco. O objetivo deste artigo é desmistificar a adolescência vista através de uma perspectiva universalista, por meio de uma reflexão teórica. A inserção no sistema sexo-gênero é vista como o elemento fundamental que revela a importância das adolescências serem consideradas através de olhares distintos. A adolescência feminina não é vivida e construída da mesma maneira que a adolescência masculina. Cada modo de viver a adolescência é singular. Elementos culturais, sociais, históricos, e relacionais precisam ser considerados, pois geram maneiras distintas de viver essa fase da vida. Estes elementos são determinantes e influenciam também na construção da identidade ao longo deste período. As relações da/o adolescente com o seu núcleo familiar merecem destaque. O relacionamento familiar apresenta influência

única na construção identitária e na estruturação psíquica de adolescentes. A presença de violências no dia-a-dia familiar constitui um elemento importante a ser identificado e problematizado, principalmente no que concerne às repercussões dessas violências na saúde mental de adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência; psicologia; interseccionalidade; pesquisa.

ABSTRACT: The process of adolescence is plural. It is wrong to consider adolescence as a standard. Disregard for the various influences that affect one's way of experiencing this period constitutes a risk. The purpose of this article is to demystify adolescence which is general seen in a universalist perspective, through a theoretical reflection. It intends to draw attention to the tendency to naturalize this period. The insertion in the sex-gender system is seen as the fundamental element that reveals the importance of adolescences to be considered through different perspectives. Female adolescence is not experienced and constructed in the same way as male adolescence. Each way of living adolescence is unique. Cultural, social, historical and relational elements need to be considered, because they all contribute to create distinct ways of living adolescence. These elements are decisive, and also influence the construction of identity throughout this period. The relationship

between the adolescent and his/her family context needs to be highlighted. The family relationship has a unique influence on the identity construction and psychic structuring of adolescents. The presence of violence in the family daily life is an important element to be identified and problematized, specially in regards to the repercussions of these violences on the mental health of adolescents.

KEYWORDS: Adolescence; psychology; intersectionality; research.

1 | ADOLESCÊNCIA OU ADOLESCÊNCIAS?

A adolescência é um período do ciclo de desenvolvimento humano singular para cada pessoa. Essa etapa tem características importantes, por representar o processo de transição entre a infância e a idade adulta. Diversas/os autoras e autores corroboram com esta perspectiva, ao destacar o adolecer como um processo que deve ser compreendido por meio de aspectos culturais, históricos e sociais (BERNI; ROSO, 2014; SOUSA; MOREIRA, 2012; TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005). Estes elementos influenciam nas vivências das adolescências e deve influenciar no olhar e na compreensão daquelas/es que pesquisam sobre esta fase.

Certos estereótipos são frequentes e popularmente associados ao adolecer, segundo pesquisas da área (MASCAGNA, 2009; PRIOSTE; AMARAL, 2016). Alguns exemplos a ser citados são: a instabilidade emocional, o relacionamento conturbado com os pais e a presença de conflitos comportamentais e psíquicos nas/os adolescentes.

Esses “mitos”, como Mascagna (2009) define, foram fortalecidos e apropriados para além da esfera científica. Berni e Rosi (2014) apontam que o meio social e cultural também endossam estes conhecimentos e representações sociais, principalmente através dos meios de transmissão de massa. Os estigmas associados à adolescência tornam-se cristalizados na sociedade e acabam por causar certo estranhamento aos adultos (COSTA, 2012). Talvez, este seja um dos motivos da dificuldade em compreender as possibilidades de múltiplas vivências e os comportamentos dos adolescentes.

A ideia de que a adolescência é um período do desenvolvimento humano com características pejorativas e a ser superado foi reforçada aos poucos (BOCK, 2004; LEAL; FACCI, 2010). A/o adolescente apresenta comportamentos que são comumente considerados como problemáticos e/ou difíceis, de acordo com Paixão e Almeida (2013), ao mesmo tempo em que podem ser entendidos como “bobagens da idade”, segundo Bock (2004).

Anjos (2014) aponta que a definição de adolescência construída pela psicologia tradicional, ignorou os aspectos históricos e sociais que constituem este período. Uma ideia biologicista é apontada como característica desta fase, relacionando-a a questões voltadas à sexualidade e mudanças hormonais. Este viés biológico é adotado devido às mudanças naturais que acontecem ao longo da puberdade. Este sim, um período marcado por mudanças biológicas e físicas nas/os jovens (ANJOS, 2014).

Há, portanto, certa inclinação em naturalizar a adolescência. Mascagna (2009) vai além e afirma que esta tendência “não só naturaliza a adolescência e, conseqüentemente, seus comportamentos como os justificam, ignorando todo o contexto sócio-histórico que permeia o indivíduo” (MASCAGNA, 2009, p. 12).

Compreender a adolescência de tal modo é um risco. A adoção desta postura pode provocar um olhar fora do contexto, o que resulta na minimização da influência do meio social na vida de adolescentes. Devemos evitar uma compreensão limitada, universal e a-histórica da experiência da/o adolescente (SOUSA; MOREIRA, 2012).

O fato é que não existe apenas um modelo de adolescência. Cerqueira-Santos, Melo Neto e Koller (2014) destacam que os tormentos, rompantes, conturbações e tempestades, não são regra geral de comportamentos que todas/os adolescentes viverão neste momento de suas vidas. É importante que nós, psicólogas e psicólogos, revisemos as ideias que associam o adolecer com tais características. É preciso desconstruir preconceitos, pois eles carregam riscos:

(...) esses riscos têm duas faces, ou seja, se a pessoa tem entre 10 e 25 anos e está atravessando algum desafio psicológico ou social, deve ser definida como adolescente e apenas encarada como tal. Em contrapartida, se a pessoa está nessa faixa etária e não apresenta nenhuma tempestade e tormenta em sua vida, não pode ser encarada como um ser em desenvolvimento na adolescência. Nenhum dos extremos apresentará conseqüências favoráveis para o acompanhamento, o atendimento ou a simples convivência com a pessoa em questão (CERQUEIRA-SANTOS; MELO NETO; KOLLER, 2014, p. 19).

Falar da adolescência implica, portanto, na promoção de uma discussão que traga maior visibilidade para as múltiplas formas de vivê-la. O fato é que cada modo de viver a adolescência é singular. Elementos históricos, sociais, e culturais assim como a inclusão no sistema sexo-gênero e a interseção de raça, geram maneiras distintas de “ser adolescente” em contextos específicos, sob certos tipos de influências, pressões e tantos outros aspectos.

2 | AFINAL, DE QUE ADOLESCÊNCIA FALAMOS?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como um período que ocorre entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade (Brasil, 2015). Em contraponto, devido à sua complexidade, esta fase não se restringe ao tempo cronológico que a determina (GOMES; BRASIL; ALMEIDA, 2013). Cerqueira-Santos, Melo Neto e Koller (2014) indicam que há maior relação da adolescência com uma fase social e psicológica, do que a vinculação desta às idades numéricas. A pluralidade da adolescência precisa ser compreendida.

O conceito de adolescência e sua caracterização como um período distinto do desenvolvimento humano começou a ser considerada apenas a partir do século

XIX (JUSTO, 2015). Ferreira e Nelas (2006) indicam que anteriormente, o período que hoje é conhecido como adolescência era entendido como um pequeno intervalo entre a infância e a vida adulta. Em outras palavras, um contraste entre uma fase de dependência e outra de responsabilidades (FERREIRA; NELAS, 2006).

A partir de uma série de transformações que perpassou o século XX e que impactou os comportamentos reprodutivos e a organização do trabalho, a adolescência foi (re) construída (VILLELA; DORETO, 2006). Birman (2006) destaca que houve uma significativa alteração na perspectiva de “tempo” desta fase. Isso aconteceu devido a um prolongamento da adolescência, o qual atinge um momento que anteriormente era considerado como idade adulta.

Uma perspectiva que objetiva explicar a extensão deste período é pautada na mudança e no crescimento das oportunidades de trabalho, à medida que transformações foram ocorrendo neste meio. Villela e Doreto (2006) destacam que “o crescimento da indústria nos séculos XIX e XX amplia a gama de habilidades necessárias para a ocupação de novos postos de trabalho que surgem, exigindo maior preparo do trabalhador” (VILLELA; DORETO, 2006, p. 2468).

Um maior tempo dedicado à qualificação passa a ser necessário para que as/os jovens que almejam destaque consigam dar entrada no mercado de trabalho. Sair da casa de seus pais e vivenciar as “responsabilidades” que são comumente associadas à vida adulta, se tornam, conseqüentemente, metas adiadas e menos prioritárias na vida destas/es jovens (VILLELA; DORETO, 2006).

Cabe, no entanto, perguntar: Esta é a adolescência de quem? Já foi apontada previamente a singularidade deste período. Recortes precisam ser realizados para entendermos qual é essa adolescência que tem tempo para se qualificar e se destacar através de oportunidades e estudos. A adolescência vivida pela classe média/alta, não é a mesma adolescência daquelas/es que possuem limitações de recursos.

Neste contexto a interseccionalidade entre Adolescência e Situação Socioeconômica no Brasil precisa ser considerada. O universo trabalhista consegue exemplificar bem a situação: adolescentes de situações econômicas e sociais vulneráveis enfrentam uma realidade específica no que concerne ao estudo e ao primeiro emprego.

Tal realidade está relacionada, em grande parte, às altas exigências dos empregadores e a falta de qualificação e/ou experiência que não são acessíveis aos jovens de famílias economicamente vulneráveis (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002). A situação de carência dificulta a permanência desses jovens na escola. Há limitações quanto ao acesso a materiais escolares e deslocamento. É dificultada a inserção destas/es adolescentes em empregos que não oferecem riscos à suas vidas, mas sim, possibilidade de ascensão profissional e/ou com qualidade de vida.

A violência urbana como um fator de risco que impossibilita jovens de, muitas vezes, saírem de seus lares também não deve ser um aspecto ignorado. É fato que jovens que residem em bairros vulneráveis, sem garantia de acesso a direitos básicos

(como por exemplo, segurança e saneamento básico), encontram-se em situações de maior exposição à(s) violência(s) (LOPES et al., 2008) – sejam elas físicas, psicológicas e/ou institucionais.

Adolescentes de baixa renda tendem e muitas vezes precisam, priorizar o trabalho sobre outras dimensões da vida. Muito frequentemente, a/o adolescente que consegue uma vaga no mercado de trabalho, abandona os estudos precocemente (OLIVEIRA et al., 2010).

Adolescentes de classe baixa não são englobados pelo suporte social, pela educação e por possibilidades trabalhistas. Fato este, que acaba resultando em “um fenômeno perverso ao qual os jovens e suas famílias estão submetidos” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 764). Pesquisa de Castro e Abromovay (2002) realizada com adolescentes que buscam trabalho, indica que a intenção delas/es é ter acesso a um meio de sobrevivência individual e familiar. Mesmo diante do fator “sobrevivência”, grande parte dos empregos que estas/es jovens conseguem são seletivos (BIRMAN, 2006), instáveis ou irregulares (CASTRO; ABROMOVAY, 2002).

A condição socioeconômica da pessoa adolescente afeta sua experiência do adolescer. Fato este que reforça a importância em considerar fatores históricos e sociais ao pensar a adolescência. É imprescindível que esta fase seja compreendida a partir do ambiente social em que a/o jovem vive o seu cotidiano. O ambiente social irá influenciar diretamente no seu modo de ser, agir e pensar e; posteriormente, se posicionar no mundo adulto.

É importante salientar que, ao destacar as influências da história, da sociedade e da cultura na adolescência, as mudanças biológicas que ocorrem neste período não devem ser negligenciadas. As próprias transformações biológicas ocorrem e são significadas de modo único na vida de cada adolescente (FERREIRA; NELAS, 2006; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

As mudanças corporais que ocorrem nesta fase acontecem em velocidades diferentes, devido à imagem e o desenvolvimento corporal serem subjetivos, e dependentes de elementos emocionais, funcionais e características sociológicas que a/o jovem vive (PEREZ; CONSTANTINO, 2009). É importante ressaltar ainda que “as relações entre o biológico e o social no ser humano são de incorporação daquele por este e não de eliminação ou mesmo separação entre ambos” (ANJOS, 2014, p. 109-110).

A intersecção da raça no processo de compreensão da adolescência, também é uma postura necessária em pesquisadoras/es que buscam incluir adolescentes em suas pesquisas. Lima (2018) destaca que não é incomum adolescentes negras/os apresentarem baixa autoestima e dificuldade de aceitação de seus corpos, em razão das múltiplas vivências de racismo que atravessam as suas experiências e relações.

Tais experiências em muitas ocasiões tornam-se traumáticas. Crianças negras vivenciam diferentes tipos de racismo desde seus primeiros dias de vida, sendo o

racismo institucional um dos mais frequentes (SILVÉRIO, 2002).

Discutimos em não ignorar as adolescências, no plural. Enquanto Psicólogas/os e/ou pesquisadoras/es, é essencial não negarmos o racismo brasileiro. Muito menos, as marcas históricas e contemporâneas sentidas por quem o vivencia cotidianamente - inclusive em pessoas jovens e em suas construções singulares, tanto a nível relacional quanto identitária.

O processo histórico brasileiro, delimita a necessidade de compreensão desta sociedade a partir de aspectos pluriculturais e multirraciais, de acordo com Carneiro (2003). As diferenças existentes nos modos de “ser” devem ser pontuadas e vividas como equivalência e não a partir do viés da inferioridade (CARNEIRO, 2003). Ao realizar uma pesquisa generalista sobre a(s) adolescência(s), contribui-se à “invisibilidade das peculiaridades e vulnerabilidades” vivenciada por diferentes populações, principalmente, das/os negras/os (LIMA, 2018, p.116).

Ao questionar a naturalização da adolescência ou a sua compreensão como algo homogêneo, objetivamos promover uma compreensão ampla, que explora a complexidade desta fase do desenvolvimento. A proposta desse artigo, parte do pressuposto de que a adolescência ocorre como um processo diverso e único.

3 | COMO E POR QUE A ADOLESCÊNCIA FEMININA SE DIFERE DA MASCULINA?

O adolescer precisa ser visto a partir de uma perspectiva de gênero. Braga e Dell’Aglio (2013) destacam a adolescência permeada por questões relativas ao sistema sexo/gênero e aos comportamentos ideais a serem realizados por uma menina e por um menino.

Durante esta etapa, existe a possibilidade de sentimentos de angústia e de ansiedade aparecerem. Isto ocorre em função da presença dos chamados “dilemas identitários” que podem ter origem em processos de comparações ou idealizações acerca da imagem da mulher perfeita e do homem perfeito (DINIZ; ALVES, 2015, p. 22).

A vivência em uma sociedade patriarcal (CISNE, 2015; NARVAZ; KOLLER, 2006), nos coloca diante de elementos e processos de engendramento que são determinantes quando se fala na construção das identidades de seres masculinos e femininos. Parte dos desafios encontrados no período da adolescência estão relacionados a esses processos (RESSEL et al., 2009). Molina (2013) ressalta que é na referida fase, que a incorporação dos modelos de feminilidade e masculinidade torna-se notória.

A adolescência será marcada por uma adequação aos papéis de gênero culturalmente impostos (DINIZ; ALVES, 2015). Padrões específicos, normativos e estereotipados de comportamentos são ensinados de modos diferentes aos meninos e as meninas. Muitos desses padrões serão mantidos durante toda a fase adulta.

As meninas tendem a ser educadas, desde a fase infantil, para aceitar de modo

passivo a autoridade dos meninos (DINIZ; ALVES, 2015). O estudo de Monteiro et al. (2015), destaca as relações de gênero e sua influência no cotidiano das adolescentes. Seja na organização da casa, no comportamento, participação social ou na inserção no mercado de trabalho, as adolescentes diferenciam o comportamento esperado para os meninos e para as meninas. As meninas adolescentes, no caso, colocam-se em uma posição de inferioridade, submissão, perante aos adolescentes do gênero masculino.

Os padrões de gênero tendem a influenciar até mesmo na escolha profissional das/os jovens (LÓPEZ-SÁEZ; PUERTAS; SÁINZ, 2011). Souza (2015) ressalta que certas profissões são estereotipadas pelo gênero, por meio da construção histórica e social.

Os cursos no eixo de exatas são comumente relacionados a profissões masculinas, enquanto profissões voltadas à área da saúde são consideradas profissões femininas. Este fato é consideravelmente influenciado pelo fato da figura da mulher ser, culturalmente associada à imagem de cuidado, da inteligência emocional e a do homem associada à inteligência intelectual (NARVAZ; KOLLER, 2006).

López-Sáez, Puertas e Sáinz (2011) indicam que uma adolescente que, por exemplo, escolhe estudar Engenharia irá se deparar inclusive com dificuldades relacionais com seus colegas de classe. A escolha profissional pode causar uma vivência de discriminação e preconceitos naquelas/es que vão contra os estereótipos de gênero, segundo estas autoras.

A expressão da sexualidade também é manifestada de modos distintos entre adolescentes do sexo feminino e masculino. Enquanto os meninos vivenciam a sexualidade de modo permissivo, as meninas vivenciam uma sexualidade reprimida e passível de julgamentos caso seja vivida de forma semelhante à dos meninos. Molina (2013) ressalta que “as regras sexuais são diferentes para ambos os sexos, sendo geralmente a maioria das restrições ligada ao gênero feminino, determinado pela cultura que impõem quais são as práticas sexuais apropriadas ou não” (MOLINA, 2013, p. 492).

Santos, Acioli Neto e Souza (2011) analisaram conteúdos midiáticos voltados ao público adolescente feminino, aos seus pais e a produção acerca da adolescência. O resultado obtido apontou que questões de gênero são perceptíveis em meios de comunicação que pretendem dialogar sobre o adolescer. O modo de retratar esta fase é realizado em duas situações específicas, a ser apresentadas abaixo.

Santos, Acioli Neto e Souza (2011) identificaram que foram produzidas matérias que demonstravam preocupações com a sexualidade apenas das adolescentes do sexo feminino. As reportagens direcionadas ao referido público, retratavam o uso de métodos anticoncepcionais, os cuidados e as maneiras de se relacionarem afetivamente com outras pessoas. Alertavam também sobre a gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

As adolescentes identificavam que, ao beijarem diferentes pessoas, poderiam

ser vinculadas a um comportamento promíscuo (“*galinha*”). Já os adolescentes do sexo masculino seriam percebidos por outras pessoas como “*pegadores*”. Segundo as próprias adolescentes, atividade que os valoriza socialmente por cumprirem o papel e a prescrição de gênero esperada para pessoas desse sexo (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011).

A repetição destes discursos engendrados pelas adolescentes indica que a formação de padrões e a classificação dentro do sistema sexo-gênero foram construídas a partir de bases hegemônicas. Neste cenário, o masculino é tido como aquele que desempenha um papel de oposição ao feminino e não de semelhança, no que concerne aos direitos e comportamentos. Este conceito continua, lamentavelmente, a ser reforçado até nos dias atuais (SANTOS; MARTINS, 2013).

Preocupações específicas são legitimadas em relação aos jovens, com base em papéis sociais pré-estabelecidos, desempenhados dependendo do gênero da/do adolescente e através do poder da influência cultural sob as percepções de gênero (SABAT, 2001; SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011). Nesse contexto são ditados os comportamentos e a personalidade que uma menina e um menino podem/devem ter.

Diferente da adolescência masculina, a feminina é marcada por estratégias que visam desenvolver alertas e estratégias de prevenção a riscos, tanto para os corpos quanto para os comportamentos das adolescentes (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011). Desconsiderar as diferenças de gênero ao buscar a compreensão das adolescências, é negligenciar as vivências únicas resultantes desta vertente.

4 | ADOLESCÊNCIAS: IDENTIDADES, RELACIONAMENTOS E SAÚDE MENTAL

A necessidade de entender quem somos é algo inerente à condição humana (RODRIGUÉZ; DAMÁSIO, 2014). Para acessar este entendimento, é preciso considerar características singulares da história de cada pessoa, de seus vínculos afetivos, do ambiente sociopsicológico, político, econômico e cultural e, até mesmo, do processo educacional vivido (LEVISKY, 2002).

A adolescência é um período do desenvolvimento em que meninos e meninas vivenciam mudanças significativas. Além das transformações fisiológicas, psicológicas e sociais (LEVISKY, 2002; RODRÍGUES; DAMÁSIO, 2014), o adolescer é vivenciado a partir de novas maneiras de se relacionar, por meio da experimentação de diferentes papéis sociais e novos tipos de conduta, além do envolvimento em uma gama de habilidades a ser desenvolvidas (RODRÍGUEZ; DAMÁSIO, 2014). Estes elementos vão ao encontro e influenciam no desenvolvimento da identidade de cada pessoa.

A formação da identidade é única e pessoal. É compreendida através da ideia da constante construção (CIAMPA, 1984; LEVISKY, 2002). A concepção de “identidade” é explicada por Ciampa (1984), a partir da seguinte definição: “em cada momento de

minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito” (CIAMPA, 1984, p. 67). É importante destacar a construção de um “eu”, a partir de “outros”.

A/o adolescente também se encontra em um processo de construção da identidade (BASMAGE, 2010). Este processo não se encerra na adolescência, mas sim, continua a ser construído ao longo dos anos de vida de todos os seres humanos (BASMAGE, 2010; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

A construção da identidade é tida como a “tarefa mais importante” a acontecer durante o adolecer (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 107). A identidade é o que marca a passagem da juventude para a vida adulta.

Os relacionamentos sociais possuem forte influência na construção da identidade na adolescência. Levisky (2002) destaca a constituição da identidade por meio da vida de relações. Nesses processos relacionais, as influências são recíprocas entre as estruturas mentais e a sociedade, e têm impacto na constituição da pessoa. As “relações” podem ser estabelecidas com amigas/os, familiares, na escola, na igreja, em relacionamentos amorosos, e outros meios de socialização.

A identidade da/o adolescente também se transforma à medida que ela/e se relaciona com outras/os adolescentes (QUIROGA; VITALLE, 2013). Sua subjetividade, preferências, personalidade, gostos e desgostos serão formados através de sua vivência pessoal, mas também a partir dos agrupamentos sociais dos quais ela/e faz parte.

Os processos de desenvolvimento são produto, justamente, das novas situações e experiências que elas/es viverão nesta fase, com sua rede de relacionamentos (QUIROGA; VITALLE, 2013). As relações construídas no meio familiar merecem, portanto, destaque neste cenário.

O relacionamento familiar exerce uma influência ímpar na estruturação psíquica e identitária de cada um de seus membros (QUEEN et al., 2013). No cotidiano familiar, é formado o primeiro e o mais importante contexto de socialização a ser conhecido na infância (REIS; PEIXOTO, 2013). Tanto nesta fase quanto na adolescência, o papel desempenhado pela família afeta o desenvolvimento e comportamento, assim como a interação social e o desenvolvimento cognitivo (CAMACHO; MATOS, 2007).

O cotidiano familiar e a qualidade deste, afeta na regulação emocional da/o adolescente, no seu bem-estar, autonomia, assim como em resultados escolares e em um possível futuro profissional e/ou acadêmico (GRUSEC; DAVIDOV, 2010; SYED; SEIFFGE-KFRENKE, 2013). Syed e Seiffge-Kfrenke (2013) ainda ressaltam que o apoio familiar que desafia e ao mesmo tempo acredita em suas/seus filhas/os é um importante componente no desenvolvimento do ego das/os adolescentes.

Em contraponto, famílias que não apresentam elementos relacionados ao apoio e presença na vida das/os filhas/os, podem influenciar no “desenvolvimento, manutenção e aumento de algumas patologias nas crianças ou adolescentes” (CAMACHO; MATOS, 2007, p. 40). Neste cenário, a saúde mental da/o adolescente pode ser perpassada

pela depressão (Del Prette; Del Prette, 2014), fobia social e transtornos de ansiedade (Camacho; Matos, 2007), baixos níveis de autoestima e enfrentamento (Reis; Peixoto, 2013), entre outros.

Morais, Lima e Fernandes (2014) indicam que o meio familiar, o seu funcionamento e sua estrutura, podem representar, portanto, um fator de risco ou proteção no desenvolvimento das/os adolescentes. A/o adolescente desenvolve a imagem de si, através do olhar do outro – este, significativo (SALES, 2014).

O núcleo familiar faz parte desta classificação na vida da/o adolescente. Por esta razão, a qualidade dos relacionamentos que perpassam este contexto é de tamanha relevância. Ignorar as especificidades e as vulnerabilidades (se existentes) que as/os adolescentes vivem em cada cenário é perigoso, especialmente no âmbito da pesquisa empírica e teórica no campo da Psicologia.

Sabemos que as pessoas são atravessadas pela história de suas famílias, “com suas sombras e fantasmas silenciosos operando efeitos na subjetivação” (JORDÃO, 2008, p.159). Desconsiderar o núcleo familiar quando se pesquisa a adolescência é, portanto, um erro.

É preciso dar atenção a todas essas questões ao buscarmos compreender a adolescência. Entender a pluralidade da adolescência é primordial para que não sejam desenvolvidas análises superficiais, descontextualizadas e acríticas. A adolescência é um processo desenvolvimental complexo. É preciso que todas as influências sejam consideradas, para que possamos fugir da generalização e naturalização do adolescer.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discussões sobre a adolescência ocorrem dentro de um modelo geral do que deve consistir este período do desenvolvimento. A visão generalizadora do adolescer tende a promover certa homogeneização deste processo. As particularidades e interseccionalidades vivenciadas de diferentes maneiras pelas/os jovens que se encontram neste momento da vida, tendem a ser ignoradas ou negligenciadas.

Ao discorrer sobre a adolescência, múltiplos elementos precisam ser considerados. A adolescência é construída em um contexto específico, sob diversas influências históricas, relacionais, estruturais, familiares, sociais, políticas. Ressaltamos que, durante a realização de uma pesquisa com adolescentes, é preciso buscar responder a seguinte questão: “sobre qual adolescência estamos falando?”. É preciso que as interseções entre situação socioeconômica, raça, orientação sexual, nacionalidade e a inserção no sistema sexo/gênero, cultura e período histórico sejam valorizadas e aplicadas.

A caracterização da adolescência auxilia no combate aos estereótipos, pré-conceitos e generalizações sobre este período do desenvolvimento humano. Muitos mitos acerca do adolescer foram construídos e reforçados ao longo dos anos, pelo

viés das pesquisas científicas (BERNI; ROSO, 2014). É preciso combatê-los.

A realização de estudos acadêmicos a partir da neutralidade como uma metodologia a ser adotada por pesquisadoras/es, não é incomum – e não necessariamente é um problema. Torna-se uma questão a ser problematizada, quando a neutralidade se estende à compreensão das/os participantes de pesquisas pelas/os próprias/os pesquisadoras/es. Na busca pela compreensão do adolecer, é estudado um grupo de pessoas que ocupa um mesmo espaço. Não se deve negligenciar o fato de que cada uma dessas pessoas possui sua própria história e subjetividade, mesmo quando ocupam um mesmo grupo social.

A promoção de pesquisas que valorizam participantes reais em suas singularidades é essencial. O desenvolvimento de pesquisas em Psicologia, consonantes com o viés crítico e contextualizado, tão amplamente discutido na atualidade, é um objetivo a ser seguido por nós, pesquisadoras e pesquisadores nas possibilidades de pesquisa e teorias, dentro do rico campo de estudos dos fenômenos psicológicos e psicossociais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. E. Aportes teóricos da psicologia histórico-cultural para a educação escolar de adolescentes. *Atos de pesquisa em educação, PPGE/ME*, v. 9, n. 1, p. 106-126, 2014.

BASMAGE, D. F. A. T. **A constituição do sujeito adolescente e as apropriações da internet: uma análise histórico-cultural**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

BERNI, V. L.; ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Saúde**, v. 26, n. 1, p. 126-136, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/14.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BIRMAN, J. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. R. (Org.), **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006. p. 25-43.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno CEDES, Campinas**, v. 24, n. 62, p. 26-43, 2004.

BRAGA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D. Suicídios na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 13. ed. – **Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara**, 2015. 117 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18403/estatuto_crianca_adolescente_13ed.pdf?sequence=27>. Acesso em: 10 maio 2017.

CAMACHO, I.; MATOS, M. G. Práticas parentais educativas, fobia social e rendimento acadêmico em adolescentes. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 3, n. 3, p. 37-55, 2007.

Carneiro, S. (2003). Mulheres negras, violência e pobreza. In: BRASIL, Programa de Prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher. **Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003, p. 11-20.

CASTRO, M. G.; ABROMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 143-176, 2002.

CERQUEIRA-SANTOS, E. M. N. O. C.; KOLLER, S. H. Adolescentes e adolescências. In: Habigzang, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H (Orgs.), **Trabalhando com adolescentes – teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, p. 17-29.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-75.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 138-154, 2015.

DELL'AGLIO, D. D.; SANTOS, S. S.; BORGES, J. L. Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. **Interação em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 191-198, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/3255/2615>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DINIZ, G. R. S.; ALVES, C. O. Gênero e violência no namoro. In: MURTA, S. G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; DINIZ, G. R. S. (Orgs.), **Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia**. Curitiba, Appris, 2015, p. 19-42.

FERREIRA, M.; NELAS, P. B. Adolescências... Adolescentes... **Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health**, v. 10, n. 32, p. 141-162, 2006.

GOMES, C. A.; BRASIL, K. C. T. R.; ALMEIDA, S. F. C. Adolescência: desafio da complexidade. **Interacções**, n. 25, p. 1-12, 2013.

GRUSEC, J. E.; DAVIDOV, M. Integrating different perspectives on socialization theory and research: A domain-specific approach. **Child Development**, 81, p. 687–709, 2010.

JUSTO, A. P. Autorregulação em adolescentes: Relações entre estresse, enfrentamento, temperamento e problemas emocionais e de comportamento. 2015. 328 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: < <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/469> >. Acesso em: 10 jan. 2017.

JORDÃO, A. B. Vínculos familiares na adolescência: nuances e vicissitudes na clínica psicanalítica com adolescentes. **Aletheia**, v. 27, n. 1, p. 157-172, 2008.

LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. (2014). Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação**. Eduem – UEM, Maringá – Paraná, 2014, p. 15-44.

LEVISKY, D. L. Construção da identidade, o processo educacional e a violência – uma visão psicanalítica. **Pro-Posições**, v. 13, n. 3, p. 99-112, 2002.

LIMA, E. F. Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara - São Paulo, 2018.

LÓPEZ-SÁEZ, M.; PUERTAS, S.; SÁINZ, M. Why don't girls choose technological studies? Adolescents' stereotypes and attitudes towards studies related to medicine or engineering. **The Spanish Journal of Psychology**, v. 14, n. 1, p. 74-87, 2011.

MASCAGNA, G. C. **Adolescência: compreensão histórica a partir da escola de Vigotski**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2009. .

MOLINA, L. P. P. Gênero, sexualidade e ensino de histórias nas vozes de adolescentes. **Antíteses**, v. 6, n. 12, p. 489-525, 2013.

- MONTEIRO, R. J. S.; GONTIJO, D. T.; FACUNDES, V. L. D.; SENA e VASCONCELOS, A. C. “Pensando como um menino é mais fácil”: construções sobre as relações de gênero no discurso de meninas adolescentes. **Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2. p. 207-215, 2015.
- MORAIS, N. A., LIMA, R.; FERNANDES, J. Adolescência e contexto familiar. In: HABIGZANG, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. (Orgs.), **Trabalhando com adolescentes – teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, p. 101-117.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.
- OLIVEIRA, D. C.; FISCHER, F. M.; TEIXEIRA, M. C. T. V.; SÁ, C. P.; GOMES, A. M. T. Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 763-773, 2010.
- PAIXÃO, D. L. L.; ALMEIDA, A. M. O. O retrato da adolescência e da juventude brasileira: o que revelam as pesquisas? **Educação: Saberes e Práticas**, 1, p. 1-29, 2013.
- PEREZ, D. K.; CONSTANTINO, E. P. Representações sociais da adolescência e do adolescente em um projeto socioambiental no município de Assis-Sp. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, 131-140, 2009.
- PRIOSTE, C. D.; AMARAL, M. G. T. As fantasias virtuais das meninas e as vulnerabilidades na adolescência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 10(nº especial), p. 1673-1686, 2016.
- QUEEN, A. H.; STEWART, L. M.; EHRENREICH-MAY, J.; PINCUS, D. B. Mothers’ and Fathers’ Ratings of Family Relationship Quality: Associations with Preadolescent and Adolescent Anxiety and Depressive Symptoms in a Clinical Sample. **Child Psychiatry & Human Development**, n. 44, p. 351-360, 2013.
- QUIROGA, F. L.; VITALE, M. S. S. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 863-878, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v23n3/11.pdf> >. Acesso em: 07 abr. 2018.
- REIS, I. G.; PEIXOTO, F. “Os meus pais só me criticam” – Relações entre práticas educativas parentais (perfeccionismo e crítica) e a autoestima, o autoconceito acadêmico, a motivação e a utilização de estratégias de *self-handicapping*. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 31, p. 343-358, 2013.
- RESSEL, L. B.; SEHNEM, G. D.; JUNGES, C. F.; HOFFMAN, I. C.; LANDERDAHL, M. C. Representações culturais de saúde, doença e vulnerabilidade sob a ótica de mulheres adolescentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 552-557, 2009.
- RODRIGUÉZ, S. N.; DAMÁSIO, B. F. IN: HABIGZANG, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. (Orgs.), **Trabalhando com adolescentes – teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, Artmed, 2014, p. 30-41.
- SABAT, R. Pedagogia cultural gênero e sexualidade. **Estudos feministas**, n. 9, p. 9-21, 2001.
- SALES, M. S. (2014). O processo de Constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. **Psicologia & Sociedade**, 26 (nº especial), p. 161-171, 2014.
- SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L.; SOUZA, Y. S. O. Adolescentes em revistas: um estudo sobre representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2, p. 103-113, 2011.

SANTOS, R. G.; MARTINS, M. S. Adolescência e gênero: reprodução da hegemonia masculina. In: II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE; IV Seminário Internacional Sobre Profissionalização Docente – SIPD/CÁTEDRA UNESCO, Curitiba. **Anais...**, Curitiba, Paraná: PUC, 2013. p. 18958-18974, 2013. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9974_5744.pdf>. Acesso em: 02 abr 2017.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 6, n. 2, p. 227-234, 2014.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo intitucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 212-246, 2002.

SOUSA, M. do C.; MOREIRA, M. I. C. Adolescência em Camadas Populares: Particularidade e Singularidade na Trama Escolar. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 7, n. 1, p. 68-75, 2012.

SOUZA, M. L. R. S. **Gênero e escolha profissional**. 2015. 32 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SYED, M.; SEIFFGE-KFRENKE. Personality Development From Adolescence to Emerging Adulthood: Linking Trajectories of Ego Development to the Family Context and Identity Formation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 104, n. 2, p. 371-384, 2013.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 147-162, 2005.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Caderno de Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2467-2472, 2006.

DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO À INSPIRAÇÃO DE UMA PRÁTICA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN

Barbara Maria Turci

Instituto de Psicologia - Universidade Federal de
Uberlândia
Uberlândia – MG

Eliane Regina Pereira

Instituto de Psicologia - Universidade Federal de
Uberlândia
Uberlândia – MG

Emerson Fernando Rasera

Instituto de Psicologia - Universidade Federal de
Uberlândia
Uberlândia – MG

Ando muito completo de vazios.
Meu órgão de morrer me predomina.
Estou sem eternidades.
Não posso mais saber quando amanheço ontem.
Está rengo de mim o amanhecer.
Ouço o tamanho oblíquo de uma folha.
Atrás do ocaso fervem os insetos.
Enfiei o que pude dentro de um grilo o meu
destino. Essas coisas me mudam para cisco.
A minha independência tem algemas
(Os deslimites da palavra – Manoel de Barros)

RESUMO: O presente ensaio teórico busca, em contribuições de Mikhail Bakhtin, inspiração para fazeres grupais a partir de uma visão de grupos a nós apontada por alguns conceitos

do autor. Nesse percurso, nos deparamos, primeiramente, com uma visão de sujeito e de sua constituição, suscitada pelo próprio processo de pesquisar. Dessa forma, os caminhos percorridos foram os de realizar uma análise do processo de constituição do sujeito a partir de uma aproximação aos conceitos bakhtinianos escolhidos para, a partir disso, apontar uma visão de grupo que inspirasse os fazeres grupais. Os conceitos, por sua vez, foram selecionados a partir de aproximações teóricas feitas junto a autores que nos auxiliaram a adentrar as obras desse autor, que nos dá pistas de sua visão de ser humano atrelando a presença das relações sociais nesse processo de constituição, sendo eles: Dialogismo, Polifonia, Ato/Atividade, Tom emotivo/volitivo, Enunciado, Excedente de visão/Exotopia, Autor/Autoria. Foram as premissas a respeito dessa prévia análise as auxiliadoras de um trabalho contínuo de pensar e repensar práticas grupais que sejam dialógicas. Assim, pudemos perceber que o grupo que tem a Dialogia como característica pode ser aquele que se movimenta para que o sujeito se perceba como ativo e responsivo, por meio de uma abertura de espaço para que seu discurso possa ser ouvido e respondido e para que, a partir desses encontros, novos Enunciados sejam criados, em Polifonia.

PALAVRAS-CHAVE: Mikhail Bakhtin;

ABSTRACT: The present theoretical essay seeks, in contributions of Mikhail Bakhtin, inspiration to make group practices from a group vision to us pointed out by some concepts of the author. In this way, we are faced, first of all, with a view of the subject and its constitution, provoked by the research process itself. Thus, the paths covered were to perform an analysis of the process of constitution of the subject from an approach to the Bakhtinian concepts chosen to, from that point, to point out a group vision that inspired the group actions. The concepts, in turn, were selected from theoretical approaches made with authors who helped us to enter the works of this author, which gives us clues to his vision of being human, linking the presence of social relations in this process of constitution, the concepts being: Dialogism, Polyphony, Act /Activity, Emotive /volitional tone, Statement, Excess of vision/Exotopia, Author/Authorship. The assumptions about this previous analysis were the helpers of a continuous work of thinking and rethinking group practices that are dialogical. Thus, we could perceive that the group that has Dialogia as a characteristic can be the one that moves so that the subject perceives himself as active and responsive, through an opening of space so that his discourse can be heard and answered and, from these meetings, new statements are created, in polyphony.

KEYWORDS: Mikhail Bakhtin; Constitution of the Subject; Groups; Group Practices; Dialogical.

1 | INTRODUÇÃO

Como escreve Marília Amorim (2004, p. 25), “o ponto de vista do cineasta é a todo o momento transformado pelo outro, ou melhor, *alterado*”, e assim o é o do pesquisador. Dessa forma, objetivando inspirar fazeres grupais a partir das contribuições de Mikhail Bakhtin, nos deparamos, primeiramente, com uma visão de sujeito suscitada em nós por alguns conceitos do autor. Realizamos, assim, um ensaio teórico entendido como texto que se produz sempre no intertexto, na busca de uma escrita que reflete a nós mesmos, aos autores com quem dialogamos e aos interlocutores dessa produção (AMORIM, 2004), e que abre espaço para a criação de novos enunciados diante do mesmo objetivo, para a pluralidade de vozes aqui presente.

Os caminhos percorridos foram, então, os de realizar uma análise do processo de constituição do sujeito a partir de uma aproximação a alguns conceitos bakhtinianos para, a partir disso, apontar uma visão de grupo que inspire fazeres grupais. Os conceitos escolhidos por sua vez, o foram a partir de aproximações teóricas feitas junto a autores estudiosos de Bakhtin e que nos auxiliaram na difícil tarefa de adentrar suas obras. Difícil pelo próprio viés da linguística que o autor utiliza, o que nos dá pistas de sua visão de ser humano atrelando a presença do outro enquanto relações sociais nesse processo de constituição.

Mikhail Mikhailovitch Bakhtin é nascido na Rússia, em 1895, no conturbado período da Revolução Russa, entre a “possibilidade de uma nova sociedade e as impossibilidades ditadas pelo governo stalinista” (BRAIT, 2005, p. 178). Um autor com extensa obra, considerado filósofo, historiador da cultura e estética e caracterizado pela sua pluralidade, presente na grande quantidade de assuntos pelos quais se interessava. Outras definições para ele giram em torno de

“linguista”, “filólogo”, “crítico literário”, “semiólogo”, ou simplesmente “pensador”.

Dessa forma, Bakhtin escreveu diversas obras, sempre abertas à contradição, em que não se reporta à Psicologia como base ou como objetivo da formulação de sua teoria. Graduado em Letras, Filosofia e História, o autor se propõe a pensar na realidade social baseado na “constituição do sujeito” como um processo inseparável de sua condição social, histórica e econômica, focado na linguagem e na mediação constitutiva e dialógica do discurso na vida do indivíduo. Sua aproximação com uma teoria revolucionária e a própria criação de escritos que iam contra o modo de funcionamento vigente da época da Revolução Russa não barraram Bakhtin de, em uma época tão contraproducente, dar seguimento a seus pensamentos (BRAIT, 2016).

Bakhtin e outros intelectuais próximos a ele com formação filosófica, literária, científica e/ou artística, participaram na construção de diálogos afins com a linguística, o formalismo, a psicologia, a filosofia e o marxismo ortodoxo, formando o que hoje é chamado de Círculo de Bakhtin, em que os autores que o constituem se destacam por se interligarem e dialogarem entre si sobre uma concepção de linguagem, de um método sociológico e/ou de uma poética da prosa, de maneira a construir conhecimento linguístico, literário e filosófico permeados pela existência concreta, pela cultura, pela ideologia do cotidiano, elegendo o diálogo como base (BRAIT, 2016).

Alguns membros do Círculo são Matvei Isaevich Kagan, Lev Vasilievich Pumpianskii, Ivan Ivanovich, Sollertinskii, Pavel Nikolaevich Medvedev e Valentin Nikolaevich Voloshinov, sendo a questão da autoria, ou da coautoria, bastante discutida atualmente no que se refere às obras que são denominadas bakhtinianas e aos estudiosos que compunham esse grupo.

Cada uma de suas obras acarreta em outros tantos escritos, que mostram sua visão de mundo, seus conceitos epistemológicos, suas análises a respeito da literatura, entre outras questões de importância para o autor. Seus livros inspiram a construção da própria arquitetura da existência de inúmeros outros autores, que utilizam de suas reflexões para basear seus próprios trabalhos.

2 | CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Ao nos aproximarmos de alguns conceitos bakhtinianos, construímos uma visão de sujeito e de sua constituição que, como já apontado anteriormente, não aparece de forma clara nas obras do autor, são apresentadas no intertexto, no não-dito.

Uma das oportunidades em que Bakhtin dá espaço para que sua compreensão a propósito desse assunto seja pensada está presente no vasto estudo das obras de Dostoiévski que realiza, em que coloca o romancista como autor de uma escrita romanesca que, para ele, até então, não podia ser vista em nenhum outro enredo, de nenhum outro escritor: o romance dialógico. Essa característica única se dá pela peculiaridade das personagens do romancista, que, segundo Bezerra (2005), não são apenas objetos do discurso do autor, mas sim sujeitos do próprio discurso.

A maneira como essas personagens são colocadas se opõe ao que habitualmente acontece nos romances: não há conexões entre o enredo e uma pragmática questão material ou psicológica que as objetivem e encerrem em um conceito; suas imagens não são desembocadas em interpretações, não correndo o risco de serem tiradas conclusões paralisantes a seu respeito:

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenevalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade (BAKHTIN, 2010, p. 04).

Ao falar de multiplicidade de vozes e de consciências, Bakhtin (2010) refere-se à essência da Polifonia, que está no fato de que diversas vozes atuam na constituição de uma mesma personagem, formando sua consciência e se apresentando em seu discurso de forma coautoral.

O conceito de Polifonia está localizado nos estudos literários de Bakhtin, em que o mesmo compreende dois tipos de escrita: a monológica e a polifônica. A primeira diz respeito a características autoritárias, que oferecem acabamento. Por outro lado, a Polifonia apresenta uma realidade em eterna formação, inconclusa, não acabada (BEZERRA, 2005). Dessa forma, enquanto o monologismo estabelece dogmas, em romances cujos autores não levam em conta a subjetividade das personagens, a escrita polifônica considera as personagens como constituídas e constituintes de inúmeras verdades, em um movimento constante.

A Polifonia é, portanto, a própria multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada nos sujeitos do romance, que estão sempre em movimento, mas que são, também, singulares. Dessa forma, o sujeito fala como regente de um grande coro de vozes que constituem sua própria voz a partir das relações que ele estabelece com o outro e com o mundo, sendo que ele mesmo cria e recria essas vozes sem que elas percam sua autonomia e faz com que elas revelem nele mesmo outro sujeito, infinito e inacabável (BEZERRA, 2005).

De forma coerente a esse conceito, a autoria/coautoria diz do ato da criação não ser apenas de um sujeito, diretamente, mas sim de uma apropriação de vozes sociais que serão por ele reordenadas. Segundo Bakhtin (1992), o autor não é nem apenas

refratário das vozes sociais, nem parte apenas de sua própria voz, mas sim coautor, na medida em que ressignifica, reposiciona e reorganiza os eventos de sua vida.

Na possibilidade de se constituir de forma ativa, o sujeito vive a oportunidade de posicionar-se frente à realidade e de dar a ela um sentido, de forma a não viver de forma passiva os acontecimentos de que participa, mas de reposicioná-los, ressignificá-los e reorganizá-los. O sujeito cria em Coautoria. Ele não parte, no entanto, apenas de sua própria voz, mas é refratário das inúmeras vozes sociais às quais ele recorre para se apropriar dos acontecimentos que vive:

Em Dostoievski, a consciência nunca se basta por si mesma, mas está em tensa relação com outra consciência. Cada emoção, cada ideia da personagem é internamente dialógica, tem coloração polêmica, é plena de combatividade e está aberta à inspiração de outras; em todo caso, não se concentra simplesmente em seu objeto, mas é acompanhada de uma eterna atenção em outro homem. (BAKHTIN, 2010, p.36).

Assim como com as personagens de Dostoievski, quando um sujeito se encontra com outro, as várias vozes sociais constitutivas de suas existências se relacionam de forma equipolente, de forma Dialógica, sendo que o próprio Bakhtin atribui esse conceito para realidades que ultrapassam os estudos da linguística, deixando claro que para ele todas as relações de comunicação humana podem ser dialógicas:

As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma tudo o que tem sentido e importância. (BAKHTIN, 2010, p. 47).

Entende-se Dialogismo, portanto, como a interação equipolente entre as muitas consciências, entre as várias vozes existentes nas relações, de modo que um não se constitui sem que haja esses outros que trazem realidade à sua formação e que são ativos nele, sem que haja qualquer tentativa de unificação e conciliação das contradições que elas provavelmente apresentam (BEZERRA, 2005).

Ao dizer do outro em seus escritos, ao falar da interação e do emaranhado entre muitas consciências, o autor não diz da presença física ou da relação face a face, exclusivamente. O pensamento bakhtiniano abarca as vozes sociais como sendo posicionamentos no mundo e constitutivas dos sujeitos, que são uma arena povoada dessas vozes sociais em suas várias relações, consonantes ou dissonantes, mas sempre em movimento, em contínuo devir, e carregadas de uma interação socioideológica (FARACO, 2003).

Falar sobre as múltiplas vozes para Bakhtin (2010) também não quer dizer apenas sobre as características concretas do dizer, ainda que as mesmas – verbais e não verbais, as constituam. O autor refere-se aos vários discursos que perpassam um Enunciado: quando alguém produz um discurso está produzindo junto a ele um conjunto de relações sociais e históricas que construíram esse dizer somado com a

singularidade de quem o está proferindo.

Isso se deve ao fato de que, apesar de o conceito de Enunciado estar diretamente ligado ao discurso verbal, Bakhtin define-o como parte da vida cotidiana, em que o mundo real já é um sentido já Enunciado, já expresso no mundo em sua atualidade (BAKHTIN, 1992). São incorporados a esse conceito, ainda, a forma de relação entre aqueles que enunciam, caracterizada por momentos verbais e não verbais na própria situação da enunciação, como relativa ao contexto histórico maior em que os interlocutores estão situados e às vozes sociais outras que permeiam a comunicação verbal dos mesmos, em que ele reflete as condições da realidade em que está situado.

Assim, o enunciado concreto, ao longo das obras bakhtinianas, pode fundir-se na ideia de palavra, texto, de discurso, mas aparece também como situada entre a vida e o aspecto verbal do enunciado, direcionando compostos da vida para o discurso verbal, dando à palavra o seu momento histórico vivo, o seu caráter único (BRAIT; MELO, 2005).

Na constituição do sujeito, cada voz, cada discurso que faz parte de sua história, compõem seu modo de estar no mundo. Vozes essas que incluem as relações diretas desse sujeito, mas principalmente vozes que refletem uma estrutura social, que é concreta e que influencia diretamente nesse processo, resultando em uma dialogia.

Bakhtin, portanto, enxerga o sujeito como inserido em um contexto social e histórico, lugar de onde parte para se relacionar e onde se constitui. Processo esse encadeado por Atos/Atividades, em que o próprio constituir-se forma um complexo de atos. O agir, para o autor, engloba cada pensamento, desejo, sentimento, discurso, cujos sentidos são atribuídos no momento da ação, possuindo, além disso, as características de as ações serem únicas e irrepitíveis (BAKHTIN, 2010).

Cada atividade realizada no processo de constituição do sujeito, portanto, é o que Bakhtin chama de ato.

A experiência existe, então, em relação com o agir, situada e avaliada por aquele que age e que atribui sentido a si mesmo e à realidade a partir do mundo material e concreto que lhe está dado *a priori* (SOBRAL, 2008). Pode-se dizer, a partir dessa premissa, que o sujeito se constitui na relação com o outro, sendo esse outro, por sua vez, da ordem dos diversos posicionamentos possíveis no mundo. Outra questão é a da atividade do sujeito nessa relação, em que a apropriação da cultura que lhe rodeia e do que ela lhe oferece é realizada de forma singular, única e irrepitível. Ao colocar a vida como um conjunto de atos e os atos, por sua vez, como atividades singulares, únicas e irrepitíveis, Bakhtin (2010) aponta aquele que as realiza como o único capaz de responder por sua própria vida.

Assim, o sujeito age na vida de um jeito participante, não indiferente a todo o processo de agir, considerando o conteúdo do Ato, a valoração e a avaliação do próprio agente. Apesar de parecer solitário nesse processo, Bakhtin (2010) não quer dizer que apenas ele é necessário: viver a partir de si e de seu lugar singular é diferente de viver para si ou por conta própria, independentemente do outro.

Afirmar a possibilidade de reconhecimento de si mesmo em relação ao mundo com tanta ênfase é importante diante de uma estrutura social que anula a unicidade, a alteridade das pessoas. As diferenças desaparecem perante a naturalização de relações sociais e culturais que mantém a desigualdade social (pilar do funcionamento desse sistema social) através da possibilidade ilusória da igualdade.

Conforme Marx e Engels (1967), a instituição central da sociedade capitalista, o Estado, dirige-se à alienação do homem, com uma organização que visa à opressão de uma classe para com a outra (cuja origem está na divisão do trabalho). A democracia liberal, vigente nos dias atuais, proclama-se aberta para que todos possam agir em liberdade, quando na verdade esse resultado é impossível de ser alcançado pela própria metodologia basilar do capitalismo: a exploração.

Dentro desse funcionamento contraditório, nós vivemos, atualmente, conformes com mecanismos que consideram os diferentes modos de existir como válidos em suas diferenças apenas para que essa variedade seja apropriada e transformada em objeto de consumo, que novamente as massificam. Esse processo de mascaramento é o que hoje reproduz a passividade dos sujeitos, que, acreditando que têm a garantia de sua individualidade, na verdade não se apropriam da constituição de suas ações, uma vez que as mesmas foram incorporadas em processos de produção para o mercado de trabalho e para o consumo. Se o sujeito não se dá conta de como ou porque age da maneira como vive, ele conseqüentemente continua a não se dar conta de seu próprio processo de constituição, não tendo a possibilidade de responder por ele.

Para Bakhtin (1992), o outro não deve esgotar-se em mim e nem eu no outro, mas devemos existir juntos em nossa unicidade, oferecendo, a partir de nosso modo de existir no mundo, novas possibilidades de constituição àqueles com os quais nos relacionamos. As relações enrijecidas monologicamente, porém, expressam uma necessidade de transformar o outro, de adaptá-lo, torná-lo objeto de uma vontade outra que não a dele mesmo, torná-lo passivo, negar-lhe alteridade e fazer dele a imagem que convém. Isso encerra o sujeito em uma definição, objetifica-o, torna-o coisa.

A capacidade de resposta acerca de seu posicionamento frente a si mesmo, ao outro e à realidade em que vive, é o que torna o sujeito ativo: se sua constituição é formada por ações das quais ele participa de forma a responder por elas, ele também é capaz de participar de ações outras, que podem proporcionar posicionamentos diferentes, o que não se trata de uma relativização da realidade, mas de uma compreensão de que essa realidade existe em relação.

É dessa forma que, segundo Bakhtin (2010), Dostoievski apresenta suas personagens como inconclusíveis, como passíveis de terem consciência, através do encontro com outras consciências, dos moldes estruturais presentes em suas existências e, quando conscientes, de estarem abertas a mudanças nesse modo de existir como consequência de sua condição de serem agentes no mundo.

Se o processo de constituição do sujeito acontece nas relações sociais, é

preciso refletir sobre como as vozes sociais estão presentes nas relações que o sujeito estabelece. Essa reflexão já tem início quando Bakhtin pensa no modo com o sujeito apreende a realidade em que está inserido e com o Tom emotivo-volitivo como indispensável a esse agir.

Ao estar em relação existe a característica de sempre se estar em processo, já que toda relação é localizada histórica e culturalmente. Necessária à existência dessa relação é o afeto que passa a existir no sujeito sobre o que lhe chega, que determina os sentidos que serão atribuídos a ele e, conseqüentemente, o modo como o sujeito irá agir para com ele. Esse vínculo é perpassado, então, pelo Tom emotivo-volitivo, aquele que atribui qualidade à ação, que a direciona (BAKHTIN, 2012), sem o qual nenhum agir seria possível, nenhum valor seria atribuído pelo agente.

Dessa forma, não há essência a ser conhecida em uma pessoa, há o existir a partir da relação estabelecida, em que sentidos são atribuídos. É na forma de evento e não de substância que os seres são apreendidos pelos sujeitos, ou seja, ao se relacionar com outras consciências, o sujeito é entendido em movimento constante no espaço e no tempo concretos em que se encontram, em eterno processo de ação, de existir (BAKHTIN, 2010). É no encontro com o outro que o sujeito tem a oportunidade de se voltar para si mesmo e para seu próprio processo de constituição, em um movimento em que um olhar de fora é remetido de um sujeito que ocupa, em relação ao outro, um lugar privilegiado (BAKHTIN, 1992).

Portanto, a relação entre as pessoas oferece a elas algo que elas mesmas não têm como enxergar por estarem posicionadas de dentro de sua própria existência, lugar em que todo seu agir é impregnado por essa condição. Já o outro, por estar de fora, em Exotopia, pode disponibilizar ao sujeito um Excedente de sua visão, algo de estranho sobre ele, de fora do comum, de novo.

Assim, o Excedente de Visão é uma experiência que o próprio *eu* não tem de si, mas que de seu lugar oferece algo ao *outro*, que ele também não enxerga por si só, e a partir disso “olhamo-nos com os olhos do outro, mas regressamos sempre a nós mesmos e a nossa incompletude” (GERALDI, 2007, p. 44). Ao se deparar com algo novo em relação a si mesmo, o sujeito tem a oportunidade de se enxergar com outros olhos, de voltar a si mesmo e de pensar sobre suas ações, constituindo-se, assim, por esses olhares.

É apenas do lugar de fora, portanto, que há possibilidade da oferta de acabamento necessária à constituição do sujeito, que, na verdade, existindo em processo, estará, em sua incompletude, em uma constante relação:

Estou por inteiro dentro da minha vida e, se eu de alguma maneira pudesse ver o exterior da minha vida, esse exterior se integraria imediatamente à minha vivência interna, a enriqueceria de um modo imanente, ou seja, deixaria de ser exterioridade que, de fora, proporciona acabamento à minha vida, deixaria de ser fronteira eventual de um finito estético que me proporcionaria, de fora, meu próprio acabamento. Supondo-se que eu possa situar-me fisicamente fora de mim – admitamos que eu receba a possibilidade física de dar-me uma forma de fora -

ainda assim eu não terei nenhum princípio segundo o qual eu poderia dar-me essa forma, modelar minha própria exterioridade, proporcionar-lhe o acabamento estético, se eu não souber situar-me fora de minha vida, se não souber percebê-la como a vida do outro. (BAKHTIN, 1992, p. 60).

Dentro dessa relação de comunicação, podemos perceber o quanto a voz singular dos próprios interlocutores é fundamental. Cada sujeito possui um contexto, uma história que o torna único em seu dizer e que, em relação constitui um espaço que acontece de maneira irrepitível. Dessa forma, os Enunciados dos sujeitos sobre si mesmos contém seu modo de existir no mundo, ao passo que o outro, ouvinte do Enunciado, está longe de ser passivo, sendo que, para Bakhtin (2015), o ouvinte ocupa uma ativa posição responsiva em relação ao que seu interlocutor está dizendo, concordando ou discordando dele, completando-o ou aplicando sua fala, em uma relação na qual toda compreensão é prenhe de resposta.

Nesse processo, supondo a existência singular ativa de outros Enunciados, em um movimento que torna o locutor ouvinte, e vice-versa, o sujeito tem a oportunidade de fazer o movimento de voltar para si mesmo e refletir sobre seu próprio discurso, abrindo possibilidade para a construção de novos Enunciados, ou seja, de novos modos de existir, perpassados por outros interlocutores em uma relação de responsividade.

INSPIRAÇÃO DE UMA PRÁTICA GRUPAL

O romance polifônico, que já nos auxilia a pensar a constituição do sujeito, surge como uma construção contrária à corrente capitalista que avançava exacerbadamente na Rússia, repleto de contradições existentes entre uma exacerbada valorização do individualismo e a naturalização de fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais. Características que colocam os sujeitos em uma condição passiva e ilusória de impossibilidade de compreensão e transformação de sua realidade (BAKHTIN, 1992).

A partir desse contexto e considerando a manutenção e adequação do funcionamento da sociedade à realidade contemporânea, é necessário que, assim como a escrita é polifônica, cuja construção é dialógica, o grupo seja um espaço dialógico. Isso significaria, portanto, que o confronto entre as vozes sociais constitutivas dos sujeitos presentes no grupo pudesse acontecer de forma equipolente (BAKHTIN, 2010), já que quando falamos em relações dialógicas, estamos dizendo da possibilidade de encontros entre múltiplas vozes independentes, de forma que, nenhuma seja anulada ou exaltada.

Em um universo dialógico, a ideia não tem uma constituição individual permanente, mas é construída a partir da comunicação dialogada entre sujeitos, como acontecimento, o que só era possível para Dostoiévski em seus romances, segundo Bakhtin (2015), por sua atitude de auscultar o diálogo de sua época, ou “auscultar a sua época como um grande diálogo” (p.100). Nesse processo, não eram as falas das

personagens em si o que mais se destacavam ao autor, mas as relações dialógicas presentes entre elas, em que também ficavam claras as vozes sociais dominantes, as ideias dominantes, e aquelas que eram fortemente submissas ou latentes. Assim, a personagem dostoiévskiana não era valorizada por sua imagem, mas pela relação entre sua consciência e autoconsciência, pelo discurso da personagem sobre si mesma e sobre o mundo.

Refletir sobre essas personagens faz aparecerem pistas sobre o modo como os sujeitos devem ser enxergados no grupo, passando a ser esse o lugar em que o sujeito não é visto como dotado de características e traços que oferecem verdades absolutas sobre ele mesmo e sobre o mundo, mas sim, como possuidor de uma posição frente ao mundo e frente a si mesmo, que colocada em diálogo tem o mesmo peso que qualquer outro posicionamento. Há que ser dada, então, a devida importância a esses modos de existir no mundo.

Expô-los em suas contradições pode inspirar reflexões sobre a formação desses enunciados, em um movimento no qual os interlocutores se apropriam da constituição de seus discursos, que eles compreendam sua própria constituição dialógica, abrindo a possibilidade para a criação, em polifonia, de novos enunciados.

Nesse sentido, o grupo deve ser lugar contrário àquele cuja função é a de se chegar a conclusões, contrário à rigidez e estagnação que não dão vazão às inúmeras vozes sociais e consciências que constituem os discursos e que mantêm os sujeitos passivos e sem alteridade para a criação de novos enunciados, mas sim espaço no qual o sujeito pode responder por suas ações.

Para que isso aconteça, é necessário, minimamente, que o espaço comum dos interlocutores do enunciado seja proporcionado, que o contexto do qual todos os interlocutores fazem parte seja conhecido e compreendido, o que acontece a partir do momento em que cada sujeito tem a oportunidade de se posicionar e de ser ouvido sem pré-julgamentos a respeito de sua realidade; e que cada interlocutor possa avaliar os enunciados que ali são proferidos, ou seja, possam oferecer seu olhar sob aquilo que é dito dentro do espaço do grupo.

Nesse sentido, o grupo que tem a Dialogia como característica pode ser aquele que se movimenta para que o sujeito se perceba como ativo e responsivo, por meio de uma abertura de espaço para que seu discurso possa ser ouvido e respondido e para que, a partir desses encontros, novos Enunciados sejam criados, em Polifonia.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proposta de inspirar fazeres grupais através de apontamentos para a construção de uma visão de grupo proporcionada por conceitos bakhtinianos, nos deparamos, primeiramente, com noções acerca do sujeito e de sua constituição, que baseadas nos próprios conceitos, nos ofertaram pensá-lo como inseparável do outro,

das relações sociais em que se encontra inserido, não de forma passiva, mas de maneira atuante.

Foram as premissas a respeito dessa prévia análise as auxiliadoras de um trabalho contínuo de pensar e repensar práticas grupais que sejam dialógicas, o que ainda nos deixa com algumas questões entre tantas outras que ainda podem surgir: como proporcionar esse espaço dialógico? Como adotar a posição dostoiévskiana de auscultamento das relações existentes entre as vozes sociais constitutivas dos sujeitos? Como mediar um chamado ao sujeito presente no grupo pra que ele se torne ativo em suas ações?

Devemos lembrar que momentos monológicos, poderiam atravessar mesmo um grupo que propõe a dialogia, em tentativas de estabelecimento de papéis rígidos, na busca da harmonia grupal, em constatações dicotômicas, e em inúmeras outras formas. No caso do mundo artístico, o próprio Bakhtin (2015) coloca a autoconsciência das personagens dos romances de Dostoiévski como pilar para a decomposição da unidade monológica, desde que essa consciência seja devidamente representada e tenha seu lugar e voz nesse enredo e que não se funda ao autor ou se torne veículo da voz do mesmo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004. 304p.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 326p.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 341p.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. Trad. Valdemir Miotello & Carlos Aberto Franco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 158p.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. **Bakhtin conceitos-chave**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 191-200.

BRAIT, B. **Dialogismo e polifonia em Mikhail Bakhtin e o Círculo (dez obras fundamentais)**. Disponível em: <https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Bakhtin.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61 - 78

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. **Bakhtin conceitos-chave**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 37 – 60.

GERALDI, J. W. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In FREITAS, M. T.; KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. **The Communist Manifesto**. Londres: A. J. P. Taylor, 1967.

SOBRAL, A. Ato/Atividade e evento. In: BRAIT, B. In: **Bakhtin conceitos-chave**. 4ªed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11 – 36.

ENTRE TELAS E CENAS DA RUA: A MEDIAÇÃO AUDIOVISUAL NO ENCONTRO COM VIDAS OUTRAS NAS CIDADES

Allan Henrique Gomes

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
Joinville – SC

Orlando Afonso Camutue Gunlanda

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis - SC

RESUMO: O presente texto analisa uma experiência de trabalho no contexto de um Centro de Referência Especializada em Assistência Social para população em situação de rua (Centro POP) em uma cidade de grande porte no estado de Santa Catarina. A proposta desenvolvida incluía atividades como oficinas em grupo, hora lúdica e roda de conversa com os usuários do serviço. O recorte dessa discussão diz respeito a oficina Modos de vida na cidade, desenvolvida a partir do que Zanella (2007) denomina de Oficinas Estéticas, ou seja, encontros com atividades que visam possibilitar ao sujeito desprender-se da realidade vivida e emergir em outra, mediada por novas significações do próprio viver/emergir. Seguindo estes pressupostos, o primeiro encontro da oficina foi mediado por um recurso audiovisual. A partir da mediação audiovisual foram realizadas discussões sobre as cenas e sentidos relativos ao material exibido. Foi assim que os usuários participantes da oficina puderam sinalizar suas percepções

em relação às imagens e ainda, falar de como acessam e transitam nos espaços da cidade por outras perspectivas. Assim, problematizam-se as relações entre cidade, subjetividade e o uso recursos audiovisuais no trabalho com grupos no campo das políticas públicas.

PALAVRAS CHAVE: Mediação audiovisual. Cidade. População em situação de rua. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

A cidade é lugar de relações sociais e produção de subjetividades. Configura-se como lugar de encontro, de potência de vida, de sensibilidade diante da vida, diante das pessoas com suas particularidades, dos espaços em que interagem e por onde transitam. As relações vividas na cidade, das quais os sujeitos participam, são constitutivas de suas características singulares (ASSIS, 2016).

O espaço urbano pode ser compreendido como um corpo orgânico e móvel, atravessado pelas forças que incidem sobre ele, tornando-o matéria móvel, por isso, inextinguível. Tal como o corpo orgânico é composto de vários outros microrganismos, fazendo dele um agregado de relações, o corpo urbano constitui-se em uma multiplicidade de relações políticas,

econômicas, sociais e, entre diferentes tempos/lugares, coexistentes no mesmo espaço (CARDOSO FILHO, 2016).

A polifonia, a tensão e o movimento constituem a urbe. Polifonia na medida em que existe um conjunto de vozes ecoando sobre a cidade, entretecendo passado, presente, futuro e, configurando o cenário do que se apresenta como atual. Já a tensão, na medida em que o corpo da cidade congrega um conjunto de corpos que ocupam espaços e produzem territórios, recortes, hierarquias e normatizações. Por fim, ela é movimento que não diz respeito apenas ao deslocamento de um passado para o futuro, mas um movimento de conjugação das temporalidades, espacialidades, processos culturais, econômicos, produzindo dinamicidade na vida da urbe (ASSIS, 2016; CANEVACCI, 1993; ZANELLA, 2005;).

Como desdobramento da polifonia, tensão e movimento, diferentes modos de vida são produzidos nos contextos urbanos, entre eles, as vidas que fazem da rua um território não só de passagem, mas de presenças constantes que inscrevem no corpo da cidade marcas, impressões, olhares outros, que são visibilizados e, na maior parte das vezes, invisibilizados.

Desde a modernidade, os sentidos que se atribuem a cidade, casa e rua são diversos, influenciados por várias lógicas: sociológicas, antropológicas, econômicas e políticas. A gênese desses sentidos está entrelaçada com as diferentes cisões e dicotomias originadas pelo discurso moderno que propunha separações entre Igreja e Estado, Público e Privado, Cidade e Campo, Casa e Rua (MATIAS, 2011; CARDOSO FILHO, 2016).

Matias (2011) considera que os sentidos atribuídos ao espaço urbano a partir da modernidade são múltiplos, resultantes de um conjunto de fatores concorrentes na produção de diferentes olhares sobre a vida, tempo e espaço. Revel (1991) entende que a ideia moderna sobre o espaço urbano comportava um regime de sociabilidade que punha em relação de continuidade diversos espaços e tempos da vida pública e privada. Deste modo, ao mesmo tempo em que se dava o surgimento de um novo modo de organização urbana, se originavam também novas formas de conceber os diferentes lugares que constituíam as cidades, originando separações dos espaços e diferenciações dos acessos aos mesmos.

Chartier (1991) ao problematizar a constituição das cidades modernas, afirma que as necessidades e os rumos do reordenamento social produzidos pela modernização das instituições levaram à distinção e cisão dos diferentes espaços criados nas grandes cidades, identificando-os, cada um, a uma esfera da vida. Associado a estas percepções, certos fatores fizeram da cidade moderna um novo território de existência com seus modos de produção de subjetividades, como por exemplo, o fortalecimento da família nuclear burguesa, os processos de industrialização, a explosão do mercado e suas transações econômicas, fizeram da cidade um espaço diferente do havia de experimentado em tempos anteriores a modernidade.

Outra fonte inspiradora que a modernidade teve para pensar o espaço urbano foi

a obra de Platão, a *República*. Nela, foram atribuídos à cidade sentidos de ordenação, espaços e lugares atribuídos a diferentes públicos, em que todos devem participar na manutenção dessa estrutura, contribuindo com seus diferentes modos de trabalho (LIBERATO, DIMENSTEIN, 2013). Assim, o espaço urbano se tornou um “objeto” a ser transformado por uma “política do desejo” como um espaço confortável e habitável (NEVES, et al, 2016). “Busca-se na cidade um espaço asséptico, cômodo, confortável, no qual nada interfira na nossa passividade e nos desestabilize” (LIBERATO; DIMENSTEIN, 2013, p. 274).

Nessa busca de um espaço confortável, novos modos de discursar sobre a cidade e a sua constituição se afirmaram. Embora o espaço urbano fosse um projeto de investimento de uma “política de desejo”, nele também surgiram critérios de se habitar a cidade e, portanto, modos outros de participar/existir no projeto econômico social que os espaços urbanos engendraram.

Com o crescimento estrutural das cidades, as vivências e os micros espaços da cidade começaram a ter significados singulares. Cada um comportando em si um modo específico de participar e vivenciar a cidade. A casa, a rua, o dentro da cidade e o fora dela ganharam outros significados que possibilitavam novos regimes de organizar a experiência na e com a cidade.

O capitalismo industrial com o seu planejamento urbanístico, deu um novo modo de perceber a rua dentro da cidade. Por exemplo, os significados de casa deixaram de estar em oposição ao fora da cidade, mas sim ao fora da rua. O fora de casa já não era estar fora da cidade, mas estar fora de casa era também estar dentro da cidade (MATIAS, 2011). O sentido atribuído a rua orientava-se pela ideia de tráfego, a rua era espaço de circulação, fluxo e tinha a função conectiva entre os diferentes espaços que compõem o corpo urbano.

Com essas transformações, o espaço urbano moderno trouxe, ainda, outras percepções acerca da vida familiar e suas relações a com a casa e a rua:

Com o surgimento da família nuclear burguesa e das demandas de um novo regime de subjetivação, a conseqüente necessidade de alocar-lhe espaço produziu a casa como a conhecemos, revestida de novo sentido, lugar da esfera privada, da intimidade, fechada sobre si mesma. A ideia da casa passou à de proteção no interior, radicalizou-se. Se antes existia o dentro e fora da cidade, no interior da cidade passou a existir o dentro e fora da casa, e na casa, o dentro e fora da cozinha, do quarto, etc. O fora, mais do que nunca, representava a rua (MATIAS, 2011, p. 238).

Se por um lado os impactos dos múltiplos processos de industrialização configuraram outros sentidos aos espaços urbanos, por outro, os novos modos de compreensão do modelo familiar e de privacidade produziram sentidos outros sobre a casa e a rua, o privado e o público, o individual e o coletivo.

Com a crescente urbanização as desigualdades sociais e econômicas coexistem nas cidades, gerando uma divisão dos espaços e dos acessos, resultando

modos diferentes de experienciar a cidade. Por isso, não é adequado problematizar as relações com a cidade a partir de um único lugar, sob uma única perspectiva. Só é possível pensar/problematizar/narrar a vida na urbe considerando a multiplicidade de olhares, saberes, dizeres que configuram o cenário urbano. Por essa perspectiva, as experiências na cidade possibilitam uma discursividade heterogênea, movediça, plural e ao mesmo tempo singular, fazendo da urbe um espaço singular e plural ao mesmo tempo, cujos discursos sobre ela não podem homogeneizar as experiências dos sujeitos pretender uniformizar os olhares/dizeres/saberes sobre a cidade.

Com isso, a partir da realização de uma oficina intitulada “Modos de vida na cidade”, desenvolvida no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), as inquietações dos usuários participantes da oficina acerca dos discursos predominantes sobre a cidade de Joinville, emergiram problematizações sobre os dizeres que caracterizam a cidade. O Centro POP é uma unidade de referência de média complexidade, de natureza pública e estatal voltada especificamente para o atendimento especializado à população em situação de rua. Sua finalidade é assegurar um acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, visando a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo da saída da situação de rua (MDS, 2011, p. 17).

O lugar de onde os participantes da oficina, vinculados ao serviço, falam é a rua. A partir da experiência com a rua, os sujeitos teceram suas leituras sobre a cidade. Leituras que são feitas a partir dos encontros com os espaços, com os discursos que circulam na urbe e com as histórias de outros habitantes por ela transitam. É nesse sentido que os participantes preferiram afirmar que falam de uma “Joinville de Baixo” como contraposição ao audiovisual intitulado “Joinville do Alto”, produzido por uma rede local de televisão em comemoração aos 165 anos da cidade de Joinville. O encontro entre estagiários de Psicologia e sujeitos em situação de rua, mediado pelo referido audiovisual, possibilitou um espaço de diálogo sobre os diferentes modos de viver a cidade. Uma cidade contada e percebida pelos sujeitos que percorrem as ruas cotidianamente a partir de uma outra lógica, aquela que não é caracterizada pela perspectiva originária das cidades modernas em sua lógica comercial, política e social.

Aqui, estão impressos, a partir da possibilidade gráfica, a tentativa de comunicar as relações entre cidade, rua, subjetividade e as possibilidades de intervenção da Psicologia no campo das políticas públicas, apostando na potencialidade da mediação audiovisual como recurso de trabalho com grupos, viabilizando espaços que contribuem para a afirmação da igualdade das inteligências, da emancipação intelectual e promoção da singularidade dos olhares e dizeres das vidas outras da cidade.

O PERCURSO DO TRABALHO

A intervenção foi realizada a partir do estágio curricular do 4º ano do curso de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala, realizado em um serviço da secretária da Assistência Social, Centro POP na cidade de Joinville no ano de 2016. O estágio teve duração de um ano letivo e frequência de sete horas por semana, sendo divididas em diferentes atividades: oficina em grupo, hora lúdica e roda de conversa com os usuários do serviço, além de grupo de estudos e supervisão técnica e acadêmica. Os encontros com os usuários do serviço por meio de oficinas, tinham por objetivo possibilitar um espaço de diálogo sobre a cidade de Joinville – SC.

Os encontros foram pensados na perspectiva das oficinas estéticas, que são dispositivos de trabalho com grupos mediados por atividades criadoras; são ferramentas de intervenção psicossocial, pois promovem o exercício da coautoria através de atividades com artes plásticas, fotografia, jogos, etc., que potencializam a criatividade (REIS; ZANELLA, 2015). “As oficinas estéticas possibilitam ao sujeito desprender-se da realidade vivida e emergir em outra, mediada por novas significações do próprio viver/emergir” (ZANELLA, 2007, p. 489).

Os encontros aconteceram semanalmente e com a duração de aproximadamente duas horas, em uma das salas de convivências disponibilizadas pelo Centro POP. Participaram dos encontros os sujeitos em situação de Joinville cadastrados no serviço, que estivessem interessados em compartilhar seus olhares e experiências com a cidade. Os grupos não tinham caráter fixo, ou seja, os participantes variavam a cada semana, tendo uma média de seis participantes por encontro.

A oficina “Modos de vida na cidade” teve como objetivo proporcionar espaços que possibilitassem trocas de experiências relacionadas à cidade de Joinville. Seguindo a concepção de Reis e Zanella (2015) sobre as oficinas estéticas, as atividades possibilitavam o processo grupal e criativo, sendo utilizados diferentes recursos, tais como, imagens, revistas, caixas, materiais esferográficos. Além destes, alguns encontros foram mediados por recursos audiovisuais.

A mediação audiovisual, na perspectiva de Gomes (2016), possibilita que sujeitos de um determinado campo tenham encontro com algum filme. Compreende-se que a mediação é inerente à constituição de sujeito, justamente, pela ênfase nas relações objetivas e subjetivas que marcam o processo de significação. Assim, tendo em vista as múltiplas relações entre “sujeito” e “mundo”, a mediação audiovisual não se resume na audiência em si, antes, ela se abastece nas múltiplas possibilidades de composição entre os signos que apontam as histórias de cada espectador e o lugar da audiência (GOMES, 2016).

Nesta concepção de mediação audiovisual, como conceito e recurso metodológico, estão alguns pressupostos da obra de Jacques Rancière (2012). Entre eles, a compreensão do espectador emancipado, sujeito de uma inteligência que não pode ser reduzida a um modo passivo na recepção audiovisual e, com isso,

a premissa de que uma obra potente não será necessariamente aquela que visa transmitir um conhecimento ao espectador. Em boa medida, a mediação audiovisual acontece no processo de flagrar cenas que demandam um trabalho de significação do espectador. A mediação audiovisual apresenta-se desta forma como um processo potente da atividade criadora, tendo em conta a possibilidade de invenção de sentidos no processo de expectativa e discussão de uma obra, potencializada pelos intervalos e distâncias produzidas tanto na audiência como também nos diálogos entre os espectadores (GOMES, 2016).

Assim, o primeiro encontro da oficina foi mediado por um audiovisual. O vídeo proposto foi o documentário “Joinville do Alto” produzido por uma rede local de televisão em comemoração aos 165 anos da cidade de Joinville. O vídeo tem quatro episódios, gravados na cidade de Joinville e foi lançado no mês de março de 2016. O segundo episódio apresenta os principais pontos turísticos de Joinville, como a tradicional Rua das Palmeiras, o Moinho, o Mercado Público, a Arena e o Centro Evento Cau Hansen.

Voltando a falar do processo da oficina, após a audiência do referido episódio, foram distribuídos mapas da cidade de Joinville para que os participantes circulassem neles os espaços em que transitavam, mapeando os percursos que realizavam na cidade. Os mapas foram distribuídos individualmente e, posteriormente, abriu-se espaço para que cada participante compartilhasse seus trajetos, relatando os espaços que percorria, as memórias que tinha desses percursos e suas percepções sobre a cidade.

A participação dos usuários nesta oficina foi registrada em diário de campo, recurso utilizado em todo o período do estágio. Depois, no trabalho de análise dos resultados foram retomadas as narrativas dos estagiários com o propósito de compreender os sentidos da participação destes sujeitos na oficina, tanto da audiência e dos mapas, como também das discussões e do compartilhamento das memórias, trajetos e percepções da cidade em questão.

LEITORES DA CIDADE: OS TEXTOS DA RUA

A cidade configura-se como lugar de inscrições históricas em suas múltiplas perspectivas. As histórias, vivências, edificações, ruínas, relações, tensões, discursos, constituem as malhas que fazem da cidade um território de existência com variadas aberturas e possibilidades de significação. Assim, o espaço urbano pode ser compreendido como um texto.

Na perspectiva de Rolnik (1995) a cidade apresenta-se como um texto que é reescrito cotidianamente pelas pessoas que habitam nela, construindo novos sentidos para o espaço urbano, que está sempre em transformação. Para Sicari (2018), a cidade é uma espécie de livro, em que as ruas são páginas escritas por quem nelas circulam. Livro composto, portanto, por textos inscritos no contexto urbano que regem

os modos de vida.

As pessoas em situação de rua escrevem novos textos na cidade, transformam o cenário urbano a partir de sua presença, ora visível ora invisível. Elas reconfiguram os espaços públicos, tornando-os espaços possíveis para se viver, mas não constituem a cidade-texto sozinhas. Os textos escritos pelas pessoas que vivem nessa condição ocorre, de forma direta e indireta, junto à interlocução com outros autores da cidade, como comerciantes, os representantes do Estado, a Guarda Municipal e os demais transeuntes (SICARI, 2018, p. 43).

Os diferentes personagens da história da cidade possibilitam uma densa relação no texto da cidade, implicando nas diferentes leituras e percepções que cada leitor/escritor tem acerca da cidade-texto. Tais relações densas têm a possibilidade de aproximar pessoas e ao mesmo tempo criar condições excludentes, condições estas que legitima determinados escritores da cidade e determinadas formas de ler o texto da cidade (SICARI, 2018).

Portanto, os modos de escrever e ler a cidade-texto são atravessados pelas experiências que os sujeitos têm na urbe. Neste caso, a situação de rua possibilita outros modos de ler a cidade, relacionar-se com os discursos que nela são produzidos e problematizar os seus enunciados. Por isso, antes de acessar as leituras que os participantes do encontro da oficina “Modos de vida na cidade” tiveram sobre a cidade de Joinville, se faz necessário pensar sobre os sentidos que se atribuem ao lugar em que eles se localizam, o lugar de suas escrituras e leituras: a rua.

Tanto a rua quanto a casa são vistas na cidade como lugares praticados na medida em que são considerados a partir de suas propriedades transformadoras (MATIAS, 2011, p. 240). É a partir dessa perspectiva que a rua, tal como a casa, é um espaço praticado, onde a ação convoca o lugar ao seu serviço e, ao mesmo tempo o lugar toma a ação para enunciá-lo como espaço, para torná-lo em espaço de existência. Espaço e experiência estão interligados, isto é, o espaço onde se localiza o sujeito possibilita o tipo de experiência que o sujeito estabelece com a vida, pois a vida é sempre mediada pelas condições materiais que se nos apresentam. Deste modo, a situação se medeia a forma como o sujeito pensa e vive a cidade.

As oposições entre casa e rua sinalizam duas categorias sociológicas opostas com regras próprias, possibilidades de ação, gestos, roupas, visões de mundo (MATIAS, 2011). Nas grandes cidades modernas, a rua, como já sugerido, representa a negatividade em relação à casa e, no entanto, elas se orientam mutuamente como referência. A rua é tida como o lugar da vulnerabilidade social, o lugar da passagem, mas não da pousada. Nela se fragilizam os conceitos de “intimidade”, “espaço privado”, “conforto” e “acolhimento”. Neste sentido, a contraposição da rua é a casa, implicando na relação de coexistência uma da outra. A casa existe para que não se viva na rua e a rua enquanto local de residência está em oposição à casa.

No dizer de Matias (2011) a rua é o exterior e a casa é o interior. À rua é atribuído o sentido da negativização por representar o exterior, o estar-fora-de-casa, o olho da

rua, a rua da amargura, espaço de exposição, vitrine do crime e da insegurança por conta de seu tráfego, lugar da pobreza e das drogas.

A tal ideia se associam o imprevisto, o acidente e a paixão enquanto a casa associa-se à ordem, onde tudo está em seu lugar. Na casa, as associações definem-se pelo parentesco, mas na rua, pela escolha, pois demarca o espaço público, não controlado. “Os grupos sociais que ocupam a casa são radicalmente diversos daqueles da rua” (DAMATTA, 1997, p. 91).

De modo geral, duas considerações se apresentam necessárias no modo como se pensa a cidade na relação com a casa e a rua. A primeira é o fato de que pensar cidade é considerar sua dimensão polifônica e heterógena, constituída por diferentes espaços, experiências (in)comuns, modos outros de organização cotidiana, diferentes territórios e acessos diferenciados. Estes aspectos fazem da cidade um espaço plural e ao mesmo tempo apropriado e significado de modo singular.

A segunda, diz respeito a divisão entre casa e rua dentro da cidade. Divisão essa que se constitui a partir de um processo histórico com vários atravessamentos, configurando acessos diferentes nos lugares da cidade. Considerando a dialética entre casa e rua como intrinsecamente constituidora da cidade, ela também é constituinte de subjetividade.

É desta forma que cidade, casa, rua e subjetividade estão sempre conectadas e, no dizer de Bomfim (2009, p. 164) a percepção da cidade enquanto conteúdo subjetivo reflete não somente a estrutura física, mas o diálogo com o simbólico, pois se apoia na representação que seus habitantes fazem dela.

A Psicologia Histórico-Cultural se ocupa em buscar a superação das dicotomias existentes entre homem e sociedade, objetividade e subjetividade, cidade e comunidade, indivíduo e coletivo, biológico e social, interno e externo (BOMFIM, 2009). Neste sentido, a relação com a cidade é sempre uma relação de *(con) fusão e (co) existência*, cujos sentidos são produzidos a partir de experiências, vivências, memórias e trânsitos no corpo urbano.

Assim, a cidade apresentada no audiovisual “Joinville do Alto” é resultado de uma experiência outra com a cidade. Uma cidade que continuamente vem sendo reproduzida pelo espaço midiático associado aos interesses de manutenção de uma identidade da cidade de Joinville. O documentário “Joinville do Alto” sinaliza a tentativa constante de cristalização dos discursos sobre a cidade e dos discursos que pretendem homogeneizar os saberes sobre ela.

A cidade contada pelos sujeitos em situação de rua é resultado de modos outros de se relacionar, acessar e praticar os espaços da cidade. É um olhar resultante do regime de subjetividade que a rua possibilita a partir dos significados social e historicamente atribuídos a ela. Um dos participantes do encontro ao afirmar: “*Essa cidade não conheço. Essa não é a nossa cidade*”, apontava uma não identificação com a leitura feita no audiovisual. Era a afirmação de que existiam outras possibilidades

de ler a cidade-texto, leituras que tomavam a rua como ponto de partida, viabilizando outros dizeres/saberes.

O não reconhecimento da cidade apresentada no audiovisual não afirmava a negação da existência da cidade apresentada no audiovisual, antes, era a afirmação de que aquele recorte não era a cidade como um todo, era apenas um recorte realizado a partir do local de escrita de alguns personagens que compõem a urbe.

Deste modo, a rua se torna mediadora do modo como se vê e acessa a cidade, resultando com isso olhares outros, olhares a partir do avesso, a partir da borda. Olhares a partir dos lugares que a hegemonia representada no audiovisual proposto não se propõe a perceber. É uma cidade percebida de baixo, apontando outros sentidos para a cidade de Joinville. Sentidos que se originam nas confluências que a rua possibilita. Diante disso, verifica-se que a cidade é território de encontros e confrontos onde os sujeitos, forjam suas sensibilidades, os sentidos que imprimem ao seu entorno e a si mesmos, suas expectativas, desejos, sonhos, frustrações (ASSIS, ZANELLA, 2016).

A CIDADE SEM ACESSO PARA TODOS

Uma das discussões que emergiu no encontro com o audiovisual foi acerca da cidade e suas possibilidades de acesso. Um dos participantes sinalizou que a cidade de Joinville exibida no audiovisual era uma cidade dos “grandes”, é a cidade que *“a gente não tem acesso, a cidade que é só para quem tem grana”*.

Porém, outro participante problematizou o fato de que a participação de alguns espaços da cidade é viabilizada por recursos financeiros: *“se você deseja, você participa desta cidade. É só você querer. O problema é que fica meio cara, mas se você magueia bem você pode acessar essa cidade”*. Outro participante também apresentou uma proposta de participação desta cidade: *“ah, tem alguns lugares que a gente até participa, mas a trabalho. Enquanto os ricos vão nos shows e no festival de dança, a gente fica do lado de fora, vendendo bala e cuidando do estacionamento, mas a gente tá lá, no mesmo lugar que eles”*.

As falas dos participantes sinalizavam a percepção da existência de espaços na cidade de Joinville que não são acessados por eles por conta da condição social e econômica. Embora frequentassem os espaços públicos, outros espaços como os de lazer, esporte, shopping, eram acessados por outros sujeitos da cidade. Desta forma, a “Joinville do Alto”, apresentada pelo audiovisual proposto, demonstrou, na perspectiva dos participantes do encontro, a cidade que não acessavam.

Com isso, se percebe os modos de operacionalização da dialética da exclusão/inclusão e, ao mesmo tempo, os modos de produzir sofrimentos ético-afetivos (SAWAIA, 2004). A dialética da exclusão/inclusão se reatualiza na medida em que o audiovisual apresenta os espaços que configuram o texto oficial da cidade, escrito por

personagens que produzem os discursos hegemônicos acerca da história e modos de vida na cidade.

O audiovisual apresenta espaços que são acessados mediante o poder econômico, por isso, eles são *“para quem pode. A gente não”*. Assim, a *“Joinville do Alto”* é descrita pelos participantes da oficina como sendo a cidade daqueles que têm condições econômicas para acessá-la. Estar na rua e sem grana é ter de antemão, a impossibilidade de acessar certos espaços da cidade. Neste sentido, a cidade congrega em si os processos de exclusão e inclusão ao mesmo tempo.

Ritter (2008) afirma que a lógica capitalista das cidades contemporâneas produz modos de existir que sufocam, aprisionam (mesmo que sem grades), despotencializam e normatizam nossa existência. Lógicas que negam acessos e (im)possibilitam experiências com certos espaços da paisagem urbana. Como sinalizaram os participantes do encontro, *“a cidade que nós conhecemos não passa na TV, pois não é a cidade dos grandes, daqueles que têm a grana da cidade”*.

“Ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo de poder, de economia e de direitos sociais” (SAWAIA, 2004, p. 98). Considerar a dimensão da afetividade nos estudos sobre a exclusão é colocar a ideia de humanidade no centro das reflexões, tendo como eixo o sujeito e a maneira como este se relaciona com as pessoas e com os espaços de uma cidade. A exclusão provoca a delimitação do trânsito nos espaços negados aos sujeitos excluídos, encerra os lugares à determinados grupos, privatizando não só os espaços mas as experiências de afetividade que os mesmos possibilitam.

Considerando a dimensão afetiva como constituinte da subjetividade humana, ela é constitutiva do pensamento e da ação, singulares e coletivos, na dimensão histórica e, portanto, cultural (SAWAIA, 2004, p. 106). Ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo de poder, de economia e de direitos sociais. Portanto, fala-se de sofrimento e de impactos na organização subjetiva de quem sofre processos de exclusão em qualquer dimensão.

Para os participantes do encontro, estar na cidade de Joinville e não ter acesso a muitos dos espaços turísticos que o audiovisual mostrava, implicava na necessidade de criar outros modos de experimentar a cidade. Eles criaram suas representações sobre Joinville, falaram dos lugares que gostavam de transitar e dos espaços que geraram boas lembranças. Naquele encontro abria-se espaço para falarem de suas experiências com a cidade a partir das lógicas da rua, das suas sociabilidades, experiências afetivas e produção de vida.

Percebemos que apesar das implicações ético-afetivas provocados pelos discursos hegemônicos acerca da cidade, com suas implicações excludentes quanto aos acessos aos espaços dela, os participantes do encontro resistem, de diversas formas, ao discurso homogêneo sobre a cidade, afirmando existir outra cidade ou pelo menos outras significações sobre ela que não aparecem no documentário.

A CIDADE DO ACOLHIMENTO, DO MERECEMENTO

Outro tema que o audiovisual potencializou foram as relações entre a cidade de Joinville e as práticas de acolhimento às pessoas em situação de rua. A “Joinville do Alto”, apesar de seus aspectos excludentes, tinha a característica de acolher as pessoas em situação de rua, quando comparada às demais cidades do Estado de Santa Catarina, tais como Blumenau, Itajaí.

No dizer de um dos participantes, *“esta é uma cidade que acolhe qualquer pessoa. Aqui tem haitianos, paranaenses, gaúchos. Todo mundo vem aqui e consegue viver”*. Este participante sinalizou que a cidade é caracterizada pela abertura ao estrangeiro e recepção do imigrante, coisa que ele não havia percebido nas demais cidades que passou anteriormente.

“Aqui você chega, as pessoas são mais generosas, ninguém te manda sair da cidade”. Dos seis participantes do encontro, quatro já transitaram por outras cidades do Estado de Santa Catarina, como Blumenau, Indaial, Jaraguá do Sul, Itapema, Florianópolis e São Francisco do Sul.

“Aqui é muito diferente das outras cidades que eu passei. As pessoas são mais boazinhas, ninguém te nega um prato de comida. Só morre de fome quem não vai atrás”. A fala deste participante caracteriza a cidade como um espaço um espaço de experiências menos sofridas em relação à outras cidades que transitou. Os participantes compartilharam experiências que tiveram na cidade, tais como, a facilidade de ser auxiliados com valores financeiros nos sinaleiros, receberem comidas nos restaurantes, acessarem os postos de saúde e o próprio serviço do Centro POP.

A partir destas falas, ganha visibilidade a compreensão de que a cidade também é o espaço de salvaguarda da vida daqueles que possuem a “existência (quase) negada, dos que coexistem perante a exclusão do espaço em que constroem as suas próprias vidas, dos que tencionam as relações sociais instituídas nos cenários urbanos: as pessoas em situação de rua” (SICARI, 2016, p. 43).

No caso particular de Joinville, a própria constituição histórica da cidade (a cidade do imigrante), é reafirmada a partir da fala dos participantes.

A cidade é caracterizada pelo trânsito, um território de passagem que desde os finais dos anos de 1980 passou a receber um fluxo significativo de pessoas para trabalhar nas indústrias, aumentando a população da cidade e a abertura do mercado.

Além disso, do ponto de vista histórico, desde 1852 em diante, a principal cidade da colônia começou a organizar-se de modo diferente. A presença religiosa (católicos (1851) e luteranos (1857), a organização municipal, as construções dos cemitérios (destaque para o cemitério da colônia – 1867 provavelmente), os processos de higienização, as produções agrícolas deram à cidade da colônia novos ares de existência. Apesar das mortes por conta das fragilidades nos cuidados médicos, Joinville aos poucos foi se tornando um lugar de destaque na colônia de Dona Francisca pelo fluxo de imigrantes que recebia da Sociedade Hamburguesa (GUEDES, 2005).

A condição de imigrante, com todas as suas implicações nos modos de ocupar e viver a cidade, produzia especificidades na constituição da jovem cidade dos meados do século XVII. A expectativa de uma vida nova era misturada com a decepção da realidade encontrada, alguma nostalgia da terra de origem, medo causado pelas condições de saúde, distanciamentos de relações próximas, desejo sinalizado de um recomeço, fizeram parte da constituição da cidade.

Uma cidade que se origina sob a acolhida de imigrantes, sendo por isso, produzida por imigrantes, trazendo no seu corpo as impressões, cicatrizes, memórias da condição de imigrante. Por isso, os vestígios e as marcas da abertura e da acolhida da cidade ainda sinalizam as memórias de sua constituição, possibilitando o vislumbre de uma condição outra para as vidas que habitam nela. Uma experiência menos sofrível, menos excludente e menos criminalizada.

No entanto, apesar deste acolhimento sinalizado pelos participantes da oficina, enquanto vestígios da memória histórica de constituição da cidade, verifica-se o atravessamento moral como um dos critérios de cuidado nas ruas, ou seja, as relações de auxílio nas ruas da cidade se davam principalmente sob as condições do não uso de substâncias psicoativas, uma “aparência aceitável” e a suposta ideia de honestidade no momento em que se requer alguma coisa de alguém. Os participantes, neste ponto específico, apresentavam um modo de leitura da vida na cidade marcada pela lógica do fazer-merecer.

Desse modo, ao pensar a cidade de Joinville como uma cidade do acolhimento, os participantes comparavam-na com as demais cidades por onde transitaram. Portanto, um dos critérios utilizados foi a experiência nas demais cidades do Estado. É nesse sentido que a cidade é sempre significada e vivenciada a partir de recortes que possibilitam modos de leitura e construção de sentidos.

Além disso, afirmar que a cidade de Joinville é uma cidade do acolhimento é afirmar a possibilidade de vida que perpassa o espaço urbano moderno. No dizer de Ritter (2008) é a afirmar a potência que a cidade tem de produzir e inventar possibilidades de viver, de respirar, de existir, de exercer a vida em sua potência criativa, pensando modos de existência contemporâneos que resistem aos modos de produção da morte.

“É uma cidade que dá para viver, é só você ficar de bem com todos e ir atrás das coisas boas”. Pensando com este participante usuário da política social, pode-se considerar a cidade como um espaço de vida, afirmando a capacidade que a própria cidade tem de resistir às lógicas que mortificam a vida. Nesta afirmação, também está explícito o modo como estes sujeitos em situação de rua encontram significados para viver e existir na cidade.

Sinalizar que Joinville é uma “cidade de acolhimento” é criar uma fissura que resiste à “Joinville do Alto”, é em última instância um olhar criativo na medida em que a partir dele se abre espaço para permanecer e viver na cidade. Com isso, os participantes elaboram, criativamente, a realidade da cidade. Aqui vale lembrar a afirmativa de Zanella (2008, p. 69) sinalizando que o fato de que a “regra não é o

adornamento da vida, mas a elaboração criadora da realidade, dos objetos e seus próprios movimentos, é que promove as vivências cotidianas ao nível de vivências criadoras”.

Significar a cidade de Joinville como cidade do acolhimento é apresentar uma forma criadora, simbólica, que possibilita estar na cidade, fugir das determinações da exclusão e resistir os sufocos da lógica capitalista, industrial que permeia a cidade considerada do “trabalho”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A cidade narrada pelos sujeitos em situação da rua teve contrastes com a “Joinville do Alto” na medida em que os processos de identificação e desidentificação com a cidade, possibilitaram distanciamentos que permitiram a leituras outras sobre as experiências na cidade. A cidade vista de baixo é outra cidade, outra experiência e outro modo de existência.

Se a “Joinville do Alto” apresenta como um dos possíveis textos da cidade, escrito por determinados personagens, de igual modo a “Joinville de Baixo” apresenta-se como possibilidade de outras inscrições na cidade-texto. Nesse encontro de “cidade-textos”, acontece o entrecruzamento de experiências e modos específicos de existências. Não existe uma única forma de ler Joinville, pelo contrário, existem vários textos sobre a cidade, vários territórios e diferentes existências que não são capturadas pelo audiovisual proposto para mediar o encontro com os participantes da oficina.

A discussão procurou sinalizar o fato de que as representações que se fazem da cidade produzem modos de se relacionar com ela, exclusões/inclusões e provocam sofrimentos ético-políticos que afetam a dimensão subjetiva/objetiva de sujeitos que circulam na urbe.

A experiência narrada nesse texto possibilitou o entendimento de que se faz necessário a promoção de espaços que viabilizem a troca de experiências sobre os modos de vida na cidade e os textos que nela estão sendo escritos e reeditados pelos seus diferentes personagens. Nesse sentido, o desafio profissional da Psicologia no trabalho com as políticas públicas, especificamente na Assistência Social, é criar modos de intervenção que flagram os sofrimentos ético-políticos que sujeitos em vulnerabilidade social estão sendo alvos e, criem espaços que possibilitam roturas, fissuras, potencialização, criação e invenção de modos outros de existir nas cidades contemporâneas.

Por fim, destaca-se a potencialidade da mediação audiovisual no trabalho com os serviços da política pública. A perspectiva de mediação audiovisual assumida no encontro e no seu desdobramento metodológico nutriu-se de conceitos da obra de Jacques Rancière, na interlocução com uma compreensão sócio histórica de sujeito. A proposta de fazer encontrar, de promover espaço de significação e de oferecer

filmes, sem uma leitura marcada para ser apreendida, foi também a expressão de um princípio ontológico. E este princípio da igualdade das inteligências se fez orientador da possibilidade de propor a mediação audiovisual em plano aberto, como algo para ser experimentado e significado individual e coletivamente.

Finalmente, é relevante considerar a mediação audiovisual como uma forma de trabalho e um recurso potente para os encontros com as vidas outras, neste caso, em um serviço socioassistencial. Como expressão deste resultado, podemos considerar que o modo como foi vivenciado o encontro colocou em pauta aspectos qualitativos da mediação audiovisual, com destaque aos efeitos da própria expectativa e a possibilidade de discussões no grupo, potencializando a convivência, a alteridade, a expressão das muitas experiências e o acolhimento de outros modos de vida (ver, sentir e transitar) na cidade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Neiva. **Cidade Polifônica**: indícios de memórias outras na paisagem. Tese de Doutorado. Orientadora: Andreia Vieira Zanella. Florianópolis: UFSC, 2016.

ASSIS, Neiva; ZANELLA, V. Andrea. Lixo: outras memórias da/na cidade. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 28, n. 2, p. 195-203, maio-ago. 2016.

BOMFIM, A. C. Zulmira. Cidade e afetividade como categorias de mediação na psicologia social e na psicologia ambiental. In: **Psicologia Social e Políticas de Existência**: fronteiras e conflitos. Org. Jefferson Bernardes; Benedito Medrado. Maceió: Abrapso, 2009, pp. 163-174.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução Cecília Prada. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARDOSO FILHO, A. Carlos. A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 28, n. 2, p. 242-251, maio-ago. 2016.

CHARTIER, Roger. Figuras da modernidade: Introdução. In: R. Chartier (Ed.), **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GOMES, A. H. **Mediação audiovisual e atividade imagética**: um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social. Tese de Doutorado em Psicologia, UFSC, 2016.

GUEDES, P.L. de Camargo Sandra (org). **Histórias de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. 2ª ed. rev. e atual. Joinville: UNIVILLE, 2005.

LIBERATO, M. T. C; DIMENSTEIN, M. Arte, Loucura e Cidade: a invenção de novos possíveis. **Psicologia & sociedade**, 25(2), 272-281, 2013.

MATIAS, J. Hugo. Jovens em Situação de Rua: espaço, tempo, negociações de sentido. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 237-247, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Gestão do trabalho no âmbito do suas**: Uma contribuição Necessária. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

NEVES, A. S.; COSTA, P. H. L., PARAVIDINI, J. L. L., PRÓCHNO, C. C. S. **Do Estado à micropolítica: laço social e modalidades de (r)existência**. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 26-34, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REIS, A. Casanova. ZANELLA, V. Andréa. **Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos**. *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 49, n. 1, p. 17-34, jan-jun, Florianópolis, 2015.

REIS, Aline Casanova; ZANELLA, Andrea Vieira. **Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos**. *Revista de Ciências Humanas*, v. 49, n.1, p. 17-34, 2015.

REVEL, J. (1991). Os usos da civilidade. In R. Chartier (Ed.), **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RITTER, Raquel Gonsalves. **Modos de existir na cidade capitalista contemporânea: tensões entre sufoco e ar**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2008.

RONILK, R. **O que é a cidade**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAWAIA, Bader. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? In: SOUZA, L. TRINDADE, Z. A. (orgs.) **Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SICARI, Aline Amaral. **A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos**. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Andrea Viera Zanella. Florianópolis: UFSC, 2018.

ZANELLA, Andréa Vieira, et al. Movimento de objetivação e subjetivação mediado pelo criação artística. **Psico-USF**, Itatiba, v.10, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2005.

_____. **Educación estética y actividad creativa: herramientas para el desarrollo humano**. *Univ. Psychol.* Bogotá, v. 6, n. 3, p. 483-492, set./dez. 2007.

_____. Arte, Resistência, Criação, Práticas em Psicologia Social: Alguns diálogos. In: **As práticas da Psicologia Social com(o) movimentos de resistência e criação**. Irme Salete Bonamigo, Celso Francisco Tondim e Karin Bruxel. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2008.

O QUE PODE O CORPO EM CENA NA CIDADE?

Antônio Vladimir Félix-Silva

Universidade Federal do Piauí - UFPI/Campus
Ministro Reis Veloso. Programa de Pós-graduação
em Psicologia - PPGPsi
Parnaíba-Piauí-Brasil

Cássio Marques Ribeiro

Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE.
Programa de Residência Integrada do Ceará -
RIS/ESP/CE.
Tauá-Ceará-Brasil.

RESUMO: Neste artigo, apresentamos uma cartografia de *The Lady Macbeth* e o *Metáfora Troupe*, a partir de uma narrativa de experiência de pesquisa-intervenção cujo objetivo mapear territórios existências e processos de subjetivação de artistas nas ruas, praças e estações teve como desdobramento o tema arte e ativismo de uma atriz trans e do cortejo de quatro componentes do *Metáfora Troupe* e vários espectadores a partir da problematização: o que pode o corpo em cena na cidade? Cartografamos, entre 2016 e 2017, cinco apresentações de *The Lady Macbeth* e o *Metáfora Troupe*, de Parnaíba-PI, todas no entorno da estação denominada Porto das Barcas. O teatro de rua e nas ruas foi utilizado como objeto relacional para acompanhar processos de subjetivação em arte e ativismo trans, cuja análise foi realizada a

partir da esquizoanálise. Resultados: a análise das forças que compõem a micropolítica do desejo de fazer teatro de rua e nas ruas aponta para a arte relacional e o ativismo como dispositivos de cuidado de si e estética da existência trans, produção de territórios existências queer, espaços heterotópicos que se inscrevem com o corpo em cena entre cidades, pontes, rios, asfalto, calçadas, ruas e impressionante arquitetura de um patrimônio histórico enclausurado por muros, grades e proibições que tratam de limitar o direito de ir e vir e experimentar-se na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Arte. Cuidado de si. Estética da existência trans.

ABSTRACT: In this article, we present a cartography of *The Lady Macbeth* and the *Metáfora Troupe*, from a narrative of an intervention-research experience whose purpose of mapping existential territories and processes of subjectivation of artists on the streets, squares and stations had as deployment the theme of art and activism by a trans actress and the parade of four components from the *Metáfora Troupe* and several spectators from the problematization: what can the body on the scene in the city? We mapped, between 2016 and 2017, five presentations of *Lady Macbeth* and the *Metáfora Trupe*, from Parnaíba-PI, all of them in the surroundings of the station

denominated Porto das Barcas. The street theater and in the streets was used as relational object for the production of the processes of subjectivation in art and trans activism, whose analysis was made from the schizoanalysis. Results: the analysis of strengths that compose micropolitics of desire of making street theater and on the streets points to relational art and activism as self-health care devices and esthetical of trans existence, production of queer existential territories, heterotopic spaces that inscribe themselves with the body among cities, bridges, rivers, asphalt, sidewalks, streets and impressive architecture of a historical patrimony cloistered by walls, grids and prohibitions that manage to limit the right to come and go and of self-experiment in the city.

KEYWORDS: Body. Art; Self-health care. Esthetical of trans existence.

1 | INTRODUÇÃO

Vivemos num país cuja genealogia do Estado-nação foi forjada no genocídio indígena e na interdição do corpo e da mulher negra submetida à exploração sexual e à escravidão do seu povo (FREIRE, 1993; NASCIMENTO, 2016; TUPINAMBÁ, 2017). Essas barbaridades instituídas e outras violências, culturalmente, institucionalizadas não cessaram com o “fim” da escravidão e da colonização. Ainda hoje, o chamado Estado democrático e de direito, marcado pelo racismo institucional e os eufemismos de súdito – “sujeito de [direitos]” e cidadão (CASTRO, 2016, p. 11), – segue operando “necrobiopolíticas” que exercem o poder de promover a morte e deixar morrer a vida, como mostram dados do transfeminicídio no Brasil (BENTO, 2018).

O Brasil lidera o Ranking mundial de assassinatos de Travestis e Transexuais. De acordo com a ONG Internacional Transgender Europe (TGEU), que monitora os assassinatos de Travestis e Transexuais pelo mundo, entre 01/10/2016 e 30/09/2017, foram assassinadas 171 pessoas Trans no Brasil, seguidos de 56 mortes no México, 25 no EUA, 10 na Colômbia e 7 na Argentina e El Salvador no mesmo período (ANTRA, 2018, p. 24).

O risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que um homem gay cis; e se compararmos com os Estados Unidos, as 144 travestis brasileiras assassinadas em 2016 face às 21 trans americanas, as brasileiras têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas (TGEU, citado por BENEVIDES, 2018, p. 8).

Essas crueldades e perversidades estatais vão se somando aos microfascismos de toda ordem. Em 2008, a Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburg Stiftung (RLS), realizou uma pesquisa acerca da “diversidade sexual, [transfobia, lesbofobia e] homofobia no Brasil”, com o objetivo de:

Investigar o preconceito e a discriminação (familiar, social e institucional) contra homossexuais de ambos os sexos (lésbicas e gays), bissexuais e transgêneros (travestis e transexuais). Com vistas a subsidiar a discussão em torno de políticas públicas (ou de sua ausência) e a implantação de ações que contribuam para

a diminuição das violações de direitos dessa parcela da população (VENTURI; BOKANY, 2011, p. 11).

Nessa pesquisa, a repulsa e o ódio a lésbicas, gays, travestis e transexuais variam entre 8% e 9% e o preconceito, ainda que velado, contra homossexuais atinge o surpreendente índice de 99%. Julian Rodrigues (2011) destaca as questões que chamam a atenção, na referida pesquisa:

Cerca de 90% dos entrevistados acreditam haver preconceito contra LGBT no Brasil; 26% admitem ter preconceito pessoal contra gay, e 29% contra travesti; 84% dos entrevistados concordam com a seguinte frase: “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos”. Enquanto 58% concordam que “a homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”; e 7% dos entrevistados não aceitariam um filho gay e o expulsariam de casa (p. 34).

Na cidade de Parnaíba, não existem dados acerca da transfobia nem sobre transfeminicídio. Não obstante, estamos acompanhando um grupo de jovens, composto por homens trans e mulheres transexuais e travestis, que está denunciado a transfobia nos contextos familiar e escolar, nos serviços de saúde e em outros espaços e instituições que marcam os órgãos, os estabelecimentos e seus agentes na sociedade de controle.

A cidade faz parte da macrorregião Planície Litorânea do Piauí, localizada ao Nordeste do Brasil, cujo território das águas doces e salgadas compõe o Delta das Américas e também a Rota das Emoções que fica entre os Estados do Piauí, do Ceará e do Maranhão. Nesse cenário, a produção de subjetividade, à semelhança do que se passa em outros contextos da sociedade de controle, é agenciada pelo capitalismo sem fronteiras (GUATTARI, 2002), pelo racismo mundial integrado e o devir negro do mundo (MBEMB, 2018).

Nosso lugar inventado para a pesquisa é o deslugar do corpo trans e os espaços heterotópicos de Parnaíba, cidade cuja ocupação está cada vez mais conectada à presença e a invenção de um corpo utópico (FOUCAULT, 2013): um corpo que se produz com arranjos, artefatos e performances para evocar o outro. As heterotopias do corpo utópico em cena são entretecidas no espaço esquizofrênico da cidade (SANTOS, 2006), por linhas de fuga que escapam ao seu ordenamento.

Em Parnaíba, a dialética urbano-rural é constantemente negada pela afirmação da diferença entre centro e periferia; paisagem composta por poucas avenidas e ruas cujas margens compõem a margem do rio Igarçu. O centro da cidade é demarcado por bairros cujas principais referências são a Rua da Vala, a Praça da Graça e o Porto das Barcas. A Ponte Simplício Dias liga o bairro Ilha Grande de Santa Isabel ao Porto das Barcas. No Porto, não há barcas; há clientes ávidos a ingerir cervejas, drinks e a consumir como entradas petiscos do rio e do mar e como saídas pratos da gastronomia da Planície Litorânea. À margem do centro do Porto das Barcas e à margem do rio Igarçu, se produzem espaços heterotópicos (FOUCAULT, 2013), espaços inventados

no deslugar do corpo e constituídos pela periferia e as subjetividades periféricas: pessoas em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas, trabalhadores e trabalhadoras de rua e artistas nômades que apostam na arte como modo de vida e modo de resistência aos produtos prontos para o consumo.

Nesse contexto, realizamos uma pesquisa acerca da arte e dos modos de ocupar a cidade, entre 2016 e 2017, objetivando mapear territórios existências e cartografar processos de subjetivação de vinte artistas nas ruas, praças e estações a partir da problematização do que pode o corpo em cena na cidade. Mapeamos cinco espetáculos de rua, cada um de uma companhia de teatro de um Estado diferente, cujas apresentações aconteceram em Parnaíba-PI: uma delas no Porto das Barcas e quatro na Praça Mandu Ladino: a) Como a Gente Gosta do grupo mineiro Maria Cutia (08/03 às 19h, no Porto das Barcas) – MG; b) Flor de macambira - Coletivo Ser Tão Teatro – PB (22/04 às 19h, na praça Mandu Ladino); c) Circo do Só Eu da trupe Barracão de Teatro – SP (05/07 na praça Mandu Ladino às 17h); d) A Carroça é Nossa do grupo Xama Teatro – MA (30/08 às 17h, na Praça Mandu Ladino); A Casatoria c'a Defunta da Companhia Pão Doce de Teatro – RN (01/11 na praça Mandu Ladino às 18h).

Entre 2016 e 2017, cartografamos também cinco apresentações de *The Lady Macbeth* e o *Metáfora Troupe*, de Parnaíba-PI, todas no entorno da estação denominada Porto das Barcas. Com exceção de *The Lady Macbeth*, todos os outros espetáculos de teatro de rua que mapeamos, durante a pesquisa, faziam parte do circuito Palco Giratório (2016) do grupo SESC: Serviço Social do Comércio.

Esta narrativa de experiência é um desdobramento dessa pesquisa cujos analisadores cuidado de si e estética da existência trans emergiram da cartografia da arte e ativismo trans e da análise dos processos de subjetivação da atriz de *The Lady Macbeth*, do *Metáfora Troupe*. A partir da perspectiva ético-estético-política (BARROS, 2007), desse modo de fazer pesquisa, e da experimentação do corpo em cena na cidade, fomos deslocados para a problematização acerca de como se dá a produção do cuidado de si e da existência trans marcada pelo modo de vida precária, pelo racismo de Estado e pela violência institucional do denominado Estado-nação?

Nosso encontro com a arte e ativismo trans ocorreu durante o acompanhamento dos processos de subjetivação da atriz de *The Lady Macbeth* e dos quatro atores e da atriz do *Metáfora Troupe*. Para o registro das informações utilizamos diários cartográficos (EPS EM MOVIMENTO, 2014). Além da experimentação do corpo em cena na cidade, realizamos uma oficina denominada cartografias do corpo em cena com o grupo *Metáfora* e rodas de conversa antes e depois de cinco apresentações de *The Lady Macbeth*. Iniciamos a oficina com a mostra do vídeo *Caixa de Afecções* (PRADO; PINHEIRO, 2014), passamos pelo mapeamento do corpo e concluímos com a produção de uma cena curta a partir dos corpos cartografados por três atores, duas atrizes e os dois cartógrafos pesquisadores.

A análise desses processos de subjetivação aponta para o desejo de ocupar

a cidade por meio da arte (ROLNIK, 2006; GUATTARI; ROLNIK, 2010; GUATTARI, 2012) e para a coexistência do desejo de colocar o corpo em cena na cidade como dispositivo de transformação do luto pela morte das pessoas trans em luta e pela desnaturalização da violência de gênero que acomete quem ousa desfazer gênero.

2 | DESDOBRAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A produção dos dados da pesquisa e o acompanhamento dos processos de subjetivação em arte e ativismo trans, neste estudo, se deram por meio de objetos da arte relacional (ROLNIK, 1998, 2002, 2004, 2008, 2013), a saber: elementos utilizados na cartografia do corpo em cena e do teatro de rua e na rua. Nesta perspectiva, consideramos arte relacional também o modo de fazer arte de cada ator e cada atriz participante da pesquisa e a cartografia como um modo de fazer pesquisa-intervenção, uma metodologia do encontro e da arte de afetar e deixar-se afetar, no acompanhamento desses processos de subjetivação e na produção dos territórios de existência trans.

As teorizações e análise dessa produção que serão apresentadas a partir das narrativas registradas no diário cartográfico foram feitas com base na Esquizoanálise, ou seja, na caixa de ferramentas-conceitos que nos possibilitam a análise das linhas de forças do desejo com suas configurações molar, maleável e molecular (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Compõem nossa caixa de ferramentas-conceitos: a problematização do quadro de guerra apresentado por Butler (2015a, 2017) e a teoria queer (SPARGO, 2006; SILVA, 2009; SALIH, 2012), – pensada, aqui, como teoria de afirmação das diferenças (DELEUZE, 1998, 2006; PRECIADO, 2002; BUTLER, 2008, 2015a, 2015b; FOUCAULT, 2010a, 2010b, 2010c), para além da negação dos estudos das identidades culturais determinadas “por uma série de categorias que incluem etnicidade, classe, raça, religião, sexualidade e gênero” (BUTLER, 2015a, p. 198). Nesta perspectiva, desfazer gênero pressupõe um agenciamento coletivo do desejo pela arte e pelo ativismo trans contra o racismo de Estado (FOUCAULT, 2010a), a violência institucional do denominado Estado-nação (BUTLER, 2017) e a luta pela superação dos modos de vida precária (BUTLER, 2015a) em defesa da vida, considerando que todas as vidas importam e que as vidas das pessoas trans também são passíveis de luto.

Tal quadro de guerra, com seu estruturalismo e segmentaridades, faz parte dos agenciamentos de territórios existências e da produção de subjetividades capitalísticas na sociedade contemporânea, podendo produzir tanto “adoecimento” (desterritorialização da subjetividade) como também provocar modos de singularização e cuidado de si na perspectiva de uma ética e uma estética da existência: torna-se quem se é (FOUCAULT, 2014; DELEUZE, 2006; 2008) como a atriz de *The Lady Macbeth*, mediada pelas forças da vida que resistem – reterritorialização (DELEUZE;

GUATTARI, 2012; PELBART, 2013).

Os espaços heterotópicos da cidade onde se apresentavam *The Lady Macbeth* e o *Metáfora Troupe* – espaços inventados a cada apresentação – compuseram as paisagens psicossociais desta cartografia (ROLNIK, 2006; BARROS, PASSO, 2009; BARROS; KASTRUP, 2009). A ocupação da cidade por nós, cartógrafos, também se deu por meio da arte e partiu da problematização dos modos de vida precária (BUTLER, 2015a), da vida nua (AGAMBEN, 2008) e da afirmação da vida passível de luto (BUTLER, 2015a), apostando na potência de vida (PELBART, 2013).

Nessa perspectiva, lançamo-nos à experimentação cartográfica à deriva, à moda *flâneur* (BENJAMIN, 1997). Laçamo-nos à ação pesquisar-deambular com a possibilidade de encontro com a cidade que habita nossos corpos e de experimentar o corpo em cena na cidade. Esse acontecimento nos tirou dos limites do que “somos” e de nossa condição de estrangeiro, nos proporcionando outros olhares e outros modos de ocupar a cidade (BAPTISTA, 2010) e produzir nossa narrativa acerca do que pode o corpo em cena na cidade:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (...). Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história gravar-se-á na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará a sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia (BENJAMIN, 1994 pág. 205-219).

Para que o leitor ou a leitora não precise fazer uma pausa na narrativa que iremos apresentar, informamos-lhe que *Cabeça de Cuia* ao quem iremos nos referir é uma das lendas do rio Parnaíba que narra a história da fome de modo a acionar a culpa. Nela, uma mãe serve sopa de ossos ao filho. Ele, surtado com o delírio da fome, se revolta e mata a mãe a pauladas. Antes, ela o condena a morrer afogado e sua alma viver vagando rio acima rio abaixo, só descansando ao alimentar-se de sete moças virgens. A narrativa reforça a o crime e o castigo por meio do sacrifício das mulheres.

3 | O CORPO EM CENA NA CIDADE

Neste tópico correspondente aos resultados da pesquisa, apresentamos uma das narrativas dos nossos diários cartográficos, na qual, intencionalmente, falamos do ator e da atriz trans, tomando como referência uma das apresentações de *The Lady Macbeth* e fazemos uma análise dos processos de subjetivação em arte e ativismo trans a partir das rodas de conversa antes e depois das cinco apresentações. Trata-se de uma experimentação biografemática, especificamente a partir daquilo que Marcos Oliveira (2010) concebe como “*corpus vadio*, terreno de pura suspeita”, a saber: “toda

e qualquer intervenção desta matéria baixa que costuma ser desprezada na escritura de uma vida” e que ao “lidar com as coisas mundanas que acontecem no trânsito de uma vida, assume um certo grau de realismo, ainda que se trate de um realismo incidental e povoado de minúsculos fragmentos de insignificância” (COSTA, 2011, p. 135).

Da Ilha de Santa Isabel ao Porto das Barcas como palco de produção de territórios existências, acompanhada pelo cortejo musical e literário de um grupo de teatro (Metáfora Troupe) e de outras pessoas, The Lady Macbhet atravessa pontes, rios e ruas. Vestida de peles, desfaz gênero, desconstrói identidades e se inscreve na cartografia dos modos de viver e ocupar a cidade por meio do corpo em cena. A arte escrita de próprio punho, feita desenho de giz no asfalto, anuncia: “liberdade está dentro da cabeça”, enunciando a politização do corpo utópico e suas heterotopias (FOUCAULT, 2013).

O cortejo cresce com a participação de espectadores e espectatrizes. The Lady Macbhet sai a bailar com seu corpo. Depois de entrar no rio, banhar-se nas águas como aquela que faz do teatro clínica do devir mulher (GUATTARI, 1981), ela expressa o poder de fazer seu próprio nascimento e batismo, fazendo morrer “o homem” e o que já não vive dele como identidade segmentada por quaisquer instituições heteronormativas e reduções epistemológicas para nascer mulher por meio do teatro e da arte de se multiplicar em outras máscaras.

Cabaça d’água na cabeça, lá vem The Lady Macbhet, desfilando, depois de desafiar o Cabeça de Cuia e de enunciar nosso desejo de mundo e devir minoritário: micropolítica do desejo de ver libertas do celibato e da cultura dos abusos e das violências física, psicológica e simbólica “as sete virgens” e todas as mulheres da naturalização da maternidade; desejo de ver libertos homens e mulheres do mito da culpabilização do desejo da mãe/desejo do pai e do familismo (GUATTARI; ROLNIK, 2010; DELEUZE; GUATTARI, 2004).

Ao desfilar entre nós, The Lady Macbhet agua o chão como quem molha um território existencial trans que sofreu tantos anos de estiagem. Agua as folhas do cajueiro, símbolo da língua piauiês e da pergunta filosófica do poeta em Cajuína: “Existirmos, ao que será que se destina” (VELOSO, 1979).

Agua o chão, as folhas. Agua até o ar que respiramos, antes de banhar-se. Banho de cabaça, com pouca água. Água como resto de uma vida precária, vida nua, vida ainda passível de luto (BUTLER, 2015a) e de luta.

Então, inicia-se o momento no qual a experimentação do corpo em cena mais afeta os cartógrafos: The Lady Macbhet recita um poema concreto, literalmente rasgando sonhos às margens do rio Igarçu – rio metáfora da vida nos versos de Quintana (2006).

Sonhos é um fragmento de outra produção teatral, denominada “Eu não quis fazer você chorar”, efeito das afetações do ator, aos 25 anos, com a reação de uma amiga após o diagnóstico soropositivo, com nível de latência e tolerância que não

chega a desenvolver sintomas da Síndrome da Imunodeficiência Aguda Adquirida – AIDS.

Ao iniciar o recital de Sonhos, nós espectadores e espectatrizes somos tomados de assalto pelo que pode o corpo em cena na cidade e o que pode a arte relacional como dispositivo de produção de territórios existências.

As vozes da arte ecoam da arquitetura do desejo de habitar a cidade e de experimentar seus lugares abandonados pela mesma associação comercial que os mantém entre grades, desde o início de 2016, aprisionando o pleno “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) e proibindo o acesso ao espaço com break, rap, grafite, skate, teatro e demais apresentações de artistas de rua, além de barrar quem chega com álcool e cannabis. É o quadro de guerra dos donos do patrimônio histórico tombado contra a arquitetura do desejo de viver a cidade. O éthos coletivo se tornou anacrônico, “se recusa a se tornar passado, e a violência é sua forma de se impor no presente” (BUTLER, 2015b, p. 15).

As vozes da cidade e as vozes da arte se confundem com as vozes de sonhos que já não escutamos e pelos quais já não lutamos ou ainda lutamos:

Sonhos...

Sonhos...

Sonhos...

Sonhos...

Sonhos...

Sonhos...

Sonhos...

Sonhos...

Recital da palavra Sonhos em poesia, performaticamente acompanhado de gestos de ruptura. Sonhos de peles tecidas sendo rasgadas num “rapte-me camaleoa” (VELOSO, 1980). Peles rasgadas sobre pele de um corpo utópico que habita outras peles. Corpo que migra, vaza por todos os lados.

A palavra sonhos, repetidas vezes, fere nosso corpo, rasga feito faca nossa pele, cortando na carne nossos sonhos tantas vezes adiados, abandonados e esquecidos. Esquecimento como força reativa efeito da produção de subjetividades capitalísticas (DELEUZE, 2006).

A repetição da palavra Sonhos desloca nossos processos de subjetivação para o deslugar do corpo em cena na cidade. A diferença do eco de Sonhos na arquitetura – musicalidade e ritmo – aponta para as forças da vida como obra de arte, mostrando a coexistência do corpo fragmentado – como na imagem da boneca de Frida Kalho (1944/1954) e do desejo de produzir para si mesma e para si mesmo, cada um e cada uma de nós, um corpo sem órgãos (DELEUZE; GUATTARI, 2012): uma obra de arte.

The Lady Macbhet segue pelos becos anunciando por meio do corpo em cena na cidade a vida e por meio da vida o teatro, denunciando os aprisionamentos e manicômios mentais (PELBART, 2009) que tratam de interditar o acesso aos espaços públicos.

Tudo isso até adentrarmos ao teatro (Metáfora) junto com o Metáfora (grupo de teatro), depois de uma caminhada pelas ruas entre o espaço arquitetônico tombado e quase morto da cidade.

No teatro (Metáfora), por um instante, experimentamos uma espécie de “ensaio sobre a cegueira” (SARAMAGO, 1995); até que dispositivos moveis de espectadores e espctrizes acendem, e começamos a ler nas paredes as fotografias, os grafites, as pichações, os versos e a cena. Somos convidados pelo corpo e pelo abraço a participar. De maneira que improvisamos gestos e inventamos movimentos rizomáticos como os das forças das águas e do vento do Delta, numa coreografia esquizo tão livre como nos voos de Nijisk (UNO, 2012).

4 | ANÁLISE

Em The Lady Macbhet, o corpo em cena na cidade é concedido como lugar das peles que o habitam e por meio do qual e das quais a atriz se reinventa para cuidar de si. Estética da existência trans como efeito dos deslugares dos territórios existências: banheiros interditados em vários lugares; escolas que atiram pedras; ruas que cospem, fazem piadas e a insultam com sons de pum; sistema “S” que a exclui da pedagogia do teatro e que ensaia sua inclusão momentânea pela margem; Sistema Único de Saúde que fornece atenção à saúde, mas a psicologia não compreende sua micropolítica do desejo de transitar entre ser ator e atuar com personagens femininos no palco e migrar de gênero para ser mulher trans na vida cotidiana; delegacias analfabetas em nome social e delegado que a acolhe; Fórum cego à identidade de gênero e mercado das artes sem contrato de trabalho, além de «amigos» que a acusam de louca, dizendo que o ator-atriz surtou ao migrar de gênero aos 35 anos de idade. Trata-se de agenciamentos de processos de subjetivação em arte e modos de habitar a cidade de espectadores que expressam linhas molares do desejo, revelando a interface entre medicalização da existência (FOUCAULT, 2010b) e psicopatologização da diferença.

Da performance de desfazer gênero no teatro à performance de desfazer gênero na vida, a atriz de The Lady Macbhet perde a emancipação econômica e política, sofrendo uma desterritorialização de seu modo de existência, haja vista que vivia e vive da arte. Fez-se necessário também reinventar-se um corpo como espaço ético e esteticamente de resistência política aos lugares nos quais, tantas vezes, a atriz foi, e ainda é incluída para ser excluída (VEIGA-NETO, 2005). Além de enfrentar o estigma (GOFFMAN, 2013) que sofre por ser quem se é e por se anunciar mulher trans, aos 35 anos. Toda essa experiência migratória, depois de ter sido acometida por um vírus,

aos 25 anos, e da ameaça das pessoas que pensam, constantemente, que ela poderá ser atingida pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (identificada no período no qual doava sangue em um hemocentro desde os 18 anos).

Antes de devir mulher na vida, assim narra a atriz, ator, diretor e professor de teatro, vestia-se de terno masculino e usava gravata, parecendo um executivo; além de acreditar que quanto menos experiência sexual tivesse menos se pareceria com um gay.

As linhas de força do desejo de se anunciar mulher ficaram, por muitos anos, segmentadas pelo gênero masculino quase como toxicômano de identidade (ROLNIK, 2000), só podendo devir mulher no teatro, processos de subjetivação maleável que se configurava entre uma máscara de Draking e uma experimentação do transfeminismo. No entanto, declara a educadora e diretora do Metáfora que a vida do ator e da atriz é tradução do teatro, afirmando que não foi ele nem ela quem encontrou o teatro, foi o teatro que a encontrou e foi a arte que a fez migrar, ser nômade, fazer-se outra.

A arte a faz se constituir uma multiplicidade de devires, produzindo para si mesma um corpo sem órgãos, literalmente, sem prótese, silicone e hormônios, resistindo, não necessariamente por opção e sim por condição, aos agenciamentos e aos dispositivos do capitalismo farmacopornográfico (PRECIADO, 2008). Resistência que se traduz no devir mulher: puro simulacro contra tudo e contra todos os determinismos sexistas, homofóbicos, misóginos e transfóbicos.

Esses novos processos de subjetivação e singularização mostram tênues linhas maleável e molecular do desejo de ocupar a cidade e reinventar-se uma vida, a partir das quais, atores, atrizes, espectadores e espectatrizes, todos e todas nós nos perguntamos o que podemos fazer com nosso corpo para tecer o cuidado de si e a vida como obra de arte.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experimentação dessa cartografia do corpo em cena na cidade e dos processos de subjetivação em arte e ativismo trans nessa estação denominada Porto das Barcas, mostra que podemos, coletivamente, devir corpo sem órgãos por meio da arte relacional, apostando nas forças da vida e na politização do corpo utópico como espaço heterotópico. Trata-se de um movimento nômade e libertário contra a exploração e as relações de sujeição social e servidão maquínica nos níveis micro e macropolíticos dos contextos do capitalismo global integrado (GUATTARI, 2002).

A análise dos processos de subjetivação em arte e ativismo trans mostra a coexistência de processos de territorialização e desterritorialização, nas ruas, praças e estações. Assim, mostra também o desejo de mundo de pesquisadores e artistas, expressando a vontade de se desfazer das linhas de forças da vida que operam de modo molar e segmentar, e o desejo de confeccionar linhas de força da vida que

operem de modo maleável e molecular, via processo de singularização criativos.

A análise das forças que compõem a micropolítica do desejo de fazer teatro de rua e na rua aponta para a arte relacional como dispositivo de produção de territórios existências queer e de espaços heterotópicos que se inscrevem com o corpo em cena entre cidades, pontes, rios, asfalto, calçadas, ruas e impressionante arquitetura de um patrimônio histórico enclausurado por muros, grades e proibições que tratam de limitar o direito de ir e vir e experimentar-se na cidade.

A politização do corpo trans em cena ao desfazer gênero é uma tradução de resistência ética, estética e política que potencializa sonhos e desejo de mundo; fala da liberdade ético-política e do desejo de fazer da vida trans uma obra de arte.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que resta de Aushwitz**: o arquivo e a testemunha. (Homo Sacer III). Trad. S. J. Assmann. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais: Brasil, 2018.

BARROS, R. B. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2007.

BARROS, R. B., PASSOS, E. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E., KASTRUP, V. e SCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método do cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2009, p. 17-31.

BARROS, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E., KASTRUP, V. e SCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método do cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS, 2009, p. 52-75.

BAPTISTA, L. A. Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas da mobilidade na cidade. Rio de Janeiro. In: JACQUES, P. B.; BRITO, F. D. (Orgs.). **Corporcidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

BENEVIDES, B. A Luta por Sobrevivência no País que Mais Mata Travestis e Transexuais do Mundo. In ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais: Brasil, 2018, p. 7-9.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura, história da cultura. (Obras Escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. **Rua de Mão Única**. (Obras Escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1997.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cad. Pagu** [online]. 2018, n.53, e185305. Epub June 11, 2018. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/1809444920180053005>.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

BUTLER, J. **Caminhos Divergentes**: judaicidade e crítica do sionismo. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTRO, E. V. **Os involuntários da Pátria**. Aula pública durante o ato Abril Indígena. Cinelândia, Rio de Janeiro, 20 de abril de 2016. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

COSTA, L. B. **Estratégias biográficas**: biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche e Henry Miller. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, A. M. A. **Analfabetismo no Brasil**: da Ideologia da Interdição do Corpo à Ideologia nacionalista, ou de Como Deixar Sem Ler e Escrever Desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. 2ª ed. Aumentada. São Paulo: Cortez, 1993.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. Cinco proposições sobre a psicanálise. In _____. **A ilha deserta**: e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 345-352.

DELEUZE, G. **Conversações**. 7ª Reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e Esquizofrenia 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Volume 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

EPS EM MOVIMENTO. **Entrada, Apresentação. 2014**. Disponível em: <<http://eps.otics.org/material/entrada-apresentacao/entrada-apresentacao/>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de Março de 1976. In _____. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. p. 201-222.

FOUCAULT, M. **Repensar a política. Ditos & Escritos VI**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FOUCAULT, M. Aula de 2 de Março de 1983. In _____. **O governo de Si e dos Outros: primeira hora**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c. p. 271-293.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico; As heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos Volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Guanabara Koogan, 1988.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 13ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

- GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografia do desejo. 10ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- KALHO, F. Yo soy la desitegración... In **Cauderno**. México, 1944-1954.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MBEMBE, A. (2018). **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- PELBART, P. P. Manicômio mental: a outra face da loucura. In: LANCETTI (Org.). **Saúde Loucura** (131 – 138). 2, 4ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- PELBART, P. P. **O Averso do Niilismo, Cartografias do Esgotamento**. São Paulo: N – 1 edições, 2013.
- PRADO, G. T.; PINHEIRO, A. S. **Caixa de Afecções**. Alabama Filmes, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oTKR3FB9vTg> Aces 23 jan 2016.
- PRECIADO, B. **Manifiesto-contrasexual**: prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid, España: Ópera Prima, 2002.
- PRECIADO, B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.
- QUINTANA, M. Deixe-me seguir par ao mar. In _____ . **Baú de Espantos**. Tânia Franco Carvalho (Org.). São Paulo: Globo, 2006. p. 46.
- ROLNIK, S. Por um estado de arte: a atualidade de Lygia Clark. In _____ . **Núcleo histórico**: antropofagia e histórias de canibalismos São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998. p. 456 - 467.
- ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In LINS, D. (Org.). **Cultura e subjetividade**. Saberes Nômades. (19 - 24). 2ª edição. Campinas: Papiрус, 2000.
- ROLNIK, S. Arte cura? Lygia Clark no limiar do contemporâneo. In: BARTUCCI, Giovanna (Org.). **Psicanálise, Arte e Estéticas de Subjetivação**. (365-381). Rio de Janeiro: Imago Ed, 2002.
- ROLNIK, S. “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. In: FONSECA, T. M. G. e ENGELMAN, S. (Orgs.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2006.
- ROLNIK, S. Alteridade a céu aberto. O laboratório poético-político de Maurício Dias & Walter Riedweg. In: FONSECA, T. M. G.; ENGELMANN, S.; PELBART, P. P. **A Vida em Cena**. Teatro e Subjetividade. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 57-97.
- ROLNIK, S. **Quarar a alma**, 2013. Disponível em:
http://www.caosmose.net/suelyrolnik/pdf/quarar_a_alma.pdf Acesso em: 20 de Jun. de 2016.
- SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

- SILVA, T. T. Uma coisa “estranha” no currículo: a teoria queer. In _____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 105-109.
- SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2006.
- SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1ª. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- OLIVEIRA, M. R. **Biografemática do homo quotidianus**: o senhor educador. Dissertação de Mestrado de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2010.
- RODRIGUES, J. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In VENTURI, G.; BOKANY, V. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 23-38.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- TUPINAMBÁ, Casé Angatu Xucuru. Cartas indígenas. In RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S; GALINDO, D. (Orgs.). **Democracia participativa, estado e laicidade**: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017, p. 277-292.
- UNO, K. **A Gênese de um corpo desconhecido**. 2ª. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2012.
- VEIGA-NETO, A. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão In: MACHADO, A. M. (Org.). **Psicologia e direitos humanos**: educação inclusiva na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 55-70.
- VELOSO, C. Cajuína. In **Cinema Transcendental [Disco]**. Brasil: Verve, 1979.
- VELOSO, C. Rapte-me Camaleoa. In **Outras Palavra [Disco]**. Brasil: Verve, 1980.
- VENTURI, G.; BOKANY, V. Foco na homofobia: coleta e análise dos dados. In VENTURI, G.; BOKANY, V. (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 11-22.

ENTRE O PROTAGONISMO JUVENIL E A TUTELA DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Lara Brum de Calais

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Juiz de Fora, MG

Juliana Perucchi

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Juiz de Fora, MG

RESUMO: O texto a seguir tem como objetivo problematizar as possíveis formas de participação política de jovens, em meio às convocatórias para o protagonismo juvenil e os consequentes processos de tutela que podem ser operados nesta relação. Nas últimas décadas os jovens estiveram no rol das populações que são alvo de intervenções públicas e privadas. Há, portanto, lógicas que ora colocam os jovens em uma posição de foco de atenção – com atributos positivos de mudança social – ora em uma posição de “problema social”, com atributos de desvio e marginalidade. Assim, as argumentações deste capítulo intentam trazer reflexões acerca da participação social como possibilidade de subjetivação política, mais especificamente com relação a jovens organizados em rede. Como recorte, apresentaremos a experiência de jovens que vivem com HIV/Aids e organizam seu movimento no cenário político

de enfrentamento à epidemia. As redes de articulação de ações coletivas tem relevante potencial no sentido de fomentar a participação política, pois em meio às diferentes vivências e práticas das juventudes, a identidade do grupo enquanto rede, impulsiona movimentos de atuação no âmbito político. Desta forma, torna-se possível problematizar, em que medida a participação dos jovens no cenário político é convocada, assumida ou tutelada. Assim, espera-se romper com a reprodução de modelos pautados na lógica adultocêntrica, com a ideia de um ativismo aprendido e um “tutelamento autorizado”, fortalecendo as bases da ação política que se produz no cotidiano e que pode reinventar a política.

PALAVRAS-CHAVE: juventude; participação; protagonismo; subjetivação.

ABSTRACT: The following text has as objective to problematize the possible forms of political participation of young people, in the middle of the calls for the youth protagonism and the consequent processes of guardianship that can be operated in this relation. In the last decades the young people have been on the list of the populations that are target of public and private interventions. There are, therefore, logics that sometimes put young people in a position of focus of attention - with positive attributes of social change - sometimes in a position of

“social problem”, with attributes of deviation and marginality. Thus, the arguments of this chapter try to bring reflections about social participation as possibility of political subjectivation, more specifically with regard to young people organized in a network. As a clipping, we will present the experience of young people living with HIV / AIDS and organize their movement in the political scenario of coping with the epidemic. The networks of articulation of collective actions have relevant potential in the sense of fostering political participation, because in the midst of the different experiences and practices of youth, the identity of the group as a network, impels movements of action in the political sphere. In this way, it becomes possible to question, to what extent the participation of young people in the political scenario is summoned, assumed or supervised. Thus, it is hoped to break with the reproduction of models based on adult-centric logic, with the idea of a learned activism and an “authorized tutelage”, strengthening the bases of the political action that takes place in the daily life and that can reinvent politics.

KEYWORDS: youth; participation; protagonism; subjectivation.

1 | INTRODUÇÃO

O capítulo que se apresenta a seguir foi produzido como recorte de uma pesquisa de doutoramento, que teve como objetivo investigar as possibilidades de subjetivação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil e sua (possível) constituição enquanto sujeito político. No entanto, para aprofundamento e problematização de algumas das questões levantadas pelo estudo, será apresentado no decorrer deste texto, um recorte que coloca sob análise as construções acerca da participação política de jovens, em meio às contradições sustentadas pela ideia de protagonismo juvenil que, muitas vezes, opera processos de tutela.

Neste intuito, serão realizados alguns apontamentos relacionados à dinâmica das políticas públicas no Brasil, especialmente as voltadas para o público jovem e os caminhos que as colocam ora com contornos participativos e democráticos, ora de tutela e controle da juventude. Em um panorama geral, os indicadores produzidos atualmente apontam a população jovem como um bônus demográfico, como sugerem os dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2014), mas também a destacam como a parcela da população mais atingida pela violência (WAISELFISZ, 2016). Como lentes importantes para a leitura da condição de vida da população, os indicadores estatísticos corroboram esta demanda, apontando a faixa entre 15 a 24 anos como a mais “problemática” no/para o contexto social (TOMMASI, 2014).

Neste sentido, as argumentações deste capítulo se direcionam para o caminho que coloca a juventude como objeto das políticas, pois este revela os modos de compreender a juventude, assim como a possibilidade de “modulação” da mesma a partir dos programas públicos. Aqui, inserimos a crítica de que, muitas vezes, o que se produz, são formas de controle e tutelamento da participação juvenil, onde o que

pode ganhar roupagens de protagonismo, faz funcionar uma estratégia de regulação da participação que pode se modificar de acordo com os interesses governamentais.

Assim, considerando a possibilidade de se discutir novos modos de resistência através da participação da juventude, no tópico final do texto são apresentadas discussões acerca da participação coletiva de jovens no cenário político de enfrentamento à epidemia do HIV/Aids, tendo a participação social como possibilidade de subjetivação política. Desta forma, buscamos sustentar a argumentação de que as formações coletivas podem operar mudanças nas conjunturas sociais, principalmente mediante o reconhecimento do potencial político das mesmas.

2 | JUVENTUDE(S) E ATRAVESSAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

Para sustentar as discussões acerca da participação social da juventude como forma de subjetivação política, uma breve argumentação acerca dos atravessamentos históricos e políticos que constituem essa posição como categoria e campo de intervenção, faz-se relevante. Em uma perspectiva que coaduna com as concepções deste estudo, Tommasi (2012, p. 101) aborda a juventude não como uma “categoria analítica, um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que tem despertado interesse e recebido investimentos públicos e privados”. Neste sentido, a juventude torna-se também foco de trabalho da ciência e de suas áreas de saber, em meio a visões biológicas, pedagógicas, psicológicas, entre outras.

Assim, no reconhecimento da pluralidade de modos da juventude, uma compreensão histórica permeada por condições culturais dá sustentação para as discussões, lembrando que as juventudes são atravessadas por uma heterogeneidade de marcadores sociais, que pluralizam as vivências e produzem subjetividades (MATTOS; CASTRO, 2009; SPOSITO; CARRANO, 2003). Ou seja, marcadores de raça/etnia, classe, geração, gênero, orientação sexual, território, escolaridade, entre outros, vão compor uma complexa teia de relações que precisa ser considerada quando se pretende lançar análises sobre as juventudes.

Faz-se preciso considerar que múltiplas contingências constituem diferentes possibilidades de acesso e existência das juventudes, principalmente na realidade concernente ao Brasil, que tem expressões históricas de desigualdade nas raízes de sua composição. Por isso, como lembra Tommasi (2014) devemos estar atentos/as aos mecanismos de construção dos discursos que operam concepções e agenciamentos sobre a juventude, pois deve-se caminhar no sentido de superar, ou escapar de uma visão que sirva a inventariar diversidades e produzir uma aproximação que cumpre critérios de entendimento da juventude, mas não necessariamente reconhece como legítimas as múltiplas formas de ser jovem. Para Tommasi (2014), essa aproximação pautada em critérios de atenção se desdobra em mecanismos, muitas vezes, tomados pelo governo como forma de responder à demanda da diversidade.

Assim, assumir a posição de pluralidade da juventude precisa estar relacionado ao entendimento dos processos de subjetivação frente às condições de existência, procurando afastar uma lógica de aproximação da diversidade como retórica, ou seja, escapar das apropriações que forjam uma atenção às demandas e alimentam um certo diferencialismo entre segmentos populacionais. A partir destas considerações, serão abordados alguns elementos relevantes para o entendimento das visões históricas que produzem as concepções das juventudes e seus efeitos no contexto contemporâneo.

Como já fora destacado, a juventude, como campo de intervenção de áreas de saber e fazer, ganha certo destaque no cenário das políticas públicas ao longo dos anos, sempre relacionada ao cenário político e econômico e aos processos de gestão da sociedade. Tal destaque para esta categoria também vem como produto de um importante movimento social, a partir da década de 90, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que ganhou fôlego na sociedade brasileira e fez emergir uma identidade centrada na ideia da adolescência como fase especial do desenvolvimento humano, que exigiria cuidados e proteção específicos. As lutas por direitos apoiadas pela mobilização social ganham expressão, culminando em documentos normativos de relevância para a proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, materializando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (MATTOS; CASTRO, 2009).

A ideia de proteção integral às crianças e adolescentes, mesmo que ainda no nível ideal, abre uma nova perspectiva de direitos que rompe com a lógica da “situação irregular” e controle repressivo desta população que foi perpetrada ao longo da história. Instituições e programas passam a ser estrategicamente pensados e organizados a fim de responder a política de direitos da infância e da adolescência, o que constrói um momento relevante, mas que, nem por isso, garante a efetividade das ações (TOMMASI, 2014). Sobre tais ações, Cassab (2007) ressalta que estas são guiadas e formuladas segundo um universo de imagens que produzem e são produzidas no/pelo contexto social e, por isso, são atravessadas por dimensões econômicas, políticas, culturais e pela relação com o Estado.

No entanto, as discussões e as consequentes estratégias no sentido de atenção e cuidado, centralizaram-se na infância e na adolescência, caracterizadas por uma marcação etária que colocava à margem das ações os/as jovens que, ao atingirem 18 anos de idade, deixavam de ser alvo dos programas e projetos que foram elaborados com o objetivo de proteção. Surge, portanto, uma lacuna de atenção voltada para a juventude, que posteriormente transforma-se em demanda por políticas públicas específicas para esta população.

Como lentes importantes para a leitura da condição de vida da população, os indicadores estatísticos corroboram esta demanda, apontando a faixa entre 15 a 24 anos como a mais “problemática” no/para o contexto social (TOMMASI, 2014). Neste sentido, na segunda metade dos anos 90, a juventude é incorporada ao rol das “questões sociais” que merecem atenção no Brasil, já bastante vinculada a uma

ideia de problema a ser resolvido que – conforme ressaltado anteriormente – tem significativas diferenças quando compreendidas a partir de marcadores de raça e classe, por exemplo.

Porém, diferentes concepções sobre os sujeitos jovens passam a fazer parte da cena, ainda sendo frequentemente reproduzida uma noção pautada em referenciais etários e delimitadas por categorias universalizantes que homogenizam as experiências. A imagem do “adolescente” com uma identidade comum, inerente à determinada fase do desenvolvimento é perpetrada desconsiderando, de certa forma, o caráter polissêmico do termo e a pluralidade de experiências possíveis de serem significadas nesse universo (OZELLA, 2002).

Diferentes concepções são então constituídas no sentido de apreensão tanto da adolescência (significativamente marcada pelos saberes pedagógicos e psicológicos), quanto das juventudes (compreendida em sua dimensão histórico-social). Diante da complexidade e amplitude da temática, torna-se necessário criar linhas de delimitação para as compreensões aqui abordadas, tendo em vista que não há pretensão de abarcar a totalidade das discussões produzidas. Sendo assim, serão concentradas interpretações e análises sobre a juventude como categoria, mas principalmente como arena de intervenções e problematizações de referencial político.

Castro e Aquino (2008) apontam que a juventude enquanto objeto das políticas públicas tradicionalmente foi vista a partir de duas óticas. A primeira seria a ótica do “problema”, tomada como uma parcela da população que demanda medidas de enfrentamento e ações de controle e repressão por remeter à desordem social. Já a segunda ótica estaria vinculada à ideia de “fase de transição” do ser jovem para o ser adulto, com uma concepção de que este precisaria ser preparado para a vida em sociedade.

Há, portanto, lógicas que ora colocam os jovens em uma posição de foco de atenção, com atributos positivos de mudança social – especialmente levantados pelos movimentos de luta pelos direitos da infância e da juventude – ora em uma posição de “problema social”, com atributos de desvio e marginalidade. Nesta onda, as políticas públicas também assumem contornos ora participativos e democráticos, ora de tutela e controle da juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Na história, o lugar de problema social, muito vinculado à perspectiva de delinquência e de desvio da norma, atravessados por condições de classe, raça, gênero, território (entre outros), conduzia a imagens sobre a juventude que justificavam ações de controle e vigilância. Mesmo quando ainda não era compreendida enquanto categoria social de estudo e de políticas públicas, a juventude já estava inserida na lógica normativa de governo das cidades através da imagem problemática e desviante, sendo tal ótica enfatizada em uma juventude marcada pela pobreza e pela complexidade das questões de desigualdade de classe em nosso país (TOMMASI, 2014).

Toda essa configuração se reflete no cenário das políticas que se destinam à

juventude, principalmente a partir da década de 90, com a emergência do discurso de um Estado que posiciona estrategicamente o jovem como ator social importante para a governabilidade e garantia de direitos (CASTRO; AQUINO, 2008; MATTOS; CASTRO, 2009). A juventude desponta, portanto, como um grupo social potencial para a revitalização da participação, em um momento no qual a sociedade civil é convocada para um resgate e (re)construção de uma cidadania participativa.

2.1 O campo das políticas públicas para a juventude

Nas últimas décadas, a população jovem entrou para o rol das populações com intervenções públicas e privadas específicas, incluindo ações do governo federal e programas que tem como produção políticas públicas voltadas para esta parcela da população. Também em estudos acadêmicos, a juventude ganhou espaço nos últimos 20 anos, caracterizando uma área que recebe investimentos técnico-científicos (TOMMASI, 2014).

No plano dos indicadores que conduzem as ações em políticas públicas e desenham uma parte do cenário que se relaciona à juventude contemporânea, o Fundo de População das Nações Unidas (2014) aponta que a geração atual está próxima da marca de 1,8 bilhão de jovens, em uma população mundial de 7,3 bilhões de pessoas. Tal configuração traz particularidades e desafios para as ações que, de alguma maneira, destinam-se a esta parcela da população.

Segundo Sposito e Carrano (2003) e Cassab (2007), no rol das ações que começam a se dedicar à temática da juventude, as primeiras especificamente destinadas à população jovem (anteriormente os jovens eram alcançados – ou não – pelas políticas para a população geral) vieram da área da saúde, principalmente pelo foco na prevenção das DST/HIV/Aids, uso de álcool e outras drogas e gravidez precoce. Já a partir da década de 90, a temática da criminalidade chega até a agenda das políticas públicas relacionadas à juventude, dado o crescimento do número de mortes de jovens, ou por eles protagonizadas.

Portanto, da sistematização destas preocupações que já vinham ocupando a cena das estratégias pensadas para a população jovem, surgem os programas governamentais que se dedicam à temática da juventude e que reconhecem os/as jovens, principalmente a partir da década de 90, como atores sociais relevantes para a transformação e construção de uma cidadania participativa. Como produções deste momento advêm o Plano Nacional de Juventude, de 2004; a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005. Tais resultados surgem a partir da reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, mais especificamente, sobre a necessária abordagem das temáticas relacionadas a este campo (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012; TOMMASI, 2012).

Uma nova conjuntura se apresenta, portanto, instaurando o campo denominado como políticas públicas de juventude que, de acordo com a Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], incorporam um conjunto de estratégias com um recorte geracional que colocam os jovens como sujeitos de direitos e como alvo de atenção e atuação. Tais ações têm como prerrogativa inicial articular propostas voltadas especificamente para o público jovem; possibilitar a participação na formulação de políticas; e ter impacto na condição de vida destes/as (CASTRO; AQUINO, 2008).

Neste sentido, a juventude ora tomada como desviante, adquire contornos de revitalização social, ou seja, o/a jovem passa a ser visto como possível solução, por conta de seu potencial criador e renovador, assumindo lugar relevante como possibilidade de transformação e desenvolvimento social (TOMMASI, 2014). No entanto, esta noção que inscreve a juventude em um nível positivo e revitalizador está, muitas vezes, condicionada a uma parcela elitizada, ou encontra limitações quando se depara com as complexidades impostas pela situação de pobreza, construindo a ideia de que existiria uma juventude capaz de contribuir para o desenvolvimento social e outra tomada como alvo de controle e cerceamento, por ocupar uma posição marginalizada.

Contudo, Kerbauy (2005) chama a atenção para o fato de a elaboração de ações e estratégias voltadas para demandas do público jovem não estabelecer relação direta com a criação de políticas públicas, tendo em vista que inicialmente se configura mais como um “conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada” (p. 193). Além disso, vale lembrar novamente o alerta feito por Tommasi (2014), sobre a possível apropriação da diversidade da juventude mais como aproximação enquanto modos de governo, do que propriamente como reconhecimento das múltiplas experiências.

Assim, as práticas de setorização das políticas de juventude, muitas vezes, estão mais a serviço de criar políticas de governo, do que efetivamente políticas públicas. Ou seja, destinam-se a funções “reparatórias e compensatórias” (KERBAUY, 2005, p.194) que podem operar lógicas utilitaristas sobre a condição juvenil. Neste sentido, por mais que os avanços na organização de um campo de políticas públicas com temáticas específicas concernentes à população jovem brasileira sejam significativos, ainda há uma fragilidade na institucionalização dessas políticas, principalmente no que concerne à participação ativa dos jovens e das jovens na construção das mesmas.

Além da dimensão de participação da juventude – que será discutida no próximo tópico deste capítulo – é preciso compreender que há uma diversidade de perspectivas e orientações no campo das políticas de juventude, que está também sujeita às lógicas de financiamento e prioridades em meio às políticas para outros segmentos populacionais.

Toda essa conformação transforma a maneira com que as políticas públicas passam a se apropriar da juventude, instaurando um olhar mais expressivo sobre a categoria. Contudo, torna-se relevante refletir sobre as posições construídas nesta

arena de relações, tendo em vista que a possibilidade de participação pode operar tanto no sentido de alterar o cenário posto, quanto de manter e legitimar hierarquias.

3 | ENTRE SER PROTAGONISTA E OS PROCESSOS DE TUTELA: JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O contexto abordado até o momento possibilita o reconhecimento de demandas específicas que, de certa forma, rompem com a noção de incompletude ou de desvio social atrelada à juventude, mas também revelam certa apropriação estratégica deste público. Para além dos programas governamentais, as políticas sobre a juventude também são constituídas por meio da participação política, mas vale lembrar que a reflexão sobre a dimensão do que seria efetivamente participar e quais as condições de realização desta participação, também deve ser incluída no bojo das discussões.

O funcionamento das lógicas que sustentam as dinâmicas de participação e os efeitos destas na construção de posicionamentos para a política, muitas vezes, podem operar mecanismos de (in)visibilidade para o discurso da experiência juvenil (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). A este fato, parte das vezes, é atribuída causalidade que busca nas questões individuais, em uma visão naturalizante sobre o desenvolvimento dos/as jovens, ou em uma existência a-política em sociedade, as justificativas para a continuidade dos silenciamentos sobre a juventude.

Neste sentido, autores e autoras abordam este nó entre as concepções construídas sobre a juventude e as (im)possibilidades de participação política desta. Tais argumentações levantam a necessidade de encontrar e/ou fomentar caminhos de participação que questionem o lugar de “efemeridade” e inconsequência da juventude, possibilitando irromper uma real condição política de jovens neste cenário. Mayorga, Castro e Prado (2012) questionam a apropriação das temáticas de juventude e política, no nível da experiência e da participação, vistas a partir de um único sentido. A complexidade e dinâmica da vida política, dos processos democráticos e de seus sentidos, não deveriam permitir que as concepções da participação fossem engessadas em esquemas que, ora abordam a juventude como esperança e renovação, ora a incutem o peso da decepção pela apatia frente à política.

Assim, torna-se necessário fazer o exercício de escapar das justificativas que centralizam-se na ausência de participação política, a fim de questionarmos as formas possíveis de atuação em um sistema com tensões constantes entre o reconhecimento dos dissensos na arena política e a manutenção de um regime consensual que neutraliza os conflitos. Neste exercício reflexivo, entende-se que a ideia de protagonismo da juventude entra em cena como elemento de destaque.

A posição de protagonista, que usualmente é entendida como personagem principal ao redor do qual os acontecimentos e tramas se desenvolvem, aqui será entendida também como concepção que forja a participação política a partir de uma

dimensão de incentivo e incremento governamental, no domínio das políticas públicas. Portanto, cabe problematizar os meios pelos quais o protagonismo passou a ser compreendido mais como elemento técnico que pode operacionalizar mecanismos de gestão, do que como a concepção original de uma posição de destaque no cenário político.

De acordo com Carrano (2012, p.88), a expressão protagonismo juvenil “durante toda a última década assumiu um caráter mobilizador e operacional orientando a elaboração de documentos e a narrativa de técnicos de instituições governamentais e da sociedade civil orientadas para o trabalho com jovens”. Neste sentido, Tommasi (2014) ressalta que a noção de protagonismo traz, em geral, um foco voltado para a promoção de capacidades, construindo o que pode ser visto como uma “boa cidadania” (p. 297), onde compromisso e solidariedade são considerados pilares.

No contexto contemporâneo, a dimensão de protagonismo e, mais especificamente o que diz respeito ao protagonismo juvenil, encontra-se atravessada por uma ideia pedagogizante sobre os sujeitos conduzindo, muitas vezes, a práticas esvaziadas de conteúdo político e que localizam a juventude como pseudo protagonista (CARRANO, 2012). Esta condição também acontece como reflexo da organização política do Brasil que, apesar de ter em seus princípios a participação e controle social como bases para a sua gestão, tem significativas fragilidades na condução e efetivação deste direito (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

Assim, há a produção do que Mayorga e Nascimento (2009) chamam de “retórica da participação”. Ou seja, cria-se uma situação na qual, muitas vezes, o chamado para a participação política, ao invés de atuar no sentido de garantir o direito e a cidadania, assumindo sua forma crítica, se encontra “camuflado” por uma sedução ou mesmo manipulação por conta da obrigação legal para execução da política pública. Nestes casos, algumas vezes o que está em jogo são interesses institucionais ou lógicas de conformação que engendram silenciamentos, fazendo funcionar uma estratégia de regulação da participação que pode se modificar de acordo com os interesses governamentais (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

Em se tratando da participação da juventude no processo político, alguns fatores atuam como agravantes. As noções de protagonismo juvenil e de risco social, são frequentes nos documentos governamentais e não governamentais de programas destinados a este segmento populacional. No entanto, conforme destacam Sposito e Carrano (2003, p.31), é preciso considerar que “essas ideias foram marcadas mais por apelo social do que conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude”, ou seja, tais enunciações sobre a juventude acabaram se tornando modos de simplificação de realidades complexas, ou mesmo funcionando como mecanismos de tradução da realidade juvenil para acesso a financiamentos de projetos. A utilização desta noção pode parecer auto-explicativa e produzir um pseudo aprofundamento na discussão, até o momento em que nos colocamos a refletir sobre o compromisso de seu significado (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Sob tais construções, situam-se justificativas que legitimam processos de gestão sobre a juventude. Concepções que compreendem o crescimento populacional da juventude, visto como um “bônus demográfico”, por exemplo, contribuem para que haja uma mudança estratégica na visão sobre a população jovem, passando de um aspecto negativo e como alvo de controle, para uma dimensão que destaca o potencial para a transformação da realidade social.

De acordo com a UNFPA (2014), para que se efetivem as características da juventude como potencial, é preciso que os governos assumam a criação de um ambiente político positivo, elaborando e implementando políticas que promovam a participação juvenil nas decisões pessoais e políticas, pois aí estaria a “diferença entre uma tendência demográfica que puxa as economias para baixo e uma que as faz deslanchar – através do bônus demográfico” (UNFPA, 2014, p. 14). Essa mudança estratégica na visão sobre a juventude desencadeia, como consequência, algumas atribuições políticas como a necessidade de investimento em educação; a delimitação geracional nas políticas públicas; e o incentivo a participação desses jovens na esfera política, alimentando a noção de protagonismo juvenil (CASTRO; AQUINO, 2008).

Percebe-se, portanto, que a capacidade de agência do Estado sobre a atuação da juventude começa a despontar como potencial para a gestão de uma população economicamente ativa – e interessante para o governo – cujas práticas de participação política que possam emergir, devem ser objeto de governamento. Nesse sentido, a inquietação vista como própria da juventude pode ser tomada como positiva, quando bem gerida e conduzida por representações, governamentais ou não, que assumem a voz sobre esta parcela da população.

Porém, as contingências e transformações sociais vêm denunciando as limitações destes modos de perceber a juventude. Tommasi (2014) propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de entender o protagonismo forjado pelas agências que se dedicam à questão juvenil, onde os jovens passam a ser parte da solução, mas como aliados do Estado. Nesta direção, Mayorga, Castro e Prado (2012) ponderam:

Aqui, as lógicas institucionais impelem suas dinâmicas participativas a partir de capacidades específicas para a política, exigindo praticamente um processo de iniciação, o qual deslegitima a experiência juvenil como discurso válido, exigindo níveis de capacitação e tutoria que regulam as formas participativas de tal forma que indicam, na maioria das experiências, que a fala da juventude não pode ser validada a não ser como uma moratória. Caberia ao jovem, nesse contexto, portanto, o lugar exclusivo do aprendiz? (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012, p. 264).

Reproduz-se, portanto, uma participação que é incentivada, desde que ajustada por modos já hierarquizados. Assim, autoriza-se uma dimensão de tutela sobre a juventude que encontra terreno fértil na concepção de protagonismo, que legitima lógicas de pedagogia sobre condutas e incidem práticas de aprendizado para a atuação pública.

Contrariando ações que apostam em uma pedagogização de condutas e formas

de controle e regulação da participação juvenil, emergem posicionamentos que questionam a normatização consensual e oportunizam processos de subjetivação que tem, justamente na possibilidade de ação política, seu potencial de reconfiguração sensível. Neste sentido, esta subjetivação está relacionada às possibilidades de participação na arena sócio-política (MATTOS; CASTRO, 2009).

4 | AS FORMAÇÕES COLETIVAS COMO POTENCIAL DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Através do caminho argumentativo traçado, é possível apontar que a participação no âmbito das políticas públicas, ao mesmo tempo em que convoca para a atuação e possibilita vislumbrar uma posição de protagonista, também engendra mecanismos que, de certa forma, submetem os processos participativos às formas de gestão do Estado.

Neste sentido e, visando discutir brevemente tal inferência a partir de um recorte da realidade, serão relacionados neste tópico, alguns pontos de uma pesquisa realizada a partir da metodologia etnográfica, nos anos de 2014 a 2017, junto a jovens que vivem com HIV/Aids no Brasil e que se organizam no formato de redes, com objetivo de participação política e acolhimento de outros jovens, frente ao cenário da epidemia.

As ações coletivas encontram sustentação potencial no sentido de pautar sua atuação e promover a participação política de forma crítica e consciente. No caso em questão, as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids organizam-se no sentido de levantar suas demandas frente ao governo, no intuito de viabilizar ações mais aproximadas de suas realidades.

Cabe ressaltar que aqui nos interessa compreender a participação que vem como efeito do processo de subjetivação política, abrindo espaço para a elaboração de estratégias para mobilização de recursos e o reconhecimento do caráter marcadamente histórico e opressivo de determinadas relações, muitas vezes, denunciando a própria organização social que lhe vê como problema (PRADO, 2001; MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

A política, neste caso, pode ser entendida enquanto um campo de práticas e discursos que transformam modos de ser e fazer política(o). Mais especificamente a partir da leitura de Jacques Rancière (1996a), o campo político é composto por um encontro de forças entre o que o autor denomina de polícia e política. Quanto à polícia, Rancière (1996a) argumenta que se trata de um regime que orchestra as condições de (in)visibilidade e de dizibilidade no espaço comum, ou seja, organiza as lógicas de distribuição sensível entre as partes do comum, que engendram hierarquias. A definição dos lugares e das partes na sociedade torna-se, portanto, responsabilidade do regime policial e, a partir deste espectro, quando os espaços e tempos encontram-se previamente delimitados, quando a naturalização das formas e processos encontra-

se instalada, não há política, mas sim polícia.

No entanto, a política seria a outra força presente neste campo, estando desvinculada de uma relação direta com o aparato estatal. A política, na perspectiva de Rancière (1996a) tem função de abalo na ordem sensível, produzindo fissuras a partir das quais outros modos de subjetivação tornam-se possíveis.

Assim, é a partir da subjetivação que emerge, conforme ressalta Pellejero (2009, p. 21), a possibilidade de “dar visibilidade a coisas que não tinham, e abrir um espaço onde a gente considerada apenas boa para trabalhar descobre em si uma potência para falar e atuar conjuntamente”, ocasionando, possivelmente, a existência do sujeito político. A política é então, promotora dessa relação de igualdade entre todos e qualquer um, desde que seja conferida enquanto um processo de verificação que emerge na fissura causada por um dano que se instala com o dissenso.

A produção operada por este processo se desdobra em subjetivação que, na perspectiva de Rancière (1996a), não é qualquer subjetivação, mas sim a que se faz política, em sua forma disruptiva. O autor não acredita que se possa dizer sobre a subjetivação política através de uma ontologia da individuação, ou seja, a subjetivação política não se refere às práticas de cuidado de si, no nível individual, nem mesmo estritamente ligado ao que se diria coletivo. A subjetivação denota a partilha, a lacuna com relação à identidade (RANCIÈRE, 2009).

Desta forma, o dissenso aparece como elemento fundamental para a emergência da política e, como consequência, para o processo de subjetivação política. E é neste entremeio que as redes de articulação coletiva da juventude, tem relevante potencial no sentido de fomentar a participação e ocasionar fissuras nos modelos predeterminados de se “fazer política”. Isto pois, estas redes operam fissuras na composição hegemônica das hierarquias, fazendo emergir os dissensos que assumem posição de questionamento de modelos e denunciam invisibilidades.

De acordo com Rancière (1996a), o processo de subjetivação política faz emergir uma fissura, instaurada a partir de um dissenso que rompe com os regimes policiais de regulamentação e normalização. Assim, compreende-se que a participação social da juventude pode se traduzir em processo de subjetivação, mas não sem considerar os embaraços e contingências que inviabilizam esta ação, instaurando processos de gestão do protagonismo e legitimação da tutela da juventude.

Haja vista tais considerações, alguns aspectos aparecem como significativos para sustentar essa discussão. Tomando o recorte que se refere às Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil, de forma pontual para a finalização deste capítulo, serão sumarizados alguns acontecimentos que podem ser levantados como exemplos para as análises, tais como: a relação de “descrédito” vinculada à participação política da juventude; a condição de aprendiz associada à imagem da juventude; o aspecto formativo do ativismo e seus desdobramentos enquanto gestão de condutas; a cooptação do Estado sobre o protagonismo jovem; entre outros.

Como exemplo, em campo de pesquisa foram frequentes as narrativas que

apontavam uma “falta de maturidade” por parte dos jovens para lidar com as questões políticas. Relatos como: “*Nós temos uma imaturidade política. Se a gente não entende as políticas públicas, não vamos conseguir avançar*”; “*Ainda estamos personificando o movimento*”; “*A gente tem que entender os espaços para poder ocupar*” demonstram a reflexão sobre a função e as posições ocupadas pelos jovens e pelas jovens que se articulam em rede em prol de uma luta coletiva no âmbito público e, neste caso, mais especificamente no contexto do HIV/Aids. Compreende-se, também, uma ponderação acerca da maturidade e do conhecimento sobre os processos envolvidos na participação política e no enfrentamento de questões que os/as afligem.

Em distintos momentos, foi comum ouvir dos/as próprios/as jovens a expressão: “*na Rede de Jovens é sempre assim*”, inferindo uma certa instabilidade no trato com as demandas e uma reafirmação do descrédito com relação à condução das ações. Tal postura fortalece uma visão que fragiliza o potencial político das redes e demarca uma posição de dúvida quanto à sua (in)capacidade de executar as atribuições vinculadas ao que denominam de “momento político”. Ou seja, os conflitos existentes no processo político das Redes, são compreendidos como algo que não coaduna com o “modo correto de se fazer política”, pois parece equivocada diante de modelos (adultocêntricos) reconhecidos por sua atuação. Neste momento, não há um posicionamento sobre a possibilidade de, justamente esta forma de ação política, se configurar como um outro modo de ação, um modo que denuncia os agenciamentos e se recusa ao enquadramento.

O que ressaltamos com esse recorte, é que a ideia de imaturidade e descrédito sobre a juventude pode servir como uma inversão ao instaurar a cena polêmica. Ao mesmo tempo em que as justificativas sobre o modo como jovens fazem a política aparecem apoiadas na ideia de excentricidade juvenil, também surgem as possibilidades de instalação do dano que oportuniza brechas na configuração estética sensível (RANCIÈRE, 1996a).

Machado (2013) aponta que é a partir da nomeação de uma polêmica, na publicização de um conflito, em contraposição a uma ordem policial que funciona no sentido de normatizar e delimitar o sensível compartilhado, que a política vai desnaturalizar categorias já hierarquizadas. Na inversão proposta acima, no que se refere ao efeito da atuação da juventude, o aparecimento do dano tem potencial de abalar a ordem. Porém, logo é regulado pela lógica policial, que fixa identidades, neutraliza o dano e infere que as práticas da juventude seriam, de certa forma, equivocadas, dentro dos moldes de se fazer política.

Assim, o convite ao enquadramento é constantemente lembrado pela dinâmica do consenso que, segundo Rancière, (1996b, p. 379) “não quer mais sujeitos divididos e divisores característicos da política. Em seu lugar, quer partes reais do corpo social, corpos e grupamentos de corpos claramente enumeráveis, claramente constituídos em sua identidade”. Nas cenas observadas em campo de pesquisa, o que escapa das regras de funcionamento previamente estabelecidas, continua em posição periférica,

até que retorne ao lugar de invisibilidade. Produz-se, portanto, uma situação na qual uma organização supostamente harmônica se sobrepõe e se impõe, mesmo quando as informalidades denunciam os caminhos paralelos que levam ao conflito.

Assim, instala-se uma relação de tensão existente entre a modulação realizada pela polícia e o litígio ensejado pela política. Contudo, as argumentações levantadas neste capítulo assumem a aposta de que é neste entremeio que oportunizam-se caminhos para resistências que operam outros modos de subjetivação. Nas relações onde a política – no sentido de ruptura – se faz presente, produzem-se lacunas a partir das quais emergem possibilidades de invenção de outras existências.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de amarrar considerações que ensejam uma conclusão momentânea para as complexas discussões apresentadas, é necessário pautar que assumimos uma posição de que as relações sociais não se produzem de forma asséptica, mas sim marcada pela conjuntura histórica, política, cultural e econômica de seu contexto. Desta forma, torna-se ainda mais significativa a atenção para a relevância de se capturar as formas de ação política que se produzem no cotidiano que, muitas vezes, podem reinventar a política.

Neste sentido, cabe compreender que somente reproduzir meios de se fazer política pautados em modelos socialmente legitimados e naturalizados, pode negar as possibilidades de invenção provenientes de experiências outras, principalmente no que se refere à atuação da juventude. Como fora abordado, as diversas concepções sobre esta categoria, incidem práticas distintas, tanto de valorização, quanto de gestão desta população e, forjam lógicas de invisibilidade para os processos de participação juvenil que não estejam atrelados a uma condição de tutela.

A tutela dos jovens reproduz as hierarquias do modelo adultocêntrico e forja processos de agenciamento da participação apoiados em uma ideia de aprendiz e de iniciação na política. No entanto, apropriar-se da política escapa da dimensão única da “capacitação”, ou mesmo do incentivo à participação e aponta para o processo de subjetivação política, que ultrapassa a lógica do “protagonismo como emblema” e promove afetações das experiências no coletivo, nos conflitos cotidianos e no trato com a organização da sociedade.

O recorte apresentado como ilustração, contribui no sentido de problematizar como, no movimento das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, podem despontar outras possibilidades da política e como as dinâmicas entre formalidade e informalidade também configuram-se nos embates entre manutenção do regime policial e efervescência da ruptura. Por isso, torna-se necessário fomentar ações que questionem as possibilidades de participação jovem na arena sócio-política, pautando estratégias para o reconhecimento das opressões históricas e a emergência de novos

modos de subjetivação política.

REFERÊNCIAS

CARRANO, P. A participação Social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, v. XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

CASSAB, M. A. Juventude e políticas públicas nos anos 1990: a produção de territórios em Juiz de Fora-MG. **III Jornada Internacional de políticas públicas**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

CASTRO, J; AQUINO, L. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2008.

UNFPA. **O Poder de 1,8 bilhão**: adolescentes, jovens e a transformação do futuro. Brasília: UNFPA. 2014.

KERBAUY, M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, v.18, n.19, p. 193-203, 2005.

MACHADO, F.V. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. **Psicologia Política**, v.13, n.27, p. 261-280, 2013.

MATTOS, A; CASTRO, L. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social**, v.193, n.XLIV, p. 797-823, 2009.

MAYORGA, Claudia; NASCIMENTO, Rubens. Dinâmicas da transformação social: Reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. In: MAYORGA, C; RASERA, E; PEREIRA, M. (orgs). **Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. Curitiba: Juruá, 2009.

MAYORGA, C; CASTRO, L; PRADO, M.A.M. (orgs). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: JEFFERY, M; KOLLER, S. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: CFP, 2002

PELLEJERO, E. A lição do aluno: uma introdução à obra de Jacques Rancière. **Saberes**, v.2, n.3, p. 18-30, 2009.

PRADO, M.A.M. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v.1, n.1, p. 149-172, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora.34, 1996a.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (org). **A crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. (2. ed). São Paulo: Editora 34, 2009

SPOSITO, M; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

TOMMASI, L. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. **Dilemas: Revista de Estudos de conflito e controle social**, v.5, n.1, p. 101-129, 2012.

TOMMASI, L. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v.6, p. 287-311, 2014.

WAISELFISZ, J.ja. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flasco, 2016.

MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMINISTA NO ENFRENTAMENTO DA HUMILHAÇÃO SOCIAL

Mariana Luciano Afonso

RESUMO: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa em Psicologia Social, em fase final. Discute-se a opressão política das mulheres - ou a desigualdade de gênero – enquanto um problema social e histórico de graves consequências objetivas e subjetivas. É gerador de uma modalidade de sofrimento coletivamente compartilhado: a humilhação social, um sofrimento ancestral e repetido. São apresentadas estratégias de enfrentamento da humilhação social, alcançadas e praticadas por mulheres que participam de um movimento social feminista: a Marcha Mundial das Mulheres. Os métodos utilizados orientam-se pelos pressupostos da pesquisa qualitativa em Psicologia Social. Como resultados iniciais, observamos momentos marcantes nas trajetórias de vida das depoentes em que elas relatam formas distintas de vivenciar e enfrentar a humilhação social.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; humilhação social; memória; enfrentamento.

ABSTRACT: The present work is the result of a research in progress in Social Psychology. The political oppression of women - or gender inequality - is discussed as a social and historical problem of serious objective and subjective

consequences. It generates a collectively shared mode of suffering: social humiliation, an ancestral and repeated suffering. Strategies for coping with social humiliation practiced by women who participate in a feminist social movement are presented. The feminist social movement is the World March of Women. The methods used are guided by the presuppositions of qualitative research in Social Psychology. As initial results, we observe striking moments in the life trajectories of the deponents in which they report different ways of experiencing and facing social humiliation.

KEYWORDS: Women; social humiliation; memory; coping.

O presente texto é fruto de uma pesquisa de doutorado em fase final e visa apresentar de maneira sintética algumas reflexões baseadas em seus resultados parciais. O texto está estruturado em três partes.

Na primeira seção busca-se realizar algumas considerações teóricas sobre o sofrimento psicológico causado por estruturas sociais desiguais – que são produzidas pelo (e contribuem para a manutenção do) sistema socioeconômico capitalista, que por sua vez é racista e patriarcal.

Na segunda parte do texto apresenta-se o

método utilizado na pesquisa. Na terceira seção é realizada uma breve apresentação inicial dos resultados parciais da pesquisa.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS: OPRESSÃO FEMININA, SOFRIMENTO PSICOLÓGICO E HUMILHAÇÃO SOCIAL

Estruturas sociais econômicas e políticas desiguais, além de perpetuarem opressões e injustiças, causam intenso sofrimento psicológico. Em 1846, a partir da leitura de Jacques Peuchet, Karl Marx ainda jovem, escreveu um breve ensaio sobre o suicídio chamando a atenção para determinações sociais deste fenômeno que ainda hoje é, tantas vezes, enxergado apenas – ou predominantemente - de maneira individualizada. Tampouco o suicídio é tratado pelo autor exclusivamente como fruto de *atos sociais* alheios e exteriores aos sujeitos; mas sim como resultado da interação de homens e mulheres com as estruturas sociais, de maneira dialética.

Dos quatro casos de suicídio discutidos por Marx (2008), três foram de mulheres. É possível extrair dessa obra o intenso sofrimento vivenciado por essas mulheres como fruto da ordem patriarcal, esse sofrimento, em sua expressão máxima, culmina no suicídio. Dos casos analisados, é possível considerar que a dor e angústia daquelas mulheres relacionavam-se principalmente aos seguintes elementos: impossibilidade de decidir sobre o próprio corpo, não tendo acesso a direitos sexuais e reprodutivos que poderiam possibilitar o direito ao aborto no caso de uma gravidez indesejada; culpa e condenação moral relacionadas ao exercício da sexualidade (de uma jovem com seu noivo um dia antes do casamento); vigilância, controle e cerceamento de liberdade uma jovem esposa pelo ciúme de seu marido.

Embora o texto de Marx (2008) tenha sido escrito há mais de 170 anos, percebe-se uma atualidade muito grande nesses elementos que até hoje constituem a dominação-exploração das mulheres – termo que utilizamos aqui tal como em Saffioti (2011) -, sendo geradores de forte sofrimento psicológico.

A desigualdade de gênero tem em seu cerne o patriarcado, conceito que aqui empregamos como em Saffioti (2011) onde é estendido às sociedades em que seja notável o poder dos homens enquanto categoria social, o que então pode abranger sociedades tão diversas quanto as sociedades clássicas da antiguidade e as sociedades urbano-industriais contemporâneas, as sociedades africanas e as sociedades mulçumanas. Segundo Narvaz & Koller (2006), o patriarcado assinala uma forma de organização social na qual as relações institucionais são regidas por ao menos dois princípios: as mulheres estão, hierarquicamente, subordinadas aos homens e os jovens estão, hierarquicamente, subordinados aos homens mais velhos. Segundo as autoras, a supremacia masculina acompanhou um maior valor atribuído às atividades masculinas em detrimento das femininas, legitimou o controle dos corpos e

da sexualidade femininas, refreou ou eliminou a participação das mulheres no governo do trabalho ou da cidade, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais os homens têm prerrogativas e vantagens: “As diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são manifestação de relações de poder historicamente desiguais” (p.51). Dessa forma, o patriarcado não abrange apenas a esfera familiar, atravessando a sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2011).

Em estudo sobre famílias e patriarcado, Narvaz & Koller (2006, p.55) afirmam: “A despeito das conquistas sociais e legais das mulheres, papéis e relações assentadas em discriminações e desigualdades de gênero permanecem neste novo século e invadem as ciências, as artes, a política; invadem, enfim, a cotidianidade de nossas vidas”.

Gonçalves Filho (1998) acentua o impedimento político e a reificação de pessoa como constituintes da humilhação social. A desigualdade de gênero faz com que as mulheres vivenciem esses dois fenômenos: o impedimento político, pois, historicamente subordinadas, sofrem continuamente interdições de ação e de palavra; e a reificação, uma vez que são frequentemente tratadas como coisas quando reduzidas a corpos disponíveis, expostos ao abuso. Desta forma, pode-se falar nesta modalidade de sofrimento que é político, ancestral, compartilhado por pessoas de um grupo longamente subordinado, um sofrimento também psicológico, pois afinal atinge e constrange o corpo e o psiquismo: a humilhação social.

Especificamente sobre a humilhação feminina, Gonçalves Filho (2003, p. 197) chamou atenção sobre situações socialmente divididas pelas mulheres:

(...) quando neutralizadas por seus pais, irmãos e maridos, por seus professores e seus chefes, quando ouvidas como peças domésticas ou por condescendência sexual, quando tidas por reclamonas previsíveis, sem voto ou incluídas nos negócios de governo apenas como mais um soldado alinhado.

Mulheres lutaram e lutam contra posições e discursos em que ficaram inferiorizadas. As mulheres, assim como os negros, não são sujeitos passivos, especialmente junto de seus iguais, como quando organizados em movimentos sociais:

Produzir contrarrepresentações, outras representações, que não reduzam a objetividade da condição negra e feminina às tentativas de lhe construir enquanto negatividade, tem sido parte da luta dos movimentos negros e do movimento de mulheres (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 78).

Desta forma, busca-se analisar as estratégias de enfrentamento da humilhação social, alcançadas e praticadas por mulheres que participam de um movimento social feminista: a Marcha Mundial das Mulheres.

Tendo em vista as diferentes formas de ser mulher e suas relações intrínsecas com outros marcadores sociais da diferença (especialmente com os de raça e classe), os mesmos também tem sido levados em consideração na análise dos depoimentos. Para isto, apoiamo-nos em conceitos como os do *nó de gênero*, de Saffioti (2011); de

interseccionalidade (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016); e de *cosubstancialidade* (KERGOAT, 2010), que preveem imbricações das relações de gênero com as de raça e classe.

2 | MÉTODO

Os métodos utilizados orientam-se pelos pressupostos da pesquisa qualitativa em Psicologia Social: foram realizadas observações participantes em núcleos e atividades da Marcha Mundial das Mulheres; estão sendo analisados textos e documentos produzidos por este movimento social; e entrevistas de longa duração que colhem as histórias de vida das depoentes através do trabalho da memória. Foram realizadas entrevistas de longa duração com oito mulheres.

Nas entrevistas combinam-se perguntas exploratórias e livres relatos orais de história de vida, de modo a deixar as entrevistadas logo à vontade para explorarem nossas questões como desejarem, de maneira aberta e orientadas pela memória mais do que por nós. Os dados recolhidos dessas diferentes fontes estão sendo organizados e analisados de maneira independente e cruzada.

3 | APRESENTAÇÃO INICIAL DOS RESULTADOS

Como resultados preliminares, observamos diferentes momentos nas trajetórias de vida das entrevistadas, em que as depoentes relatam formas distintas de vivenciar e enfrentar a humilhação social.

O enfrentamento da humilhação social vivida por mulheres parece poder ganhar três formas: o enfrentamento solitário; o recurso cotidiano a parceiras com quem dividir e interpretar angústias; e o incurso em formas igualitárias de convivência, colaboração e luta, visto como capaz de conquistar direitos. Temos encontrado o primeiro e segundo tipos de enfrentamento nas trajetórias de mulheres antes de sua inserção na Marcha e o terceiro tipo depois da inserção.

As mulheres que ouvimos parecem ter alcançado identidade que contrasta com aquela trazida antes de sua inserção na Marcha e, portanto, numa forma política de enfrentamento de humilhação social; a nova identidade terá dependido da participação em lutas coletivas contra opressões de gênero e, em muitos casos, contra opressões de raça e de classe.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, A. R. (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas inteseccionais**. São Paulo: Boitempo. 2016.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Humilhação Social – Um problema político em Psicologia**. Revista Psicologia USP, v. 9, n. 2. São Paulo. 1998

_____. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK A. (org.) **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez. 2003. p. 193-239.

KERGOAT, D. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estudos, n. 86. São Paulo. 2010. p. 93-103.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrimo o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das Representações Sociais. In: ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 69 – 82.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./abr. 2006, p. 49-55.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ENFRENTAMENTOS, RESISTÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS NOS RAPS DO GRUPO REALIDADE NEGRA DO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Renata Câmara Spinelli

Pós-Graduação da Faculdade de Educação da
USP – FEUSP, linha Psicologia e Educação -
mestre
São Paulo – SP

utilizado como veículo, quando se apresentam
como **guerreiros** na constituição do quilombo
PALAVRAS-CHAVE: territorialidade, quilombo,
identidade, racismo, análise discursiva

RESUMO: O artigo trata de um estudo de caso que teve por sujeitos os componentes da banda de rap “Realidade Negra”, formada por moradores do Quilombo do Campinho da Independência, na cidade de Paraty, entre 2012 e 2015. Além de entrevistas com os autores, foram feitas análises das letras dos raps compostos por eles, utilizando o método da análise textual discursiva. Tais canções, gravadas no CD “É prus guerreiro a missão”, de 2009, revelam suas lutas cotidianas, seus modos de se constituírem como quilombolas e suas propostas de resistências. No presente texto buscamos apresentar expressões e contextos de seus discursos cuja territorialidade se compõe como eixo central para a nova organização comunitária. Entre diversas considerações, observamos em seus discursos uma **dimensão política** (que é também social), uma **dimensão social** (que é também política) na denúncia da segregação; uma dimensão econômica, relativa ao alto índice de desemprego entre os jovens do quilombo, sua luta contra o destino de violência e drogas e, ainda, uma **dimensão simbólica** em seu compromisso com o rap,

ABSTRACT: This article is a case study of the subjects of the rap band “Realidade Negra”, formed by the dwellers of Quilombo do Campinho da Independência, in the city of Paraty, between 2012 and 2015. Beyond interviews with the authors, we proceeded the analysis of the rap lyrics they had composed by means of the method of discursive textual analysis. Such songs, recorded in their CD “É prus guerreiro a missão”, from 2009, reveal their daily struggle, their ways of being quilombolas and their proposals to resist. In this text we intended to present expressions and contexts of their discourses in which their territoriality (sense of land) composes the main core for their community organization. Among several considerations, we can notice in their discourses a political dimension (also social), a social dimension (also political) in their denouncement of segregation; an economical dimension related to the high rate of unemployment among the youth in the quilombo, their struggle against the fate of violence and drugs and, at last, a symbolic dimension in their commitment to rap, used as a vehicle when they present themselves

like warriors to build up the quilombo.

KEYWORDS: territoriality, quilombo, identity, racism, discourse analysis

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se de um texto expandido do resumo de mesmo título aprovado para apresentação de recorte da experiência de pesquisa no “Quilombo do Campinho da Independência” em Paraty-RJ, ao Grupo de Trabalho “**Relações pessoa-ambiente: territorialidades e produção de espaços de resistência**”, coordenado por Monique Araújo de Medeiros Brito, Nikolas Olekszechen e Tadeu Mattos Farias, contemplando trabalhos que pudessem “situar-se na interface entre Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Ambiental e Psicologia Política” para a edição do *XIX Encontro Nacional da ABRAPSO - Democracia Participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*, realizado de 01 a 04 de novembro de 2017 na Universidade Federal de Uberlândia em Minas Gerais.

Este capítulo constitui-se de um recorte da experiência de pesquisa baseada na Dissertação de Mestrado: “Grupo Realidade Negra do Quilombo do Campinho da Independência: o rap na formação da juventude negra”, de 2016, na FEUSP. Trata-se de pesquisa que teve como sujeitos os integrantes da banda de rap formada por jovens moradores do quilombo situado na cidade de Paraty, Rio de Janeiro, entre os anos de 2012 e 2015. Foram feitas a análise de das letras de seus raps e de suas falas sobre os temas que abordaram nos raps. Tais canções, gravadas no CD “É prus guerreiro a missão”, de 2009, a partir de um show celebrando 10 anos da titulação do quilombo – o primeiro a obter a titulação no estado do Rio de Janeiro - revelam suas lutas cotidianas, seus modos de se compreenderem como quilombolas e suas propostas de resistências.

*Dez anos se passaram da grande conquista / Quando teve aqui a negra Benedita
(Romero canta) Mulher guerreira símbolo de vitória / Em noventa e nove mudou
nossa história (Romero canta)*

(Canção Terra de Quilombo)

A pesquisa foi realizada principalmente mediante entrevistas e conversas regulares com os compositores do grupo o MC Mano Romero e o MC Nelhão, principalmente. Como se sabe, MC, no rap, bem como em outras manifestações do *hip-hop*, significa Mestre de Cerimônia. Segundo Rocha et al, (2001 p. 145), MC [é] a abreviatura de *master of ceremony* (mestre de cerimônias).

Na pesquisa, a observação de sua singularidade nos encaminhou, principalmente através de seus raps, para seus modos de ver e viver seu contexto, o que parte de sua negritude e o que esta condição lhes impõe, sua vida comunitária rural, o desenvolvimento do acesso ao turismo no local, seu esforço cotidiano, sua organização

para formar jovens para um modo de ser quilombola.

Entendemos que a vida da comunidade pode revelar-se no discurso singular, quando formas de expressão particulares lançam luz ao contexto. Nosso método de pesquisa delineou-se, assim, como um estudo de caso de caráter exploratório em função da singularidade. Por outro lado as canções do CD nos permitiram alguma análise e interpretação do contexto, visando compreender a poética do rap como um discurso possível de resistência – as letras das músicas servindo como oportunidade para abordagem dos temas emergidos da pesquisa de campo.

A leitura e escuta repetida das canções baseou-se na proposta de Moraes (2003) para a constituição do método da **Análise Textual Discursiva**, quando o foco é a “compreensão” do conteúdo, e o excesso de leitura e escuta, a verdadeira imersão, faz surgir “tempestades de luz”, tal como insights de compreensão do objeto analisado. (MORAES, 2003, p.191).

No presente artigo apresentamos uma breve informação sobre o Quilombo e sobre o Grupo Realidade Negra e seus componentes. Em seguida, buscamos enfatizar a compreensão da noção de identidade e de territorialidade conforme literatura encontrada iluminando os temas encontrados em trechos das letras das canções.

2 | QUILOMBO DO CAMPINHO E PARATY

*Eu tô ligado o que acontece aqui (trecho cantado por Nelhão e às vezes a dupla)
Sem treta e sem tiro a parada é curtir / (Nelhão e Romero falam: Ai!!)
Eu peço a Deus que ilumine minha comunidade (2 MCs cantam e gritinhos da plateia)
Trazendo mais cultura e menos malandragem
Rapaziada firmeza trabalha com honestidade (2 MCs cantam)/ Campinho (2 MCs cantam)
minha comunidade / venha conhecer e fique à vontade (2 MCs cantam) Não tem criminoso aqui (2 MCs cantam)/ nem muito menos criminalidade
Refrão (2x)
Quilombo do Campinho eu vou dizer como é (Kelly canta)/ Se liga aí, e acredita quem quiser
De um lado é o asfalto do outro é chão de terra (2 MCs cantam)/ Esse é o Quilombo conheço a galera
(Canção Quilombo do Campinho)*

O Quilombo do Campinho da Independência, a aproximadamente 10 quilômetros da cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, situa-se na Rodovia Rio-Santos, km 584, em Paraty, cidade turística. Quem visita o Quilombo, entrando por uma estradinha de terra, ao sair da rodovia, logo encontra um restaurante. Seu cardápio tem grande parte de produtos de extração ou da roça local, revelando esforço empreendido na economia de subsistência e agroecologia do Quilombo. É um quilombo com características rurais, aberto a visitas turísticas programadas geridas pela associação de moradores; nessas

visitas programadas os moradores organizam apresentações de jongo, contação de histórias pelos *griots* (conhecidos como contadores de histórias na África e entre os quilombolas), visitas à roça e venda de artesanato. Nessas histórias os moradores contam que a formação do quilombo foi marcada por três mulheres: “Vovó Antonica, tia Marcelina e Tia Luiza que, quase como figuras matriarcais, conduziram o processo de afirmação da terra quilombola.”

Terra de preto (cantado por MC Romero)/ assim que é (2 MCs cantam)
Quem poderia imaginar que tudo isso começou através de três ‘mulheres’
(Canção quilombo do campinho)

Hoje lá vivem aproximadamente 500 habitantes de “cerca de 150 famílias em 287 hectares de terras organizados em 13 núcleos familiares”, conforme extraído do panfleto que divulga seu “Roteiro Etno-ecológico – Turismo Cultural de Base Comunitária”, s/d. Há uma escola no Campinho que só os ensina até a 4ª. Série, compondo uma história de descontinuidades para seus moradores. A escola não se faz presente com a mesma força que a formação informal no quilombo. Os componentes do RN entendem que há uma situação social praticamente naturalizada em todas as esferas, instituições, e nas relações sociais cotidianas que revela a permanência do negro fora dos espaços sociais valorizados.

Não entregamos ao sistema como muitos fazem (Mano Romero canta) / Quando vão perceber
já era já é tarde (2 MCs cantam)/ Aqui o povo luta forte cheio de determinação
Quilombo do Campinho / muita força e união (2 MCs cantam)
(Quilombo do Campinho)

Mesmo sabendo que as dificuldades são constantes (Nelhão canta)
Sem emprego, sem dinheiro é daquele jeito (dupla de MCs canta)
Revolta bate num instante (Nelhão canta) Guerreiro que é guerreiro (Nelhão canta)
não vai se entregar (dupla de MCs canta)
Sabemos que nada é fácil, mas vale a pena tentar (Nelhão canta)
Aqui eu faço a minha parte cumpro minha missão (dupla de MCs canta)
(canção É prus guerreiro a missão)

O Campinho está localizado na Área de Proteção Ambiental - APA - de Cairuçu, ao lado da Serra da Bocaina e inserido em paisagem natural exuberante. Os moradores buscam desenvolver sua potencialidade para acompanhar as oportunidades oferecidas pelo turismo no sentido de atender sua demanda de autossustentabilidade.

Os latifundiários e o poder do capital (Nego Naldo canta)
Querem ver nossa cabeça (Nego Naldo canta)
na página principal
Elegem senadores, deputado tem uma lista (Nego Naldo canta)/ Sustentando a
podridão é a bancada ruralista

A história vai se repetindo só muda o lugar / Em cada quilombo um opressor (Romero canta) tentando nos derrubar

Barragens hidrelétricas, órgão ambiental, / Transposição do Velho Chico, lançamento espacial

Ó o que tá chegando aí cuidado com o pré sal / Em pleno século vinte e um atitude tão hostil Até mesmo a Marinha de Guerra do Brasil /

Invadiu a Marambaia (Nego Naldo canta) sem pena e sem pudor

Isso é filme de ação ou é filme de terror?

(Canção Terra de Quilombo)

Em conversa com Nelhão, certa vez, sobre a origem africana dos negros de Paraty, ele respondeu: “Ah, disseram pra mim que não dá pra saber mais”. Na verdade, houve uma predominância angolana que desembarcou aí para trabalharem nos ciclos do sudeste de ouro e café, mas as próprias migrações internas dificultam tal conhecimento de forma precisa, atualmente, a despeito de pesquisas.

3 | GRUPO REALIDADE NEGRA

Chegamos até aqui com ideia verdadeira (back vocals cantam)

Realidade Negra com mensagem positiva(2 MCs cantam)

Pra quem não nos conhece RN é nossa sigla (back vocals cantam)

Colei também aí veja bem

Segue o trilho como segue o trem

Eu precisava de ideias positivas

Achei no rap um som que incentiva

Então eu perguntei: “Esse som quem conhece?” Foi aí que o mano disse: “Aí, ó, Se chama rap”

Veio pra entrar ativo

Contra o preconceito e também contra o racismo

(Canção Realidade Negra)

Quanto ao nome do grupo, “Realidade Negra”, Mano Romero e Nelhão contaram: “é porque realidade é o que a gente fala e negra é a nossa comunidade”. Em sua singularidade, propõem a transformação positiva da identidade negra.

O grupo iniciou em 2006, algumas pessoas passaram por ele, mas em 2012, no início da pesquisa, a banda tinha 8 (oito) componentes entre 23 e 35 anos de idade: MC Romero e MC Nelhão, os dois MCs; B2 na guitarra, Daw: *Back vocal* e autor de algumas canções e trechos de outras, Body Power: Baixo, AKS no Teclado, Negro Naldo na guitarra e Fábio Black na Percussão. O grupo foi formado com a entrada de Nego Naldo (guitarra), Fabio Black (percussão) e Body Power (baixo) que pertenciam à Banda Ágape, de Música Popular Brasileira. Assim, a banda configurou-se com o uso de instrumentos – só mais recentemente começaram a utilizar também a pick-up,

constituindo um diferencial melodioso o seu uso de instrumentos. A *pick-up*, segundo Rocha (2001, p. 145), é um “toca-discos”. Os rappers referem-se ao uso combinado dos dois pratos em uma *pick-up*, uma herança da disco mobile jamaicana

Os componentes da banda possuem parentesco entre si. Quando se observam os levantamentos das famílias para a titulação dos quilombos, entendemos que laços de consanguinidade demonstram a longa permanência de determinados grupos nos locais. O mesmo acontece com o Grupo Realidade Negra: é uma banda formada principalmente a partir de duas famílias com herança musical – Família Martins e Família Santos. Nego Naldo e AKS contaram que são filhos de um sanfoneiro, As famílias dos Martins e dos Santos tem como ancestrais tocadores de viola e de sanfona.

Os rappers do Grupo Realidade Negra encaminham em suas músicas a vontade de protagonismo apresentando-se como “guerreiros” - em entrevista, Nelhão traduziu seu termo “guerreiro” como aquele que luta “pra fazer a sua” - a partir de sua luta de múltiplas facetas – utilizam sua música na busca de resituarem socialmente ou de se apropriar de diferentes categorias identitárias; e, ao mesmo tempo em que passam pelo processo, propõem-se a construir, junto com os jovens do Campinho, ensinando e aprendendo, uma nova trajetória.

*Guerreiro, guerreira isso é pra quem é
'Nóis' é 'nóis' e sem essa de Zé Mané
(Canção quilombo do campinho)*

Expressam o desejo do desafio de apresentarem suas histórias e vivências como modelos de reflexão para os jovens, por vezes expondo grandes dores vividas por eles mesmos, na busca conjunta da validação de sua própria história, tal qual um resgate de autoestima reeditado sobre valores que consideram fundamentais e que buscam divulgar. Realizam esse processo de um modo ritualizado através de sua produção artístico-musical – apresentam-se como aqueles que falam da realidade, tal como mensageiros – a “realidade”, agora, entendida como uma história real sobre a qual o grupo procura falar, que se fundamenta na “realidade negra” a qual entendem pertencer, opondo-se a uma história “falsa”, por assim dizer, talvez tendenciosa, que relegou ao negro papéis que se alternaram entre a invisibilidade (pelo silenciamento) e a agressão (pelo desprezo, descaso, maltrato e humilhação). Tal realidade nova, então, apresenta-se como um complexo feixe, composto por realidades múltiplas que os atravessam, para a realização de uma luta plural.

Nego Naldo, guitarrista do Grupo e líder da comunidade, em gravação de documentário, relata, exemplificando o processo quilombola em construção:

Então... Paraty teve sua importância na história econômica do país e houve um dado momento em que essa economia quebrou. Então na década de 60 chegaram aqui os rumores de que passaria aqui uma rodovia, chegaria aqui um empreendimento,

então já veio logo a especulação na frente e houve uma pressão muito grande para a expulsão dos quilombolas naquele período e ali abria-se então uma luta pela defesa do território que só se encerrou com a titulação em 21 de março de 1999. (2:26 min no documentário)

Tem uma identidade como Terra de Preto, como família de negros, né, mas esse conceito quilombo não fazia parte do nosso contexto. Eu que sou nascido em 1978, eu tive que entender um dia que eu sou quilombola. Então, assim, a gente deixa essa luta como posseiro, processo de uso capião, e a gente começa a assumir a luta enquanto remanescente de quilombo. E aí a gente começa o nosso processo de organização a dar um passo seguinte pra além da luta da terra, mas começamos a discutir modelo de desenvolvimento e implementação de projetos de desenvolvimento. (grifo nosso, 3:03 min no documentário)

A linha central do nosso trabalho é discutir que modelo de sociedade nós sempre tivemos, pra onde as transformações tem nos levado e o que de fato nós queremos. Então, assim, o consumismo que a televisão prega é um problema porque faz as pessoas acreditarem naquilo que não é realidade, né, então, ou seja, as pessoas estão criando menos galinhas no quintal e comprando mais galinha no mercado e adoecendo naturalmente. (7:45min do documentário)

Eu diria que Campinho hoje faz a luta pra além dos quilombos, porque, por exemplo, hoje, nós lideramos o movimento das comunidades tradicionais da região, tem índios guaranis, tem caiçaras, né, que formam o fórum das comunidades tradicionais da região que vai desde Angra dos Reis a Ubatuba (8:17 min do documentário).

Tem uma molecada do hip-hop do qual eu faço parte hoje tá lançando um CD, um DVD, com muito pouca grana; assim, é acionando as redes, né, a galera dos pontos de cultura fez a captação das imagens, né, então, a galera que voluntariamente aí tá se propondo a montar nosso DVD. Isso só é possível acontecer numa comunidade negra rural quilombola nesse momento político que nós estamos vivendo. Agora, a gente precisa orientar esses avanços porque senão eles se perdem também. Tem momentos de formação, de capacitação, pra usar a parafernália, né, mas eu diria que esses momentos são muito ineficientes porque se a comunidade não tiver um processo de percepção política, né, porque na verdade com isso aí você vai fazer o que você acredita. (grifo nosso, 9:52 min do documentário) - (Documentário com 11:44 min, de onde provém a transcrição. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=N_Kkc44LAmM. Acesso em 28 de março de 2016.

Tal discurso nos auxiliou a compreender a busca local pela categoria identitária quilombola, tal qual entendemos encontrar também na intenção fundamental das letras das canções do RN. Mais do que uma identidade pronta à priori, encontramos um processo de busca identitária. A reflexão de Arruti (2006) acerca dos movimentos da população constarem de processos para o acesso à categoria identitária de remanescente de quilombo trouxe, para a percepção de nossa pesquisa, a importância de sua constatação como processo, de trajetórias, Ainda que, juridicamente, estudos e laudos configurem teoricamente a identidade local de uma comunidade ou agrupamento, para a conquista do título de propriedade e mesmo após ela, os atores, moradores locais, realizam a tarefa de compreenderem-se na condição identitária adquirida.

Tivemos, portanto, a oportunidade de observar o RN como uma geração vindoura

póstitulação buscando apropriar-se da nova identidade como “quilombolas”, de rappers, etc. nos seus moldes locais. Melhor dizendo, a afirmação do pertencimento à comunidade titulada desencadeou um processo de composição identitária, mais do que uma identidade fixa a priori, atribuída pela dimensão, que pudéssemos supor estar pesquisando.

4 I “É PRUS GUERREIRO A MISSÃO” – A IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO SOB MOLDES LOCAIS

Para a reflexão sobre o tema da formação identitária, recorremos às reflexões de Arruti (2006) acerca de seus estudos sobre o Mocambo. O estudo de seu livro permitiu a compreensão da complexidade dos feixes identitários que minha própria pesquisa me encaminhara.

Os membros do RN identificam-se como rappers, jovens, quilombolas e cuidadores do quilombo, paratienses e cariocas, representantes de comunidades tradicionais, pentecostais, rurais, agentes do turismo no Campinho, líderes e sujeitos políticos em sua missão principal de formadores das crianças e dos jovens da comunidade, através da educação informal, sintetizados como “Guerreiros”.

Arruti (2006) compreendeu o conceito de identidade a partir de sua pesquisa como uma “categoria de acesso”. Sua reflexão acerca dos movimentos da população constarem de processos em formação para o acesso à categoria identitária de remanescentes de quilombo trouxe, para a percepção de nossa pesquisa, a importância de sua constatação como trajetórias, tais como observamos nos discursos dos rappers – tanto nas letras das canções, como em seus relatos, como também nos discursos dos moradores da comunidade. Assim, de modo similar, pudemos observar que os autores das letras dos raps eram crianças à época da titulação do Campinho e participam, na verdade até o presente momento, por meio de sua produção poética, da composição do modo local de formação da identidade quilombola.

O título do CD – “É prus guerreiro a missão” - abre uma discussão que parte do cerne da violência – a violência sofrida pelo jovem negro e pela população negra em geral, e as lutas que devem ser travadas pelos guerreiros. O título do CD é também uma canção de apresentação da própria banda, onde se automeiam “guerreiros”, termo que consegue sintetizar o feixe de questões identitárias onde se situa o grupo.

A noção de autoimagem como uma representação de si, como discutida por Novaes (1993) em seu livro “Jogo de Espelhos”, pode nos ajudar a compreender o “guerreiro”, modelo ao mesmo tempo a ser incorporado e ensinado como resultado de uma série de reflexos e refrações que expressam a busca destes rappers de seu novo modo de ser e formar quilombolas

Novaes (1993) escreve:

quando uma sociedade focaliza um outro segmento populacional, ela simultaneamente constitui uma imagem de si própria, a partir da forma como se percebe aos olhos deste outro segmento. É como se o olhar transformasse o *outro* em um espelho, a partir do qual aquele que olha pudesse enxergar a si próprio. Cada *outro*, cada segmento populacional, é um espelho diferente, que reflete imagens diferentes entre si. [...] Estas imagens, que se formam a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro não são, tampouco, imagens estáticas, imunes às mudanças. São exatamente estas imagens refletidas a partir do *outro* que permitem alterações, tanto na minha autoimagem como na minha conduta, e este termo deve ser aqui tomado em seu sentido literal, alterações – as ações que assumo em função do outro. (NOVAES, 1993, p.107-108)

Tal recurso de imagens em transformação e que dependem de outros olhares revela a importância da noção de sinais diacríticos para que, em um contexto singular de pesquisa, como no caso das canções dos rappers quilombolas do Campinho, possamos entrever as múltiplas representações de categorias identitárias que querem pleitear, se apropriar, transformar, e cujos diálogos parecem se dar em reflexos e refrações, onde a constituição da representação de si mesmos como “rappers guerreiros”, na canção que se segue, pudesse ser compreendida como um amálgama. Desta forma, a noção de guerreiro ultrapassaria a simplicidade da noção de amalgamento de modelos, para se apresentar como uma autoimagem viva, em diálogo não só com as demais comunidades do entorno geográfico, mas, principalmente, em múltiplos diálogos com múltiplos atores de agrupamentos da sociedade brasileira.

Este outro, que permite o jogo de reflexos e refrações, pode ser muito bem entendido a partir de Frantz Fanon (2008), que no Capítulo V de sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”, de 1952, apresenta o singular Outro de sua experiência vivida. É um “Outro” histórico que naturaliza o racismo no Brasil, a partir do seu modo de olhar o negro. Este Outro situa o negro socialmente. O Outro de Fanon inicia-se com “O” maiúsculo e refere-se ao olhar branco que sempre busca retirá-lo do lugar, constantemente retirando a humanidade do negro com seus comentários. É aquele que diz: “Olhe, um preto! [...] Mamãe, olhe o preto, estou com medo!” (FANON, 2008, p.104). Sobre esse Outro da oposição, cuja tecnologia de comportamento oposicionista e racista fora aprendida, incorporada e repetida, encontramos ainda em Fanon, negro que relata sua experiência tão singular e tão ampla:

Nessa época, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, com o branco que impiedosamente me aprisionava, eu me distanciei para longe, para muito longe do meu estar-aqui, constituindo-me como objeto. O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? No entanto, eu não queria esta reconsideração, esta esquematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Gostaria de ter chegado puro e jovem em um mundo nosso, ajudando a edificá-lo conjuntamente. (FANON, 2008, p.106)

Distante de tudo e de todos né meu truta (meu parceiro, segundo o autor da letra MC Romero)

Andava na rua motivo de mal olhado

Não aceitava a forma que era tratado

...
Só que eu olho a maioria é minha raça que tá no presídio
Morto por tiro maior parte parece comigo

...
Senhor de Engenho, Barão, Rei do Café
Querem fazer de tudo para não me ver em pé

...
Honre a sua raça, honre a sua cor
Realidade Negra (RN e K2) eu sou quem sou
Honre a sua raça, honre a sua cor
Realidade Negra 100% Negro
(Canção 100% negro)

Para além do Outro que revela o racismo estruturante da sociedade e que os determina todo o tempo, Novaes (1993, pp. 24-25) entende que o conceito de identidade “deve ser investigado... porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam.”, e que a identidade “é invocada sempre que um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente submetido”. Escreve que a identidade “surge como recurso para a criação de um *nós coletivo*”, que “só pode ser evocada no plano do discurso” e que “se refere a uma identidade (igualdade) que, efetivamente, nunca se verifica, mas que é um recurso indispensável do nosso sistema de representações”. Pelas semelhanças, Novaes escreve que “um grupo qualquer, numa situação de confronto e de minoria, terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação”.

Buscamos compreender o racismo como incrustado nas bases estruturais da sociedade brasileira, como afirma Souza (2014):

... não se pode colocar a questão do negro apenas como exemplo da diversidade étnica, ao lado da questão indígena ou dos povos ciganos; nem como mera questão de diferenças, como a questão de gênero ou das minorias sexuais. Nem mesmo apenas como um aspecto do debate sobre classe social. Principalmente porque **a questão do negro brasileiro é fundante, estrutural; está fincada no ponto histórico em que no Brasil a diferença se transmutou em iniquidade. A sombra escravista permite meditar sobre algo mais do que a origem da distribuição desigual das riquezas na sociedade de classes. A tortura persistente, a insuficiência de pesquisas sobre a subjetividade dos grupos oprimidos, a violência repressiva, a resistência ao desvendamento do passado histórico, são só alguns exemplos.** (grifo nosso, SOUZA, 2014, p. 5)

Segundo Costa (2012), a respeito das desigualdades materiais e simbólicas:

O racismo, por assim dizer, estrutura o estado brasileiro. Ele é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividas pelo povo brasileiro. Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e os vínculos amistosos), de liberdade, de lugar (ou não lugar) onde morar, a forma de morrer, etc. Afeta a possibilidade de os negros garantirem o presente, planejarem o futuro, realizarem sonhos, satisfazerem necessidades. Também afeta as condições materiais e simbólicas dos brancos

que, de maneira geral, usufruem das situações mais privilegiadas. (COSTA, 2012, p. 17)

Ao se compreenderem e se formarem como quilombolas, compreendemos que procuram transformar o modo como a identidade negra situa-se historicamente; procuram formar a juventude do seu quilombo naquilo que ainda está em processo de constituição; se apresentam como rappers pleiteando seu pertencimento identitário, ao mesmo tempo – e contraditoriamente – ao grupo de rappers no campo da denúncia das desigualdades e inconformidades e ao grupo de rappers evangélicos, cuja característica transforma o rap em seu caráter ordenador das paixões, da comunidade – e assim buscam a aceitação do grupo religioso para seu veículo. Quanto às questões religiosas, observamos continuidades e descontinuidades (Silva, 2005, 2006, 2007).

O guerreiro, aparentemente uma identidade mas um espectro, apresenta-se, a nosso ver, como a incorporação de um modelo de herói quilombola, e outros heróis, produzindo uma autoimagem para si e para os nossos sujeitos políticos do Campinho. Portanto, categorias sobrepostas, por vezes contraditórias, em diferentes planos.

*O RN tá aqui falando pra todos ouvir
Que o Brasil tem quilombo do Oiapoque a Chuí Se liga aí moleque, o futuro já chegou Nelhao E o zumbi de hoje é você, nego, é você nego!
É você Negô, É você Nega! (com o coro, todos juntos cantam várias vezes)
O Zumbi de hoje são vocês! (Fala Romero)
E aí, berimbau, canta aí pra nós ouvir ! (Nelhão fala)
É desse jeito! (Nelhão fala) Ahn! Hu!
É Som de quilombola, mano!
É isso aí!
É você, nego! É você, nega! Salve rapaziada! (Nego Naldo fala)
Nunca se esqueça disso, nunca se esqueça disso! (Romero fala)
(Canção Terra de Quilombo)*

*Realidade Negra tá chegando na cena (Romero canta)
Sempre no corre esse é o nosso lema (dupla de MCs canta)
Pra somar é desse jeito (dupla de MCs canta)
cheio de disposição (Romero canta)
Eu quero te dizer (dupla de MCs canta)
é 'prus' guerreiro a missão (Romero canta)
Correndo enquanto é tempo (dupla de MCs canta)
(Canção É prus guerreiro a missão)*

O Grupo propõe modos de enfrentamento para a criança e os jovens por meio da autoestima a partir da valorização de aspectos de sua cultura, o que fazem também a partir do resgate da memória. Ecléa Bosi (2003, p.31) escreve sobre a memória em seu livro “O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social”:

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço

e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo sobre a memória.

Mello e Souza (2008) escreveu sobre a memória, a propósito das festas tradicionais, mas que compreendemos oportuno para o contexto: “A memória é uma forma de continuidade do passado no presente e liga-se à tradição, que no entender de Halbwachs é a memória coletiva de cada sociedade. Toda lembrança é produzida na malha social em que está o sujeito, seu ponto de referência que permite que ele se situe no mundo. A memória individual, portanto, não é suficiente para o ato de lembrar, sendo a lembrança apoiada nos dados e noções comuns ao grupo. A memória coletiva e a memória individual mantêm uma interdependência, estão em relação contínua, e o indivíduo participa das duas. Para evocar seu passado o homem frequentemente tem necessidade de apelar para a lembrança dos outros, para ponto de referência fora dele, recorrendo a acontecimentos vividos indiretamente, emprestados, e ampliáveis através do contato com novas informações. A memória individual se apoia na coletiva, que é mais ampla. Enquanto uma é interna, pessoal, autobiográfica, a outra é social, histórica, mas uma não existe sem a outra, uma se apoia na outra.” (MELLO E SOUZA, 2008, p. 27)

Os quilombolas também buscam afirmar-se como **sujeitos políticos** desejando construir seu modo de serem líderes, de serem quilombolas, de serem religiosos sob moldes modernos. Como **paratienses e cariocas** buscam o acesso aos direitos sociais, como à empregabilidade, ao acesso ao estudo, à saúde, às outras condições sociais fundamentais, realizando solicitações aos órgãos públicos de todas as esferas, federal, estadual e municipal (como a colocação do radar na rodovia, por exemplo) e, inclusive, ao acesso ao consumo controlado. Assim, registram a luta pela sobrevivência em uma comunidade rural, “correndo atrás” das oportunidades possíveis de trabalho, também fora do Campinho. Baseiam-se em conteúdos educativos, religiosos, de controle das paixões, de alegria, vida e valorização comunitária, apreciação da família, valorização dos amigos, respeito aos antepassados e suas lutas, sentimentos de amor, de saudades, de indignação com a violência e força para enfrentá-la. Na verdade, demonstram que só ter conquistado a titulação não basta. Essas identidades em construção transitam e, para os jovens do Campinho há um processo múltiplo a ser cumprido para o alcance do novo estatuto. Assim entendemos as bases do modelo do “guerreiro”.

Vimos do Quilombo pra passar informação (todos do RN)

Não desista porque é 'prus' guerreiro a missão

Vimos do Quilombo pra passar informação

Se liga Jão é 'prus' guerreiro a missão

Observa-se que o Grupo Realidade Negra procura realizar um processo de

educação/formação da juventude de seu quilombo utilizando a noção de conscientização (Freire, 1979), com a qual, na mesma medida em que constroem sua identidade quilombola singular, educam e formam os jovens sob mesmas diretrizes.

O crime está a cada dia crescendo (dupla de MCs canta)
O mundo tá louco (dupla de MCs canta)
e os irmãos tão morrendo (Romero canta)
Pra viver nele tem que ter coragem (dupla de MCs canta)
E no governo (Romero canta)
tá cheio de crocodilagem¹ (dupla de MCs canta)
Um querendo (Romero canta) ganhar mais que o outro (dupla de MCs canta)
Enquanto muita gente (Romero canta) vivendo no sufoco (dupla de MCs canta)
Você não sabe em quem vai acreditar (Romero canta)
'morô' (dupla de MCs canta)
Dá vontade de rasgar (Romero canta)
seu título de eleitor (dupla de MCs canta)
Tantos candidatos que parece ser bom (dupla de MCs canta)
De repente (Romero canta)
ele é preso por corrupção (dupla de MCs canta)
Percebeu como tá o mundo? (Romero canta)
Não vamos rebaixar a isso aí (dupla de MCs canta)
(Canção “É prus guerreiro a missão)

Segundo Rocha et al (Ibidem, 2001, p.143), “crocodilagem é traição”, bem como “traíragem” e assim também entendem os rappers do RN. E assim, a partir da missão dos guerreiros, o grupo compõe a dimensão simbólica de sua luta identitária.

5 | TERRITORIALIDADE

Quilombo do Campinho chegou lá, mas segue nessa luta (Nelhão canta)
Por causa dos irmãos que estão nessa disputa (Nelhão canta)
Pra garantir seu território ameaçado por grileiro (Romero canta)
Mais de cinco mil quilombos em todo solo brasileiro (Romero canta)
(Canção Terra de Quilombo)

No presente texto buscamos apresentar extratos dos raps cuja territorialidade se compõe como eixo central para a nova organização do quilombo. Assim como Arruti (2006), entendemos que o termo territorialidade implica-se com a categoria identidade a partir de pessoas que buscam justificar a posse ou o acesso à terra a partir do estabelecido pelas dimensões jurídica, administrativa, antropológica, sociológica - sendo que tais abordagens nem sempre confluem em propósitos comuns. As constelações de temas que surgem em seus discursos nos permitiram compreender o

1

eixo central da negritude, territorialidade e identidade indissociáveis em seus pleitos.

Sobre a dimensão simbólica do quilombo, muito encontrada em letras de rap, encontramos a interpretação de Carril (2015):

O quilombo representado pelo rap traduz uma identidade de resistência e alude a um território de liberdade de expressão, construído sobre um determinado código cultural que traduz sua forma de ser e de manifestar os excluídos da prosperidade e das oportunidades sociais. A segregação territorial é convertida em outra territorialidade dificilmente compreendida pelos que não a vivenciam. São identidades de um viver específico do território expressas pela linguagem do rap, a partir dos despossuídos, moradores que constroem um imaginário de resistência, construído historicamente. (CARRIL, 2015, pp. 161-162)

No refrão da canção Terra de Quilombo, encontramos: “Terra pra ‘plantá’, café pra ‘coiê’ / O negro ‘trabáia’ pra sobrevivê”, um ponto de capoeira com um ritmo que integra berimbau e atabaque incorporado ao rap - um rap de afirmação identitária que se dá no entrecruzamento de questões etnorraciais, luta de classes, relações sociais e econômicas internas e com o entorno, luta por demarcação territorial e invocação da força ancestral, novamente um resgate da memória.

*Hoje tá em suas mãos a responsabilidade
Cuide da sua terra, da sua comunidade
E quando fraquejá olhe para sua história
Com muita fé em Deus acredite na vitória
Acredite irmão na vitória
(Terra de Quilombo)*

Na trajetória do grupo, encontramos histórias de cisões, fissuras, ceifamentos, e ações integradoras ou reparadoras, de sutura e cura, formadoras, educadoras, palavras de alento, esperança e fé, formando principalmente as crianças. E assim a comunidade encaminha-se para a apropriação ou, pelo menos, para responsabilizar-se por sua nova territorialidade. As implicações referentes ao chão titulado arremessam os quilombolas à procura de um novo campo de possibilidades e direitos, ao mesmo tempo.

Firmam-se no lastro da territorialidade e da ancestralidade e compõem um lugar de luta que retoma a autoestima como força motora a partir da qual a emancipação pode se dar para toda a comunidade e outras comunidades tradicionais. Sua luta é orientada para a busca de reconhecimento e emancipação em resposta à dominação, desrespeito e exclusão do povo negro. Acima de tudo, buscam enfrentar e liderar o processo com a representação simbólica de “guerreiros” herdeiros da força de luta de Zumbi, e como tais buscam orientar os caminhos de luta “para o povo preto” (canção “Sou quem sou 100% negro”). Assim, quanto à identidade de remanescente de quilombo, procuram construí-la sobre os valores explicitados em suas canções, em meio ao processo de apropriação das múltiplas categorias identitárias em que estão

envolvidos.

6 | CONSIDERAÇÕES

Para o fim deste artigo, que gerou reflexões sobre o que entendemos como considerações possíveis, recuperamos alguns extratos de raps e discursos que pudessem **expressar seus enfrentamentos e resistências** – suas lutas contra faces da violência agrupados em dimensões, não necessariamente excludentes: observamos uma **dimensão política** (que é também social) em seu enfrentamento ao apresentarem a imagem de “um sistema” ao que devem enfrentar – tal dimensão envolve a ausência do Estado no seu espaço territorial ou próximo a ele, já que não lhes são oferecidas instituições educacionais e de formação para além da 4^a. série; além disso, o pouco oferecimento, à época de suas composições de letras, de acesso a cuidados da saúde; e, em terceiro, a luta territorial contra grileiros, grandes capitais e posseiros que buscam desterritorializá-los de seu espaço, risco que correm mesmo após sua titulação. Encontramos, ainda, uma **dimensão social** (que é também política), ao denunciarem a segregação vivida – em suas marcas subjetivas e em sua vida prática - como resultado do racismo em primeiro lugar; em segundo, da alta desempregabilidade enfrentada (devido à baixa oferta de empregos formais bem remunerados, por racismo e/ou pouca escolaridade); ou, em terceiro, em função de destino traçado para o jovem negro como o uso e tráfico de drogas, o que também envolve a importância que atribuem a uma educação dos jovens quilombolas para o consumo e controle da ambição. Por fim, compreendem-se como “guerreiros” que se sustentam no cotidiano apesar das dificuldades, denunciando, “não aderindo ao sistema”, valorizando o território, a família e o cotidiano, tomando o espaço da igreja e sua religião protestante para fortalecê-los em sua caminhada e, ainda, utilizando-se de seus raps para formar as crianças e jovens de seu território. Tal formação se dá na busca de conscientizarem os novos guerreiros – segundo o conceito de “conscientização” de Freire (1979). Destarte, entendemos que estamos lidando com uma **dimensão simbólica** – do quilombo-território, da autoimagem de guerreiro, da ancestralidade que honram e da coletividade que querem assegurar construir no (re-)forço de valores comunitários, familiares, morais e éticos para ajudar a formar uma rede (barreira) de proteção contra o esgarçamento a que estão sujeitos – tanto no âmbito global quanto local.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006. 370p. (Coleção Ciências Sociais)

- BOSI, Eclea. "O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social". São Paulo: Ateliê Editorial. (2003)
- CARRIL, Lourdes. O Rap no Quilombo: A Periferia dá seu Tom. In AMARAL, Mônica do. CARRIL, Lourdes (orgs). **O Hip Hop e as Diásporas Africanas na Modernidade: uma discussão contemporânea sobre cultura e educação**. Artigos. 1ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2015. 308p. Pp. 150-163.
- COSTA, Eliane Silvia. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo no Vale do Ribeira**. 2012. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.
- FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 193p.
- FOLDER "Roteiro Etno-Ecológico", Turismo Cultural de Base Comunitária, s/d
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p. *apud* Amaral, 2012b.
- MELLO E SOUZA, Marina de. **Paraty: A Cidade e as Festas**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008, 276p.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: **Revista Ciência & Educação**, v. 9, n.2, p.191-211, 2003.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de si através dos Outros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. 263p.
- QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA, *Roteiro Etno-Ecológico*, Turismo Cultural de Base Comunitária, **catálogo**, s/d (2009?).
- REALIDADE NEGRA: Release_RN-Realidade Negra.pdf – Foxit Reader, s/d (2009?).
- ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. **Hip Hop: A Periferia Grita**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001. 163 p. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/uploads/hip_hop.pdf. Acesso em 07 Abr, 2016
- SILVA, Vagner Gonçalves da. "Entre a Gira de Fé e Jesus de Nazaré: Relações sócioestruturais entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras" In: SILVA, V.G. (org.) - **Intolerância religiosa**. São Paulo, EDUSP. (2007) pp 191-260
- SILVA, Vagner Gonçalves. "Religião e identidade cultural negra: católicos, afro-brasileiros e neopentecostais". In: **Revista Cadernos de Campo**. São Paulo. Departamento de Antropologia da USP, v. 20, jan-dez, 2011.
- SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. O medo de que os negros entrem na escola: a recusa do direito à educação no Brasil. In: AMARAL, Mônica do; CARRIL, Lourdes. (orgs). **O Hip Hop e as Diásporas Africanas na Modernidade: uma discussão contemporânea sobre cultura e educação**. Artigos. Traduções de Renata Câmara Spinelli e Vinicius Puttini, Mônica do Amaral e Claudia Prioste. 1ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2015. 308p.
- SPINELLI, Renata Câmara. Grupo Realidade Negra do Quilombo do Campinho da Independência: o rap na formação da juventude negra. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em

Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2016. 292 p.

WINNICOTT, Donald. **A natureza humana**. Rio de Janeiro: Imago (2000), 222 p.

WINNICOTT, Donald. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago (1975), 203 p.

REFERÊNCIA DE ÁUDIO

REALIDADE NEGRA, CD “É prus guerreiro a missão” ao vivo, novembro de 2009 **Referências de sites**

Música 100% Negro: disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=I5HAExZwJ2k>, acesso em 08 Fev, 2014.

Documentário sobre o Grupo Realidade Negra e o quilombo disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=MuiHB_4nZDU. Acesso em 08 Fev, 2014. (aprox. 27 minutos)

Documentário sobre o Quilombo e sua história, narrado por alguns membros do grupo Realidade Negra e com trilha sonora de suas músicas, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=N_Kkc44LAmM. Acesso em 08 Fev, 2014. (aprox. 11 minutos)

Breve teaser sobre o Grupo Realidade Negra disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=9Z_5CyBeAiw. Acesso em 08 Fev, 2014. (aprox. 1,5 minuto)

Breve teaser sobre o Quilombo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=F1SwUNDTKs>. Acesso em 08 Fev, 2014. (aprox. 1,5 minuto)

Documentário sobre o Quilombo e sua história, narrado por alguns membros do grupo Realidade Negra e com trilha sonora de suas músicas, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=N_Kkc44LAmM. Acesso em 08 Fev, 2014. (aprox. 11 minutos)

Documentário/Reportagem sobre o quilombo fora / dentro: <http://www.youtube.com/watch?v=rNoRmQeCCI8>

RODAS DE CONVERSA DIALÓGICAS: O ESPAÇO DA LIBERDADE PARA DIZER A PALAVRA

Erlândia Silva Pereira

UFU- Universidade Federal de Uberlândia
– Faculdade de Medicina
Uberlândia – MG

Maristela de Souza Pereira

UFU- Universidade Federal de Uberlândia –
Instituto de Psicologia
Uberlândia – MG

Rogério de Melo Costa Pinto

UFU- Universidade Federal de Uberlândia –
Faculdade de Medicina
Uberlândia – MG

Helena Borges Martins da Silva Paro

UFU- Universidade Federal de Uberlândia –
Faculdade de Medicina
Uberlândia – MG

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a estratégia das Rodas de Conversa Dialógica como um método de pesquisa qualitativa e de intervenção. As Rodas de Conversa Dialógicas são uma prática sistematizada de condução de grupos, a partir de reflexões e interlocuções horizontalizadas com os participantes. Ancoradas no pensamento freiriano, constituem-se em uma prática grupal com a finalidade de promoção da saúde do trabalhador. Esse método foi idealizado junto a trabalhadores de saúde de um município mineiro, lotados no Centro de

Controle de Zoonoses – Programa de Controle de Dengue. O convite foi feito pela pesquisadora para o universo de 298 trabalhadores, dos quais 232 agentes de controle de zoonoses voluntariamente se dispuseram a participar. Foram formados grupos com 15 participantes, sendo realizadas 10 rodas com cada grupo, com duração de 120 minutos e intervalo de 30 dias entre elas. No presente texto, apresentamos as premissas que nortearam a prática das Rodas de Conversa Dialógicas e discutimos a metodologia desenvolvida nesse processo. Entendemos que o objetivo das Rodas não é o de oferecer um roteiro no fazer grupal; ao contrário, sua potência está em funcionar como inspiração para a criação de novas metodologias e fazeres, em um processo de luta e de construção coletiva pelo trabalho que acreditamos: práticas de ruptura, de transformação, de promoção de autonomia e de libertação.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Técnicas de Investigação; Saúde do Trabalhador; Promoção em Saúde

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the Dialogical Conversation Wheels strategy as a qualitative and intervention research method. Dialogical Conversation Wheels are a systematized practice to work with groups, based on dialogical reflections

and on dialogues. Anchored in Freirean thinking, they constitute a group practice for the purpose of promoting the health of the worker. This method was constructed with health workers from a municipality in the state of Minas Gerais, Brazil, in the Zoonoses Control Center - Dengue Control Program. The invitation was made by the researcher to the universe of 298 workers, of which 232 agents of control of zoonoses voluntarily were willing to participate on this. Groups with 15 participants were formed, with 10 wheels with each group, lasting 120 minutes and a 30-day interval between them. In the present text, we present the premises that guided the practice of the Dialogical Conversation Wheels and discuss the methodology developed in this process. We understand that the goal of the groups is not to offer a script in group practice; on the contrary, its objective is to act as inspiration for the creation of new methodologies and practices, in a process of struggle and collective construction for the work we believe in: practices of rupture, transformation, promotion of autonomy and liberation.

KEYWORDS: Methodology; Research Techniques; Worker's health; Health Promotion

1 | INTRODUÇÃO

São inúmeros os métodos de pesquisa que se atentam às questões do trabalho e da saúde do trabalhador. A Roda de Conversa Dialógica é uma prática sistematizada e instrumentalizada de fazer grupo a partir de reflexões e interlocução dialógicas, de metodologias grupais e do pensamento freiriano. Busca desenvolver a reflexão do sujeito sobre sua própria realidade; por meio de diálogos, de modo que os sujeitos vão percebendo que não vivem o cotidiano além da imediatez dos fatos (PONTES, 1997). O intercâmbio dialógico gerado pela Roda permite que os sujeitos ampliem sua visão, provocando reflexões sobre o próprio cotidiano, de forma a criar condições para a promoção de saúde.

A Roda de Conversa é uma intervenção inovadora que propicia processos de autonomização do sujeito por via dialógica. Conforme Tengland (2006), a autonomia auxilia as pessoas em suas vivências e constitui o cuidado de si mesmas. É, ainda, um instrumento de investigação que desvela modos de ver: um olhar construído com o sujeito, crítico e ampliado, que se difere por não encerrar as vozes que circulam no espaço da Roda, fazendo a palavra circular no ambiente de horizontalidade, sem a imposição de uma autoridade sobre os demais.

Partindo de referenciais dialógicos, a Roda constroi laços de confiança entre os sujeitos que compartilham informações sobre seu próprio cotidiano; nesse contexto, constituem-se as cadeias dialogadas de invenção, em que as falas se conectam umas às outras, resguardadas as semelhanças e diferenças a elas inerentes. Nesse processo de falar a complexidade do cotidiano, a rede de experiências compartilhadas movimenta processos de reflexão que Freire (1978) identifica como admirar: o sujeito se descola da compreensão primeira dos fatos e vai enriquecendo as muitas

abordagens nas falas dos demais. Deslocado, vê mais do que aquilo que, para ele, sempre foi o mesmo. Quando volta do “ad-mirar” para o coletivo, retorna trazendo o que não via: a sua invenção.

Não há mágicas que anulem os sofrimentos dos sujeitos – permanecerão a desigualdade, a exclusão social, a concentração de renda, dentre outros males sociais. No entanto, por esse método, o sujeito rompe com uma realidade alienadora apoiado pelo grupo, por meio do laço que se tece quando os problemas verbalizados por todos são transitados nos diálogos da Roda.

O objetivo desse artigo é apresentar a Roda de Conversa Dialógica como um metodologia de pesquisa qualitativa e de pesquisa-intervenção, com a finalidade de promoção da saúde do trabalhador.

2 | SAÚDE DO TRABALHADOR E O ATO DE PESQUISAR NO UNIVERSO DO TRABALHO

A Saúde do Trabalhador é um campo de práticas e conhecimentos (Lacaz, 2007), construído por vários autores, considerando a amplitude do tema na sociedade contemporânea. Dentre esses, há aqueles cujos estudos trazem contribuições específicas para a estruturação da Roda de Conversa Dialógica.

Pensar saúde do trabalhador no início do século XIX, época da Revolução Industrial, significava garantir a continuidade e a qualidade no processo de produção das fábricas, visto que os sujeitos se encontravam em um modo acelerado e desumano de trabalho (MENDES e DIAS, 1991). Foi assim que, em 1830, o primeiro serviço de Medicina do Trabalho surge enquanto prática interventiva, ainda que médico-centrada.

No entanto, a prática da medicina do trabalho, ao desconsiderar os determinantes sociais do adoecimento e não se prestar à interdisciplinaridade, logo falhou, inclusive no Brasil. Emergiu, assim, a Saúde Ocupacional, que pretendia considerar os aspectos do ambiente que incidiam sobre o adoecimento dos trabalhadores, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Todavia, essa abordagem também se mostrou limitada e cotinuava a pensar os sujeitos como extensão da fábrica (MENDES e DIAS, 1991).

Pensar saúde do trabalhador deve significar pensar em promoção de saúde, considerando os multifacetados aspectos da vida do sujeito – incluindo os processos de trabalho – a partir de movimentos sociais dos próprios trabalhadores e usuários do serviço de saúde. Estes passam a exigir, a partir da década de 1970, melhoras nas condições de trabalho e no atendimento à saúde, garantindo seus direitos enquanto cidadãos e trabalhadores (MENDES e DIAS, 1991).

Emerge, assim, o campo Saúde do Trabalhador, cuja estratégia se encontra, segundo Mendes & Dias (1991), em um processo mais amplo: o objeto principal de intervenção passa a ser “o processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho” (MENDES e DIAS, 1991, p. 347), de forma atrelada

às responsabilidades do Estado e ao aspectos sociais concretos que perpassam a saúde dos sujeitos. A partir de então, é necessário que os vários profissionais que se envolvem com o cuidado ao trabalhador compreendam esse processo – como e porque ele ocorre – e pensem alternativas de intervenção que busquem não a continuidade ou o aumento da produção dos trabalhadores, mas a apropriação por parte deles de todas as dimensões que os envolvem enquanto sujeitos e trabalhadores.

Assim, de um ambiente de dominação e submissão, o espaço do trabalho tem a oportunidade de se constituir num *lócus* de resistência, de fazeres históricos (MENDES e DIAS, 1991) em que o trabalhador se torna um novo ator social mediante as movimentações políticas, econômicas e sociais que o atravessam (LACAZ, 2007).

A configuração do campo Saúde do Trabalhador envolve, segundo Lacaz (2007), três vetores importantes: a produção acadêmica, a programação em saúde na rede pública e os movimentos dos próprios trabalhadores. Enfoca-se a instrumentalização de estratégias de prevenção de doenças e promoção de saúde, incorporando conhecimentos dos trabalhadores e potencializando suas lutas na melhoria de suas condições de trabalho e na defesa por sua saúde.

Considerando o trabalhador na condição de sujeito ativo, e não um mero objeto ou um recurso presente no local de trabalho, busca-se resgatar seu lado humano, suas potencialidades e sua autonomia, colocando-o como reponsável por mudar as condições que incidem sobre sua saúde e, também, sua realidade no trabalho (LACAZ,2007). Nesse sentido, é como sujeito que se constroi saúde: o trabalhador é capaz de compreender, melhor que ninguém, seu cotidiano, seus processos e, por isso, ajuda a definir os caminhos de seu próprio cuidado. De forma participativa, o sujeito passa a ser visto como dono de um saber válido e como sujeito coletivo, não cabendo, aqui, tutelá-lo ou ensiná-lo de uma posição de saber superior, mas incorporá-lo em seu processo de cuidado (LACAZ,2007).

As ideologias modernas mascaram estratégias aplicadas ao disciplinamento e à adesão dos trabalhadores, colocando-os em posições funcionais para parecer que eles compõem harmonicamente o conjunto da empresa. Entretanto, essas máscaras modernas apenas disfarçam a exploração velada do trabalho: os trabalhadores são chamados de colaboradores, sócios, e a saúde deles é olhada visando à máxima capacidade produtiva dos sujeitos.

Pensar o trabalho inserido em uma sociedade cuja estrutura é capitalista significa pensar que os moldes das relações de trabalho vivenciadas por esses sujeitos têm a característica radical da exploração de sua força de produção. Esse panorama é reflexo da seguinte realidade: trabalhadores submetidos a sofrimentos físicos, psíquicos e relacionados às suas relações sociais, se encontram, muitas vezes, em ambientes precarizados e não acessam por completo, ou simplesmente não têm oportunidade de alcançar, seus direitos sociais. Atualmente, ainda contamos com a depreciação mercantil do trabalho pelas novas leis trabalhistas e a supressão do trabalho vivo, dentre tantas outras questões, que contribuem para o adoecimento.

Abordando esse processo, Seligmann-Silva (2011) afirma que, para se pensar saúde do trabalhador, é necessário que as diferentes formas de dominação e suas trajetórias sejam pensadas em suas relações sociais de trabalho, na tecnologia dos processos de produção e na organização do trabalho e da gestão. Dessa forma, a reflexão há de envolver a mudança, ao longo do tempo e de diferentes contextos políticos, econômicos e socioculturais, da relação entre esses aspectos, correlacionados às forças capital/trabalho. Só assim, portanto, poderíamos dar conta, ainda sem conseguir abarcar tudo, da construção dos processos de trabalho saudáveis e de suas repercussões na mente e na vida dos assalariados.

Marx (2013) toma o trabalho como uma característica essencial do humano, como aquilo que nos diferencia dos animais e que tem por característica ser pensado do começo ao fim por aqueles que o executam. Só a partir da divisão social do trabalho – com a compra da força de trabalho, na lógica capitalista de funcionamento da sociedade – que essa concepção foi modificada de forma brusca: o sujeito não mais tem noção completa, ou sequer tem noção, de seu próprio processo de trabalho, e trabalhar torna-se sinônimo de exploração.

Dessa forma, pesquisar no universo do trabalho se mostra fundamental quando a investigação busca garantir os interesses dos sujeitos que participam da pesquisa e as questões que emergem antes, durante e depois da própria investigação. Considerando essa singularidade investigativa, incluem-se múltiplas variáveis do conhecimento no contexto da relação com os sujeitos envolvidos e o processo torna-se tão enfatizado quanto os resultados (CRESWELL, 2014). Em consonância com Carreiro & Barros: *“As ferramentas são singulares, não podendo ser fixadas e padronizadas para o uso em outras intervenções, para serem replicadas; o foco não é dirigido exclusivamente para os resultados, mas também para o processo de produção desses resultados”* (BARROS; PEREIRA & BARROS, 2017, p. 141).

Quando o sujeito da pesquisa é um trabalhador e a questão central da investigação é o trabalho, outras abordagens estão envolvidas. Para Bendassolli & Gondin (2014) a intervenção no trabalho defende a produção de saberes apoiada na prática para a transformação das situações problematizadoras de trabalho, a potencialização das ações do sujeito e a melhoria das condições de vida do trabalhador.

A pesquisa, assim, move-se em um universo que vai do indivíduo singular até suas relações sociais coletivas. Nos contextos sociais de extrema desigualdade, os sujeitos experimentam muitas privações, que afetam direta e indiretamente seu cotidiano (HELLER, 1989). Os bens da civilidade – produzidos pelo trabalho social, pelos trabalhadores, e que deveriam ser para todos – não conseguem atingir todos os trabalhadores, ou sequer a maioria deles, gerando uma contradição insustentável.

Pensar ações transformadoras pautadas na realidade e no interesse dos trabalhadores enquanto sujeitos ativos pressupõe projetos de intervenção que favoreçam sua criatividade e suas potencialidades humanas, esquivando-se das tradicionais alternativas funcionalistas de produção do conhecimento. Condizente com

a proposta da Roda de Conversa Dialógica, para proporcionar reflexão e transformação do mundo real, enfatizam-se a relação subjetividade-trabalho, a intencionalidade dos atores sociais, o papel fundante do trabalho como atividade concreta de mediação, a importância dos sentidos e das ações do trabalhador e um claro comprometimento do pesquisador (BENDASSOLLI, 2014)

3 | O PERCURSO DAS RODAS DE CONVERSA DIALÓGICAS

Existem várias formas e metodologias de trabalhar com grupos. A Roda de Conversa Dialógica é uma estratégia que valoriza o exercício dialógico na invenção de alternativas coletivamente construídas, em que os trabalhadores se ajudam mutuamente, recuperando sua capacidade de construção de conhecimento, o que nem sempre é feito nos trabalhos de grupos. Para conformar uma base de reflexão e estruturação da metodologia da Roda, alguns autores foram de importante contribuição.

Silvia Lane (1984) percebeu a existência de pelo menos duas perspectivas que envolvem o trabalho com grupos. A primeira objetiva garantir a produtividade dos sujeitos participantes, mantendo a harmonia das relações dentro do grupo e utilizando, para tanto, a divisão de papéis como forma de condução e realização de um grupo. A segunda considera as relações sociais de poder existentes no contexto social em que o grupo se encontra, sendo fundamental seu processo de funcionamento. Borges & Vecchia (2011) defendem essa segunda abordagem, apontando-a como fundamentada pelo materialismo histórico e dialético, cujo início se relaciona com mobilizações sociais ocorridas na época da ditadura militar na América Latina, nos anos 1970. Para o trabalho com essa proposta, é fundamental entender o sujeito como um ser social e histórico e almejar criar ações transformadoras, tornando necessárias intervenções carregadas de uma perspectiva política e socioeconômica que rompam com os paradigmas existentes em nossa sociedade.

Nesse sentido, Martín-Baró (1989) assinala a importância dessas estratégias grupais romperem com, principalmente, três aspectos: parcialidade dos paradigmas predominantes, perspectiva individualista e a-historicismo. Segundo o autor, as relações sociais em que vivemos são consideradas naturalizadas, e isso abarca, inevitavelmente, as relações dentro dos grupos. Dessa situação depreende-se o risco de sermos reducionistas se não considerarmos a história da construção do espaço do grupo para que ele seja pensado e analisado. Outra ação importante é tirar o sujeito do centro das intervenções em grupo, substituindo-o pelas relações sociais ali estabelecidas; de outra forma, as possibilidades de intervenção coletiva seriam restringidas. Essa redução acabaria por naturalizar aquilo que é construído na relação, encerrando a possibilidade de compreensão da ideologia existente por trás da realidade em que vivemos (MARTÍN-BARÓ, 1989).

Ainda, a partir de Heller, Andaló (2010) situa o grupo entre a particularidade e

a totalidade social, colocando como método a exposição das contradições sociais, fundamental para pensar atividades grupais. Também faz uso do termo mediador para nomear a função do grupo, no sentido do resgate dos sujeitos como históricos, culturais e ativos em sua própria constituição. Assim, deixa-se para trás o maniqueísmo dos grupos, como citado por Martín-Baró (1989).

Além das contribuições desses autores, para operacionalizar a Roda buscou-se no pensamento de Paulo Freire (1978) o Círculo de Cultura, quando o autor se apropria do diálogo para a produção de conhecimento com o objetivo de desenvolver a competência de ler e escrever criticamente. Na Roda de Conversa Dialógica, trabalho preconizado em investigação que iniciou-se anteriormente (PEREIRA, 2015) o diálogo produz conhecimentos e reconhecimentos que, criticamente, desvendam as situações cotidianas imobilizadoras do sujeito, sendo essa a característica marcante da Roda. A Roda de Conversa Dialógica surge, no trabalho com grupo, como uma ferramenta social de invenção do cotidiano dos sujeitos, de autonomia e de construção de novas relações e afetos com o outro e com o mundo, onde as diferenças se chocam, a dúvida sobre a verdade proporciona reflexão, ação e, conseqüentemente, transformação no modo como os sujeitos enxergam a si mesmos e à sua realidade. Dessa forma, essa metodologia foi construída junto a trabalhadores de saúde de um município mineiro, lotados no Centro de Controle de Zoonoses – Programa de Controle de Dengue. O convite foi feito pela pesquisadora para o universo de 298 trabalhadores, dos quais 232 agentes de controle de zoonoses voluntariamente se dispuseram a participar. Foram formados grupos com 15 participantes, sendo realizadas 10 rodas com cada grupo, com duração de 120 minutos e intervalo de 30 dias entre elas (em 2016). Essa atividade constituiu o ponto central de uma pesquisa de doutorado, que foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia.

São diversas as características que dizem sobre o público pesquisado: serem trabalhadores que ficam expostos a condições potencializadoras e/ou causadoras de danos à saúde (sol, chuva, periculosidade e insalubridade do território, entre outros); serem pessoas situadas em um ambiente profissional de baixa qualidade no que diz respeito à sua valorização dentro das relações de trabalho; e mais ainda, serem pessoas que vivenciam muitas experiências marcantes em sua jornada de trabalho, mas pouco tem espaço para falar sobre isso. Os agentes de controle de Zoonoses chegam nas casas dos moradores de seu campo de abrangência para fazerem seu trabalho carregando apenas o peso de suas mochilas, e saem tendo que dar conta do peso das diversas questões e problemas, dos mais profundos sofrimentos e dores, físicos ou não, e de muitas outras adversidades que também se encontram com eles quando do encontro com as pessoas que estão sendo visitadas. Ao não terem oportunidade de dizer sobre isso e sobre si mesmos dentro dessa realidade cotidiana, o peso dobra, triplica, e assim por diante, até que esse trabalhador se torne um sujeito adoecido pelas condições físicas, psicológicas e sociais às quais é submetido.

Como uma tentativa de resposta a essa demanda de promoção de saúde dos

trabalhadores, sem a introdução de estratégias alienadoras, mas fomentadoras da criatividade do trabalhador no processo de invenção de alternativas, a Roda como um fazer grupal se diferencia das tradicionais técnicas grupais por ser uma prática opostora ao a-historicismo, funcionalismo e tecnicismo. Assim, a Roda de Conversa Dialógica se constitui enquanto metodologia inédita de intervenção – enquanto meio de promoção de deslocamentos de posições reificadas, de agenciamento de autonomia – e de pesquisa, enquanto busca para construir e qualificar dados contextualizados.

De acordo com Paulo Freire (1996), a autonomia proporciona a liberdade do sujeito em relação a si mesmo, em um processo de humanização das próprias decisões, em que ele assume sua dependência e deixa cair as barreiras que não permitem ao seu próximo que ele seja outro, construindo um ato comunicante, coparticipado, de reflexão crítica e prática. Vivenciar a autonomia, portanto, é poder experimentar de forma responsável um caminho de amadurecimento, de vir a ser com confiança em sua própria história, em um processo a ser vivido com o outro, e não somente consigo mesmo.

Observa-se a potência dessa metodologia no trabalho com grupos que busca ampliar a compreensão dos sujeitos sobre si mesmos, sua singularidade e o contexto em que estão inseridos, proporcionando, como consequência, a possibilidade de transformação, de si mesmos e de sua realidade, o que nem sempre comparece nas técnicas tradicionais.

Considerando o contexto precarizado em que vivem os trabalhadores, a Roda caracteriza-se por oferecer espaço para escuta e fala dessas pessoas sobre como elas se relacionam com seu contexto, considerando-as ativas no processo de sua constituição, por enfatizar a relação subjetividade-trabalho, a intencionalidade dos atores sociais e o papel fundante do trabalho como atividade concreta de mediação (LUKÁCS, 1979); por promover a importância dos sentidos e das ações do trabalhador; por comprometer-se com a importância de se proporcionar reflexão e transformação do mundo real; por apresentar ações transformadoras dos sujeitos e da realidade em que vivem; e por propor uma prática contrária às formas neopositivistas de produção do conhecimento nessa área e de ruptura com a lógica capitalista de relação e de vida.

A Roda se apresenta enquanto uma estrutura de rompimento com o cotidiano massificante daqueles sujeitos: ao formar uma roda, os participantes têm a oportunidade de se olhar e, à medida que a palavra circula nesse espaço, eles adquirem a capacidade de se enxergar, sendo esse um grande diferencial da estratégia empregada. É no grupo enquanto roda que os discursos dos sujeitos ganham a possibilidade de existir de forma válida e de circular por aquele ambiente, encontrando-se com os discursos de outros participantes por meio da mediação da animadora (FREIRE, 1978).

Nesse sentido, Paulo Freire (1978) coloca a construção do mundo comum, ou seja, a (re)construção da realidade, a partir do sujeito e das relações dialógicas que eles estabelecem como possível pela expressão do homem que se humaniza, se reconhece, em um processo em que a palavra tem lugar no encontro e no reconhecimento do

outro, de outra consciência, o que proporciona, por sua vez, o reencontro consigo mesmo e o reconhecimento de si mesmo.

A Roda é realizada de forma contínua. Desse modo, os acontecimentos que surgem em grupo oportunizam ser vivenciados, refletidos, discutidos, dialogados com o outro, com a presença de quem os experienciou. A primeira Roda configura-se como uma conversa de apresentação, em que a animadora conta sobre a prática que será realizada e sobre seu compromisso ético, enquanto mediadora, a respeito de tudo que surgir no grupo. A partir de recursos que os aqueçam para falar de si mesmos, os participantes também têm a oportunidade de se apresentar, de iniciar as partilhas e de estabelecer as relações que têm a potência de se firmar nesse espaço.

Cada Roda de Conversa Dialógica inicia-se com um tema gerador, proveniente do grupo anterior e recuperado das falas dos sujeitos da própria Roda. São questões, inquietações, problemáticas motivadas pelo interesse dos participantes. Apesar da aparente naturalidade com que surgem, os temas que emergem das falas dos participantes são destacados pela animadora, que possui, ao longo desse processo, o papel de desnaturalizar os aspectos enrijecidos e que passam despercebidos naquilo que cotidianamente é dito, mas não é pensado.

As palavras geradoras são, para Freire (2002), justamente aquelas que proporcionam a criação de novas palavras, de cada vez mais reflexões, e que, conseqüentemente, carregam em si a força do engajamento do sujeito, instaurador e transformador de si e do mundo em que vive.

Durante o desenvolvimento da Roda são várias as peculiaridades que explicitam a diferença entre essa metodologia grupal dialógica e outras metodologias grupais reprodutoras de uma lógica encerrada na produtividade e na reprodução de papéis. Nas Rodas a dialogicidade do grupo deve oportunizar que os sujeitos falem e sejam ouvidos. Dessa forma, é apresentada uma ação estimuladora (objeto, música, imagens), que tem uma função significativa e favorece a produção de falas sobre a temática para a qual se dirigiu tal ação. As falas começam a circular, e a animadora conduz a discussão de forma que todos tenham a oportunidade de contar suas histórias. Todos são ouvidos, questionados, escutados. Esse movimento produz uma sinergia entre as falas produzidas ali. Nesse processo, o dito de um enriquece a compreensão do outro, em um percurso contínuo que produz a invenção, resultado da riqueza das muitas falas.

A potência da estrutura da Roda de Conversa Dialógica – o círculo que permite que os sujeitos se enxerguem – não garante, no entanto, que a palavra necessariamente circule. Escutar os sujeitos não significa apenas escutar suas vozes mecanicamente, mas, sim, compreender as relações históricas que existem por trás de suas falas num movimento dialético. Compreender o que os participantes dizem também não significa interpretar, mas espelhar a palavra que é dita como potência, como algo que antes não era dito, visto, escutado, e agora se transforma em conhecimento e invenção.

A animadora espelha a fala que antes não era ouvida e dá oportunidade para que

o trabalhador se reconheça no que ele mesmo diz, se volte para si e para sua condição no mundo e se perceba ativo em seu contexto. Nesse momento, a animadora estimula a recuperação das relações e histórias presentes nas palavras ditas pelos sujeitos e promove articulações horizontais entre o conteúdo discursivo produzido, desinvestindo qualquer posição que verticalize ou acentue valores de alguma fala salvadora. Busca-se, assim, romper com processos hierarquizados e disciplinadores tão presentes nas práticas tradicionais de trabalho com grupos. Dessa forma, o sujeito pode se ver mais transparente, agora com voz, e como pessoa capaz de transformar e inventar um caminho possível: o “*inédito-viável*” (FREIRE, 1978).

No patamar horizontal as palavras ditas podem percorrer o espaço e na Roda de Conversa Dialógica, a animadora ajuda a palavra a circular. A palavra desmembra, desestabiliza, desenrijece, toma outras formas e se refaz ao final, no encerramento da Roda, na busca por entender quais movimentos o coletivo tem feito e o que tem sido comum e diferente em cada encontro; e, ao ser refeita por cada um dos sujeitos e movimentado pela animadora, percorre e atravessa outros membros do grupo.

Se os sujeitos se constituem em relação, quando um trabalhador diz de si mesmo, conseqüentemente está falando de outro, e aquilo que diz oferece ao outro uma visão dele, que ele mesmo não é capaz de enxergar sobre si, do lugar onde está. Ao fazer com que a palavra circule, a animadora possibilita que pontos de vista e afetações dos participantes do grupo, em relação uns aos outros, sejam também circulados e que eles se voltem para si mesmos, a partir do que o outro diz sobre eles, em um movimento dialógico de desconstrução de pensamentos alienados e alienantes.

O que perpassa esse movimento é o vínculo mobilizado nas partilhas mediadas pela animadora. Conhecer a história do outro permite ao participante enxergá-lo de uma forma que antes não era visto. O outro deixa de ser um sujeito estagnado em um estereótipo cuja característica lhe era atribuída segundo a estrutura do seu cargo no trabalho, passando a ser uma pessoa localizada histórica e contextualmente, constituída por diversas outras vozes sociais, que agora têm lugar no grupo.

Quando há liberdade para o diálogo, instala-se um ambiente seguro para o dizer – o sujeito pronuncia a palavra, que é a pronúncia do mundo que revela de si, e se revela para o outro. A palavra, então, mais do que instrumento nesse espaço, proporciona o nascimento da comunicação, tornando-se, em essência, o diálogo (FREIRE, 1978).

O enredo da vida de um sujeito atravessa o discurso da história dos outros; dessa forma, por meio do manejo da animadora, são propostos trabalhos coletivos dentro das atividades da Roda e reflexão entre as diferenças do que é realizado individualmente e do que é realizado em grupo. Diante desse conjunto processual, um coletivo tem a possibilidade de ser criado – não um coletivo reprodutor da massa comum e indiferente, alheio ao seu estar no mundo, mas um coletivo repleto de singularidades, que garantem a alteridade e a relação das inúmeras vozes ali presentes.

Na Roda, a palavra se transforma em ação: a “*palavra oca*” dá lugar à “*palavra verdadeira*” (FREIRE, 1978). A relação com a palavra não acontece de forma descolada

da realidade daquele que diz, mas, ao poder ser dita e refletida da posição de sujeito, é carregada de significação – proveniente da experiência daquele que fala – de historicidade e de capacidade de transformação.

Dessa forma, garantir a singularidade e a alteridade dos sujeitos na Roda exige da animadora o emprego das mediações críticas, movimentando os discursos partilhados de forma que a palavra circule, atravessando os sujeitos e fazendo-os refletir sobre si mesmos, seu estar no mundo, seus pares, suas relações e contradições. A dinâmica da Roda permite ao trabalhador materializar com os seus pares um fazer que, para ele, tem significação. Essa conscientização lhe favorece perceber a realidade não evidenciada nas relações de trabalho, pois estão atravessadas por contradições do capitalismo, em que o trabalhador não se reconhece naquilo que trabalha para produzir.

A conscientização é um instrumento de ação reflexiva em que os sujeitos são partícipes nesse processo de reflexão, capazes de perceber sua realidade e recriá-la. A necessidade da tomada de consciência não teria sentido, pois, sem a percepção por parte dos participantes de que se encontram em um contexto opressor e sem a noção de que são ativos no processo da própria libertação (FREIRE, 1978). Podem, assim, repensar seu processo de trabalho, abrindo brechas para compreenderem os processos de alienação instaurados pelo modo de produção capitalista, que fazem com que o sujeito se aliene pelo trabalho.

No presente estudo, foi possível perceber que os trabalhadores por vezes se veem como um mero número, semelhantemente à quantidade de residências que visitam. Ao refletirem sobre a dureza desse cotidiano, perceberam que não são o número de casas visitadas, que o trabalho deles contribui para a saúde pública, e se valorizar a partir desse olhar. Embora esse ganho seja um ganho subjetivo, sua humanidade é recuperada em detrimento de sua invisibilidade funcional. Na Roda, as vozes ressoavam para além do sujeito, proporcionando-lhe novas visões, abrindo caminhos, ampliando oportunidades para outros contextos de suas vidas. Foi, então, uma vivência suscitadora de vivências e experiências que, na relação entre os participantes e a animadora, e entre os participantes e eles mesmos, promove saúde.

Ao falarmos de saúde, não estão em voga a saúde física e psicológica e os aspectos sociais dos sujeitos de forma isolada, mas a grande teia de relações entre essas esferas, que produzem no sujeito um modo singular de se posicionar frente à sua realidade, de estar em suas relações, de agir em seu cotidiano. A Roda tem efeitos de maior duração, que seguem durante a caminhada dos participantes, que tocam aqueles com quem se encontram, optando pelo caminho que melhor lhe aprouver seguir. Ao deixar um legado para os sujeitos e para aqueles com que se deparam, a Roda permite que os sujeitos escolham entre as possibilidades disponíveis e a velocidade das passadas, resolvam quando parar e quando seguir, pensem sobre com quem querem realizar suas andanças, tenham a oportunidade de voltar atrás e perceber a trajetória que já realizaram, “... com a certeza de que [essa caminhada] é construída por homens que buscam viver. Livres” (MENDES & DIAS (1991, p.348).

O papel do(a) animador(a) não almeja catalisar um pensamento aplicado a todos ou fazer a síntese individual de cada participante, apresentando uma suposta sugestão para seus problemas. O(a) animador(a), como a própria semântica freiriana o revela, desempenha a função de tornar o movimento das palavras ditas em uma circulação criativa, na qual cada participante vai se apropriando dos saberes construídos coletivamente, que se encaixam na sua própria invenção: é o momento do “inédito-viável” inscrito na singularidade de cada um. O(a) animador(a) necessita se inserir no processo, preservando uma ética atenta ao não dito, ao silêncio, aos gestos, aos olhares e a outras manifestações que expressam as singularidades de cada um.

Na observação do processo, o(a) animador(a), muitas vezes, deságua sua observação em vazios que aparentemente não dizem aquilo que está encoberto nas manifestações dos participantes, porque nem tudo é dito, a palavra falta. Quando imersos em múltiplas situações percebidas na Roda, os participantes entram em um estado criativo, que, naquele momento, é o início de sua invenção; logo, o próprio participante – embora lhe falte a palavra, a síntese – já inicia um processo de vislumbrar possibilidades, mesmo que ainda não capturáveis. A invenção singular de cada um, portanto, é um processo em que a ética do(a) animador(a) tem a sensibilidade para perceber e alimentar o movimento criado pelo participante na direção de sua invenção.

Ao escrever sobre esse complexo fenômeno, depara-se com a dificuldade de escrever (simbolizar) essas “frações” do movimento dos participantes, por se apresentarem no que chamamos de um vazio. Vazio por quê? Porque é muito difícil escrever detalhes abstratos que os participantes trazem para a Roda. Os poetas e os músicos dominam com maior habilidade o processo de simbolização de algo que é inventado. Nota-se em cada participante sua partícula sensível e sua potência criativa ao perceber sua capacidade de inventar o que não é dito.

É necessário que o(a) animador(a) esteja presente como alguém que também tem um modo de vida, como todos os outros que estão sendo expostos no grupo e que se encontram em suas diferenças, podendo produzir rupturas em discursos e agires hegemônicos. O que não significa misturar-se, mas colocar todas as existências, inclusive a sua, no patamar mais horizontal possível, destituindo ao máximo as relações de poder que possam ali estar presentes e abrindo espaço para que as vozes sejam ouvidas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso trilhado nas Rodas de Conversa Dialógicas, na pesquisa e na construção dessa estratégia, foi possível notar as particularidades de uma proposta metodológica dinâmica e em contínua (re)construção. Há questões que, por vezes, escapam-nos e fazem-nos continuar refletindo e dando lugar a outros ângulos a serem

investigados. Ainda, há outras questões que dão pistas sobre o que todo esse caminho significa para nós, no movimento dos grupos, das reflexões, do texto e seu contexto, e da circulação dessa experiência por outros atores.

A pesquisa produzida a partir dessa metodologia pode contemplar novos modos de estruturação da Roda em futuros trabalhos. A forma em que as Rodas se organizam acompanha o movimento contextualizado da realidade, pois, em cada momento histórico, são produzidos novos olhares e novas demandas. Para uma metodologia se tornar aplicável no seu tempo, ela deve ter, no conjunto teórico-metodológico de sua estrutura, articulações dialéticas que recuperem o contexto de seu momento de origem. Esse processo gera uma compreensão dialética, em lugar de respostas mecânicas, o que permite entrar em contato com uma visão ampliada e amadurecida sobre a realidade. Dessa forma, uma noção ampliada do cuidado no que se refere à saúde do trabalhador substitui a condição superficial da leitura dos fatos que envolvem o mundo do trabalho.

A escrita desse capítulo, enquanto momento de síntese provisória exige, primeiramente, um recorte, no qual se pretende materializar em texto a estratégia metodológica da Roda de Conversa Dialógica. Dessa forma, outras questões ainda precisam ser pensadas mais profundamente e com mais criticidade: O que significa, efetivamente, promoção da saúde? Tendo clareza teórica sobre esse termo, qual seria a relação entre promoção de saúde e autonomia?

Observou-se que a Roda de Conversa Dialógica não tem o poder messiânico de dar respostas às demandas das necessidades humanas básicas (PEREIRA, 2008), nem condições objetivas do trabalho, visto que, permanentemente, submetem-se às limitações dos aspectos macrossociais da realidade. No entanto, a partilha da palavra e sua circulação geram um ambiente criativo entre os participantes e estabelece oportunidades desses se relacionarem com tal realidade, ampliando olhares e criando possibilidades, o que Freire (1978) chamou de “inédito-viável”.

Obtém-se, assim, uma movimentação que não acontece de acordo com um pedido da instituição ou com aplicação de técnicas de grupo, mas em um processo de construção dos próprios sujeitos. Fica evidente que o cuidado com os trabalhadores permite tanto transformações singulares quanto construções coletivas que potencializam a movimentação de seu contexto, pela apropriação de seu processo de constituição e de trabalho, para promover a saúde.

Defende-se, aqui, a não neutralidade do(a) pesquisador(a) em relação ao seu objeto de pesquisa; inclusive, a história e o contexto do(a) pesquisador(a) influenciam diretamente em todas as escolhas e caminhos da investigação, possibilitando que as intervenções tenham a sensibilidade e a compreensão necessárias para que a Roda aconteça. No presente estudo, se a animadora não fosse também uma trabalhadora, se sua história não fosse assemelhada aos demais e se ela mesma não fosse afetada pelas histórias que ali são contadas, não seria possível a posição de escuta, a capacidade de estranhamento necessária à problematização, a exposição das

contradições e diferenças que possibilitam a circulação de palavras outras que não aquelas que estão naturalizadas.

Por fim, entende-se que o objetivo da Roda de Conversa Dialógica não é o de oferecer um manual no fazer grupal; ao contrário, sua potência está em funcionar como inspiração para a criação de novas metodologias e fazeres, em um processo de luta e de construção coletiva pelo trabalho que acreditamos: práticas de ruptura, de transformação, de promoção de salutogênese, de autonomia e de libertação.

REFERÊNCIAS

Andaló, C. S. A. **Mediação grupal: Uma leitura histórico-cultural**. São Paulo: Ágora, 2010.

Barros, C. R.; Pereira, M. S.; Barros, V. A. Intervenção Psicossociológica no campo do trabalho: pesquisar e intervir. In: Vieira-Silva, M.; Vecchia, M. D.; Paiva, F. S.; Cardoso, L. F. V.; Mazini, J. C.; Machado, M. N. M. **Democracia, política e psicologia social: rupturas e consolidações**. Encontros em Psicologia Social. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2017, p. 139-54.

Bendassolli, P. F.; Gondin, S. M. G. Projeto de Cientificidade das clínicas do trabalho e seus desafios no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. **Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho – Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 3 – 31

Borges, V. V.; Batista, H. O., Dalla Vecchia, M. **Os grupos na produção de conhecimento na Psicologia: uma revisão de literatura**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a19v23n2.pdf>. Acesso em: ago/2018.

Creswell, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

Freire, P. A. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Freire, P. A. **Pedagogia da Autonomia Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

Freire, P. A. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Heller, A. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Lacaz, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Review, 2007; p. 757-766.

Lane, S. T. M. O Processo Grupal. In: Lane, S. T. M; Codó, W. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense; 1984. p. 78-98.

Lukács, G. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

Martín-Baró I. Sistema, grupo y poder. In: **Anais da Psicologia Social desde Centroamérica II**, San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, 1989.

Marx, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mendes, R.; Dias, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Revista de **Saúde Pública**. São Paulo, Review, 1991; p.341-349.

Pereira, P. A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez; 2008.

Pereira, S. E. **Rodas de Conversa: Cuidando do trabalhador, aqui tem a força da palavra**. Curitiba: Prismas, 2015.

Pontes, R. N. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez; 1997.

Seligmann-Silva, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

Tengland, P. **The goals of health work: Quality of life, health and welfare**. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16850196>. Acesso em: ago/2018.

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DE CRIANÇAS

Erik Cunha de Oliveira

Universidade Salvador
Feira de Santana - Bahia

Saulo Santos Menezes de Almeida

Universidade Salvador
Feira de Santana - Bahia

Juliana Souza Vaz Ribeiro

Universidade Salvador
Feira de Santana - Bahia

Alexsandro de São Pedro Santiago

Universidade Salvador
Feira de Santana - Bahia

RESUMO: O presente artigo propõe uma análise qualitativa com finalidade de identificar a atribuição de estereótipos raciais apresentados pelas crianças. Neste estudo compreende-se que as crenças, destacando os estereótipos, tem papel importante no processo de desenvolvimento das crianças. Para este estudo, foi necessária a participação de 20 crianças, com faixa etária entre 8 a 11 anos de idade, ambos os sexos. Foram utilizadas entrevistas com roteiro pré-estabelecido, onde elas eram solicitadas a apresentar traços e conteúdos estereotípicos atribuídos pela própria criança e por agentes socializadores a si mesmo e a outras crianças. As crianças participantes desta pesquisa apresentaram crenças fundadas no

processo de socialização e mostraram o quanto os agentes socializadores são importantes no desenvolvimento do ser humano, na construção da sua identidade, uma vez que as crianças introjetam as normatividades sociais aprendidas em seu meio social.

PALAVRAS-CHAVE: Estereótipos Raciais; Autoconceito; Construção de Traços e Conteúdos Estereotípicos;

ABSTRACT: This article proposes a qualitative analysis to identify the attribution of racial stereotypes presented by children and to analyze the influence of socializing agents in the construction of traits and stereotypical contents. In this study, it is understood that beliefs, highlighting stereotypes, play an important role in the development process of children. For this study, it was necessary the participation of 50 children, with age group between eight and 11 years of age, both sexes. Interviews with pre-established script were used, where they were asked to present stereotypical traits and contents attributed by the child and by socializing agents to himself and other children. The children participating in this research presented beliefs based on the socialization process and showed how socializing agents are important in the development of the human being, in the construction of their identity, since children introduce the social norms learned in

their social environment.

KEYWORDS: Racial Stereotypes; Self-concept; Construction of Traits and Stereotypical Contents;

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento cognitivo social e moral na infância tem papel fundamental na construção do autoconceito, por atribuir significado as suas percepções e concepções diante dos ambientes socializadores. No decurso da construção do autoconceito, a compreensão dos movimentos sociais, gestos ou ações despertam nas crianças interesses em entender os sentidos dos comportamentos realizados por outras pessoas, e principalmente de como deduzimos esses comportamentos e ações nos grupos dos quais estamos inseridos, implicando na percepção da criança sobre si.

O progresso do desenvolvimento cognitivo concede a criança um papel de sentimento de obrigatoriedade em se comportar de maneira diferente nas suas interações sociais, nas quais elas precisam respeitar as regras. As regras morais que a criança aprende a respeitar, são transmitidas pela maioria dos adultos. Isso significa que a elas já chegam elaboradas, porém não na medida de suas necessidades e interesses, mas de uma única vez através da sucessão ininterruptas das gerações adultas anteriores (Piaget, 1994).

A construção do autoconceito na infância faz parte do processo de desenvolvimento de cada ser humano e essa percepção sobre si impactará a sua formação nos mais diversos aspectos da sua existência. E como acontece essa construção em crianças de cor de pele negra que carregam na sua história, estereótipos que desqualificam a imagem do negro construída ao longo de uma história deturpada por interesses sociais e políticos da classe dominante europeia?

Segundo (Pereira, 2016; Souza, 2016) a categorização das pessoas em grupos tem sido considerada uma condição suficiente para a ocorrência do preconceito e, em consequência, da discriminação. O mecanismo psicológico responsável por explicar a relação categorização-preconceito envolve a formação dos estereótipos.

Os estereótipos possuem uma função cognitiva para a organização da informação em heurísticas que simplificam a realidade social, identifica-se também uma função social muito importante: a racionalização e a justificação da discriminação e consequentemente o comportamento (Pereira, 2016; Souza, 2016).

A estereotipização é um fator constantemente presente na vida da pessoa negra, visto que desde a infância são poucos os referenciais positivos que as mesmas encontram para a identificação, Silva (2016).

As crianças, quando não se permitem a escolher e decidir, estarão aptas somente a seguir a vontade dos outros, traçando que a intervenção familiar ou de autoridade

torne-se decisiva para o seu desenvolvimento. Portanto, a construção do autoconceito na infância faz parte do processo de desenvolvimento e essa percepção sobre si impactará a sua formação nos mais diversos aspectos da sua existência. Sendo assim, o processo de socialização é fator determinante na forma como os indivíduos vão entender e se comportar no mundo.

As crenças, atitudes e comportamentos dos indivíduos são fortemente atingidos pelos aspectos familiares, grupais e pessoais, e essas crenças vão ser salientes nas respostas às ameaças que ocorrerem em sua vida. Ramires (2003) argumenta que durante o desenvolvimento cognitivo a criança passa a assumir papéis diferentes nas suas interações sociais, até chegar a um papel mais participativo.

Pesquisa realizada por Nadal, em 2007, expõe que os valores morais, os vínculos afetivos estabelecidos com alguns familiares e outras pessoas de referência, bem como a aprendizagem através do exemplo, são as características que mais se destacam no que tange ao desenvolvimento pessoal dos sujeitos, fornecendo-lhes a base da sua autoestima, do seu autoconceito positivo e da sua autoconfiança. No entanto, nota-se que as pesquisas que enfocam a associação da formação dos estereótipos, do desenvolvimento moral e o seu impacto no desenvolvimento psicossocial das crianças ainda necessitam ser destacadas, principalmente no que concerne o entendimento da influência dos principais agentes socializadores na construção da identidade racial das crianças.

Compreende -se que o racismo interfere diretamente na construção da subjetividade e Silva (2016 apud SILVA, 2004) afirma que o mesmo altera os processos de subjetivação e de autoconceito da pessoa negra, desvalorizando a sua autoimagem, provocando um sentimento de inferioridade. A autora descreve a infância como um período fundamental para constituição psíquica e acredita ser de grande importância estudar os efeitos do racismo na saúde mental das crianças, trazendo à tona os impactos do uso de estereótipos que atuam como ferramentas eficazes para o mecanismo de uma sociedade racista.

Compreender os processos psíquicos na formação da cognição é demonstrar que as pessoas formulam e organizam informações em esquemas que os facilitem, futuramente, acessar a memória, comparando-as com assuntos ou cenas ao que não são. A construção de traços e conteúdos estereotípicos certificam como os indivíduos são capazes de recordar as informações mais fáceis. Como estruturas mentais existentes, eles ajudam a compreender a complexidade da vida social (Pereira, 2013).

O desenvolvimento moral e social é um processo contínuo da vida de cada ser humano, desde o ato da percepção de si até o último dia de vida. As crianças em seu desenvolvimento constroem esquemas sobre o mundo físico e social, fenômenos decorrentes das interações do indivíduo com o seu meio, a partir dos ambientes socializadores que o mesmo está inserido. Tanto a perspectiva Piagetiana, quanto a perspectiva da cognição social, visam compreender como os estereótipos e

categorias são apreendidos pelas crianças e como as mesmas formulam crenças e concebem esquemas a partir de eventos socializadores. Piaget (1974), a partir de seus experimentos e observações, propôs que a forma pela qual às crianças lidam com as regras, com a justiça e a moral varia no decorrer do processo de seu desenvolvimento.

Desta forma, este trabalho buscou investigar como as crianças em processo de socialização são capazes de avaliar e atribuir traços e conteúdos estereotípicos a outras crianças por serem brancas ou negras, numa tentativa de ratificar a tese de que as crianças constroem crenças com conteúdo e traços estereotípicos diferentes dos apresentados pelos agentes socializadores, e como essa construção interfere no desenvolvimento de crenças na formação do seu autoconceito.

2 | METODOLOGIA

Neste projeto foi inserida uma proposta metodológica qualitativa na qual o primeiro ponto inicial foi de estudo bibliográfico para que se pudesse investigar e entender o papel das crianças e dos agentes socializadores na sociedade quando se tratava de conceitos de autoimagem, identidade social, estereótipos e relações intergrupais. O estudo bibliográfico teve como objeto de estudo analisar profundamente conceitos relevantes do que se busca compreender em pesquisa de campo.

A amostra foi composta por 20 crianças em idade escolar e que aceitaram juntamente com a devida autorização dos responsáveis a participarem da pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Feira de Santana – Bahia, localizada no interior do sertão baiano, a 110 quilômetros da capital. Participaram desta pesquisa crianças entre 8 a 11 anos de idade, sendo 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

A coleta de dados inicialmente utilizou de um questionário de identificação elaborado com a finalidade de se obter informações gerais sobre os participantes, isto é, nome, sexo, idade, dados escolares e familiares. Por conseguinte, as crianças foram entrevistadas utilizando um roteiro pré-estabelecido, onde elas eram solicitadas a apresentar traços e conteúdos estereotípicos atribuídos pela própria criança e por agentes socializadores, ou seja, pais, professores e amigos, a si mesmo e a outras crianças brancas e negras. Após a entrevista as crianças foram solicitadas a desenhar sua própria auto imagem juntamente de uma criança branca e outra negra, e suas respectivas representações sociais e morais. As perguntas dirigidas foram elaboradas a partir dos conceitos de autoimagem, identidade social, estereótipos e relações intergrupais.

Os responsáveis pelas crianças receberam um termo de consentimento que respaldavam todas as informações necessárias a serem executadas durante a pesquisa, orientando e esclarecendo o uso de questões éticas a serem cumpridas. Foram realizadas entrevistas aleatórias com as crianças que se propuseram e se sentiram confortáveis a realizar o procedimento da pesquisa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 20 entrevistas, com aproximadamente 1 hora de duração para cada entrevistando, com crianças de diversos contextos culturais, aos quais tiveram autorização dos responsáveis para a realização da entrevista. As crianças pertenciam a ambientes socializadores diferentes uns dos outros, com o objetivo de se obter uma visão ampla e compreensão dos atributos mais importantes da pesquisa.

A pesquisa visou a obtenção de informações que permitam a identificação dos principais atributos associados aos estereótipos raciais, a construção de autoconceitos das crianças, as relações dos agentes socializadores e o nível de desenvolvimento cognitivo de crianças. Os dados obtidos foram utilizados, em conjunto com as informações da revisão da literatura, na elaboração do questionário e na análise dos resultados.

Seguem os principais pontos apresentados pelas crianças nas entrevistas:

As relações entre as crianças de diversas culturas são harmônicas, porém, a nível de brincadeiras nos horários de intervalos da escola. Tais relações em outros meios sociais se distanciam, isto é, um grupo não faz conjunto com o outro, não a uma junção de grupos em outros contextos além da escola. Existem poucas interações entre os adultos e/ou pais e crianças que os façam a gozar sobre diferenciações de grupos e/ou culturas, desenvolvendo um olhar ou comportamento verbal crítico/discriminativo nas crianças.

Existem regras que são impostas pelos próprios pais que vão de contra vontade das crianças de se autoconhecerem e se relacionarem com crianças de outros grupos sociais. Disto isso, evidenciam que as regras morais as quais as crianças aprendem a respeitar, são elaboradas e/ou transmitidas pelos adultos durante o seu desenvolvimento. Poucas entrevistas apontaram intervenções positivas dos pais em deixar a criança vivenciar outros ambientes diferentes do de costume.

As crianças carecem de necessidades e interesses em poder se descobrirem, isto é, investigar sobre o seu meio externo, o que está ao seu redor/alcance, não apenas objetos como estímulos, mais vivenciar de outros eventos que possam contribuir para seu desenvolvimento cognitivo, construir seus esquemas diante das experiências, aprender com outras crianças os seus costumes e hábitos culturais. Durante as entrevistas foram notados essa carência, criança se fixar apenas ao grupo que está incluído, sendo restringido de conhecer os colegas de escola fora do ambiente escolar. Segundo Jean Piaget (1994) os valores morais são construídos a partir da interação do sujeito com os diversos ambientes sociais e será durante a convivência diária, principalmente com o adulto, que ela irá construir seus valores, princípios e normas morais.

As crianças estão cada vez mais interessadas em entender os sentidos de ações e/ou movimentos realizados por adultos diante de determinada cultura enraizada de

valores, crenças e normas, nas quais demonstram um maior interesse a grupos aos quais não pertencem, e quando são bloqueadas a entender e buscar informações que tornem-se ao seu alcance, evidenciam de que chegaram a outros estágios da vida com uma compreensão de mundo já formulada pelos próprios adultos.

Os resultados encontrados sugerem que as crianças participantes apresentam crenças fundadas no processo de socialização e manifestaram-se o quanto os agentes socializadores são e os fazem importantes no desenvolvimento do ser humano, na construção da sua identidade, uma vez que as crianças introjetam as normas sociais aprendidas em seu meio social.

Verificou-se que as crianças tornam-se dependentes dos adultos com relação a sua própria construção social, nas quais os adultos interferem no desenvolvimento da criança com relação as suas necessidades de aprender particularmente com o seu contexto. Percebe-se que as crianças constroem esquemas diante de sua convivência com os próprios pais a qual estão sempre assimilando informações que são codificadas no ambiente familiar e levando para ambientes socializadores como a escola e amigos, tentando entender os informes a partir de outros grupos sociais, podendo assim acomodar-se com as informações esquematizadas. Discursos por auto relato sobre diferenças e características de ser negro e ser branco foram bastantes presentes nos resultados, expondo de como as crianças são capazes de codificar informações facilmente diante do seu contexto social.

Contudo, as crianças passam a aprender e respeitar as normas sociais elaboradas pelos próprios pais sem ao menos entender por si só suas próprias indagações ou dúvidas, tais normas são transmitidas pelos adultos, evidenciando de que elas já chegaram na vida adulta com regras já construídas, no entanto, não na capacidade de suas necessidades e interesses em entender o mundo com seus próprios questionamentos, pois, elas tendem sempre a buscar informações a seu alcance.

Tem-se notado que as crianças demonstram curiosidade em entender muitos gestos ou expressões que são realizados pelos adultos que fazem parte da sua existência, como o professor e os pais. Isto é, questionam-se quais seriam os significados para tal reação do outro quando não se responde verbalmente. O interesse em entender e buscar informações adequadas é o que Piaget (1996) definiu como processo de assimilação e acomodação, o sujeito passa a compreender os artefatos coletados diante do seu meio social, e quando não relacionado de forma adequada busca investigar desde de outros métodos que façam o seu entendimento mais completo.

Foram apresentados nos resultados de que crianças quando não compreende assuntos e referências dentro de um contexto ao qual está inserido, destinam-se a outros meios que os mesmos frequentam buscando compreender as informações coletadas. Os esquemas de assimilação se modificam conforme com os estágios de desenvolvimento do indivíduo e consistem na tentativa destes em solucionar situações a partir de suas estruturas cognitivas e conhecimentos anteriores. Ao entrar em

contato com a novidade, retiram dele informações consideradas relevantes e, a partir daí, há uma modificação na estrutura mental antiga para dominar o novo objeto de conhecimento, gerando o que Piaget denomina acomodação (Piaget, 1996).

As informações estão cada vez mais se direcionando as crianças nos preceitos de se autoconhecerem e se diferenciarem a partir de suas posturas sociais, no modo de se vestir, andar e viver. Na pesquisa, as crianças demonstraram grande interesse em relacionar as cores de pele, nos modos de como vivem e quais são as características que fazem ser diferentes um do outro, a qual demonstraram informações de que ser negro e ser branco existe uma diferença, e de acordo com essas informações foram notadas índices de rejeição e favoritismo por parte dos agentes socializadores presentes na vida da criança, apresentando questões relacionadas a estereótipos negativos advindos dos adultos, interferindo nas construções sociais dos de menores.

A partir dos estudos sobre desenvolvimento cognitivo juntamente a conceitos relativos a estereótipos e autoimagem, notou-se nos resultados que as crianças codificam e constroem traços e conteúdos estereotípicos por influências de agentes socializadores perante aos grupos sociais que os mesmos frequentam, armazenando as informações em estruturas mentais e assimilando essas referências com outras experiências em grupos socializadores.

Em suma, o desenvolvimento moral e social é um processo contínuo da vida de cada ser humano, desde o ato de inserção no mundo até o último dia de vida, as crianças em seu desenvolvimento constroem esquemas que são princípios sobre os mundos físico e social, fenômenos decorrentes das interações do indivíduo com o seu meio, a partir dos ambientes socializadores que o mesmo está inserido.

Quanto a construção da autoimagem a partir de conteúdos estereotípicos, os dados analisados revelam que existe a relação entre a percepção dos aspectos sociais construídos ao longo da história sobre a imagem de desvalorização à pessoa de cor de pele negra e que estes aspectos ainda persistem na construção da identidade social e pessoal das crianças. A estereotipização é um fator constantemente presente na vida da pessoa negra, visto que desde a infância são poucos os referenciais positivos que as mesmas encontram para a identificação, Silva (2016).

As crianças pesquisadas apresentam um discurso não racista e anti preconceito, entretanto, nas representações lúdicas através dos desenhos, os conteúdos estereotípicos aparecem nas associações dos espaços de convivência, moradia para os grupos sociais diferentes para brancos e negros, além das características físicas e sociais que representam claramente a percepção construída por cada uma delas sobre o meio em quem as pessoas negras e brancas estão inseridas.

Revelam de forma sutil nas suas falas e desenhos suas preferências sobre crianças brancas ou negras para determinadas atividades como traz o relato: “para jogar bola eu prefiro brincar com um negro pois é mais rápido e possui habilidades físicas melhores, já para jogar videogame prefiro o branco pois tem mais acesso a tecnologias”. As crianças que conhecem e utilizam as categorias étnico-raciais, em

suas brincadeiras e interações, não selecionam seus pares em função da cor da pele, mas as crianças negras manifestavam o desejo de ter características associadas ao grupo 'branco' como cabelo e cor da pele. (Oliveira, 2016)

A relação estabelecida entre as crianças e seus ambientes socializadores, principalmente a escola, apontam como um espaço de reforço a hostilidade contra as pessoas de cor de pele negra mesmo pregando a igualdade e o respeito as diferenças com a sua base curricular. Este espaço foi o mais citado pelas crianças pesquisadas como o local, em que a história das pessoas negras no Brasil é vinculada a imagem dos escravos, fedorentos, preguiçosos e marginais. As crenças e os valores racistas influenciam a constituição da identidade das crianças levando estas a desprezarem seus atributos físicos principalmente na questão do cabelo e da cor da pele (Oliveira, 2016).

Destaca-se que as crianças participantes desta pesquisa apresentaram crenças construídas a partir de estereótipos negativos sobre pessoas negras e pensando no processo de socialização, estas crianças apresentaram o quanto os agentes socializadores são importantes no seu desenvolvimento, na construção da sua identidade, uma vez que elas introjetam as normas e crenças aprendidas em seu meio social.

Silva (2016 apud Paré, 2005) diz que a autoestima depende da qualidade das relações existentes entre a criança e os que desempenham papéis importantes em sua vida. Embora haja valorização da criança na família negra, ela se defronta com uma batalha de autovalorização interna proveniente das relações adversas que encontra fora dela. Nessa perspectiva os dados encontrados não foram suficientes para corroborar com as discussões já existentes sobre a influência dos estereótipos na construção de autoconceito em crianças e se faz necessário ampliar a coleta de dados em busca de resultados mais fidedignos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar de como as crianças em processo de socialização são capazes de avaliar e atribuir traços e conteúdos estereotípicos a outras crianças por serem brancas ou negras, numa tentativa de ratificar a tese de que as crianças constroem crenças com conteúdo e traços estereotípicos diferentes dos apresentados pelos agentes socializadores. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como as crianças são impactadas pelos adultos e ambientes que estão inseridos durante o seu desenvolvimento cognitivo.

Os questionários juntamente a elaboração de desenhos realizados pelas crianças apresentaram devidamente os contextos sociais e culturais que as crianças frequentam ou desejam frequentar durante o processo de seu desenvolvimento, possibilitando assim maior interesse em desenvolver habilidades que possam lhe atribuir significados

futuramente.

Os estudos do desenvolvimento cognitivo e do autoconceito evidenciam-se que as crianças não podem ser confinadas a processos de um desenvolvimento em particular, isto é, precisam se relacionar a outros grupos sociais que possam salientar suas necessidades e interesses em desvendar o mundo externo relacionado não apenas a objetos-estímulos, mas sobretudo, as relações interpessoais e grupais. E que por diante, as crianças possam construir suas próprias percepções sobre si e do mundo. A construção do autoconceito na infância faz parte do processo de desenvolvimento de cada ser humano e essa percepção sobre si impactará a sua formação nos mais diversos aspectos da sua existência.

Os indivíduos devem estar relacionados às mais amplas influências da cultura, instituições educacionais e os diferentes grupos sociais, com os quais o indivíduo se identifica e com as quais ele interage. Ou seja, instituições, tradições históricas e cultura determinam o contexto de desenvolvimento cognitivo. Assim, em comparações transculturais e sociais, todo o conjunto de ações e contextos sociais pertencentes à experiência normal deve ser considerado, constituindo-se como referencial para o estudo da conduta dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. **Para uma teoria da socialização**. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011, p. 121-139.

ALMEIDA, S.; FRANÇA, D. & CERQUEIRA-SANTOS, E. (2012). **Análise do autoconceito e autocontrole de crianças negras a partir da identidade social**. Dissertação de Mestrado não-publicada.

ALMEIDA, A. M. O., & SANTOS, M. F. S. (2011). **Representação Social**. In C. V. TORRES & E. R. NEIVA. Psicologia Social Temas e Vertentes. Porto Alegre: Artmed.

CAMINO, L., & TORRES, A. R. R. (2011). **Origens e desenvolvimento da Psicologia Social**. In A. R. TORRES, L. CAMINO, M. E. O. LIMA & M. E PEREIRA (Orgs). Psicologia Social: temas e teorias (1ª ed.). (pp. 23-101). Brasília: Technopolitik.

FLAVELL, J. H.; MILLER, P.; MILLER, S. A. **Desenvolvimento Cognitivo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. 341 p.

PEREIRA, M. E. (2002). **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: EPU.

SCHALLER, M. (1991). **Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations**. European Journal of Social Psychology, 21, 25-35.

DA PATOLOGIZAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Roberta Cristina Gobbi Baccarim

Universidade Tuiuti do Paraná, Curso de
Psicologia

Curitiba – Paraná

Grazielle Tagliamento

Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em Psicologia

Curitiba – Paraná

RESUMO: Pesquisas apontam inúmeros obstáculos que a população trans enfrenta quando busca atendimento médico pelo Sistema Único de Saúde, por mais que existam políticas públicas específicas que buscam garantir o direito à saúde integral para a população LGBT no Brasil. A dificuldade no acesso à saúde pública e integral está relacionada aos processos de estigmatização e discriminação sofridos relacionados às identidades de gênero não hegemônicas. Considerando que o Brasil não conta com um documento de grande amplitude que regule a prática das/os profissionais de saúde no atendimento a pessoas trans, este capítulo, de pesquisa documental, buscou apresentar uma análise dos documentos nacionais e internacionais norteadores do atendimento em saúde a pessoas trans que podem servir para consulta e elaboração de um material nacional de orientações para práticas em saúde. A análise do material possibilitou

verificar que, apesar de diversos documentos considerarem que as/os profissionais devem compreender a identidade de gênero deslocada de uma condição patológica, apenas um pautou-se integralmente na perspectiva da despatologização das identidades e vivências de travestis e transexuais. Recomendações sobre a importância de estabelecer um ambiente seguro e acolhedor são feitas em 4 dos 10 documentos, nos quais são destacadas ações importantes, tais como: promoção de um ambiente representativo; treinamento da equipe para a utilização de termos neutros ou de acordo com a identidade de gênero da pessoa; monitoramento de políticas institucionais que proíbam a discriminação; e o uso de formulários que possuam um campo para preenchimento do nome social.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis; Transexuais; Saúde; Manuais; Discriminação.

ABSTRACT: Research shows that there are innumerable obstacles that the transgender population faces when seeking medical care through the Unified Health System, even though there are specific public policies that seek to guarantee the right to integral health for the LGBT population in Brazil. The difficulty in access to public and integral health is related to the processes of stigmatization and discrimination related to non-hegemonic gender identities.

Considering that Brazil does not have a large document that regulates the practice of health professionals in the care of transgender people, this chapter of documentary research sought to present an analysis of the national and international documents guiding health care to trans people that can be used for consultation and preparation of national guidelines material for health practices. The analysis of the material made it possible to verify that, although several documents consider that the professionals should understand the gender identity displaced from a pathological condition, only one was entirely based on the perspective of depathologizing the identities and experiences of transvestites and transsexuals. Recommendations on the importance of establishing a safe and welcoming environment are made in 4 of the 10 documents, highlighting important actions such as: promotion of a representative environment; team training for the use of neutral terms or according to the gender identity of the person; monitoring of institutional policies that prohibit discrimination; and the use of forms that have a field to fill the social name.

KEYWORDS: Transvestites; Transsexuals; Health; Guidelines; Discrimination.

1 | INTRODUÇÃO

Pensar a travestilidade e a transexualidade de uma forma ampliada implica, de maneira geral, a compreensão do desejo que pessoas apresentam de viver de acordo com o que a sociedade identifica a outro gênero que não o atribuído no nascimento, sendo que esse desejo nem sempre está vinculado à vontade de intervenções cirúrgicas (OLIVEIRA, 2010) ou terapêuticas. Porém, a limitação verificável na categorização das experiências travestis e transexuais em manuais e publicações da área médica, que tiveram maior alcance a partir da publicação de conceitos sobre a transexualidade – nos textos originais “transexualismo” – e sua distinção da travestilidade – “travestismo” – elaborados pelo endocrinologista Harry Benjamin (BARBOSA, 2015), não consegue abranger a pluralidade das vivências trans. As consequências relacionadas ao enclausuramento dessa pluralidade a modelos pré-concebidos pela medicina têm implicações diretas nas vidas dessas pessoas, e a relação entre esses aspectos será abordada ao longo do texto.

Tradicionalmente, o gênero de um feto é socialmente atribuído antes mesmo de seu nascimento, a partir do primeiro sinal das características sexuais e da anunciação “é um/a menino/a!”, demonstrando que, para o “senso comum”, persiste uma associação imediata dos órgãos genitais ao gênero, reforçada pelo conceito de sexo. Segundo Lauretis (1994) e Laqueur (2001), a associação imediata de um “sexo” ao gênero socialmente identificado – homem/masculino; mulher/feminino –, relaciona à categoria sexual os conteúdos culturais, os valores e hierarquias presentes na sociedade, considerando que a evolução do caráter sexual como representação do gênero tornou-se, historicamente, uma forma de valoração dos indivíduos na sociedade, tendo como base sua constituição biológica.

É com o movimento feminista que os debates sobre gênero passaram a ganhar visibilidade, e é a partir dele também que emergiu a importância da consideração de caracteres históricos, sociais e culturais na compreensão do gênero de uma forma plural e ampliada. Assim, entender que existem inúmeras possibilidades de identidades de gênero, ou seja, da maneira pessoal de identificação com as possibilidades, também diversas, de vivenciar o gênero, é crucial para analisar os processos de estigmatização e discriminação social e suas consequências. As questões relativas ao corpo e à sexualidade, assim como às experiências de identidades de gênero, têm implicações diretas na saúde e bem-estar físico e emocional das pessoas, seus relacionamentos, sua possibilidade de atuação profissional e outros campos relacionados à saúde e qualidade de vida (VASCONCELOS, 2015).

A produção de diagnósticos médicos responsáveis por diferenciar as identidades de gênero das orientações sexuais a partir de 1950, nos Estados Unidos, instituiu a criação de categorias passíveis de intervenção biomédica e psicológica. Com a inclusão dos diagnósticos de “travestismo” e “transexualismo” no Código Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), a travestilidade e a transexualidade passam a ser assim definidas como “doenças” (BARBOSA, 2015; BENTO; PELÚCIO, 2012).

Atualmente, o DSM-5 (APA, 2014, p. 451) faz uma distinção entre os conceitos de transgênero e transexual, onde “transgênero refere-se ao amplo espectro de indivíduos que, de forma transitória ou persistente, se identificam com um gênero diferente do de nascimento”, já a transexualidade concerne à busca “por uma transição social de masculino para feminino ou de feminino para masculino, o que, em muitos casos (mas não em todos), envolve também uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital”. Essa diferenciação não corresponde aos relatos das experiências individuais de pessoas trans, visto que generaliza e encarcera essas vivências em critérios específicos validados pela medicina.

Para Foucault (2005) tanto a medicina – principalmente a psiquiatria – quanto a psicologia, a partir do século XVIII, assumiram papel fundamental na cristalização de um saber universalizante de controle sobre os corpos e os desejos. Para ele, as técnicas de interrogação sobre as subjetividades, pelas primícias de comportamentos que são socialmente esperados e aceitos, constroem novos campos onde as subjetividades são categorizadas em status de adoecimento, reafirmando e naturalizando a diferenciação desses sujeitos. Para Parker e Aggleton (2001), tal diferenciação social provoca o surgimento de desigualdades sociais que eclodem nos processos de estigmatização e discriminação de determinados grupos de pessoas, sendo, dessa maneira, produtos e produtores de exclusões sociais construídas sócio e historicamente.

Neste texto, a fim de reforçar a pluralidade das identificações e experiências de gênero e incluir pessoas autodenominadas transgêneras/os, será utilizado o termo pessoas trans, no lugar de travestis e transexuais. Leva-se também em consideração que o termo pessoas trans é mais difundido globalmente, tanto na área acadêmica

quanto nos movimentos sociais.

Recentes pesquisas nacionais e internacionais sobre o acesso de pessoas trans aos serviços de saúde apontam os processos de estigmatização, discriminação e a falta de capacitação das/os profissionais para lidar com essa população como os principais motivos de afastamento desta dos serviços de saúde (ALBUQUERQUE et al., 2016; BACCARIM, 2018; BOSSE; NESTEBY; RANDALL, 2015; GIBSON et al., 2016; MELLO et al., 2011; RADIX; LELUTIU-WEINBERGER; GAMAREL, 2014; TAGLIAMENTO, 2013). Diante disso, o distanciamento dessa população apresenta repercussões sociais e políticas, como, por exemplo: a falta de acesso ao serviço de saúde inviabiliza o exercício da cidadania para a garantia da integralidade do cuidado e do atendimento mediante as necessidades de cada indivíduo, que constitui o princípio da equidade no acesso aos serviços de saúde pública. Dessa forma, perpetua-se a desigualdade social, invisibilidade referente à discussão da temática no contexto social, despreparo por parte das/os profissionais de saúde, e ausência de programas de promoção da saúde para pessoas trans. No Brasil, a Constituição Federal afirma que a/o cidadã/o brasileira/o tem direito à saúde, educação, trabalho, lazer (BRASIL, 1988). A política pública que institui o Sistema Único de Saúde (SUS) considera que o atendimento à pessoa que procura o serviço de saúde será realizado mediante o princípio da integralidade – considerar o sujeito no contexto social e os modos de vida – independentemente da orientação sexual (BRASIL, 1990) e, podemos considerar, identidade de gênero. Isso também está descrito na Política Nacional da Promoção da Saúde (BRASIL, 2014), a qual utiliza o conceito ampliado de promoção da saúde e apresenta recomendações para orientar as práticas profissionais mediante as necessidades dos indivíduos. Assim, o não acesso de pessoas trans aos serviços de saúde repercute em inequidades nas questões de saúde, prevenção de doenças e promoção da saúde.

As barreiras encontradas por pessoas trans nos serviços de saúde brasileiros estão relacionadas não só a falta de preparo das/os profissionais para lidarem com necessidades particulares dessas pessoas relacionadas à saúde, mas principalmente à constante reafirmação cultural dos padrões binários de gênero que permeia a prática das/os profissionais (TAGLIAMENTO; PAIVA, 2016). Assim, torna-se primordial que a/o profissional de saúde desenvolva um novo olhar às pessoas trans, desassociando o gênero dos órgãos genitais, da orientação sexual, e de outros marcadores sociais que também carregam sua carga de estigmatização, como etnia, classe e religião.

Mesmo diante de políticas públicas já existentes, no contexto brasileiro, que mencionam o atendimento integral sem discriminação, inexistente até o momento – salvo documento emitido pelo Conselho Federal de Psicologia para o atendimento a pessoas trans –, um documento nacional que oriente as práticas em saúde para a população trans, o que poderia contribuir para a orientação sobre as práticas no cuidado em saúde a essa população, no processo transexualizador e na diminuição da invisibilidade das vulnerabilidades dessas pessoas ao adoecimento, agregando

informações sobre especificidades da saúde integral.

Por esses motivos, este texto, de pesquisa documental, buscou apresentar uma análise dos documentos nacionais e internacionais norteadores do atendimento em saúde a travestis e transexuais. Nessa análise, será realizada uma investigação acerca das orientações gerais dos documentos, e, a partir disso, propor a necessidade da produção de um documento nacional, no contexto brasileiro, que oriente as/os profissionais da saúde sob a ótica da despatologização e do fortalecimento das redes comunitárias.

2 | MÉTODO

Utilizou-se para este texto a pesquisa documental, que objetiva dar uma nova forma e representação pertinentes das informações coletadas, agrupando e facilitando novas consultas sobre um determinado tema (BARDIN, 1977). Para tal, a/o pesquisador/a deve buscar não só compreender o que está sendo comunicado, mas também estar atento para conteúdos paralelos que podem emergir com o uso da inferência, ou seja, evidenciando conhecimentos sobre as condições – locais, culturais e científicas – de produção do material (BARDIN, 1977).

A pesquisa foi elaborada a partir da investigação dos documentos públicos nacionais e internacionais através de buscas em *sites* de Organizações não Governamentais (ONGs) voltadas para pessoas trans (World Professional Association for Transgender Health [WPATH]; Stop Trans Pathologization [STP]; International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association [ILGA]) e de instituições vinculadas à prática da psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP]; American Psychological Association [APA]; Organización Panamericana de la Salud [OPS]). A partir dos documentos que puderam ser levantados pelos *sites*, foi realizada uma análise das referências bibliográficas de cada um para identificação de novos documentos.

Foram delimitados os seguintes critérios de inclusão para a seleção dos documentos: informações sobre a saúde de pessoas trans; e indicações sobre o modo de atuação das/os profissionais de saúde com essa população. Foram excluídos os materiais que não atendessem aos critérios de inclusão e que não abordassem as identidades de gênero, totalizando 10 materiais para análise.

Desse material, foi feita a leitura integral e, assim, identificadas duas categorias por meio da análise temática (BARDIN, 1977): recomendações sobre a prática profissional e em equipe; e redes sociais de apoio a pessoas trans e familiares. Buscou-se apresentar uma contextualização da produção de cada documento, seguida da exploração das categorias de análise articulando os resultados à discussão.

3 | RESULTADOS

Foram selecionados 10 documentos (Tabela 1) que atenderam aos critérios de inclusão (Quadro 1).

ANO	PAÍS/INSTITUIÇÃO	DOCUMENTO
2016	USA, CA, San Francisco / University of California	Guidelines for the Primary and Gender-Affirming Care of Transgender and Gender Nonbinary People
2010	Rede Internacional pela Despatologização Trans	Guía de buenas prácticas para la atención sanitaria a personas trans en el marco del Sistema Nacional de Salud
2012	World Professional Association for Transgender Health (WPATH)	Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero
2012	UK / British Psychological Society (BPS)	Guidelines and Literature Review for Psychologists Working Therapeutically with Sexual and Gender Minority Clients
2013	América Central e Sul / Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)	Por la salud de las personas trans. Elementos para el desarrollo de la atención integral de personas trans y sus comunidades en Latinoamérica y el Caribe
2013	BRASIL / CFP	Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans
2013	BRASIL / Ministério da Saúde	Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
2015	USA, CA, Oakland / Transgender Law Center	10 Tips for Working with Transgender Patients
2015	USA / APA	Guidelines for Psychological Practice With Transgender and Gender Nonconforming People
2018	BRASIL / CFP	Resolução nº 01/2018

Quadro 1 – Documentos nacionais e internacionais sobre orientações para práticas em saúde.

No quadro 1, é possível verificar o ano de publicação dos documentos e o país de origem. Verificou-se que dois dos documentos são de redes internacionais, sem um país fixo de origem; três norte-americanos (USA); três documentos são do contexto brasileiro; um é do Reino Unido; e um da América Latina.

O Guidelines for the Primary and Gender-Affirming Care of Transgender and Gender Nonbinary People, do Center of Excellence for Transgender Health (CoE), da Universidade da Califórnia (COE, 2016), é um compêndio de vários artigos, cada um abordando práticas específicas e recomendações para os procedimentos e práticas médicas e psicológicas.

O Guía de Buenas Prácticas para La Atención Sanitaria a Personas Trans en el Marco del Sistema Nacional de Salud (2010) é uma proposta tanto ao Sistema Nacional de Saúde espanhol quanto internacional para a qualificação da atenção à saúde de pessoas trans, servindo como ferramenta de análise e referencial para a elaboração de protocolos de saúde e políticas públicas pelo viés da despatologização

das identidades de gênero.

O documento Normas de Atenção à Saúde das Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero (2012), da WPATH, conhecido internacionalmente como SOC, está em sua sétima versão e fornece orientações técnicas para a avaliação e o trabalho com pessoas trans e com variabilidade de gênero.

O documento britânico elaborado pela British Psychological Society (BPS, 2012) é composto por orientações sobre a prática específica com clientes trans e reúne importantes informações sobre diversidade sexual e de gênero, estigmatização, acesso à saúde e tratamentos, e relacionamentos familiares.

O documento Por La Salud de las Personas Trans (OPAS, 2013) foi elaborado por uma equipe de profissionais acadêmicos e da saúde, organizações e pessoas das comunidades trans de diferentes países e se destaca por ser um material bastante completo e atualizado, com pesquisas que visam retratar a situação das pessoas trans utilizando um conceito ampliado de saúde.

A Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia, do Brasil, sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans (2013), é um documento de circulação nacional entre as/os psicólogos e orienta a prática no atendimento a pessoas trans. O CFP tem ainda a Resolução nº 01/2018, que orienta sobre as práticas das/os profissionais de psicologia no atendimento em território nacional a pessoas trans. Outro importante documento nacional é a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), uma política pública que busca assegurar à população LGBT o acesso integral à saúde e ao atendimento qualificado nos serviços públicos de saúde.

O 10 Tips for Working with Transgender Patients (2015) é um panfleto cujo foco é fornecer informações para serviços de saúde, a fim de melhorar a qualidade do cuidado designado a essas/es pacientes/es.

O Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People (2015), da American Psychological Association (APA), é um manual voltado para a atuação de psicólogos/os com pessoas transgêneras e não binárias (são aquelas que não se identificam nem com padrões masculinos de gênero, nem femininos), que objetiva promover práticas trans-afirmativas, definidas como ações pautadas em respeito, cuidado, acolhimento e promoção das identidades e experiências trans.

4 | DISCUSSÃO

4.1 Recomendações sobre a Prática Profissional e em Equipe

A concepção sobre gênero que prevalece entre as/os legisladoras/es de cada

país orienta a forma como suas leis são elaboradas e as práticas sociais e culturais dominantes, e constitui um importante fator no paradigma da desnaturalização das identidades, ou seja, no entendimento das identidades de gênero de maneira desvinculada da perspectiva médica e biológica (BENTO, 2014). Para as identidades trans, esse paradigma está totalmente relacionado à despatologização das mesmas, visto que pelo saber médico essas pessoas atenderiam a critérios correspondentes a uma patologia.

Os documentos analisados trazem importantes recomendações referentes à postura do profissional de saúde na compreensão das identidades de gênero. O manual de diretrizes da APA (2015) salienta que as/os profissionais devem entender que o gênero é uma construção não binária que permite uma gama de identidades de gênero, e que a identidade de gênero de uma pessoa pode não corresponder ao gênero atribuído em seu nascimento. Esse documento entende que os conceitos de sexo e gênero são construções sociais, e que a patologização dos corpos, altamente incentivada por manuais médicos, reafirma uma possibilidade binária de gênero, não reconhecendo outras identidades que não correspondam ao universo masculino ou feminino. Assim, a APA considera fundamental que os profissionais compreendam o gênero deslocado da lógica binária, ajudando a travestis e transexuais (esse manual também se refere a pessoas em não conformidade aos estereótipos dos gêneros masculino ou feminino) a explorarem sua própria identidade e expressão de gênero, contemplando uma prática afirmativa para essas pessoas, suas famílias e a comunidade (APA, 2015).

O documento britânico (BPS, 2012) considera imprescindível às/aos psicólogas/os o entendimento das identidades de gênero não hegemônicas como desassociadas a uma patologia correspondente, assim como o reconhecimento dos prejuízos agregados às experiências trans relacionados ao contexto social e político de patologização. Tal posicionamento também se encontra presente no Guia de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria (2010) e no SOC (2012), que se baseiam na despatologização tanto psiquiátrica quanto orgânica das identidades trans, reconhecendo-as como parte da diversidade humana. Ambos documentos enfatizam o processo de patologização como produtor e mantenedor de discriminação social e institucionalizada nos espaços de saúde – definido como transfobia –, o que contribui para o agravamento na saúde integral desses sujeitos. Para o manual da APA (2015), a postura profissional livre de julgamentos torna-se contrária a uma prática social estigmatizante que acompanha a vida das pessoas trans, promovendo ambientes seguros de acolhimento.

A Nota Técnica sobre Processo Transexualizador e Demais Formas de Assistência às Pessoas Trans (CFP, 2013, p. 2) dispõe em suas considerações que “a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica” e, em sua orientação de número 3, que “a assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans.” (p. 3). Esse documento de validade nacional é voltado especificamente para

as/os profissionais de psicologia e aborda, principalmente, posturas que estas/es devem ter, seja trabalhando com pessoas atendidas/os no processo transexualizador (conjunto de estratégias do SUS que organiza os procedimentos específicos de saúde voltados à travestis e transexuais, como hormonioterapia, psicoterapia e cirurgias), ou mesmo em qualquer assistência prestada. As normativas dessa nota baseiam-se nos princípios do SUS e na garantia do acesso à saúde, em atendimento humanizado e livre de preconceito ou discriminação. Nesse sentido, as orientações são no sentido de garantir uma atuação da/o profissional de psicologia que busque promover a autonomia pessoal e a promoção da saúde integral dessas pessoas (CFP, 2013).

Tanto o SOC (2012) quanto o *Por la Salud de las Personas Trans* (OPAS, 2013) percebem a disforia de gênero como uma condição transitória e passível de tratamento, podendo estar relacionada, ou não, a desconfortos emocionais que a incongruência entre a identidade de gênero e as características biológicas podem causar. Dessa maneira, conforme esses documentos, o fato de uma pessoa se identificar como transexual não implica em diagnóstico psiquiátrico. Porém, os documentos seguem com considerações distintas sobre como devem ser as práticas profissionais no decorrer do documento a partir desse ponto.

O SOC (2012), embora julgue o diagnóstico psiquiátrico não imperativo, faz determinações sobre a avaliação e diagnóstico de disforia de gênero para as pessoas que busquem terapia hormonal e/ou procedimentos cirúrgicos. Ou seja, nesse documento, o conteúdo que defende a despatologização das identidades de gênero chega a parecer adicionado posteriormente à elaboração do material, pois o documento em si relaciona estreitamente a perspectiva de associação da disforia de gênero com as vivências trans.

Já o *Por la Salud de las Personas Trans* (OPAS, 2013) estrutura-se solidamente no princípio da despatologização de todas as identidades de gênero e suas variabilidades. Assim, a incongruência notória presente no SOC (2012) fica visível quando é comparado ao documento da OPAS (2013), visto que ambos partem do mesmo debate sobre a despatologização. Por exemplo, enquanto o SOC (2012) discorre sobre as competências para a avaliação, diagnóstico, ações para aliviar a disforia de gênero, encaminhamento para o processo transexualizador e procedimentos médicos, o *Por la Salud de las Personas Trans* (OPAS, 2013) se mantém comprometido a discutir a estigmatização e exclusão que atravessam a vida dessas pessoas, os efeitos negativos e determinantes desses processos sociais e institucionais, a promoção de saúde para pessoas trans encarceradas, estratégias para a elaboração e defesa de políticas públicas, a busca de capacitação das/os profissionais para a atenção integral à saúde e recomendações sobre práticas médicas e psicológicas humanizadoras.

Para Almeida e Murta (2013), embora posições críticas sobre a patologização das identidades trans venham se fundando nas publicações acadêmicas nacionais, no Brasil prevalece ainda um olhar patologizante acerca dessas vivências, sustentado pelas políticas formuladas para esse público que permeiam o discurso médico psiquiátrico.

Essas autoras identificam, assim como Bento (2014), a influência que os conceitos de travestilidade e transexualidade norteadores das políticas exerce sobre a produção de um saber cultural que aponta esses corpos como “doentes”, negligenciando-os à exclusão social e estigmatização que atinge tudo o que é “diferente” em uma sociedade. Concomitantemente, tais:

classificações médicas de transexualidade têm sido consideradas um impedimento ao pleno exercício dos direitos humanos das pessoas transexuais, especialmente quando o diagnóstico restringe a capacidade legal e o acesso ao tratamento médico. (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2013, p. 55).

O estigma relacionado às variações de gênero denota ser, para o *Por la Salud de las Personas Trans* (2013) e para o documento elaborado pela BPS (2012), a mais generalizada dificuldade sociocultural para pessoas trans, diretamente associada aos obstáculos para a garantia da atenção em saúde e do cuidado qualificado.

Os documentos da BPS (2012) e da APA (2015) orientam as/os profissionais quanto à capacidade de compreensão da identidade de gênero como uma construção social distinta da orientação sexual, porém, assim como outras identidades culturais (etnia, idade, nível socioeconômico, religião, imigração, doenças, entre outras), relacionam-se de diversas maneiras nas experiências individuais. A interseccionalidade desses aspectos amplia ou suaviza situações de discriminação e estigmatização na vida dessas pessoas. O *Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria* (2010) propõe como papel da/o profissional de saúde, nas normativas 1 e 3, a capacidade para identificar e trabalhar com as/os clientes as crises identitárias consequentes do contato da subjetividade com uma realidade intolerante, reconhecendo a importância de uma sociedade acolhedora das pluralidades na saúde integral das pessoas.

Recomendações sobre a importância de estabelecer um ambiente seguro e acolhedor são feitas em 4 dos 10 documentos (*Por la salud de las personas trans*; *10 tips for working with transgender patients*; *Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people*; *Guidelines for the primary and gender-affirming care of transgender and gender nonbinary people*). Esses materiais valorizam ações institucionais para melhor receber suas(eus) clientes, tais como: a fixação de pôsteres sobre cultura trans; disponibilização de panfletos informativos na área social; viabilização de banheiros neutros relativos ao gênero; promoção de um ambiente representativo sempre que possível; treinamento da equipe para a utilização de termos neutros ou de acordo com a identidade de gênero da pessoa; monitoramento de políticas institucionais que proíbam a discriminação; e uso de formulários que possuam um campo para preenchimento do nome social. Tais ações diminuem a experiência negativa nos ambientes de saúde, assim como a estigmatização e o preconceito.

Além das ações citadas, o material *10 Tips for Working with Transgender Patients* (2015) destaca outras práticas importantes, como: não fazer perguntas por motivos de

curiosidade; atentar para o fato de que nem sempre é conveniente fazer da presença da pessoa um momento para treinamento da equipe, expondo a condição de saúde e sua identidade de gênero; da inadequabilidade em perguntar sobre o status dos órgãos genitais dessa/e paciente, caso não seja necessário para o atendimento; e garantir a confidencialidade das informações passadas para o preenchimento de formulário e do atendimento.

Atualmente, o modelo de avaliação médica e psicológica tem sido bastante criticado pelos movimentos sociais e acadêmicos por contribuir para a continuação da estigmatização e discriminação. Concordante com essa perspectiva, o *Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria* (2010) faz uma crítica do modelo de cuidado defendido na sexta versão do SOC (2011) e propõe um novo protocolo sanitário de boas práticas de atendimento e atenção pautado no viés da despatologização, que orienta as/os profissionais ao acolhimento; ao provimento de informações referentes aos procedimentos médicos e acompanhamento terapêutico quando solicitado pela pessoa; à valorização da identidade de gênero autodeterminada, não exigindo um diagnóstico psiquiátrico para a realização dos procedimentos de supressão dos caracteres sexuais; e ao trabalho com redes comunitárias de amparo e socialização da pessoa, constituindo um projeto individual e coconstruído. Esse modelo, quando comparado à sexta e sétima versão do SOC (2011, 2012), se destaca por atribuir às/aos profissionais um papel não avaliativo ou de diagnóstico, considerando que essas imposições, especialmente em relação à prova da vida real – fase do processo transexualizador na qual a pessoa deve viver sua identidade de gênero socialmente por um determinado tempo antes de estar apta para uma avaliação de elegibilidade para as cirurgias), reforçam o paradigma da patologização das travestilidades e transexualidades.

Instituída pela Portaria nº 2.836, de dezembro de 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) é pautada nas necessidades específicas das pessoas LGBTs de assistência e atendimento em saúde, considerando os aspectos negativos da discriminação e exclusão sofridos por essa população em todos os setores de suas vidas. Essa portaria busca implementar ações que visem à ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde, assim como à garantia da equidade e integralidade dos mesmos, e a qualificação das/os profissionais da rede para o trabalho humanizado e livre de preconceitos (BRASIL, 2013). Todavia, o documento não apresenta orientações específicas sobre as práticas das/os profissionais de saúde no atendimento a pessoas trans, diferentemente da Resolução nº 01/2018, do CFP. Nesta, a/o profissional de psicologia é orientada/o para a não discriminação das identidades de gênero, no exercício profissional, como no pronunciamento enquanto profissional da área. Assim, como o documento britânico (BPS, 2012), a normativa informa que a prática de terapias fundadas no princípio de “cura” da orientação sexual ou identidade de gênero é antiética à profissão e contribui com a legitimação da patologização dessas vivências, sendo contrária à busca pela

erradicação da violência e discriminação das pessoas trans.

4.2 Redes Sociais de Apoio às Pessoas Trans e Familiares

De todos os documentos utilizados, somente dois – 10 Tips for Working with Transgender Patients (2015) e a Nota Técnica sobre Processo Transexualizador e demais formas de Assistência às Pessoas Trans (CFP, 2013) – não abordaram a importância em indicar redes sociais de apoio às pessoas travestis e transexuais e seus familiares. Os demais documentos apresentaram considerações para as/os profissionais, tais como: envolver-se na elaboração de políticas públicas; trabalhar para a garantia da mudança dos documentos de identificação; informar redes de apoio social para as pessoas trans e seus familiares; estar em contato com essas redes sociais e, quando possível, indicar um contato específico dentro da rede para o acolhimento da/o paciente; e estar disponível para assistência à família e ajudar nas escolhas de como vivenciar a identidade de gênero socialmente (roupas, binding/packing/tucking, ajuste de expectativas). Segundo esses documentos, facilitar o processo social de mudança ajuda a minimizar os impactos negativos da exclusão, discriminação e preconceitos que as pessoas trans sofrem quando se assumem e passam a viver conforme suas identidades de gênero. O SOC (2012), o Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria (2010) e o manual da APA (2015) reforçam a importância de ações de educação e sensibilização dentro da comunidade da/o própria/o profissional, com seus pares, familiares, amigas/os, colegas de profissão e outras/os profissionais da saúde. As ações podem envolver também práticas educativas em ambientes escolares e empresas particulares, com gestoras/es e profissionais de recursos humanos.

Para o Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria (2010, p. 20), “el conocimiento de espacios y grupos fuera del sistema médico permite descentrar la transexualidade de una visión medicalizadora y potenciar la autonomía de las personas trans”, demonstrando preocupação acerca dos impactos negativos da patologização em travestis e transexuais, e reforçando que os espaços sociais de convivência podem diminuir esses impactos.

As redes sociais de apoio configuram-se, nesse sentido, em espaço de construção e exercício da cidadania, ou seja, em um espaço onde há a convivência entre a singularidade e a pluralidade, na busca pela alteridade para além das polaridades. Essas redes apresentam-se como uma dimensão importante para o processo emancipatório das pessoas, onde há espaço para uma sociedade democrática, plural e igualitária. Essa perspectiva vai ao encontro da noção de direitos humanos, uma vez que esta “deve considerar a diversidade nem sempre sintetizável em uma única noção, não podendo, assim, ser generalista e abstrata.” (TAGLIAMENTO, 2013, p. 19).

O convívio com a diferença e o respeito há pluralidade são importantes recursos para a rejeição dos essencialismos/universalismos patologizantes. É o esforço cotidiano do sujeito em ato, da ação política. Tais práticas proporcionam espaços em

que o sujeito é reconhecido e se reconhece enquanto sujeito de direitos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a disputa pelo poder político indica possíveis mudanças, talvez bastante negativas, no que tange aos direitos e políticas públicas relacionadas a travestis e transexuais e ao SUS. Políticas como a de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que definem as ações de aparatos estatais para a garantia desses direitos, são consonantes com as diretrizes de promoção de saúde estabelecidas na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, e dependem de comprometimento das/os profissionais e gerenciamento para que sejam cumpridas. Porém, inexistente em âmbito nacional uma publicação similar aos documentos analisados. É imprescindível a elaboração de um documento voltado para a realidade social brasileira, que considere as atuais pesquisas nacionais sobre as vulnerabilidades das pessoas trans e que oriente a prática das/os profissionais da saúde na perspectiva da despatologização.

Acredita-se também que o viés da despatologização das identidades de gênero e o fortalecimento de redes comunitárias que trabalhem junto aos serviços de saúde devem servir de base para a elaboração de políticas de saúde e documentos, com o intuito de promover autonomia e garantir a cidadania dessas pessoas. Visto que: 1) a própria estrutura do SUS é feita em redes; 2) que esta se estrutura de modo a buscar a promoção da qualidade de vida de todas/os as/os cidadãs/os brasileiras/os; e que, 3) conforme revisado nos documentos internacionais, as ações de assistência, quando executadas em rede, atendem melhor e de maneira ampliada as necessidades específicas de travestis e transexuais. Propõe-se, portanto, a elaboração de um material nacional de ações práticas da saúde que vise à despatologização das identidades de gênero, a diminuição das barreiras nos serviços de saúde, a educação continuada das/os profissionais e o trabalho em rede comunitária e social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. A. et al. (2016). Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. **BMC International Health and Human Rights**, v. 16, n. 2, 2016.

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), v. 14, p. 380-407, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)**. Washington, DC: APA, 2014.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. **American Psychologist**, v. 70, n. 9, p. 832-864, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/doi.org/10.1037/a0039906>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BACCARIM, R. C. G. **A garantia dos direitos à saúde de travestis e transexuais em serviços de saúde de Curitiba/PR**: uma análise das práticas de profissionais da saúde. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

BARBOSA, B. C. **Imaginando trans**: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

BOSSE, J. D.; NESTEBY, J. A.; RANDALL, C. E. Integrating sexual minority health issues into a health assessment class. **J Prof Nurs**, v. 31, n. 6, p. 498-507, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2014.

BRITISH PSYCHOLOGICAL SOCIETY (BPS). **Guidelines and Literature Review for Psychologists Working Therapeutically with Sexual and Gender Minority Clients**. Leicester: BPS, 2012.

CENTER OF EXCELLENCE FOR TRANSGENDER HEALTH (COE). Department of Family and Community Medicine. University of California San Francisco. **Guidelines for the primary and gender-affirming care of transgender and gender nonbinary people**. San Francisco, CA: COE, 2016. Disponível em: <www.transhealth.ucsf.edu/>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. Brasília, DF: CFP, 2013.

_____. **Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: CFP, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GIBSON, B. A. et al. Gender identity, healthcare access, and risk reduction Among Malaysia's mak nyah community. **Glob Public Health**, v. 11, n. 7-8, p. 1010-1025, 2016.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 9, p. 7-28, 2011.

OLIVEIRA, J. M. Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. p. 19-44.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Por la salud de las personas trans. Elementos para el desarrollo de la atención integral de personas trans y sus comunidades en Latinoamérica y el Caribe**. 2013. Disponível em: <<https://www.paho.org/arg/images/gallery/Blueprint%20Trans%20Espa%C3%83%C2%B1ol.pdf?ua=1>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

PARKER, R.; AGGLETON, P. **Estigma, discriminação e Aids**. Rio de Janeiro: ABIA, 2001.

RADIX, A. E.; LELUTIU-WEINBERGER, C.; GAMAREL, K. E. Satisfaction and healthcare utilization of transgender and gender non-conforming individuals in NYC: a community-based participatory study. **LGBT Health**, v. 1, n. 4, p. 302-308, 2014.

RED POR LA DESPATOLOGIZACIÓN DE LAS IDENTIDADES TRANS (2010). **Guía de buenas prácticas para la atención sanitaria a personas trans en el marco del Sistema Nacional de Salud**. 2010. Disponível em: <<http://stp2012.info/guia/%0ASTP-propuesta-sanidad.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. Contributos da psicologia social crítica e dos direitos humanos para a abordagem das transexualidades. In: MAGALHÃES, S.; ALVAREZ, T. **Romper as fronteiras**. A interseccionalidade nas questões de gênero e feministas. Lisboa: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 2013. p. 49-59.

TAGLIAMENTO, G. **A arte dos (des)encontros**: mulheres trans e a saúde integral. Rio de Janeiro, Brazil: Multifoco, 2013.

TAGLIAMENTO, G.; PAIVA, V. Trans-specific health care: challenges in the context of new policies for transgender people. **Journal of Homosexuality**, v. 63, n. 11, p. 1556-1572, 2016.

TRANSGENDER LAW CENTER. **10 Tips for working with transgender patients**. San Francisco, CA: Transgender Law Center, 2015.

VASCONCELOS, N. A. Qualidade de vida e habitação. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 103-131.

WORLD PROFESSIONAL ASSOCIATION FOR TRANSGENDER HEALTH (WPATH). **Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero**. 2012. 7. ed. Disponível em: <https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CAPTURA E REGULAÇÃO: INVESTIMENTOS BIOPOLÍTICOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS

Anita Guazzelli Bernardes

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS

RESUMO: Este texto objetiva problematizar condições de acesso ao Processo Transexualizador via Sistema Único de Saúde (SUS), considerando modos de investimento biopolítico voltados à população trans. Para isto, parte de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social e da Saúde. Como estratégia metodológica, fez-se uso do rastreamento de materiais bibliográficos e documentais referentes à temática, apoiando-se em ferramentas conceituais de Michel Foucault, como subjetividade, verdade e governamentalidade, desenvolvidas na relação entre governo da vida e ética. As discussões focalizam nas práticas psicológicas e biomédicas que coexistem ao longo do Processo, o que possibilita discutir movimentos de regulação das experiências de transição de gênero e readequação do sexo, considerando o modo como estas práticas tornam possível certas formas de relação com a vida. O itinerário de pesquisa permitiu compreender que o acesso a determinadas tecnologias é condicionado às práticas trans-específicas, que operam na lógica da patologização e regulação das identidades trans. Através de relações entre saber e poder criam-se condições para que os sujeitos se adequem aos parâmetros de inteligibilidade de gênero. Portanto, as práticas psicológicas se encontram comprometidas com a normalização e regulação de existências, o que fragiliza possibilidades de operacionalizar ações voltadas à potencialização destes corpos no mundo. Assim, as discussões apresentadas contribuem para reflexões ético-políticas sobre a Psicologia e suas práticas na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica; Subjetividade; Processo Transexualizador;

ABSTRACT: This text aims to problematize conditions of access to the Transexualization Process via the Unified Health System, considering biopolitical investment at the trans population. For this, the analyses start from a poststructuralist perspective of Social and Health Psychology. As a methodological strategy, we use the bibliographical and documentary materials related to the thematic, based on Michel Foucault's conceptual tools, such as subjectivity, truth and governmentality, developed in the relationship between government of life and ethics. The discussions focus on the psychological and biomedical practices that coexist throughout the Process, which makes possible to discuss movements to regulate the experiences of gender transition and gender readjustment, considering how these practices make possible certain forms of relationship with life. The research itinerary allowed us to understand that access to certain technologies is conditioned to the trans-specific practices, which operate in the logic of the pathologization and regulation of trans identities. Through relationships between knowledge and power, are created some conditions that make possible for subjects to adapt to the parameters of gender intelligibility. Therefore, psychological practices are compromised with the normalization and regulation of existences, which weakens possibilities of operationalizing actions aimed at the potencialization of these bodies in the world. Thus, the discussions presented contribute to ethical-political reflections on Psychology in present.

KEYWORDS: Biopolitics; Subjectivity; Transexualization Process; Psychology.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto objetiva problematizar condições de acesso ao Processo Transexualizador via Sistema Único de Saúde (SUS), considerando modos de investimento biopolítico voltados à essa população. O SUS nomeia como Processo Transexualizador os diferentes procedimentos empreendidos para mudanças corporais e readequação do sexo, tais como cirurgias e hormonioterapias. Parte-se de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social e da Saúde, apoiando-se em ferramentas conceituais foucaultianas como subjetividade, verdade e governamentalidade, desenvolvidas na relação entre governo da vida e ética. Como estratégia metodológica, fez-se uso do rastreamento de materiais bibliográficos e documentais referentes à temática, considerando movimentos e jogos de força que produzem determinados fenômenos (KASTRUP, 2007). A partir disto, o campo de análise se aproximou de elementos discursivos sobre as experiências de transição de gênero, como a Portaria nº 457/GM, de 2009, Portaria SAS/MS nº 1.707, de 2008 e a Resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 1.652, de 2002, considerando o modo como estas materialidades se tornam investimentos biopolíticos.

O nomeado Processo Transexualizador, que implica a readequação do sexo no

âmbito da política pública, foi regulamentado a partir do reconhecimento da vulnerabilidade da população transexual no país (BRASIL, 2008). Foram definidas diretrizes técnicas e éticas para sua realização, reconhecendo a identidade de gênero e orientação sexual como parte dos determinantes e condicionantes de saúde. A transexualidade aparece enquanto fenômeno ao qual se direcionam práticas heterogêneas. Ela aparece como categoria identitária, que marca modos de experimentar a relação com a vida. Deste modo, a transexualidade, aqui, é tomada como fenômeno a ser analisado no território existencial do Processo Transexualizador, no qual é performada de múltiplas maneiras, através das práticas que se articulam nas políticas de saúde, direcionando atenção específica aos corpos transexuais. Definiu-se três dimensões no âmbito dos serviços a serem prestados: a psíquica, a médico-biológica e a social (BRASIL, 2008). Essas três dimensões performam a transexualidade, produzindo o modo como a entendemos em nosso tempo histórico.

Este texto discute acerca das práticas psicológicas e biomédicas, considerando aquilo que produzem em termos de subjetividade e relação com o gênero e a sexualidade. As reflexões permitem problematizar movimentos de regulação das experiências de transição de gênero, considerando o modo como as práticas operacionalizadas no Processo Transexualizador tornam possível certos modos de relação com a vida, produzindo subjetividades marcadas por investimentos biopolíticos direcionados à gestão da transexualidade. Refletir sobre os modos de atuação da Psicologia nos processos de transição de gênero contribui para a composição de práticas voltadas ao compromisso ético-político com a diversidade das formas de viver e experimentar a relação com o gênero e com o corpo.

2 | FENÔMENO TRANSEXUAL: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E BIOMÉDICAS

As práticas psicológicas, relacionadas à dimensão psíquica do Processo Transexualizador, direcionam-se à identificação da demanda, terapia compulsória por no mínimo 2 anos e o estabelecimento do diagnóstico de Disforia de Gênero, presente no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - DSM-V (Associação Americana de Psiquiatria [APA], 2014). A primeira forma de amparo ao usuário que busca os serviços de saúde como “candidato” à transição de gênero é o acolhimento inicial por um profissional da Psicologia. Posteriormente, realiza-se anamnese durante as entrevistas iniciais, visando extrair as seguintes informações: histórico de como o sujeito passou a se identificar enquanto transexual, histórico das fases do desenvolvimento, histórico patológico e diagnóstico psicodinâmico (BRASIL, 2008). De acordo com pesquisa de Berenice Bento (2006) sobre a experiência de passar pelo Processo, há uma rotina de sessões psicoterápicas e testes psicológicos que se estabelece após as primeiras entrevistas. Período que é marcado por medo e esperança, pois, vislumbram-se novas possibilidades de vida a partir de sua

“aprovação” no Processo e conseqüentemente, intervenções biomédicas que tornam possíveis alterações no fenótipo.

Caso seja identificado que o usuário possui perfil para dar continuidade ao Processo, inicia-se o acompanhamento terapêutico, com objetivo de auxiliar o indivíduo no processo de elaboração de sua condição de sofrimento pessoal e social, além de estabelecer o diagnóstico. O parecer diagnóstico será declarado por um psicólogo ou médico psiquiatra, após o período de terapia compulsória, definindo se o usuário possui ou não Disforia de Gênero. O diagnóstico é fator viabilizador ou impeditivo da continuidade no Processo, pois, é necessário que o indivíduo possua a patologia para adquirir acesso aos demais serviços disponibilizados, como intervenções cirúrgicas.

Com isto, é possível considerar que as práticas psicológicas performam a transexualidade enquanto um modo anormal de existência e relação com o corpo. A necessidade de diagnosticar uma doença regula as condições de acesso aos serviços. Isto permite discutir sobre estratégias de gestão do gênero e da sexualidade. Para Foucault (2015) o saber científico ocidental moderno funcionou em um movimento de classificação das sexualidades, diagnosticando e rastreando sintomas das existências que escapavam a normalidade instituída. Deste modo, procedimentos científicos de extração de verdade sobre a relação que os sujeitos estabelecem com a sexualidade foram estabelecidos, constituindo uma espécie de “ciência-confissão”, a partir da qual seria possível diagnosticar problemáticas\desvios\anormalidades, para estabelecer intervenções terapêuticas, objetivando sua normalização. Será denominada de *scientia sexualis* essa economia dos discursos, que possui efeitos de poder através das tecnologias e práticas que serão direcionadas aos indivíduos.

O aparecimento do “fenômeno transexual” na literatura médica já se apresentava desde a metade do século XIV, quando discursos começam a se direcionar a classificação diagnóstica de experiências que escapavam às normas de inteligibilidade sexual e de gênero, como transexuais, gays, lésbicas e travestis, acompanhado de modelos apropriados de tratamento (BENTO, 2006). Mas no século XX isso irá se intensificar e, segundo o autor, em relação à transexualidade, na década de 50, surgem publicações referentes ao que seria o “fenômeno transexual”, como parte desta economia de discursos sobre a sexualidade justamente em razão, entre outras, de readaptações sexuais cirúrgicas que começam a ser feitas. Nessa esteira, a transexualidade passa a ser compreendida como psicose ou desordem narcísica pela linguagem psiquiátrica e psicanalítica, adquirindo forma de anormalidade e sendo alvo de discursividades do saber psiquiátrico (LIMA, 2014). A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Associação Americana de Psiquiatria (APA) colocaram a transexualidade no capítulo sobre Transtornos Mentais e Comportamentais na 10ª edição do Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde e até 2014 no capítulo sobre Transtornos da Identidade Sexual no DSM-IV, respectivamente.

No movimento de classificação das sexualidades, o endocrinologista Harry Benjamin traz, em 1953 a noção de “Transexual Verdadeiro”, considerando que

transexuais seriam aqueles que apresentam desejo de pertencer e viver todo o tempo enquanto pessoa do sexo oposto; vivem em intenso mal-estar de gênero; e sentem aversão por seus órgãos genitais, propondo, então, como alternativa terapêutica intervenções cirúrgicas, como a transgenitalização (BORBA, 2014). A investigação dos profissionais de Saúde Mental no Brasil acerca de sintomas nos indivíduos transexuais é norteadada por essa noção de Transexual Verdadeiro, pois, tal concepção está presente na sintomatologia diagnóstica de Disforia de Gênero e nas diretrizes do Conselho Federal de Medicina – CFM (2002), que determina como condição para os tratamentos de ordem médica que o paciente seja portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição ao fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio.

Com isto, as práticas biomédicas no âmbito do Processo Transexualizador seguem as diretrizes do CFM (2002) acerca das “cirurgias de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários”. Dessa forma, as intervenções são dependentes do diagnóstico de Disforia de Gênero. A clínica da transexualidade se desenvolveu a partir de intervenções médicas em indivíduos intersexuais, pautadas no binarismo de gênero e nos saberes que afirmavam a existência de dois gêneros como naturais, associando-os ao sexo biológico, feminino ou masculino (LIMA, 2014).

As pessoas transexuais adquirem reconhecimento enquanto categoria identitária a partir da busca por tratamentos cirúrgicos (BENTO, 2006). Em anexo, a Portaria SAS/MS nº 457, de 2008, traz a necessidade de acompanhamento terapêutico para elaboração da ansiedade referente à cirurgia de transgenitalização, que costuma ser vista como uma espécie de “salvação” por aqueles que buscam o processo. Isto torna as práticas biomédicas elementos centrais do Processo, pois, contribuem para visibilidade e possibilidade de articulação da experiência transexual como doença e a necessidade cirúrgica para seu tratamento.

A inteligibilidade da transexualidade nas últimas décadas é indissociável de seus suportes tecnológicos. Esta experiência teve dentre suas condições de possibilidade o desenvolvimento da endocrinologia e elementos biotecnológicos na primeira metade do século XX (LIMA, 2014). O DSM-V considera o período de pós-transição como aquele em que o indivíduo já realizou “pelo menos um procedimento médico ou um regime de tratamento transexual (...) tratamento hormonal transexual regular ou cirurgia de redesignação de gênero” (APA, 2014, p. 493), o que marca a centralidade das intervenções cirúrgicas para a visibilidade das pessoas trans, estabelecendo uma relação entre transexualidade e patologia. Ou seja, a possibilidade de tornar-se outro, de ter um outro corpo, justificaria-se por uma condição patológica marcada pela relação inadequada com um corpo dado biologicamente.

3 | NATURALIZAÇÃO DO BINARISMO NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO

Diante do exposto, a transição de gênero se associa à incorporação física e performática do gênero atribuído ao sexo oposto, de modo binário. Conforme explica a filósofa Judith Butler (2003), a partir do século XVIII, o binarismo de gênero é anunciado pelo discurso médico-científico, instituindo o sexo biológico feminino e masculino, enquanto materialidades naturais do humano e em oposição excludente. Isto cria condições para que a transexualidade apareça como recusa ao gênero atribuído ao sexo biológico, portanto, recusa à normalidade. Assim, ela adquire status de anormalidade, configurando-se como patologia. “Seguramente os corpos vivem, morrem, comem e dormem, sentem dor, prazer, suportam doença e violência, e esses factos, pode-se proclamar cepticamente, não podem ser desmobilizados como mera construção” (BUTLER, 1993 APUD MARTINS, 2015, p. 266), mas a materialidade dos corpos é atravessada por lógicas discursivas que determinam como aquilo que é biológico será compreendido. O corpo tem sido entendido como anterior a qualquer significação histórico-social, mas a representação e a linguagem o atravessam delimitando contornos e formas de inteligibilidade, sendo o sexo biológico parte das construções a respeito de sua materialidade.

O saber médico científico se tornou elemento importante de enunciação do corpo, configurando-se como instrumento do biopoder, ao passo que suas compreensões funcionam como regimes de veridicção instituídos, produzindo efeitos em termos de produção de subjetividade. Isto oferece condições para que práticas reguladoras do gênero e da sexualidade incidam, enquanto estratégias biopolíticas, no corpo e na subjetividade dos indivíduos, buscando enquadrá-los no que Butler (2003) denomina matriz de inteligibilidade de gênero. Essa matriz se caracteriza como um conjunto de normas presentes no interior da estrutura discursiva sobre as sexualidades. Normas que circulam no campo social tendo por finalidade produzir sujeitos coerentes no que tange sexo biológico\gênero\desejo.

Desse modo, os indivíduos aos quais se atribui o sexo biológico masculino devem ter a masculinidade como performance de gênero, desempenhando posturas sociais associados à concepção de homem e, também, sentir desejo sexual por mulheres, o sexo oposto. Isto aparece em um dos sintomas atribuídos à Disforia de Gênero: “forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos de outro gênero” (APA, 2014), o que marca a patologização dos modos não binários de performar o gênero e a sexualidade.

As existências que escapam à lógica da matriz de inteligibilidade tendem a ser marginalizadas e não reconhecidas socialmente. Uma rede discursiva sobre o sexo biológico e o gênero criam condições para que aqueles que não conformam esse padrão binário e heteronormativo sofram discriminações, sanções e exclusões, pois, esta matriz está codificada por diversas instituições e opera através de práticas heterogêneas, codificando os sujeitos através da perspectiva binária e heteronormativa, estruturando

territórios sociais, políticos e culturais. Assim, a identidade dos sujeitos se torna privilegiada socialmente ao se enquadrar em parâmetros binários e heteronormativos.

É importante considerar que a adequação ou não adequação a esta matriz não se dá de forma total, mas, estabelece-se uma relação com sua lógica, de acordo com o grau de intensidade em que se enquadra ou se parece enquadrar na linearidade sexo\gênero\delejo. Isto permite considerar que uma pessoa cuja performance de gênero escapa aos parâmetros de inteligibilidade, relacionados ao sexo biológico que lhe foi atribuído, está menos enquadrada na matriz de inteligibilidade de gênero e tende a sofrer maior sanção social antes de passar por um processo de transição de gênero, pois, anteriormente, as diferenças no fenótipo são observáveis, marcando a não adequação às normas de gênero. Já posteriormente, a não conformação com os parâmetros pode se tornar invisível socialmente, mediante intervenções cirúrgicas, aquisições hormonais e incorporação de novos agenciamentos em relação às performances de gênero instituídas socialmente. Isto aparece na Portaria, SAS\MS nº 457, de 2008, que apresenta como objetivo do Processo Transexualizador, a transformação do fenótipo masculino para o feminino ou do feminino para o masculino (BRASIL, 2008), portanto, uma transição binária, que permite incorporar modos socialmente inteligíveis de existir.

A Psicologia, apoiada em uma modalidade de ciência moderna, constituirá parte desse discurso biomédico sobre o corpo. Isso significa que algumas práticas psicológicas são tanto tributárias da racionalidade biomédica quanto contribuem para o fortalecimento da mesma. A Psicologia não é um bloco homogêneo de teorias, mas a forma como entra e incorpora o “fenômeno transexual” no seu discurso opera com uma racionalidade que reforça a perspectiva de naturalização do sexo biológico, que pautará a justificativa das concepções de sujeito, subjetividade e das relações com sexo, sexualidade e gênero. Desse modo, práticas psicológicas são amalgamadas com práticas biomédicas constituindo uma realidade de corpos naturalizados biologicamente.

De acordo o material analisado, um dos aspectos psicossociais que devem ser acompanhados pela Psicologia nas pessoas trans se refere à vivência social da feminilidade ou masculinidade, acompanhando os “aspectos conflituosos sociais e psicológicos que decorrem da vivência do papel feminino ou masculino da pessoa transexual nos diversos grupos sociais dos quais ela faz parte” (BRASIL, 2008). Como aparece no DSM-V, o período de pós-transição de um processo de transexualização é aquele no qual “o indivíduo fez uma transição para uma vida em tempo integral no gênero desejado” (APA, 2014, p. 493), marcando uma normalização dos corpos, pautada no binarismo de gênero.

Apartir do modo como as práticas psicológicas e biomédicas são operacionalizadas nos processos de transição de gênero, é possível considerar que alguns elementos, como os dois anos de terapia compulsória, necessidade de laudo diagnóstico pautado na noção de Transexual Verdadeiro e outros elementos discursivos que aparecem nas

políticas direcionadas às pessoas trans, criam condições para controle e regulação dos modos desta população transicionar o gênero. Assim, no âmbito do Processo Transexualizador, através de investimentos biopolíticos, o sujeito tem sua identidade regulada, por práticas psicológicas e biomédicas que instituem como ele deve experimentar a existência.

A transexualidade, enquanto fenômeno, passa por um processo de naturalização, a partir dos diversos saberes e práticas que a ela se direcionam, passando a existir dentro do campo médico e psiquiátrico enquanto patologia a ser “medicalizada”. Apoiando-se nas discussões de Foucault (2010) sobre o dispositivo da sexualidade, entende-se que a partir do contato da população com as práticas psicológicas, voltadas à psicoterapia, uma série de procedimentos se desdobram, marcando a necessidade de terapêuticas curativas.

O indivíduo deve performar sintomas relacionados ao modelo de “Transexual Verdadeiro” para ser considerado portador de uma patologia específica que lhe permite ter acesso a determinados serviços de saúde. A transição se torna possível dentro de uma grade de inteligibilidade específica, que produz modalidades de existência. Para Bento (2006), o “candidato” aprende o que é ser transexual, aprende a performar um novo gênero em parâmetros legitimados ao longo dos dois anos de terapia compulsória e através de outros mecanismos de regulação. Assim, esse fenômeno, apesar de circunscrito pelo campo da patologia, considerado anormal, passa a ser objetivado em linhas de normalidade. Estratégias de normalização se tornam necessárias para regular de que forma esse fenômeno pode existir. Ou seja, classifica-se e esquadrinha-se aquilo que é anormal, não para eliminá-lo, mas para exercer controle, estabelecendo modos de normalização da anormalidade.

Deste modo, a movimentação da plasticidade corporal é permitida desde que as transformações se deem acompanhadas da possibilidade de reatualização dos regimes de verdade sobre a naturalidade do binarismo de gênero. Ou seja, desde que em concordância com linhas de normalidade, traçadas por saberes médicos e psicológicos, que inscreveram verdades sobre a materialidade biológica. Com isto, as possibilidades de movimentação dos corpos se entrecruzam com investimentos biopolíticos, o que implica considerar jogos de governo dos corpos. O gênero não é uma identidade estável, ele se constitui pela repetição estilizada de atos, pautados em verdades sobre as performances de gênero, sedimentadas ao longo do tempo e tidas como verdades naturais intrínsecas ao ser humano, como aponta Butler (2003). Agir enquanto homem ou mulher é reatualizar e colocar em funcionamento uma série de verdades sobre o gênero, que se tem como naturais e inerentes ao ser humano. Assim, o Processo Transexualizador, como escrito anteriormente, opera considerando um modelo de Transexual Verdadeiro, inscrevendo tecnologias sobre os corpos trans, a fim de torná-los adequados as concepções de gênero e as categorias binárias do sexo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises empreendidas, é possível considerar que o território existencial do Processo Transexualizador compõem-se por práticas heterogêneas, que criam condições para regulação da transexualidade, enquanto fenômeno. O modo como se dá o acesso aos serviços de saúde é condicionado às práticas reguladoras das identidades trans, assim, relações entre saber e poder colocam as pessoas transexuais em negociação com as condicionalidades impostas pela política de saúde. Mecanismos biopolíticos de administração da vida são direcionados aos que buscam acessar os serviços disponibilizados pela Saúde Pública.

Com base nessas considerações, percebe-se um duplo movimento se desenrolar ao longo do Processo. O primeiro, de desestabilização das verdades naturalizadas sobre a materialidade dos corpos, ao passo em que há possibilidade de transformações de uma dimensão biológica do humano, mediante a utilização de tecnologias, sobretudo, as biotecnológicas. O segundo, de regulação e controle dessa desestabilização, a partir da captura dos corpos trans por um conjunto heterogêneo de práticas trans-específicas, que criam condições para que os sujeitos se experimentem no interior da matriz de inteligibilidade de gênero. Deste modo, reatualizam-se discursos sobre o binarismo de gênero, reafirmando a feminilidade e masculinidade como únicas modalidades possíveis de existência.

A Psicologia, ao operacionalizar práticas de patologização, com base em parâmetros normativos acerca dos modos de experimentar o gênero, como condição para o acesso a determinados serviços e tecnologias de saúde, cria condições para que os sujeitos se enquadrem aos parâmetros de inteligibilidade de gênero. Portanto, suas práticas se encontram comprometidas com a normalização e regulação de existências, o que fragiliza possibilidades de operacionalizar ações voltadas à potencialização destes corpos no mundo, para além da manutenção de modos de viver. Assim, as discussões apresentadas contribuem para refletir sobre implicações éticas e políticas da Psicologia e suas práticas na atualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-V – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Coleção sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORBA, R. **(Des)aprendendo a “ser”**: trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 95-126. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 457/GM, de 19 de agosto de 2008**. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 1.652 de maio de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo**. Diário Oficial da União, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Os anormais**. Curso no Collège de France. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2015.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**. v. 19, n. 1, p. 15-22. 2007.

LIMA, F. **Corpos, gêneros, sexualidades**: Políticas de Subjetivação. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2014.

MARTINS, B. S. A reinvenção da deficiência: novas metáforas na natureza dos corpos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 264-271. 2015.

A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL E A SUA PRESENÇA NA LITERATURA INFANTIL

Hudson Henrique de Oliveira Masferrer

Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia – Minas Gerais

Emerson Fernando Rasesa

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia.

Uberlândia- Minas Gerais

RESUMO: No Brasil, a família homoparental tem a cada dia saído do lugar de invisibilidade questionando os modelos cristalizados tanto de família quanto de parentalidade. Os livros de literatura infantil são artefatos culturais que atuam no processo de educação e constituição dos modelos de ser família, pai/mãe, homem/mulher, gay/lésbica. Este trabalho tem como objetivo analisar como um livro infantil, *Tenho dois papais*, constrói discursos sobre a diversidade sexual e a homoparentalidade, bem como problematizar os efeitos identitários decorrentes da produção de tais discursos. O texto ainda discute a presença da escola e os desdobramentos do cotidiano escolar na família homoparental representada no livro. Ele foi analisado a partir de aproximações com a perspectiva pós-estruturalista. Conforme nossa análise, compreendemos que o livro apresenta importantes questionamentos para instituições tão naturalizadas em nossa sociedade como a

família e a parentalidade. No entanto, é comum na obra a utilização de mecanismos sutis que apontam para a criação de um modelo de família gay, ou seja, o livro com seu enredo, dramas, personagens e discursos também apresenta marcas de um viés higienista e normalizador.

PALAVRAS-CHAVE: homoparentalidade; literatura infantil; escola.

ABSTRACT: In Brazil, the homoparental family has every day left the place of invisibility questioning the crystallized models of both family and parenting. Children's literature books are cultural artifacts that act in the process of education and constitution of the models of being family, father / mother, man / woman, gay / lesbian. This work aims to analyze how a children's book, *I have two papais*, builds discourses on sexual diversity and homoparentality, as well as problematizing the identity effects resulting from the production of such discourses. The text still discusses the presence of the school and the unfolding of school everyday in the homoparental family represented in the book. It was analyzed from approaches with the poststructuralist perspective. According to our analysis, we understand that the book presents important questions for institutions as naturalized in our society as family and parenting. However, it is

common in the work to use subtle mechanisms that point to the creation of a gay family model, that is, the book with its plot, dramas, characters and speeches also shows signs of a hygienist and normalizing bias.

KEYWORDS: homoparentality; children's literature; school

1 | A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL E A SUA PRESENÇA NA LITERATURA INFANTIL

A compreensão acerca dos conceitos de família e sexualidade é social e historicamente engendrada, por esse motivo traz consigo os desdobramentos dos processos políticos, sociais e culturais. Jurado (2013) observa que a diversidade de arranjos familiares existentes na contemporaneidade tem como consequência amplo debate no que diz respeito à tarefa de conceituar o que é família.

A partir das discussões sobre os conceitos de família e sexualidade, a homossexualidade aparece como um tema que tem gerado tensões e novos discursos. É uma das problematizações mais recorrentes acarretada pela homossexualidade diz respeito ao conceito da família tradicional (SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Apesar de a família nuclear, monogâmica, heterossexual, burguesa com finalidade procriativa ser a mais difundida não significa que ela é o único tipo de arranjo familiar disponível na sociedade ocidental. Com a possibilidade do divórcio, houve uma ampliação dos modos de composição familiar, garantindo aos sujeitos a possibilidade de novos tipos de relação, como as famílias monoparentais, recompostas e as de acolhimento (VILHENA *et al*, 2011). É nessas novas possibilidades que a família homoparental se apresenta como um modelo no qual a formação de vínculos afetivos ocorre entre pessoas do mesmo sexo (ZAMBRANO, 2008).

O conceito de homoparentalidade é neologismo relativamente recente, datado de 1997, em Paris, que foi cunhado pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) que elucida a situação na qual no mínimo um adulto declaradamente homossexual é (ou deseja ser) pai ou mãe de, pelo menos, uma criança. O termo homoparentalidade tem sido empregado como uma estratégia política no sentido de evidenciar uma situação cada vez mais recorrente em nossa sociedade atual. O ato de nomeação de algo até então sem nome possibilita a existência discursiva, o que por sua vez engendra uma realidade na qual é possível seu estudo, análise e problematizações (ZAMBRANO, 2008).

Amazonas *et al* (2013) problematizam a terminologia usada para denominar as realidades afetivos-sexuais que se relacionam com sujeitos homossexuais. Em relação ao uso do termo homoparentalidade, existe polêmicas que giram em torno de uma 'especificidade' no exercício da parentalidade marcado pela orientação sexual dos pais. Os autores chamam a atenção que escolher determinada denominação

implica em carregar certas justificativas e concepções. A esse respeito, embora haja controvérsia em relação ao uso do conceito de homoparentalidade, por ele vincular o exercício da homoparentalidade com a orientação sexual, bem como poder gerar distorções por salientar diferenças entre o exercício da maternidade/parentalidade, ele é o mais utilizado entre os pesquisadores(as) no Brasil (MACHIN, 2016). Essa autora ainda destaca o quanto a questão da nomeação se faz importante na medida em que ela revela classificações e definições parentais e ainda coloca o sujeito em determinadas redes de relações e categorias de pertencimento.

Mello (2005) aponta que as dificuldades de reconhecimento social da dimensão familiar das uniões homossexuais estão diretamente relacionadas com a ideologia da complementaridade dos sexos e dos gêneros, tendo em vista que as competências relativas à parentalidade parecem ser exclusivas somente de casais heterossexuais. O autor ainda afirma que no cerne dessa problemática está o embate entre uma concepção de mundo laica e outra religiosa. Além disso, complementa dizendo que as disputas entre os sujeitos sociais que carregam diferentes concepções de família acabam por desvelar embates ideológicos entre visões de mundo incluídas e excluídas.

Amazonas *et al* (2013) problematizam o quanto a homoparentalidade pode ser compreendida como uma tentativa de adequação à norma heteronormativa por parte dos sujeitos homossexuais. Além disso, o quanto o desejo de se tornarem pais/mães poderia levar ao risco de uma invisibilidade social da homossexualidade, pois os sujeitos homo orientados ao conseguirem uma parcela dos direitos que são concedidos a toda comunidade poderiam perder o seu caráter de ruptura e questionamento dos modelos binários e heteronormativos dispostos na sociedade. Esses autores argumentam o quanto após o surgimento da aids houve uma reorganização dos grupos homossexuais na busca da defesa dos direitos civis como, por exemplo, casamento gay e parentalidade. O argumento seria que mesmo havendo uma subversão no relacionamento afetivo e sexual, pois se relacionam com pessoas do mesmo sexo, tal relação seria baseada em modelos heteronormativos.

Nesse mesmo sentido, Uziel (2008) afirma que a família, tradicional pilar da sociedade, passou a ser um desejo no imaginário dos sujeitos homossexuais. E lança mão de questionamentos que surgiram a partir da crescente vontade de pessoas do mesmo sexo em terem família: mudança nas pessoas, adequação a padrões que ditam a 'normalidade', conquista no direito de escolha, possibilidade de afirmar o desejo de ter um filho com aquele/aquela que ama. A autora aponta que não há respostas definitivas e corretas e que há entendimentos plurais.

E no que diz respeito aos modos plurais de compreensão houve um substancial crescimento da popularidade nos meios de comunicação tanto das questões da homoparentalidade quanto de família, bem como das temáticas da diversidade sexual, gênero e sexualidade na produção de livros de literatura infantil nas últimas décadas (SILVEIRA; KAERCHER, 2013). Consideramos que a literatura infantil é artefato

cultural na medida em que produz certos significados, ensina algumas condutas e institui e indica modos de ser menino, menina, homens e mulheres, a forma ‘adequada’ de se vivenciar a sexualidade, feminilidade e masculinidade (XAVIER FILHA, 2014). Ainda conforme essa autora, compreender a literatura infantil e os livros como artefatos culturais significa assumir que eles propagam pedagogias e que ao analisá-los de forma integral é possível questionar conceitos e promover a autorreflexão dos leitores e leitoras.

Silveira (1997) comenta que em meados dos anos de 1970 houve uma guinada no modo como estas obras eram pensadas, no sentido de que os autores passaram a romper cada vez mais com padrões conservadores e moralistas – que se relacionavam com a adequação das crianças aos padrões sociais vigentes – para a produção de livros que versavam com temáticas que se ligavam à educação como, por exemplo, a valorização da criatividade, da independência e da emoção infantil.

A partir desse rompimento com padrões tradicionais, é possível perceber o que Silveira e Kaercher (2013) problematizam quando afirmam o quanto a literatura para crianças esteve relacionada com fins de cunho formativo e pedagógico ao longo do tempo, e que recentemente tem se aproximado de temas que emergem das atuais conjunturas sociais. Nesse sentido, somente nas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI que a literatura infantil tem tratado de temas como preconceitos contra diferentes, desigualdades sociais, separação dos pais, problemas familiares entre outros. Embora o debate sobre o preconceito contra alguns diferentes já circule com mais facilidade entre tais livros – índios, negros, velhos e deficientes – outros tipos de diferentes como, por exemplo, os homossexuais, somente atualmente têm estado entre os temas abordados pela literatura para crianças. E vale salientar que a presença da temática homossexual é bastante rara.

Silveira (2003) enfatiza que mesmo as obras em literatura infantil que não pretendam alguma ação pedagogizante possuem uma ideologia demonstrada na forma como são escolhidos os personagens, suas características, seus conflitos, comportamentos e atitudes. Kirchof *et al* (2013) apontam que recentemente os livros para as crianças têm sido perpassados pelo viés do ‘politicamente correto’, o que significa dizer que as obras destinadas às crianças têm servido como veículo para circulação de informações, para o enraizamento de regras morais e de prescrições de como agir frente a esta ou aquela diferença - o que tem se configurado como a nova roupagem da ligação entre um caráter pedagógico e moralista e a literatura infantil.

2 | PARA QUE?

O presente trabalho buscou analisar como a família homoparental é construída no livro de literatura infantil “Tenho dois Papais”. Especificamente, buscou-se compreender: a) quais as alocações sobre homossexualidade, como são caracterizados

os personagens, qual o modelo de masculinidade reproduzido; b) como a família é descrita e ilustrada, como as relações amorosas/afetivas entre os dois pais são ilustradas, que tipo de comportamento é caracteristicamente adotado pelos pais; c) quem fala nesse livro de literatura infantil, que discursos são priorizados e quais são silenciados acerca da diversidade sexual.

3 | MAS, COMO?

O modo de análise se inspirou nos trabalhos de Silveira (1997; 2003), Silveira e Kearcher (2013) e Pires (2009). Assim, para analisar a história foram necessárias leituras constantes do livro. As primeiras leituras tiveram como objetivo a aproximação do enredo, no sentido de conhecer, de saber quais e quem eram os personagens, quais as tramas dispostas e quais os desfechos do livro. Nesses contatos iniciais, alguns diálogos e imagens já “saltavam aos olhos” como numa espécie de estranhamento. A partir da aproximação e reflexão de conceitos como o de família e homoparentalidade, o enredo do livro parecia ficar cada vez mais cheio de elementos que poderiam ser passíveis de análises. Salientamos que a análise realizada teve como foco tanto os discursos representados por meio da escrita quanto os dispostos em imagens. Ao longo da análise, discutiremos trechos que compõe o enredo do livro a partir de alguns conceitos que se relacionam a com a diversidade sexual, gênero, homoparentalidade e escola.

Tenho dois papais, de Bela Bordeaux (BORDEAUX, 2015), conta a estória de um garotinho que foi adotado quando ainda era um bebê por Léo e Beto. O enredo elenca situações que podem ser consideradas como cotidianas de uma família como, por exemplo, a refeição matinal, a ida para a escola, a prática de esportes. A escolha deste livro se deu pela pertinência de sua temática, pela riqueza de seu enredo e pela ausência de análises sobre o mesmo na literatura da área, o que pode potencialmente contribuir para o enriquecimento do debate sobre homoparentalidade na literatura infantil.

4 | ERA UMA VEZ UM LIVRO...

A narrativa inicia-se pela voz do garoto contando que ele reside em um prédio com varanda, que possui um carro amarelo e uma estante cheia de livros. Em seguida, ele faz a afirmação “Vivemos muito bem, nós três, juntos.”. Ilustrando tal afirmação segue-se o desenho do garotinho com dois homens. A nomeação de elementos banais como a cor do carro, o lugar da moradia e, logo em seguida, contar ao leitor de que tipo de família se fala parece querer garantir a trivialidade dessa informação. Em outras palavras, a proposta é de pensar essa formação familiar como qualquer outra

possível. Entendemos tal fato como uma estratégia para garantir que o grupo familiar seja legitimado como mais uma possibilidade entre tantas outras.

Queremos destacar que a caracterização dos personagens (brancos, usando camisas polo, sendo jornalista e engenheiro ou arquiteto) e a composição do ambiente familiar não descrevem uma família qualquer, mas uma que representa um tipo específico, a saber: branca, jovem e que parece ser de classe média intelectualizada, o que sugere relativa normatização. Relativa pelo fato de o trecho propor a quebra de um paradigma que seria a da família heterossexual como única possibilidade, no entanto, a escolha dos elementos que formam essa família ainda remete ao quadro da família tradicional burguesa. Tais elementos podem ser percebidos, por exemplo, por meio da 'estante cheia de livros', e pela caracterização dos personagens do livro, sendo que o casal homossexual é composto por dois homens brancos e com aparência de aproximadamente trinta anos de idade, dada a jovialidade do rosto e das vestimentas, bem como a cor do cabelo.

Louro (2007) faz uma discussão acerca de que os indivíduos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de certa etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; professam ou não uma crença religiosa ou de um partido político. Essas diversas identidades não podem ser compreendidas como algo a ser somado ou agregado, ou seja, o sujeito não pode ser como constituído por camadas. É preciso perceber que essa multiplicidade se interfere mutuamente, se articula; se contradiz e se opõe; por fim, pode garantir ao sujeito a ocupação de lugares diferentes. Tal compreensão nos leva a entender que os sujeitos são formados por múltiplas identidades e que essas são parciais e não unitárias, o que provoca um desmoronamento da visão de um sujeito como uma identidade explicativa universal. Nesse sentido, o livro combina elementos que remetem à composição familiar heterossexual ao mesmo tempo em que garantem a hegemonia da família formada por pessoas brancas de classe média e esses elementos compondo uma família homoparental. Tais elementos evidenciam a complexidade da tarefa de analisar a composição das identidades do sujeito.

Na cena em que o garotinho, que é o narrador do enredo, apresenta a sua moradia, o automóvel que a família possui, a estante cheia de livros e quando ele usa a expressão 'muito bem' para descrever como ele e os pais vivem está associada com a ilustração que se caracteriza pela imagem dos três personagens numa espécie de abraço com um sorriso estampado no rosto como se esperassem uma fotografia a ser tirada. Essa imagem se contrapõe e questiona as preocupações de setores conservadores da sociedade que temem um ambiente familiar não favorável e respeitoso para crianças que compõe famílias homoparentais, mas ao mesmo tempo reitera os valores burgueses sobre o que seria viver bem e quem deve viver bem.

A esse respeito, salientamos que existe um crescente afastamento do ideal da família baseado no estereótipo de um instinto materno feminino cuidador e o pai masculino provedor. Isso se deve ao fato de que tanto o feminino quanto o masculino constituem-se cada vez mais na relação com o outro que fortalece a noção do gênero

socialmente formado em detrimento de uma naturalidade e predisposição inata. Ou seja, em relação à imagem descrita se reforça a ideia de que homens podem ser cuidadores de criança, a despeito de certas normas de gênero.

Entendendo a família homoparental como um tipo de família que se distancia do estereótipo da mulher cuidadora e do homem provedor, Butler (2003 apud VILHENA *et al* 2011) questiona o termo homoparentalidade - que nomeia as famílias formadas por homossexuais -, pois tal termo se insere dentro de uma lógica binária na qual a família homossexual é pensada a partir de uma referência diretamente oposta à heterossexual. O problema dessa lógica binária é que ela concebe os sujeitos e suas identidades como estáticas e naturalizadas. Mais uma vez, o enredo traz aspectos contraditórios, pois de um lado lança mão da estratégia de mostrar que uma criança pode estar bem em um contexto familiar homossexual, no entanto, usa meios que se remetem a uma família nuclear burguesa e heterossexual. Em relação aos meios que são utilizados, eles estão relacionados aos elementos que configuram essa família, como, por exemplo, os pais serem brancos, eles terem carro e uma estante cheia de livros.. Entendemos que não há ingenuidade na escolha dos elementos e nem na ordem que eles são dispostos no enredo. A menção de que os dois homens adotaram e são pais do garotinho se faz somente após uma caracterização financeira, bem como profissional dos dois homens. A sequência dos elementos parece querer garantir um tipo de sensibilização gradual, pois primeiro apresenta-se o que a família possui para depois dizer que família é.

Nesse sentido, para não compactuar com práticas identitárias que atuam conforme normas sociais hegemônicas, a família será compreendida como um constructo social, na qual nenhum arranjo será tomado como única possibilidade. Butler (2003) afirma que a família atualmente passa por um processo de desinstitucionalização, no sentido de estar tornando-se cada vez mais uma realidade privada, diminuindo assim o seu significado público. É nessa desinstitucionalização que a conjugalidade e parentalidade homossexual ganham espaço, pois o parentesco não se desdobrará na formação de estruturas, mas precisará ser tomado e analisado como uma prática realizada em si mesma.

Sequencialmente, o garoto conta que Beto desenha casas e que Leo é jornalista. As ocupações dos pais do garoto corroboram para a afirmação feita anteriormente acerca do tipo de família que o enredo está tratando: é uma formação familiar que tem estreita relação com uma elite intelectual. A informação das profissões dos homens ainda se dá antes de dizer ao leitor que eles são pais do garoto, o que também acreditamos ser uma estratégia para legitimar a família homoparental.

Após apresentar os pais, o garotinho prossegue dizendo que foi adotado quando ainda era um bebê. Vilhena *et al.*(2011) pontuam que os filhos de homossexuais podem ser crianças oriundas de relacionamentos heterossexuais anteriores, criação de crianças que chegam espontaneamente em suas vidas, tecnologias de reprodução assistida, combinações de filhos com amigos gays e lésbicas e adoção.

No tocante à adoção que é temática do enredo, é interessante destacar que a adoção legal por homossexuais é geralmente buscada individualmente. O medo de ter o pedido negado pelo casal homossexual é a justificativa para que se busque a adoção por vias individuais. A lei brasileira permite a adoção por solteiros maiores de 18 anos e o impedimento por parte do Estado fica à mercê tanto da avaliação técnica (psicológica e social), quanto da declaração ou não da homossexualidade do requisitante. Caso haja declaração da homossexualidade do requisitante pode haver por parte dos operadores e juízes preocupações quanto ao desenvolvimento da criança (ZAMBRANO, 2008).

Zambrano (2008) ainda afirma que a adoção tem passado por um processo de transformação ao longo do tempo. De instituição de filiação, na qual se adotava alguém com o objetivo de situar o sujeito dentro de uma família para a sucessão genealógica, para uma instituição de família na qual os indivíduos fazem parte de uma família para que receba cuidados e amor. Medeiros (2006) enfatiza que nas famílias homoparentais há um maior realce para o aspecto social do parentesco, tendo em vista que as relações de parentesco podem se configurar a partir de relações afetivas e sociais, e não exclusivamente por vias da biologia.

O garotinho continua sua contação com a afirmação 'Eu tenho dois papais'. Diz também que ainda é filho único, mas que não vê problemas em tal fato por entender que assim recebe toda atenção e amor dos pais. Além disso, conta que eles, toda manhã, comem cereal juntos e que Beto o leva para escola e depois Leo joga futebol com ele.

Por meio da fala do garotinho, percebemos que a questão que interessa para ele não é o fato de ter dois homens como pais, mas o fato de que com eles pode ter uma relação cotidiana onde há cuidado e afetos. Ao dizer sobre esses fatos do dia a dia, ele elenca aspectos importantes na criação de uma criança que tem a ver com afeto, promoção de um lar saudável, suprimento de necessidades básicas como alimentação e educação.

A enumeração desses elementos que compõem o cotidiano dessa família também parece remeter a um esforço da autora do livro em garantir a legitimidade da imagem de dois gays que conseguem oferecer cuidados a uma criança. Tal fato parece relacionar-se com uma preocupação em responder aos mitos e preconceitos que circulam no imaginário social. Nesse sentido, Vilhena *et al.* (2011) apontam que o que realmente importa na constituição dos relacionamentos entre pais e filhos não deve ser atravessado pela orientação sexual dos pais.

Ainda a respeito da adoção, existe uma maior facilidade para as mulheres, pelo fato de em nossa sociedade a maternidade ser considerada como natural, em relação aos homens, quando desejam adotar uma criança na condição de estarem sozinhos, sem que a orientação sexual seja um quesito a ser avaliado. Para os homens, o direito à paternidade acontece regido pela conjugalidade (VILHENA *et al.*, 2011). Concordamos com a contribuição desses autores acerca do papel da conjugalidade, e

gostaríamos de acrescentar que a adoção para homens se vê com mais entraves por também estarmos regidos, em nossa sociedade, por normas de gênero que designam o homem como maior responsável pelos provimentos financeiros da família e não pelos aspectos relacionados ao cuidado da casa e das crianças.

Na sequência do enredo, o garotinho afirma que tem dois pais de verdade. A expressão 'de verdade' ganha destaque por estar impressa de maneira diversa em comparação ao restante da frase. Lemos a afirmação da criança a partir de uma lente relacionada à implicação de ambos os pais em seu cuidado. A expressão 'de verdade' ganha e/ou expressa um caráter de legitimidade ao lugar dos pais como iguais no desempenho de sua parentalidade. Aliado a isso, o menino os descreve como ora legais e ora bravos, podendo se constatar que a expressão em destaque diz respeito tanto ao aspecto de serem pais quanto ao de serem homens implicados em seu cuidado.

A esse respeito, Zambrano (2008) constata que na literatura existe um maior número de estudos que se debruçam a pensar sobre a homoparentalidade por parte das mulheres em detrimento da dos gays. Ela explica que esse fato não está exclusivamente relacionado com um maior desejo por parte das mulheres e nem por um avanço nas tecnologias de reprodução, mas tem relação estreita com as questões de gênero que circulam no imaginário social. É socialmente estabelecido que a masculinidade não garante que os homens sejam bons cuidadores enquanto que a feminilidade das mulheres seria um dom natural para tal função.

Estudos antropológicos salientam o quanto as representações sociais da parentalidade materna estão vinculadas com o feminino. Em outras palavras, é como se a mulher tivesse uma capacidade inata de prover os cuidados cotidianos somente pelo fato de ser mulher. Nesse sentido, a parentalidade masculina é colocada em xeque pelo fato de o homem não apresentar essa capacidade inata.

Zambrano (2008) percebeu que no que concerne ao exercício das funções maternas e paternas elas são exercidas de acordo com a preferência de cada um, não existindo assim, nos casais homossexuais, uma rigidez nos papéis de gênero: feminino para quem exerce uma função considerada materna e masculino para funções ditas paternas. O que pode acontecer é que um tenha mais autoridade sobre a criança e ser considerado como verdadeiro pai pelo fato de ser o pai biológico ou por ser o pai adotante. Tal fato pode levar o companheiro do pai ou o segundo pai a estar em um lugar mais relacionado com os cuidados domésticos, o que geralmente é entendido como função maternal não pelo fato desse segundo pai ser mais feminino. Nesse sentido, a constatação da autora vai ao encontro do que é proposto no enredo do livro, pois a divisão dos cuidados e das tarefas não apresenta uma rigidez e parece estar regida conforme as características de cada um pois. Na continuação da estória de *Tenho dois papais*, o garotinho conta que Leo confere seu dever de casa e que Beto lava as roupas. Anteriormente, ele conta que Leo joga futebol com ele e Beto o leva para a escola. O garoto também conta que quando ele se machuca os dois pais se

incumbem do cuidado.

O desfecho do enredo começa a se dar quando o garoto anuncia que na escola, às vezes, os colegas acham estranho o fato de ele ter dois pais e que de imediato ele responde que os dois são tudo para ele. A estranheza dos colegas da escola remete ao fato de quanto as famílias homoparentais ocupam um lugar excêntrico, não pelo fato de não existirem, mas por serem silenciadas e negligenciadas.

Mello *et al.* (2009) abordam uma nova modalidade de preconceito e discriminação que envolve sujeitos homossexuais, mas que tem como alvo as crianças em idade escolar que são filhos de tais sujeitos. Os autores/as afirmam que essas crianças têm se tornado um número crescente de alunos e alunas nas escolas brasileiras, mas que essas famílias ainda são praticamente invisíveis. Por medo de atitudes violentas e preconceituosas, em muitos casos, há a orientação dos próprios pais/mães de que as crianças não revelem a colegas, professores e demais funcionários da escola a composição não convencional de sua família.

Mello *et al.* (2009) salientam que a partir das grandes transformações sociais que ocorreram na modernidade, os sujeitos passaram a entender que a família continua sendo um componente básico da vida social, no entanto, puderam compreender que mesmo dentro de uma mesma sociedade estariam disponíveis inúmeros modelos familiares e não mais somente um único tipo para todos.

Queremos também trazer para o debate a presença da escola como elemento constituinte polêmico e, muitas vezes, estigmatizador do cotidiano das crianças com pais homossexuais. Felipe e Bello (2009) afirmam que, de forma geral, a escola é um ambiente em que a homossexualidade é ocultada e apenas se fala dela (e quando se fala) a partir do surgimento de problemas visíveis. O silenciamento acerca da sexualidade é comum nas escolas, principalmente na Educação Infantil, em que circula o temor de quanto mais se falar haverá um encorajamento da curiosidade e do exercício de práticas.

Junqueira (2012) observa que o cotidiano escolar é atravessado por situações e procedimentos pedagógicos e curriculares significativamente relacionados a processos sociais que produzem e/ou reforçam diferenças, divergências e clivagens sociais. Ainda conforme o autor, o processo de construção histórica da escola brasileira pautou-se quase que exclusivamente em pressupostos que compreendiam o 'outro' (percebido como estranho, inferior, criminoso, pecador, doente) como um sujeito que não se alinhava com o referencial do homem, adulto, branco, heterossexual, burguês e "normal", mental e fisicamente. A escola configura-se, então, como espaço em que diferentes preconceitos se instauram e se desdobram na manifestação de discriminações como, por exemplo, classismo, racismo, sexismo, homofobia, heterossexismo e outras maneiras de gestão das fronteiras de normalidade.

Seffner (2013) discute que há uma seletividade em qual diferença a escola irá incluir, pois quando há uma associação entre diversidade e inclusão relacionados a gênero e sexualidade o debate é ainda mais problemático. Segundo o autor, uma coisa

é incluir e aceitar a diferença de uma criança com alguma deficiência física ou mental, pois apesar dos desafios à aprendizagem já é consenso que esses sujeitos devem ser incluídos porque eles não são ‘culpados’ das características que os diferencia.

Um ponto interessante é que o garoto não se silencia ao ser perguntado sobre a sua família e conta que tem dois pais diferentemente do que acontece com grande parte das crianças oriundas de famílias homoparentais (MELLO et al, 2009). Mello *et al.* (2009) afirmam que quando a família decide contar ao corpo escolar a sua constituição homoparental não tem como garantia compreensão e acolhimento imediato, podendo ocorrer situações de exclusão de atividades escolares da família e dos alunos sob a falsa alegação de estar protegendo-lhes de ações preconceituosas por parte das outras famílias.

O livro *Tenho dois papais*, de maneira geral, pode ser considerado um enredo simples, mas que aborda elementos delicados e problemáticos acerca da temática que envolve a homoparentalidade. A complexidade reside no fato de que o enredo parece estar, na maior parte do tempo, configurando a família homoparental nos moldes da família normativa, a heterossexual.

Além disso, há uma tentativa de garantir a ‘normalidade’ da família homoparental, sendo tal fato percebido na escolha dos elementos que compõem o cotidiano, bem como a caracterização dos personagens. Apesar de lançar mão de uma estratégia que visa garantir à família homoparental um lugar possível, isso é feito por meio da tentativa de adequação às normas sociais hegemônicas, o que pode gerar efeitos de submissão e preconceito. O desafio parece se dar no sentido de pensar e analisar a família com pais gays de maneira diversa, que garanta seu caráter de experiência singular e que transpõe os limites da universalidade preconizados pela heteronormatividade.

O projeto de legitimar uma normalidade, preconizada pelos mecanismos da heteronormatividade, pode ser fator que não contribui para a desconstrução dos padrões, pelo contrário, pode servir para a naturalização de um modelo de família homoparental o que pode gerar a marginalização e estigmatização de famílias composta por homossexuais. Como exemplo da tentativa de normatização, o enredo não revela o nome da criança, mas sim o dos dois pais, Leo e Beto, o que pode parecer um mero detalhe, mas nessa análise lemos esse fato como uma estratégia pela qual qualquer criança caberia numa família com as características da preconizada no livro.

O enredo também busca propor o quanto homens podem estar implicados no cuidado de crianças promovendo seu ‘adequado’ desenvolvimento. A esse respeito, o livro permite uma reflexão acerca da desconstrução das normas de gênero a qual todos os sujeitos estão submetidos. No entanto, não há uma discussão profunda acerca desses elementos somente há a menção de alguns aspectos que podem conduzir nessa direção.

5 | A “TRADICIONAL FAMÍLIA GAY”: A FAMÍLIA HOMOPARENTAL EM UM MODELO HETERONORMATIVO

Compreendemos que o livro analisado neste artigo está comprometido com determinados valores e visões de mundo, de sujeito e mais especificamente de família. Logo no título, ao se proporem a contar ao leitor o tipo de configuração familiar que se encontrará – uma composta por dois pais – já denota que a concepção de família não é aquela regida pelos aspectos da família tradicional burguesa, na qual a unidade familiar é formada a partir da união do homem e da mulher com o objetivo da procriação. Apesar de entendermos que o livro em seu título já provoca um questionamento, de maneira geral, o enredo lança mão de mecanismos para a criação do que podemos chamar de ‘família tradicional gay’, na qual há um engendramento sutil e implícito de referências e características que sustentam a certa ‘normalidade’.

Acerca de como os homossexuais são representados, notamos que existe um critério similar ao que rege as características de uma normalidade hegemônica, com exceção do relacionamento afetivo/sexual, pois os personagens são homens, brancos e pertencentes à classe média. Tal fato significa que o discurso sobre a diversidade sexual veiculado na trama da obra é o discurso higienista que escolhe características que seriam mais passíveis de aceitação no crivo da normalidade. Entendemos que a maneira como os homossexuais são representados nos livros atravessa a forma como as famílias serão caracterizadas.

A presença da escola revela o quanto tal instituição é regida por valores e diretrizes preconceituosos e heteronormativos que se desdobram nos chamados armários para as famílias (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009). Tais armários relegam às famílias homoparentais um lugar de silêncio e inexistência e colocam as crianças em lugares de exclusão, pois suas famílias não são representadas nas diversas atividades escolares.

O livro apesar de lançar mão de questionamentos de conceitos que foram naturalizados ao longo do processo histórico como, por exemplo, família e parentalidade, utilizam de estratégias de cunho normalizador. Tais estratégias aparecem na escolha das características dos personagens que compõem os diferentes enredos. A parentalidade é garantida por meio exclusivamente de um relacionamento estável, ou seja, os enredos mostram um ideal de família que é sustentado por um casamento monogâmico atravessado pelo conceito do amor romântico. Utilizando tais recursos, os livros parecem querer garantir a aproximação da família homoparental a um status de normalidade. Concordamos com Silveira e Kaercher (2013) que analisaram de maneira mais geral livros com a temática da diversidade sexual, quando afirmam que esses enredos se debruçam na tarefa de explicar as relações entre homossexuais e as suas formações familiares como numa espécie de didatismo formativo pelo qual explanam e buscam garantir a normalidade dessas famílias.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS, M. C. L. A.; VERISSÍMO, H. V.; LOURENÇO, G. O. **A adoção de crianças por gays.** *Psicologia & Sociedade*, v.25, n.3, p.631-64, ago. 2013.
- BORDEAUX, B. **Tenho dois papais** (Trabalho de conclusão de curso). Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FILHA, C. X. **Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância.** *Educar em revista*, Edição Especial v.1, p.153-159, maio 2014.
- FELIPE, J.; BELLO, A. T. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In R. D. Junqueira (Org). **Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 141-158.
- JUNQUEIRA, R. D. **A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar.** *Revista Educação On-line PUC- Rio*, v.10, p.64-83, 2012.
- JURADO, T. **Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de narrativas interativas.** Dissertação de mestrado, PUC- Campinas, Campinas, 2013.
- KIRCHOF, E. R.; BONIN, I. T.; SILVEIRA, R. M. H. **Apresentação Literatura infantil e diferenças.** *Educação & Realidade*, v.38, n.4, p.1045-1052, out./dez. 2013.
- LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”.** In: G. L. Louro & J. Felipe & S. V. Goellner (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2007. p. 41-52.
- MACHIN, R. **Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família.** *Psicologia & Sociedade*, v.28, n.2, p. 350-359, ago. 2016,
- MEDEIROS, C. P. (2006). **“Uma família de mulheres”:** Ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Estudos Feministas* v.14, n.2, p. 535-547, maio/ago. 2006.
- MELLO, L. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MELLO, L. **Familismo (Anti)Homossexual e regulação da cidadania no Brasil.** *Estudos Feministas*, v.14, n.2, p.497-508, maio/ago. 2006.
- MELLO, L.; GROSSI, M.; UZIEL, A. P. **A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil.** In R. D. Junqueira (Org). **Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 159-182.
- PIRES, S. M. F. **Amor romântico na literatura infantil: uma questão de gênero.** *Educar*, v.35, p.81-94, jul. 2009.
- RODRIGUEZ, B. C.; GOMES, I. C. **Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade.** *Boletim de Psicologia*, v.62, n.136, p.29-36, jun. 2012.
- SANTOS, Y. G. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. **Homoparentalidade Masculina:**

revisando a produção científica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.26, n.3, p.572-582, jul. 2013.

SEFFNER, F. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar**. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.39, n.1, p.145-159, jan./mar. 2013.

SILVEIRA, R. M. H. **“Ela ensina com amor e carinho, mas toda enfezada, danada da vida”:** representações da professora na literatura infantil. **Educação & Realidade**, v.22, n.2, p.147-161, 1997.

SILVEIRA, R. M. H. **Nas tramas da literatura infantil: Olhares sobre personagens “diferentes”**. [s.l.:s.n.], 2003 Disponível em : < http://pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo3/Literatura_InfantoJuvenil_Aprendizagem/bloco8/nas%20tramas%20da%20literatura%20infantil.pdf>. Acesso em : 14 jun. 2017.

SILVEIRA, R. M. H.; KEARCHER, G. E. S. da. **Dois papais, duas mães: novas famílias na literatura infantil**. **Educação & Realidade**, v.38, n.4, p.1191-1206, out./dez. 2013.

UZIEL, A. P. **Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade: rimas possíveis**. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP) **Adoção: um direito de todos e todas**. Brasília, DF: CFP, 2008. p. 17-21.

VILHENA, J. de.; SOUZA, A. C. B. de.; UZIEL, A. P.; ZAMORA, M. H.; NOVAES, J. V. **Que família? Provocações a partir da homoparentalidade**. **Revista Mal-estar e subjetividade** v.11, n.4, p.1639-1658, dez. 2011.

ZAMBRANO, E. **“Nós também somos família”:** Estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOBRE O ORGANIZADOR

Juliano Del Gobo - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2017. Formação em Psicologia Corporal pelo Centro Reichiano, em Curitiba, no ano de 2017. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2008) e Especialização em Metodologia de Ensino Superior pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (2012). Atua como professor assistente nas Faculdades Cescage (cursos de Psicologia e Fisioterapia). Atuou como psicólogo na política pública de Assistência Social (Proteção Social Especial), entre 2011 e 2013, e na política pública de saúde (Atenção Psicossocial), entre 2013 e 2015. Atualmente ocupa o cargo de psicólogo no Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, em Ponta Grossa, sendo técnico de referência para Proteção Social Especial de média complexidade e para o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Como pesquisador, tem trabalhos publicados na área de políticas públicas, saúde coletiva, sociologia da saúde, psicologia: ciência e profissão, reforma psiquiátrica, sistema único de assistência social, práticas integrativas e complementares.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-016-2



9 788572 470162